



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jeferson Ramos

**A norma, os corpos e os prazeres: Moral sexual, tra(ns)vestilidades e
“homossexualismo” no Paraná dos anos 1970**

FLORIANÓPOLIS, SC

2019

Jeferson Ramos

**A norma, os corpos e os prazeres: Moral sexual, tra(ns)vestilidades e
“homossexualismo” no Paraná dos anos 1970**

Dissertação submetido(a) ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de
Mestre em História Cultural
Orientador: Prof. Dr. Joana Maria Pedro

Florianópolis, SC

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, Jeferson

A norma, os corpos e os prazeres: ; Moral sexual,
tra(ns)vestilidades e "homossexualismo" no Paraná dos anos
1970 / Jeferson Ramos ; orientadora, Joana Maria Pedro,
2019.

263 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. História. 3. Sexualidade. 4. Gênero. 5.
Homossexualidade. I. Maria Pedro, Joana. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

Jeferson Ramos

**A norma, os corpos e os prazeres: Moral sexual, tra(ns)vestilidades e
“homossexualismo” no Paraná dos anos 1970**

O presente trabalho em nível de **Mestrado** foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr(a) Joana Maria Pedro.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr(a) Roselane Neckel.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Elias Ferreira Veras .
Universidade Federal de Alagoas

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de **Mestre em História Cultural**.

Prof. Dr.(a) Lucas de Melo Reis Bueno
Coordenador(a) do Programa

Prof. Dr.(a) Joana Maria Pedro
Orientador(a)

Florianópolis, 10 de setembro de 2019.

Agradecimentos ou das condições e presenças, objetivas e subjetivas, da produção do conhecimento

A produção do conhecimento cientificamente conduzido, é sempre fruto de um esforço coletivo e disperso no espaço e no tempo. A construção do saber não depende apenas de momentos solitários em quartos, escritórios, salas de aula ou de casa, assim como não depende apenas dos instrumentos dos quais fazemos uso nessa empreitada. A construção do saber envolve pessoas, conversas e obstáculos financeiros e emocionais, os quais só podem ser transpostos por dispormos de ajuda externa, seja ela subjetiva ou objetiva. O conhecimento é fruto da solidariedade necessária à rigorosidade da análise, solidariedade e conhecimento, foram condições constitutivas do presente trabalho.

Diante disso, agradeço à minha família, pelo suporte emocional e financeiro para a aventura que resultou neste trabalho, por acreditarem no meu amor pela ciência e por sua capacidade de transformar pessoas.

Agradeço às minhas amigas Suzamara, Jaqueline, Polly, Iara, Binah, Luana e Renata e a meu amigo Jessiel, que além da amizade, colaboraram objetivamente com minha estadia em Florianópolis, bem como estiveram presentes nos momentos difíceis em que a distância de casa incomodava profundamente.

Agradeço às professoras Cirley, Janaina, Rosemeri e Silvia pelo apoio, incentivo e livros, os quais foram fundamentais para que o horizonte de expectativa pudesse se tornar espaço de experiência. Agradeço em especial à intérprete Luciane do Colégio Estadual Antônio Tupy Pinheiro, que junto à Janaina e Moema foram pessoas que fizeram mais que apenas cumprir obrigações profissionais, se tornaram amigas, companheiras que iluminaram meu caminho, compartilhando experiências e alimentando meus sonhos. Obrigado!

Agradeço à professora Maria Paula, da Universidade Estadual do Centro-Oeste por ter me ensinado o valor da educação e da História para as crianças e jovens, e por ter aberto seu coração como professora e amiga em todos os momentos.

Agradeço à professora-historiadora-feminista Joana Maria Pedro, pela orientação deste trabalho, pelas reuniões coletivas que alertavam para a importância do trabalho solidário e para a rigorosidade da pesquisa. Sem dúvida, foi e é uma honra compartilhar momentos e conhecimentos com pessoas como professora Joana, pelo caminho percorrido e pela inspiração que transmite.

Agradeço à professora Roselane, que considero uma dessas amizades intelectuais com as quais estabelecemos vínculos profundos e que devem ser preservados. Acompanhei pouco de sua trajetória de vida e atuação, mas foi o suficiente para me convencer do quão admirável e inspiradora é, dividimos por algum tempo o palco da sala de aula no qual busquei ser um aluno, admirando seu trabalho e a competência com a qual o realiza, sou grato pelo aceite em compor a banca de avaliação e pelo carinho que tens por mim, uma vez que é recíproco. Agradeço ao professor Elias, que tenho nestas condições a oportunidade de conhecer e ouvir, sendo uma honra, tendo em vista sua trajetória e seu potencial, obrigado!

Agradeço imensamente ao meu namorado, Tiago Kinapp, que esteve comigo em momentos difíceis dos últimos meses, tanto da escrita deste trabalho quanto da vida pessoal, e com o qual busco todos os dias renovar nosso primeiro encontro.

Agradeço, por fim, e sempre nas razões primeiras, à CAPES, pela bolsa que permitiu o início, meio e fim deste trabalho e ao Partido dos Trabalhadores pelos investimentos na educação superior pública, pela esperança que fez crescer em jovens pobres de um dia cursar graduação e pós-graduação, como eu; estou e estarei sempre ao lado de quem acredita verdadeiramente no Brasil!

Para encerrar, deixo as lindas palavras do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso histórico em São Bernardo do Campo, no dia 7 de abril de 2018, no epicentro da crise trazida pelo golpe de Estado que sofremos da extrema-direita em 2016.

Eu há muito tempo atrás sonhei que era possível governar esse país envolvendo milhões e milhões de pessoas pobres na economia, envolvendo milhões de pessoas nas universidades, criando milhões de empregos nesse país. Eu sonhei que era possível um metalúrgico, sem diploma universitário, cuidar mais da educação que os diplomados e concursados que governaram esse país. Eu sonhei que era possível a gente diminuir a mortalidade infantil levando leite, feijão e arroz para que as crianças pudessem comer todo dia. Eu sonhei que era possível pegar os estudantes da periferia e colocá-los nas melhores universidades desse país para que a gente não tenha juízes e procuradores só da elite. Daqui a pouco vamos ter juízes e procuradores nascidos na favela de Higienópolis, nascidos em Itaquera, nascidos na periferia. Nós vamos ter muita gente dos Sem Terra, do MTST, da CUT formados. Esse crime eu cometi.

Luiz Inácio Lula da Silva, 2018.

O idealista é incorrigível; se é expulso de seu céu faz um ideal do seu inferno.

Friedrich Nietzsche

É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês penetrem, animados da luta, todos cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido – e que, abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a vossa própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida gelada da princesa adormecida...

Lucien Febvre

Atualmente, quando se faz história – história das ideias, do conhecimento ou simplesmente história – atemo-nos a esse sujeito de conhecimento, a este sujeito da representação, como ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece. Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.

Michel Foucault

[...] o gay é para o hetero, não o que uma cópia é para o original, mas o que uma cópia é para cópia.

Judith Butler

RAMOS, Jeferson. **A norma, os corpos e os prazeres:** moral sexual, tra[ns]vestilidades e homossexualismo no Paraná dos anos 1970. (Dissertação de mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

Resumo

A presente pesquisa discute os confrontos, as negociações, os desvios e as indiferenças entre o conjunto de saberes-poderes sobre a sexualidade, ou seja, aquilo que se caracteriza pela norma heterossexual, que eram sistematicamente ritualizados na imprensa paranaense nos anos 1970, período enfocado neste trabalho, a partir da instituição política heteronormativa, e as experiências que os sujeitos tinham no exercício, individual e mútuo, de seus corpos e dos prazeres. Para a realização do trabalho, elegi como principais documentações os jornais *Diário da Tarde* (1899-1983) e *Diário do Paraná* (1955-1983), nos quais busquei investigar tanto os trânsitos dos discursos normativos da sexualidade e do gênero, quanto as emergências de falas dos sujeitos de carne e osso, percebendo em que consistiam as negociações e confrontos em torno da sexualidade e do corpo. Foram utilizadas entrevistas e outros documentos para que fosse possível promover uma análise a partir dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero, e o modo como resistiam e ritualizavam as normas. A pesquisa partiu do questionamento da presença nos dois periódicos citados, de termos e temas sobre travestis, homossexuais, lésbicas e transexuais, passando, posteriormente, a busca pelos lugares de fala em que estes sujeitos se fizeram ouvir das mais diversas formas. Dentre as várias conclusões a que cheguei, a principal refere-se a percepção de que as normas sexuais dependem das dissidências para se tornarem reais como regimes de verdade, na medida em que os sujeitos das dissidências negociam e resistem a estas mesmas normas provocando fissuras e demonstrando seu caráter de ficção política publicamente aceita.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. Discursos normativos. Homossexualismo. Travestilidades. Transexualismo. Sentidos de liberdade.

RAMOS, Jeferson. **The norm, the bodies and the pleasures:** sexual morality, tra[ns]vestilities and homosexuality in the Paraná of the 1970s. (Master's Dissertation) - Center of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Santa Catarina . Florianópolis, 2019.

A**bstract**

The present research discusses the confrontations, the negotiations, the deviations and the indifferences between the set of knowledge-powers over sexuality, which were systematically ritualized in the Paraná press in the 1970s, a period focused on this work, from the heteronormative political institution, and the experiences that subjects had in the individual and mutual exercise of their bodies and pleasures. For the accomplishment of the work, I chose as main documents the newspapers *Diário da Tarde* (1899-1983) and *Diário do Paraná* (1955-1983), in which I tried to investigate both the transits of normative discourses of sexuality and gender, as well as the emergencies of speeches of dissident subjects, realizing what the negotiations and confrontations about sexuality and the body consisted of. I also made use of interviews and other documents so that it was possible to promote an analysis from the subjects of sexual and gender diversity and how they resisted or reproduced the norms. The research was based on the questioning of the presence in the two cited journals, of terms and themes about transvestites, homosexuals, lesbians and transsexuals, and later the search for the places of speech in which these subjects were heard in a variety of ways. Among the various conclusions I have reached, the main one concerns the perception that sexual norms depend on dissent in order to become real as regimes of truth, insofar as the subjects of dissent negotiate and resist these same norms causing fissures and demonstrating its character of publicly accepted political fiction.

Key-words: Sexuality. Gender. Normative discourses. Homosexuality. Travestilities. Transexualism. Freedom of senses.

Lista de figuras

Figura 1. Jaqueline.....	32
Figura 2. Propaganda das cigarrilhas Vedette.....	40
Figura 3. A mística da fecundidade.....	90
Figura 4. Um homem feminino, uma mulher masculina?.....	97
Figura 5. Capa do <i>Diário do Paraná</i> de 2 de abril de 1964.....	117
Figura 6. Amor lésbico.....	125
Figura 7. Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários.....	141
Figura 8. Edgar Antunes da Silva.....	145
Figura 9. Jaqueline e Andreia.....	151
Figura 10. Denise e Paula.....	152
Figura 11. Caricatura de uma travesti com nome social.....	153
Figura 12. Travestis sentadas durante baile no Operário.....	155
Figura 13. Magdá.....	159
Figura 14. Samantha.....	161
Figura 15. Scheila em entrevista ao <i>Diário da Tarde</i>	164
Figura 16. Beth e Cristiant.....	170
Figura 17. Ensaio de Graziela no <i>Diário da Tarde</i>	190
Figura 18. Jaqueline.....	196
Figura 19. Jaqueline.....	197
Figura 20. Jaqueline ladeada por amigas que desejavam realizar a operação de mudança de sexo.....	199
Figura 21. Veruska.....	200
Figura 22. Acácio.....	204
Figura 23. Feliciano e Ney Sousa.....	243
Figura 24. Propagando do <i>Celsu's bar</i> no Lampião da esquina de novembro de 1978.....	244
Figura 25. Café-concerto Rainbow.....	246

Lista de tabelas

Tabela 1. Ocorrências sobre “Homossexualismo” na imprensa paranaense.....	35
Tabela 2. Composição da população economicamente ativa.....	44
Tabela 3. O que as adolescentes pensam sobre o homossexualismo?.....	238

Lista de quadros

Quadro 1. Distribuição da população paranaense por religião e sexo (Censo de 1970).....	59-60
--	-------

Lista de siglas

FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar.

APL – Associação Paranaense de Letras.

ACF – Associação Cristã Feminina.

BND – Biblioteca Nacional Digital.

GD – Grupo Dignidade.

CEDOC – Centro de Documentação

DAPP – Departamento de Arquivo Público do Paraná

BPP – Biblioteca Pública do Paraná

LGBT+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e demais autodenominações.

LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História

MST – Movimento sem Terra

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT – Partidos dos Trabalhadores

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFPR – Universidade Federal do Paraná

OPERÁRIO – Sociedade Beneficente e Protetora dos Operário.

Sumário

1. Considerações Iniciais.....	15
1.1. O passado é o prólogo.....	16
1.2. A pesquisa : fontes, objeto e problemática.....	21
2. Capítulo 1. <i>O homossexualismo como produto de uma moralidade desejada</i>.....	27
2.1. A década de 1970 e a questão homossexual na imprensa.....	30
2.2. Mãe-mulher-família : lugares da regeneração moral.....	40
2.3. Hippies, feministas e divórcio : males da modernidade.....	51
2.4. A paranoia anti-homossexual.....	62
3. Capítulo 2. <i>A moral como estética da diferença sexual</i>.....	97
3.1. Animalescos x sexuais : entre o genitalismo e a sexualidade.....	101
3.2. “Ser homem ou ser mulher, eis a questão”.....	110
3.3. Lesbianismo : a homossexualidade platônica.....	125
4. Capítulo 3. <i>Os corpos: criminalização, resistência e liberdade</i>	138
4.1. Travestis : bioheterocapitalismo, criminalização e carnaval.....	141
4.2. Transexualismo : uma receita para o gênero.....	177
4.3. Desejos e orgasmos : dinâmica dos prazeres e homossexualidade.....	212
5. Considerações Finais.....	249
Documentos/Arquivos/Acervos/Entrevistas/Sitografia.....	253
Referências Bibliográficas.....	255

Considerações Iniciais

*Um trabalho quando não é ao mesmo tempo uma tentativa
De modificar o que se pensa e mesmo o que se é,
Não é muito interessante. [...] trabalhar é tentar
Pensar uma coisa diferente do que se
Pensava antes.¹*

Todo trabalho que realizamos sobre algo com alguma demora, faz com que os primeiros contornos do mesmo, durem pouco tempo, e que, por outro lado, permaneçam sendo contornos possíveis. Um problema que precisa ser resolvido no campo das ciências humanas é sempre um problema, ainda que o trabalho com ele tenha findado. O termo problema carrega esse ar de substância metafísica, permanece apontando para algo sobre o qual carecem melhores e mais conclusivas discussões e que continua sendo a mesma coisa onde quer que o encontremos. O presente texto não foge a esta sentença, minha pesquisa permanece em mim como um problema cujas primeiras discussões, algumas delas, ainda presentes nesta última versão do texto, permanecerão como dúvidas, e é sobre dúvidas que escrevi. Inegavelmente passei a pensar de modo diferente, modificando as linhas do texto e as linhas do pensamento.

A presente dissertação é fruto de um percurso que se iniciou oficialmente no último ano da graduação em História, em 2016, quando eu estudava na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO, e fui demitido de minha função como estagiário do Laboratório de Educação do Campo vinculado ao Movimento Sem Terra (MST). Entre 2015 e 2016, o então governador do estado do Paraná, Alberto Richa (PSDB), em mais uma de suas políticas de sucateamento das instituições educacionais públicas, realizou inúmeros cortes de verbas ocasionando a demissão de diversos trabalhadores e o medo em muitos outros, principalmente estagiários, pois não constituem apenas força de trabalho precário, mas alvos privilegiados em tempos de crise universitária. A minha demissão ocorreu no início do ano de 2016. Com o tempo sem emprego após a demissão e recebendo ajuda financeira de meu pai, passei a me dedicar na busca por um tema de pesquisa para o mestrado, lembrando que eu havia encontrado ocorrências jornalísticas sobre travestis durante os anos 1970 em periódicos paranaenses, quando fazia uma pesquisa sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo, em 2015.

¹ FOUCAULT, Michel. “O cuidado com a verdade”. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. (Ditos e escritos V). Tradução Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 240.

A pesquisa iniciou nos Fundos da Comissão Pastoral da Terra, quando descobri a existência do acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BND)².

No sítio eletrônico da BND fiz a leitura de mais de duzentas notas, reportagens, entrevistas e fotografias sobre homossexuais e, principalmente, travestis de Curitiba ou que ali se encontravam nos anos 1970. Resolvi escrever o projeto de pesquisa objetivando entender a relação entre o espaço das narrativas sobre estes grupos e os significados sociais e políticos que eram emitidos nos enunciados. Submeti o projeto no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vindo a ser orientado pela Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro, pioneira da História Social das Mulheres e, mais tarde, dos Estudos de Gênero, na região sul do país.

A pesquisa modificou-se com o tempo e com as novas leituras e trocas realizadas no processo do mestrado, principalmente no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) onde coletei boa parte das referências arroladas para este trabalho.

Apreendi nos espaços pelos quais passei, das salas de aula e reuniões do LEGH ao bosque e as filas em que fiquei na UFSC, que meu posicionamento neste trabalho seria político, assim como defendeu Joan Scott (2011), uma história que se compromete em investigar os silêncios, as exclusões, as violências, as múltiplas faces dos processos históricos, é sempre uma “narrativa política”. É em uma concepção de política baseada na ideia de que ela presume não apenas as normatividades impostas, mas, na mesma chave de compreensão, as resistências e as táticas dos sujeitos, que introduzo o presente texto. A introdução que preparei não se reduz a uma discussão do que a/o leitora/leitor encontrará apenas no texto, nela eu coloquei os percursos, os espaços, as contradições que me acompanharam em minha pesquisa. Não podemos omitir na apresentação pública de nossos textos, os percalços/silêncios/hierarquias que nos são impostos pelas contradições do processo de construção do conhecimento. Tentei, assim como as inúmeras feministas e ativistas que li, elaborar uma escrita que acusa, que nomeia e mostra onde ocorrem as violências que não querem nos ver em pé.

O passado é o prólogo

² O sítio eletrônico da Biblioteca Nacional pode ser acessado pelo endereço <http://bndigital.bn.gov.br>. No sítio é possível acessar o acervo digital da hemeroteca onde podem ser lidos por página boa parte dos periódicos publicados no país desde o período imperial.

Logo na entrada do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná³, um painel recepciona os visitantes com a seguinte inscrição: “o passado é o prólogo”. Trata-se de uma passagem da peça teatral *A Tempestade*, de William Shakespeare (Ato II, cena I). Esta frase sugere um leque de interpretações, e quando a aplicamos à história LGBT+, ela se torna ainda mais sugestiva.

Desde os anos 1990 e início do século XXI, temos assistido a construção no campo historiográfico, das experiências temporais de grupos minoritários e dentre eles, notadamente da população LGBT+. Porém, quando o tema é este, percebemos que ainda persistem lacunas e silêncios no esclarecimento destas histórias, cobrando das mentes inconformadas, ações em função da problematização do passado desde o ponto de vista destes grupos.

No Arquivo Público do Paraná, por exemplo, é quase impossível encontrar vestígios das experiências LGBTs desta porção geográfica. Os sujeitos que figuram arquivados ainda são heterossexuais, cujas ações são creditadas de valor histórico, excluindo e silenciando muitas outras experiências através da prática arquivística, principalmente daqueles que não se conformavam com o regime heteronormativo caracterizado sempre por uma imposição. São sujeitos ainda anarquivados, principalmente do ponto de vista do Estado, creio que temos nisso uma primeira compreensão para aquela frase presente na entrada do Arquivo, pois são sujeitos ainda invisibilizados pelo mesmo Estado.

Por outro lado, os Movimentos Sociais LGBTs, têm se comprometido bravamente na construção de arquivos e acervos a fim de salvaguardar a memória homossexual, lésbica, travesti, transexual, *drag* e muitas outras sexo/gênero/corpo-dissidentes, é digno de nota lembrar o Centro de Documentação Dr. Luiz Mott, do Grupo Dignidade (GD), organização dedicada à luta pelos Direitos Humanos e Políticos da população LGBT+ do Paraná⁴. Sem iniciativas como esta, a memória LGBT+ não teria condições de ser investigada e os diversos lados das narrativas que sobre esses segmentos são escritas, permaneceriam com poucas condições de confrontação.

Os silêncios de Clio, como sabidamente foram nomeadas as lacunas historiográficas e históricas sobre a população LGBT+, fazem parte das interpretações possíveis sobre aquela frase de Shakespeare: constituem grupos de pessoas invisibilizadas no campo político, na

³ O Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná está localizado à Rua dos Funcionários, nº 1796, no bairro Cabral, na cidade de Curitiba, Paraná. Também pode ser acessado no sítio eletrônico: < <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>.

⁴ Um artigo, escrito por mim e pelo historiador Paulo Roberto Souto Maior Jr., está em vias de publicação em livro sobre os Movimentos Sociais do Sul do Brasil. O Grupo Dignidade está localizado à rua Marechal Floriano, nº 366, 4º andar, no centro de Curitiba, Paraná.

sociedade e na cultura, e o passado parece indicar-se como um prólogo, uma vez que permanecem ausentes na memória e nos lugares de memórias mais amplos, o arquivo sendo apenas um deles.

Lembro-me nitidamente de uma aula no curso de História, no ano de 2016, quando uma colega se manifestou em sala sobre a questão gay, segundo ela se tratava de algo recente, pois eram pessoas que vinham à tona no final do século XX e, portanto, sobre elas pouco se sabe, como se o silêncio histórico justificasse o silêncio historiográfico e fosse causal e não constitutivo. Virei para trás e perguntei a ela o motivo daquele argumento, segundo ela, se devia ao fato de que nada se sabe dos homossexuais antes dos anos 1990, ou mais propriamente, antes das organizações mais conhecidas. A ausência de um saber seria a ausência de passado desses sujeitos. Ela não estava errada nesse ponto, pois o que compõe a consciência história é a narrativa do espaço de experiência, ausente fontes do passado, como pensá-lo? Mas, para mim essa realidade não soou como constatação simplesmente, para mim era uma denúncia, primeiro em relação a nossa formação universitária que silencia estes temas sob discursos de relevância científica, por outro lado, são memórias e arquivos que não importam para a consciência histórica mais ampla.

A investigação historiográfica se torna, neste cenário, uma importante ferramenta de humanização, uma vez que atribui carga histórica a grupos alijados do direito à vida no presente, e assim, pode servir como frente de luta, não apenas na visibilidade, mas na sensibilização para a viabilidade de suas existências, uma vez que, no passado e no presente, têm sido marcadas pela violência, epistêmica e física.

O arquivo do GD ainda está em construção, nem toda a documentação está disponível, e os materiais disponíveis precisam ser organizados e catalogados, pois em meio a muitos livros e pastas repousam documentos frágeis e que necessitam de cuidados específicos como aclimação e caixas. Entretanto, o CEDOC Dr. Luiz Mott, representa o compromisso da organização que atua no estado desde 1992, no que se refere a memória LGBT+. Foi no CEDOC do GD que encontrei parte significativa dos documentos utilizados nesta pesquisa. E o Grupo não apenas arquivava os vestígios, como fez parte da produção de muitos deles, a exemplo da entrevista com José Celso Filho (Capítulo 3 deste trabalho) acerca de suas ações em prol dos homossexuais e travestis de Curitiba, no final dos anos 1970.

Os arquivos *queer*⁵, ou como eu prefiro, *Aqueervos*, são espaços de registro e construção da história das experiências, objetivas e subjetivas, dos sujeitos LGBTs, representando um

⁵ Emprego este termo com base nas pesquisas de Camila Borges Freitas (2018).

contra-discurso em relação ao que é considerado experiência histórica relevante pelos ditames tradicionais da consciência histórica nacionalizada e estatal, leia-se masculina, branca e hetero. Os *aqueervos* são espaços em que não apenas os documentos textuais e visuais têm lugar, podem ser acessados sentimentos, corpos e vidas que transitam neles, principalmente atuando diretamente nestes espaços como militantes. Esses *aqueervos* formam redes de ativismo nos e pelos arquivos, uma vez que todo seu discurso atua nos silêncios e nas ausências verificadas na história oficial que tenta apagá-los. O CEDOC Dr. Luiz Mott caminha para se tornar um espaço fundamental da história LGBTQ+ do Paraná e do Brasil.

Outro espaço, que chamou minha atenção durante a pesquisa, foi a Biblioteca Pública do Estado do Paraná (BPP), onde estão arquivados inúmeros documentos do estado, principalmente periódicos. Os jornais são disponibilizados em rolos de filmes, o que dificulta a pesquisa, pois as telas dos projetores não possuem nitidez suficiente, dificultando a leitura para pessoas que estão com a vista embaçada de tanto ler e ficar em frente a computadores. Sobre isso é lícito que se defenda a digitalização da documentação mais antiga, primeiro que por decisão de algumas instituições não é possível manusear as versões físicas dos documentos, como é o caso da BPP, e segundo que a apresentação em projetores não resolve o problema, tornando ainda mais difícil encontrar fatos quando as pesquisas se baseiam em “histórias nos periódicos”, como definiu Tânia Regina de Lucca (2008), em tempos mais recuados e/ou assumem um marco temporal extenso.

Ainda que muitos historiadores vejam com maus olhos processos de digitalização e disponibilidade virtual de documentos, como aquele promovido pela BND, que digitalizou mais de um milhão de periódicos que podem ser pesquisados folha por folha ou por palavras, com nitidez máxima, não fosse este sistema minha pesquisa não seria possível.

Na BPP foi montada uma pasta intitulada LGBTQ, cujo objetivo é registrar os fatos referentes a estes segmentos, que aparecem nos periódicos da cidade e do país. Sandra, que trabalha há um ano na BPP na seção da Hemeroteca, disse que a pasta iniciou antes de sua chegada e que a mesma era realizada a partir de recortes de jornais considerados relevantes sobre o tema e que foram sendo arquivados. A guarda dos recortes é feita da seguinte forma: são acompanhadas as publicações periódicas da cidade, do estado e do país, conforme são encontradas notícias sobre LGBTQs, os recortes são extraídos das páginas e colados com cola branca em um folha A4 de sulfite colorido, a pasta está com bastante recortes, inclusive recomendei que o lugar de guarda não fosse uma pasta comum, pois estas acabam deixando o peso dos recortes amassarem parte das páginas; o ideal é um arquivo que não necessite a dobra

de páginas, nem mesmo páginas comprimidas num espaço apertado, o que indica sobre os meios de arquivamento destes sujeitos, infelizmente descuidados que estão diretamente ligados a relevância do tema. No entanto, o ideal seria não serem recortes, mas a edição integral dos jornais, o que não seria possível devido ao interesse da mesma para fins diversos.

Amanda, estudante de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), trabalha na coleta e guarda de arquivos para a mencionada pasta. Segundo ela, a pasta LGBT da Biblioteca havia sido iniciada quando ela começou suas atividades na instituição, há pouco mais de um ano, segundo seu relato, os arquivos iniciavam nos anos 1970, porém, somente cobrem os anos 1990 em diante conforme constatei diretamente. A pasta se chamou até 2018 *homossexualismo*, vindo a ser mudado o nome depois da entrada dela no arquivo. Este fato me chamou atenção na medida em que a presença de pessoas sensíveis com a causa LGBTQ+, modificaram a perspectiva do arquivamento, ainda que ele permaneça precário. Por todos esses anos o termo homossexualismo nomeando a pasta, não incomodou e lá estava até a entrada de Amanda e Rafaela, esta também estudante de letras. Segundo elas, não era possível manter o título tendo em vista os avanços e as lutas destes segmentos. De forma sutil, elas trouxeram para a memória institucional uma brecha da consciência histórica LGBTQ+, mesmo que a ausência seja o caráter principal da relação entre LGBTQ+ e a memória institucional. Vale lembrar que o ressurgimento com força sobre o tema é concomitante ao aparecimento do GD na cidade, não por coincidência, o maior número de notícias em periódicos locais é paralelo às atividades desta ONG.

Acredito que a relação entre as existências possíveis e não possíveis com o que se pode ou não arquivar e o modo como este arquivamento ocorre, é visceral. “Não se vive da mesma maneira aquilo que não se arquivava da mesma maneira”⁶, a história que vivemos e a história que os arquivos oficiais contam de nós são aquelas em que somos apenas o lado fraco, doente, criminoso, perverso, essas histórias os arquivos contam, histórias que não são nossas, são antes as que eles contam sobre nós para legitimar nossa exclusão e a violência deles que produz nosso extermínio. Se o passado estampado nos lugares de memória é o prólogo e neles não encontramos determinadas experiências e sujeitos, é evidente que temos nisso uma outra dimensão da exclusão, marginalização e violência que sofrem no agora os grupos LGBTQ+. Ao estarem do lado do esquecimento, estes sujeitos, são desumanizados na constituição de seu passado, e pessoas sem passado, não são apenas pessoas sem história, mas aliados das condições de possibilidades da transformação de seu futuro.

⁶ SOLIS *apud* FREITAS, 2018, p. 3.

A presente pesquisa tentou traçar uma parte desta história, recorrendo aos arquivos oficiais, aqueles dos registros que concebem as minorias enquanto desviantes, pelos discursos variados que elas sintetizam, médico, religioso, criminal, mas, buscou os contra-discursos nos contra-arquivos⁷ dos próprios sujeitos LGBTs. Com base nessa confrontação percebi como a história é uma disputa não apenas na ocasião das experiências, mas em como estas experiências podem ou não ser acessadas e como elas constituirão os quadros de inteligibilidade do passado, o quadro do “nosso” passado, estatal, oficial e, masculino e hétero, e o passado disperso e diversificado dos “outros”, que pelas beiradas não-oficiais atesta como o passado é um outro direito pelo qual é preciso lutar e sobre o qual é necessário manter-se vigilante, pois, “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”⁸.

A pesquisa: fontes, objeto e problemática

Feitas as primeiras apresentações acerca do processo de pesquisa que gerou o presente trabalho, passo agora a discussão de sua estruturação teórico-metodológica. Como dito anteriormente, a documentação principal do trabalho constitui-se de edições de dois periódicos da imprensa curitibana circunscrevendo a análise no período compreendido entre 1970 a 1979: são eles o *Diário da Tarde* (1899-1983) e o *Diário do Paraná* (1955-1983). Para evitar repetir a todo instante os nomes dos dois periódicos optei pela seguinte prática: sempre que estiverem em questão ambos os jornais, estarão nomeados de *Diários*, não me referindo, nesse caso, ao termo comum nos anos 1970 que designava o complexo dos Diários Associados de Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, cujo *Diário do Paraná* era um dos órgãos. Nos demais momentos, quando estiver tratando especificamente de cada um dos periódicos, faço a devida menção. Esse recurso se explica pela proximidade discursiva que marcavam as publicações sobre o tema da sexualidade e dos “desvios” em ambos os impressos.

O *Diário da Tarde* foi fundado por Estácio Correia em 1899 em Curitiba, e próximo a sua criação recebeu uma crônica feita por Euclides Bandeira que resume as pretensões de Correia com a criação daquelas páginas para o período de início da república: “teve o seu ilustre fundador, o saudoso Dr. Estácio Correia, a visão perfeita do panorama social: preparou-se para

⁷ Idem.

⁸ BENJAMIN, Walter. Teses sobre a história. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 1. v. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. (p. 222-232).

a rude batalha de abater o consuetudinário sistema [queria referir-se à distribuição de jornais somente a assinantes] e, por outros caminhos, introduzir o jornal nos hábitos populares”⁹. O Paraná se aventurava naqueles anos, no anseio pela modernização verificada em outros lugares, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro. Era, historicamente, recente sua emancipação de São Paulo, ocorrida em 1853, portanto, após tal fato, as elites agrárias começaram a investir na região, a fim de torná-la uma imagem modernizada dos ideais republicanos que se animavam no *fin de siècle*.

Por sua vez, o *Diário do Paraná* foi fundado em Curitiba no ano de 1955, com início das atividades oficialmente datado no dia de comemoração do aniversário da cidade, 29 de março, data de fundação da cidade, fundação esta, datada de 1693. O jornal foi fruto de uma negociação entre o empresário Aderbhal Stresser e o conhecido “barão da imprensa” Assis Chateaubriand. Como revelou em depoimento para o livro de memória intitulado *O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaense* (2000), redigido pelo jornalista Carlos Danilo Costa Côrtes, o economista Nereu Maia Toniatti assim descreveu os interesses políticos e econômicos na formalização da sociedade: “a integralização do capital da S.A. Diário do Paraná teve origem no âmbito da economia forte da época: a cafeicultura”¹⁰, e por esta razão, segundo relatou, deveria representar os interesses das elites econômicas, principalmente do norte do estado, que como apontou o clássico escritor Temístocles Linhares (2000), representava a região avançada do estado e sua principal receita financeira. Ainda que o jornal não tenha necessariamente recebido dividendos importantes para sua própria sustentação material, é possível verificar, como tratarei ao longo do trabalho, em que consistia a representação política e moral, que o periódico oferecia em relação as expectativas das camadas mais abastadas.

Os demais documentos, como poderá ser constatado ao longo da dissertação, constituem de livros de memórias de pessoas ligadas ao exército brasileiro como o livro *A grande mentira* (2001) do general Agnaldo Del Nero Augusto, de jornalistas, de pessoas comuns que viveram sua sexualidade homossexual sob repressão familiar e policial em tempo de Ditadura, como o livro *Direito de amar* (1996) de Antônio Carlos Martins Reis e David Harrad, e outros periódicos que contribuíram como contra-discursos acerca do que era divulgado pelos *Diários* como é o caso do *Lampião da Esquina*, para onde foram enviadas algumas poucas cartas de homossexuais paranaenses ainda no fechamento da década de 1970, em que foram relatadas as

⁹ PILOTTO, Osvaldo. **100 anos de imprensa no Paraná** (1854-1954). Estante Paranista, ano 1, n. 1, 1976. (p. 31).

¹⁰ CÔRTEES, Carlos Danilo Costa. **O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaense**. Curitiba: Fotolito, 2000. (p. 193)

concepções pessoais sobre ser homossexual no estado¹¹. Também fiz uso de entrevistas com homossexuais que vivenciaram suas infâncias no campo durante os anos 1970, por meio das vozes de Antônio Reis, Antônio Carlos e Carlos Antônio, tentei mostrar que a rede discursiva normativa atravessava geografias e delineava em vários espaços uma cartografia dicotômica das relações de gênero, mas, que eram sabidamente subvertidas nas experiências entre os corpos. Campo e cidade mantinham formas diferentes de lidar com os mesmos problemas.

É preciso, todavia, mencionar a importância da existência do CEDOC Dr. Luiz Mott, onde encontrei a primeira edição do jornal *Folha de Parreira* de 1995, fruto das lutas do GD, onde foi publicada uma entrevista com José Celso Filho, que em 1978, fundou um espaço homossexual na capital curitibana. O Celsu's bar teve uma vida curta, como discuto no capítulo 3, entretanto, constituiu, nas palavras do seu fundador, um ato pioneiro na liberação homossexual desta região, uma vez que, como constatou o mesmo, era uma cidade repressora.

A partir da entrevista de Celso Filho, foi possível junto a outras peças documentais criar um cenário homossexual paranaense, uma vez que é possível, com alguma margem de imprecisão, estender as experiências relatadas a outras regiões além de Curitiba, tarefa que ainda merece atenção por parte da historiografia do estado. Sem documentos como estes seria impossível apresentar outras versões das histórias dos sujeitos que ousaram, como Celso Filho, se levantar contra a heteronormatividade, e fazer diferente.

Ao longo da dissertação não me furtei em fazer discussões metodológicas, sempre relembro ao leitor e a leitora de onde retirei os fundamentos que embasaram a pesquisa. E como principal elemento do aporte teórico-metodológico, é o que podemos denominar de *práticas discursivas*. Segundo a historiadora Renata Brandão (2016), baseando-se no filósofo Michel Foucault, a qual analisou revistas de comportamento dos anos 1960 e 1970, as práticas discursivas são “[...] suportes de relações sociais e de poder, propiciam um olhar bem documentado sobre práticas e discursos em relação à sexualidade e à (re)invenção do(s) feminino e masculino(s) [...]”¹², portanto, investigar na história em que consistiram os regimes de normalidade ou anormalidade, visibilidade ou invisibilidade, é investigar os modos como estes regimes são arquitetados, costurados, fundados/refundados, forçados/reforçados nos discursos possíveis sobre a realidade das práticas e dos corpos.

¹¹ Não farei aqui um inventário de toda a documentação, ela pode ser verificada no final do trabalho na seção **Documentos/Arquivos/Acervos/Entrevistas/Sitografia**.

¹² BRANDÃO, Renata Rodrigues. Revolução sexual e sexualidades “ex-cêntricas”: análises das práticas discursivas sobre “identidades sexuais” em revistas brasileiras (1969-1979). **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, 2016. (p. 121)

Com base nesta perspectiva busquei compreender em que consistiu a presença de discursos que faziam uso de termos como *travesti*, *homossexualismo*, *homossexuais*, *transexuais*, *transexualismo*, *pederastas*, *invertidos*, *anormais*, *bonecas*, nos dois periódicos selecionados para a pesquisa, os quais carecem de maiores atenções por parte da historiografia, tendo em vista que encontrei poucas referências que facilitassem a contextualização.

Com base no encontro das notícias que versavam sobre os termos citados, realizei uma análise dos textos explorando os sentidos dos usos, a recorrência destes usos, os momentos em que apareciam, as vozes que falavam dos mesmos e os possíveis objetivos sociais e políticos destas presenças. Portanto, a motivação principal da pesquisa foi compreender as presenças das menções a sujeitos considerados, na visão tradicional sobre o período do Regime Civil-Militar, silenciados, excluídos, apagados. Não significa, todavia, que buscar compreender presenças, neste caso, é o oposto de considerar os silêncios ou de refutá-los. A pesquisa objetivou entender as relações entre presenças, marcadas por enquadramentos específicos, os quais em inúmeros momentos produziam formas de silêncios, de modo performático a concomitante menção.

Com este objetivo central em mente, recorri a discussões teóricas que versaram sobre estes sujeitos, filosófica, histórica e sociologicamente, e nos termos do ativismo político. Um conceito, que se tornou operatório no caminho, foi elaborado por Judith Butler em seu livro *Quadros de guerra* (2017a), pelo conceito de *enquadramento* proposto pela filósofa, me distancio das reflexões propriamente jornalísticas e me aproximo de uma abordagem ético-política ao englobar em que consistia esse enquadramento e mostrar seus limites. Butler assim define sua intervenção com o termo:

“Enquadrar o enquadramento” parece envolver certa sobreposição altamente reflexiva do campo visual, mas, na minha opinião, isso não tem que resultar em formas rarefeitas de reflexividade. Ao contrário, questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade; em outras palavras, algo acontece que não se ajusta à nossa compreensão estabelecida das coisas.¹³

Butler se referia, em seu livro, as formas estéticas de dar sentido à vida, aquelas que devem continuar vivendo e, portanto, são passíveis de luto, e aquelas em que isso não ocorre.

¹³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio T. de N. Lamarão e Arnaldo M. da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a. (p. 23-24)

Ao apontar para formas estéticas, técnicas de dar sentido à vida, ela apontou para o campo da visualidade que enquadra a vida, que produz, ou não, comoção sobre ela, que comunica sobre o estado desta vida, que a torna passível de ser chorada. Para entender o regime de possibilidade da vida, Butler entende que é preciso “enquadrar” os meios que “enquadram” a vida, “enquadrar o enquadramento”, perceber como ele opera, como as imagens viajam, como elas comunicam sobre os sujeitos e como elas operam sobre eles modos de inteligibilidade. “A regulação da perspectiva sugere, portanto, que o enquadramento pode dirigir certos tipos de interpretação”¹⁴, Butler, com isso, rejeita as formulações de Susan Sontag em *Diante da dor do outro*, quando esta alega que uma fotografia, por exemplo, não pode por si só, oferecer algum tipo de interpretação, não constituindo, nos termos de Butler, um enquadramento. Ao que a filósofa feminista responde, afirmando que a fotografia só existe numa determinada comunidade por, com ela, manter antecipadamente, o compartilhamento de sentidos, uma fotografia é sempre apropriada e ressignificada, e esse processo é sistematizado culturalmente através dos esquemas de concepção. Butler se referia a uma comunidade específica e a reprodução das informações nos Estados Unidos do que ocorria nas prisões norte-americanas de Guantânamo e Abu Ghraib.

A partir de Butler, é possível colocar toda a produção jornalística no campo político de seu entendimento sobre o enquadramento, uma fotografia, um texto, todos esses artefatos são feitos para informar, mas para causar alguma interpretação, para atribuir sentido a um conjunto específico de elementos da realidade vivida. E complemento, que buscar pelo contexto político, pelos vestígios que contornam os enquadramentos é compreender em que consiste a afirmação de que a história é fruto de disputas, e a desigualdade como construção social. Ainda que as formas de desigualdade, exclusão, silenciamento sejam, ao mesmo tempo, estruturais, alojando-se em compartimentos do inconsciente, individual e coletivo, elas são conjunturais, elas são acionadas diariamente, ou como afirmou Butler, podendo ser reiteradas nas práticas diárias. E mais do que isso, elas não são naturais, sua verdade repousa no que o enquadramento enquadra, mas as molduram não enquadram tudo, há sempre dimensões da vida não enfocadas e que denunciam o enquadramento como político.

Essas ações diárias me interessam profundamente, capturar todos os elementos possíveis que contornam e formam as práticas discursivas do regime binário de gênero é o que procuro neste trabalho, localizando-o num determinado espaço social, a imprensa. Nomeio de regime binário com base em Ochy Curiel e sua obra *La nación heterosexual* (2013) quando ela

¹⁴ Idem, p. 103.

concorda que existe um regime binário e heteronormativo¹⁵, definidor consciente do regime de normalidade calcado primariamente na estética da diferença sexual defendida, discursivamente, como natural.

Resta a nós historiadores vigilantes das formas de desigualdade tentar desconstruir esses discursos que reivindicam a naturalidade/normalidade da atual sociedade e daquelas do passado, aceitando para isso que as desigualdades são parte da mesma natureza e reproduzidas como condição do seu próprio paradigma. Interessa, portanto, discutir os documentos, os atos, os discursos desses, que se levantaram para berrar sua pertença natural a ordem do mundo e que alguns não podem ser contemplados pelo mesmo direito. Entender as bases destes discursos, seus usos públicos, sua utilidade política, moral e ética, para assim, quem sabe, contribuir na destruição do regime regulatório da sexualidade que constrói a dualidade a partir da hierarquia, a diferença a partir da desigualdade.

Por outro lado, me debrucei sobre os que resistiram às normatizações. A partir de documentos contra-discursivos, que envolvem não apenas aqueles encontrados em arquivos como o CEDOC Dr. Luiz Mott e a BPP, estando presentes nos próprios documentos oficiais ou oficializados pela prática arquivística, como é o caso dos *Diários*, carecendo de uma leitura a contrapelo, nestes busquei compreender o que homossexuais, travestis e transexuais fizeram com as verdades que eram enunciadas sobre eles e que circulavam, agiam socialmente; em algum momento eles resistiram? Coletivamente? Individualmente? Havia formas de negociação? Quais? Essas resistências se verificaram nos registros da luta militante ou de outros subterfúgios? Como é possível perceber as estratégias normativas nos corpos que elas diziam ser anormais? E as táticas dos de baixo? E eles, estão de fato, embaixo ou se enunciam de várias posições e lugares? Quem são eles? O que falam de si mesmos?

Todas estas questões permearam a pesquisa, não desde seu início, pois a problematização é permanente, mas foram emergindo nos encontros e desencontros documentais. Foi em função destas questões que elaborei o presente trabalho e que espero ter conseguido, ainda que parcialmente, deixar esclarecidos parte do principal problema, a partir do qual as demais questões foram sistematizadas, que foi responder a pergunta: em que consistiu a presença de menções ao homossexualismo, homossexuais, travestis e transexuais nas práticas discursivas da imprensa curitibana?

¹⁵ Nesta dissertação não utilizo a expressão regime político heterossexual e sim heteronormativo, pois a heterossexualidade enquanto nomeação sexual, não implica, necessariamente poder, serão necessários instituições, códigos, leis, suportes, recurso financeiro, e neste processo não é mais a heterossexualidade enquanto prática de sujeitos, em questão, e sim, um complexo histórico de saber-poder financiado pela lógica que ela imprimiu em quem pensou, criou e ocupou certos espaços ao longo dos regimes de verdade e poder político.

Capítulo 1

*O homossexualismo como produto de uma moralidade desejada*¹⁶

Moral. É o conjunto sistemático das normas que orientam o homem para a realização de seu fim. Não se deve confundir fim, com objetivo. Objetivo é um determinado alvo que um homem se propõe a conquistar pelos seus esforços, ou por toda a sua vida [...]. Fim é uma destinação imanente a cada ser, mesmo independentemente de sua vontade, caso se trate de um ser livre; é a razão de ser de uma existência, é o seu sentido profundo.¹⁷

Em 1969, o Ministério da Educação e Cultura criou um concurso para a seleção do redator do Guia de Moral e Civismo, material destinado aos professores que lecionavam a disciplina de Educação Moral e Cívica nos cursos de 1º grau (anos iniciais) e 2º grau (anos finais) das escolas brasileiras. A partir dessa disciplina, esperava-se fomentar entre as crianças e jovens, ideias e práticas moralizantes convergentes com os interesses do Regime Civil-Militar, que havia tomado o poder com o Golpe de 1964.¹⁸

O Guia foi publicado em dezembro de 1971, como parte do conjunto de materiais didáticos criados pelo regime e constituía-se de discussões sobre a moralidade “desejada” pelo governo frente à sociedade, assumindo como principal bandeira a moral cristã.¹⁹ A disciplina de Educação Moral e Cívica, por sua vez, foi efetivada pelo Artigo 7º da Lei 5692/71, que a definia como obrigatória e integrando-a em ao menos uma das séries de cada ciclo, além dela, propunha-se que, de modo geral, todos os professores, das várias áreas, contribuíssem com a formação moral integral, sendo os princípios presentes nos documentos, as inspirações e diretrizes.²⁰

¹⁶ O termo *homossexualismo* era o termo mais empregado na década de 1970, ainda que encontre-se o uso do termo *homossexualidade*, este estava envolto da mesma concepção que o primeiro, ou seja, indicava um comportamento anormal, psicopatológico (em alguns momentos definido como atividade homossexual) ou, no caso de seu uso por clérigos, era definido como um ato pecaminoso. Por esta razão neste trabalho será empregado a forma de sua grafia comum ao período sempre que este uso seja verificado em ações normatizadoras, em outros casos, como veremos no capítulo 4, o uso pode variar, na sua grafia e no seu sentido.

¹⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Fundação Nacional de Material Escolar, Rio de Janeiro, 1972. (p. 449)

¹⁸ DREIFUSS, 1981; SILVA, 2004; AQUINO, 2010; RIOS, ALVES, 2014.

¹⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Guia de moral e civismo**. Fundação Nacional de Material Escolar, Rio de Janeiro, 1971.

²⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO. **Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus**. Rio de Janeiro, 1984.

Em 1972, foi publicado, seguindo a mesma orientação dos documentos anteriores, a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, sendo outro documento importante para discutir em que consistia o ideal, não apenas da moralidade desejada, mas da própria noção de moral, enquanto conjunto definido de preceitos a serem reproduzidos pela sociedade, conforme as expectativas psicossociais do Regime.²¹

Nestes materiais, foram desenvolvidas as principais ideias que sustentavam os discursos públicos do regime em nível nacional relativamente ao tema dos costumes. A defesa da moral e dos bons costumes era alardeada em boa parte dos documentos, de decretos-leis (Título VI da Parte Especial do Código Penal) até dicionários. Deixar esta defesa à vista de todos em todos os momentos, constituía uma estratégia de inculcação que pretendia legitimar as ações do próprio Estado quando de seu não cumprimento.

Da noção de moral expressa na epígrafe citada, gostaria de discutir a seguinte formulação: “Fim é uma destinação imanente a cada ser, mesmo independentemente de sua vontade, caso se trate de um ser livre; é a razão de ser de uma existência, é o seu “sentido profundo”. Segundo a enciclopédia, redigida pelo Pe. Fernando Bastos de Ávila, um *fim* se distingue de um *objetivo*, enquanto este se deve a coisas exteriores à pessoa, coisas materiais ou alguma condição a ser adquirida, que envolvem metas, meios e projetos, um fim é mais profundo, é “um sentido profundo”, que não depende da vontade individual, pois a ultrapassa, uma vez que se refere ao fim coletivo que mescla cada sujeito, concebendo-o como portador de um laço mais amplo. Portanto, a moral se coloca, nestes termos, como um dever, uma norma, uma responsabilidade que a pessoa deve para consigo e com a sociedade. Nela está implicada a realização da essência humana.

A partir da conceituação proposta pelo Pe. Fernando, torna-se possível a ocorrência do seu oposto, uma vez que a moral é definida a partir de uma essência e esta tende a ser una, ou seja, expressão de uma verdade última sobre o ser, sendo que para sua definição é preciso um não-ser, uma imoralidade constitutiva que torne possível a definição do seu contrário. Esta imoralidade constitutiva não pode, portanto, estar ausente dos meios em que se coloca em funcionamento a moral desejada, é com base nesta oposição, que se constrói a coerência de uma e a incoerência de outra, num diálogo performaticamente auto excludente. São destas

²¹ Até o ano de 1967, a pasta do governo responsável pelo material didático era a Campanha Nacional de Material de Ensino, após esta data foi criada a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). Instituída na forma da Lei nº 5.327 de 2 de setembro de 1967, “a FENAME tem por finalidade a produção e distribuição de material didático (livros, peças, aparelhos e tipos diversos de material escolar), de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização” (MEC, 1972, p. 329).

construções que contornam o moral e o imoral, desde o ponto de vista da discursividade normativa da sexualidade, que tratam este primeiro capítulo e o segundo.

Como proposto nas considerações iniciais, neste primeiro capítulo, farei a análise das construções discursivas de dois jornais que circularam na capital paranaense ao longo dos anos 1970: o *Diário da Tarde*, que começou a circular na capital paranaense em 18 de março de 1899 e “que se havia de caracterizar como periódico de mais prolongada circulação no Paraná”²², que na década de 1970 foi distribuído pela Gazeta do Povo e o *Diário do Paraná*, fundado na capital em 29 de março de 1955, a partir da negociação entre Aderbhal Stresser, empresário paranaense, e o conhecido “barão da imprensa”, Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, dono dos Diários Associados, com sede em São Paulo, e que passaria, destarte, a possuir um órgão no estado do Paraná.²³

Dentre as construções discursivas, nos dois impressos, que possibilitam a discussão dos contornos entre moralidade e imoralidade, bem como outros antagonismos correlatos, as construções que articulam sexualidade e gênero²⁴ no tocante ao homossexualismo e a tra[ns]vestilidade²⁵, foram as selecionadas para esta pesquisa. As construções a que faço

²² PILOTTO, Osvaldo. **100 anos de imprensa no Paraná** (1854-1954). Estante Paranista, ano 1, n. 1, 1976. (p. 31). O periódico foi fundado por Estácio Correia e próximo a sua criação recebeu uma crônica feita por Euclides Bandeira que resume as pretensões de Correia com a criação daquelas páginas para o período de início da república: “Teve o seu ilustre fundador, o saudoso Dr. Estácio Correia, a visão perfeita do panorama social: preparou-se para a rude batalha de abater o consuetudinário sistema (queria referir-se à distribuição de jornais somente a assinantes) e, por outros caminhos, introduzir o jornal nos hábitos populares” (BANDEIRA *apud* PILOTTO, 1976, p. 31).

²³ Diários Associados é o nome do complexo empresarial comunicacional de Assis Chateaubriand com sede em Pernambuco, iniciado em 1924 com a compra de O Jornal, no Rio de Janeiro. Fundado em 1919, O Jornal havia inovado em sua linha editorial, substituindo textos longos por reportagens. No entanto, como apontou Ana Paula Pereira Lima (2001), os Diários já haviam iniciado quando Chateaubriand tinha 10 anos de idade ao demonstrar interesse pelo mundo das letras, um capturado pela escrita, se pensarmos nos termos de Jacques Rancière (1995) e Sílvia Gomes Bento de Melo (2008).

²⁴ O emprego do termo gênero nesta pesquisa segue a proposição de Joan W. Scott, portanto, assumo o gênero como uma categoria de análise que contribui na discussão do gênero e de seu caráter discursivamente constitutivo da realidade social, bem como, modo de significação das diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Logo mais no texto trago a contribuição de Judith Butler para quem o gênero não necessariamente nomeia uma diferença cultural percebida a partir de diferenças sexuais “dadas”, a filósofa propõe que mesmo o construto sexo pode ser fruto de uma operação discursiva, assim como o gênero, de modo que é nesta direção que aponto em algumas discussões aqui levantadas (BUTLER, 2017b). A presença destas duas orientações se deve ao fato de que as formulações de Butler não representam a anulação das anteriores, sendo, acredito, possível haver diálogos, desde que mantenha-se o compromisso com as fontes.

²⁵ Emprego este conceito sem a pretensão de torná-lo uma categoria definitiva e identificatória, o faço na tentativa de compreender os meandros dinâmicos em que a questão do travestismo e do transexualismo se aproximavam mais entre si do que em relação ao homossexualismo. Ao contrário do que pretende o termo homotransvestilidade, proposto pelo historiador Elias F. Veras (2014), o termo tra[ns]vestilidade aponta não para uma indistinção entre travestis e homossexuais, e sim para uma identificação mais apropriada entre travestis e transexuais, ainda que as diferenças discursivas sejam delineadas com precisão em determinados setores. Outra questão é quanto a pretensa masculinização que o termo homo sugere, o que não condiz com o que encontrei na documentação. Na primeira parte deste trabalho, que se debruça sobre os discursos normativos, as diferenças entre homossexualismo e travestismo são poucas e estes campos ainda não estão formados, sendo que as fronteiras são borradas, entretanto, não é possível utilizar esta constatação como parâmetro para o uso e discussão dos conceitos, é preciso estar atento

menção, constituem-se de artigos de opinião, colunas sociais e algumas poucas notícias. Os autores foram padres, professores, psicólogos ou membros da Academia Paranaense de Letras (APL), bem como redatores dos jornais. Na sua maioria homens, os quais tinham o poder de fala pública, relativa a cada instituição da qual faziam parte.

O tema da sexualidade e, mais propriamente, do homossexualismo, esteve presente consideravelmente em várias edições dos periódicos ao longo da década, como passarei a mostrar a seguir, o aumento de ocorrências nos dois periódicos é revelador tanto de sua abjeção nos termos da moralidade desejada, quanto da necessidade de menção para a constituição desta.

A década de 1970 e a questão homossexual na imprensa

Devido à escassez de trabalhos historiográficos sobre homossexualidade, gênero e transexualidade/travestilidade durante o período do Regime Militar em Curitiba, e de modo geral no Paraná, a exceção do trabalho de José Carlos de Araujo Jr *A metamorfose encarnada: travestimento em Londrina (1970-1980)* (2006), resultou difícil descrever aqui um panorama consistente destas experiências no tocante a esta parte do país. Como discutirei no terceiro capítulo, experiências homossexuais, travestis e transexuais em Curitiba, deixaram rastros a serem, ainda, amplamente pesquisados. Nesta primeira parte farei o percurso de reconstituição a partir dos discursos normativos lançados nos dois jornais selecionados para pesquisa, bem como em outras fontes. Deixei para o terceiro capítulo o debate sobre experiências e concepções a partir dos próprios sujeitos.

Como evidenciado por James N. Green (2000), o imaginário sobre o homossexualismo é anterior ao Regime Militar, sendo inclusive parte de manifestações culturais, como o carnaval; da ideologia médica; das percepções legais e principalmente da religião, no que se refere à primeira metade do século XX. Foram os posicionamentos destas instâncias: religiosa, médica e legal, que cobriram as fontes arroladas nesta pesquisa para que se possa compreender o funcionamento dos discursos normativos. Nesse ínterim, a imprensa se tornou um lugar privilegiado para a captura desses discursos. Enquanto posicionamentos normativos, buscaram expor à sociedade conhecimentos sobre o homossexualismo e sobre a estrutura das relações de gênero e sexo com base naquilo que foi outrora denominado de *instituição política*

aos demais lugares de enunciação, e mostrarei este processo no decurso do trabalho. Para perceber essa proximidade maior entre as experiências travestis e transexuais vide ARAUJO Jr. José Carlos de. *A metamorfose encarnada: travestimento em Londrina (1970-1980)*.

*heterossexual*²⁶ e que considero uma formulação lésbica-feminista interessante para acompanhar as reflexões expostas na primeira e segunda parte deste trabalho. Logo mais exponho em que consiste esta instituição.

Como citado anteriormente, o sentido normativo do emprego e da produção discursiva sobre o homossexualismo, seguiu os contornos sobre o que consiste a moralidade e a imoralidade, portanto, como emblematicamente perguntou a matéria citada abaixo, não restam dúvidas sobre as formas de sua representação, como passarei a discutir. Tratar das relações de gênero enquanto discursivamente construídas se tornou uma exigência no empreendimento da presente pesquisa.

Homossexualismo: terrível pecado ou apenas desvio? Perguntava o artigo de opinião em que encontrei a imagem e a descrição postas abaixo, publicadas no periódico curitibano *Diário da Tarde* em 1973. Naquele momento, o assunto tomava corpo público em Curitiba, principalmente através da imprensa, a responsável por parte significativa das construções discursivas, relacionadas ao tema e de sua representação semiótico-técnica.

²⁶ CURIEL, Ochy. **La nación heterossexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha lésbica y *en la frontera*. 2013.

Figura 1. Jaqueline.



Fonte: *Diário da Tarde*, segunda-feira, 23 de julho de 1973.

Os homossexuais pouco a pouco estão sendo aceitos na sociedade. Êsse da foto é Vicente Gonzalez, mais conhecido como “Jaqueline”. Os psiquiatras ortodoxos têm a opinião de que se trata de “desvio”, sadismo ou outros nomes, enquanto a Igreja tacha de terrível pecado toda essa situação.²⁷

Entretanto, é importante lembrar que o homossexualismo figurava no campo médico nacional e internacionalmente desde 1948, quando foi incluído na Classificação Internacional das Doenças (CID), a partir da 6ª Revisão²⁸, em seguida, no ano de 1965, quando da 8ª Revisão, “o homossexualismo saiu da categoria Personalidade Patológica [e] ficou na categoria Desvio e Transtornos Sexuais (código 302), sendo que a subcategoria específica passou a 302.0 – Homossexualismo”²⁹. Foi devido a esta classificação que a matéria utilizou o termo desvio.

Jaqueline, a pessoa da fotografia, e outras que fossem identificadas na mesma condição, passaram a ser enquadradas, pelo discurso psiquiátrico, dentro da codificação de transtorno e desvio sexual, sendo que a palavra “desvio” aparecia nos jornais entre aspas, pois funcionava como uma metáfora, uma vez que é uma orientação possível, mas não desejada. A mudança do

²⁷ *Diário da Tarde*, segunda-feira, 23 de julho de 1973.

²⁸ A Classificação Internacional das Doenças (CID) é um conjunto de dados de caráter psiquiátrico, utilizados em forma de códigos numéricos com a finalidade de registrar motivos de internamento, de consultas, sintomas e causas de morte, os quais servem como instrumentos para o estudo de novas doenças ou causas. É um documento permanentemente atualizado pela Associação Americana de Psiquiatria, sendo reformulado em suas bases a partir das Revisões realizadas a cada dez anos e que atualizam o CID, assim como foi cobrado em relação ao homossexualismo durante os anos 1960 e 1970.

²⁹ LAURENTI, Ruy. “Homossexualismo e classificação internacional de doenças”. *Revista Saúde Pública*, v. 18, n. 5, São Paulo, out. 1984. (p. 344-345).

código, sugere que não mais seria uma pessoa com problemas psicológicos relativos a sua condição de desejo redutível apenas à ordem psicopatológica, como era feito até 1965, passando a ser individuada sua condição propriamente sexual, ou seja, como um “sofrimento” devido a um “desvio” na orientação sexual, passível de ser evitado e reorientado. Esse discurso foi privilegiado nas páginas dos jornais, vindo a ser disseminado como uma das verdades do sexo periférico³⁰, que inclusive serviria, pelas recomendações presentes nos periódicos, como orientação às famílias para que tivessem sempre cuidado, pois, como alertavam os especialistas, “não faça do seu filho um homossexual, a vítima pode ser você”³¹.

A pergunta “terrível pecado ou apenas desvio?” jamais foi respondida, sendo esta indeterminação parte crucial da reprodução do mito do homossexualismo como produto da imoralidade, bem como do caráter ambíguo e desviante impresso discursivamente sobre a retórica corporal, contribuindo para o recrudescimento da situação difícil na qual viviam todos aqueles que fossem identificados nos termos de um desvio. Note-se que a imagem presente na matéria retrata o que o jornal compreendia como homossexual, um corpo que estava distante da masculinidade tomada por moralmente correta. O historiador Elias Ferreira Veras (2014), a fim de definir em que consistia essa noção político-discursiva sobre os trânsitos homossexuais e travestis, para o caso de seu estudo com a produção literária do escritor fortalezense Manoel Amorim, propôs o conceito *homotravestilidade*, que aponta para uma marcante indistinção discursiva acerca da identificação de pessoas não-heterossexuais e/ou não bio-generificadas pelos discursos normativos. Ao que parece a notícia reproduziu esta mesma indistinção indicativa. Este conceito, entretanto, é operatório apenas no campo normativo.

A imagem de Jaqueline, reproduzida no jornal, fez parte não apenas de um contexto de emergência pública de novos sujeitos sexuais ou mesmo do perigo do homossexualismo, mas de uma emergência que, seguindo Paul Beatriz Preciado (2008) e Elias F. Veras (2017), poderia ser nomeada de público-midiática, ou seja, além da presença física nos espaços da cidade, uma outra presença, tão fundamental quanto, bem como definidora de seu caráter político, será a presença técnico-semiótica, quer dizer, através das fotografias, da imprensa, que foram um modo de construção da subjetividade de sexualidades periféricas, a partir de uma visualidade da anormalidade, de seu desvio constitutivo, como eram os casos das fotografias em preto e

³⁰ Segundo Michel Foucault (1988) as sexualidades periféricas constituem o conjunto de anormalidades nomeadas pela *scientia sexualis* do século XIX como produtos dos discursos médicos na fase áurea da medicalização do corpo e da criação da sexualidade como campo discursivo responsável pela codificação sexual. Este conceito, ao contrário dos usos atuais que dele são feitos, não nomeia apenas práticas lésbicas ou homossexuais, diz respeito também à pedofilia, zoofilia, masturbação e a frigidez feminina. É empregada aqui para nomear o homossexualismo como produto das práticas discursivas heteronormativas.

³¹ *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 27 de agosto de 1973, ano 74, nº 22.008, página 5.

branco dos jornais da época, ou como reforço da normalidade heterossexual e da diferença sexual, como mostrarei no terceiro capítulo quando analisar o transexualismo.

A matéria acima, apontava um possível balanço para a situação social dos homossexuais, como apresentado na epígrafe abaixo da imagem (supracitada), “os homossexuais pouco a pouco estão sendo aceitos pela sociedade”, uma realidade que, além do contexto internacional, batia à porta de Curitiba. Mas, em que consistia esta aceitação, como ela se processava? Algumas conclusões do I Congresso Brasileiro de Higiene Mental do Adolescente tornavam esse otimismo deveras ambíguo.

No Brasil, a definição continua sendo a ortodoxa: “O homossexualismo masculino e feminino deve ser encarado sob o aspecto médico, podendo sua origem ser congênita ou adquirida”, conforme a conclusão do I Congresso Brasileiro de Higiene Mental do Adolescente, realizado em abril do ano passado [1972], no Hotel Glória.

[...]

Aonde isso vai levar [concluindo], é impossível saber por enquanto, mas já há uma evidência: mesmo no Brasil os homossexuais começam a ser tranquilamente aceitos em cargos executivos de empresas conservadoras. Mas já se fazem levantamentos, mostrando que as demissões, no setor, são muito mais numerosas que outros. A causa: uma falta de equilíbrio que leva a impropriedade no trato com os subordinados.³²

Na mesma matéria em que apontava o otimismo da aceitação, expunha os seus contrapontos, evidenciando que os homossexuais situavam-se no mundo numa condição diferente dos demais sujeitos, e inclusive possuindo tendências psicopatológicas que lhes dificultavam relações sociais equilibradas. Do ponto de vista normativo, a presença homossexual poderia ocorrer, porém, marcada por indeterminação e limitada a ser pecado ou desvio.

Esta presença, indeterminada e desviante, portanto imoral, fez confundir aceitação com visibilidade, sendo que, em realidade, era esta última que se processava, timidamente no país, no que se refere a presença do tema homossexualismo em sua projeção representacional nos meios culturais. Foi pelos jornais, que se tornou possível perceber o aumento da visibilidade e das controvérsias deste processo no tocante ao modo de enquadramento a que foram submetidos enquanto objetos de notícias e artigos de opinião na imprensa.

³² *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 23 de julho de 1973.

Na tabela abaixo reuni dados para os jornais disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional (BND), sendo possível uma comparação virtual acerca da presença do tema nos dois jornais analisados em relação ao demais publicados na cidade.

Tabela 1. Ocorrências sobre “Homossexualismo” na imprensa paranaense.

Jornal	Circulação	Ocorrências para o indexador “Homossexualismo”		
		1950	1960	1970
A Tarde	1930 a 1960	2	0	-
O Dia	1923 a 1961	1	0	-
Diário da Tarde	1889 a 1983	1	2	22
Última Hora	1959 a 1964	1	7	-
A Divulgação	1853 a 1975	0	0	0
Correio do Paraná: órgão do Partido Liberal Paranaense	1932 a 1965	0	1	-
Paraná Esportivo	1952 a 1963	0	0	-
Diário do Paraná: órgão dos Diários Associados	1955 a 1983	0	11	119
Correio da Noite	1959 a 1960	0	0	-
Maestro Bento Mossurunga	1898 a 1979	0	0	0
Paraná-Norte	1949 a 1950	0	-	-

Fonte: Elaboração do autor.

Como pode ser observado, de fato houve o aumento de notícias e outros artefatos jornalísticos sobre o tema homossexualismo, porém, não é possível concordar com a interpretação da matéria quando a mesma atribui esta presença à aceitação, ainda que tímida. Outro elemento, é quanto a quase exclusividade da visibilidade apenas nos dois jornais analisados. Esta visibilidade, portanto, estava condicionada aos enquadramentos normativos da moralidade desejada, a qual se processava nos termos da instituição política heteronormativa.

Segundo Ochy Curiel (2013), cantora, teórica feminista e antropóloga social afro-dominicana, a heterossexualidade não se configura apenas como uma variante sexual, sua manifestação nas relações sociais está para além do sexo ou da vida amorosa somente, se encontra na estruturação da violência e discriminação com pessoas não-heterossexuais bem como contra mulheres, lésbicas, trans ou não; esta condição demonstra que a heterossexualidade

constitui um regime que tem por função gerir corpos e relações nos termos de sua normativa binária e bio-generificada.³³

Como parte desta conceituação, e aportando-se em outras duas teóricas, Adrienne Rich, principalmente seu ensaio *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*³⁴ e Monique Wittig, principalmente a obra *O pensamento hetero (La pensée straight)*³⁵, a autora definiu que a heterossexualidade constitui um regime político que força formas definidas de relações e ocupação de espaços para homens e mulheres, tornando estas objetos da própria estruturação sexual. O ponto principal, destacado por Wittig nesse regime, foi a invenção da diferença sexual como natureza última da materialidade dos corpos. Como destacado, da mesma forma, por Curiel “la diferencia sexual que define dos sexos es una formación imaginaria que erige la naturaleza como causa”³⁶. A ascensão da natureza à causa dos sexos, legítima no próprio discurso o caráter anterior dele mesmo, de modo performativo, como proposto por Judith Butler (2017b), de modo que a diferença é percebida como biológica e suas elaborações posteriores como tendo um fundo imutável necessário a ser apenas reproduzido nos termos da própria diferença. Esse caráter apriorístico do sexo seria, o que Butler definiu por pré-discursivo, ou seja, anterior a trama das relações de poder e a questão histórica, entretanto, esta filósofa percebeu que, na mesma operação discursiva de se colocar o sexo como pré-discursivo, é na trama do próprio discurso que ele está inexoravelmente enredado, portanto, saturado pelas relações de poder que o definem.

Além desse procedimento, a própria natureza é assumida como um auto-limite ao comportamento e a subjetividade, uma vez que é entendida como normativa e causal, restando aos sujeitos reproduzirem socialmente as supostas causas de si mesmos. As causas estariam desde sempre marcadas pelo ser mulher e pelo ser homem, bio-generificados, heterossexuais e

³³ Como pode ser notado, a definição da autora guarda semelhanças com suas inspirações, Adrienne Rich e Monique Wittig.

³⁴ Este texto, escreve Curiel (2013), saiu primeiro em inglês com o título “Compulsory heterosexuality and lesbian existence” em dezembro de 1980 no *Journal of Woman in Culture and Society*. Posteriormente saiu em uma versão reduzida na antologia da mesma autora, “Blood, bread and poetry: selected prose” de 1996. Em 1998 foi traduzida para o espanhol na obra “Sexualidad, género y roles sexuales”. Por fim, em 2010, foi traduzida para o português por Carlos Guilherme do Valle para a Revista Bagoas com o título “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”.

³⁵ Conforme Curiel (2013) “La pensée straight” aparece pela primeira vez na revista Questions Feministes em fevereiro de 1980 e em inglês com o título “The straight mind” no verão de 1980. Em 2006, bastante tempo depois, chegou a versão espanhola.

³⁶ CURIEL, *op. Cit.*, p. 52. “A diferença sexual que define dois sexos é uma formação imaginária que erige a natureza como causa”.

binários, cujos corpos diferentes, que apresentam recorrentemente uma diferença essencial, na chave pênis ou vagina, legitimam o regime binário que os descrevem.³⁷

Com base nesta concepção da operação heteronormativa, proponho pensá-la como constituindo a moralidade desejada. É, portanto, neste processo de institucionalização da homossexualidade como política sexual oficial, que se perfazem os discursos sobre o homossexualismo nos anos 1970, bem como sobre a normalidade do binarismo, vinculados firmemente às expectativas psicossociais do Regime Militar, como manifesto pelos materiais produzidos no âmbito da FENAME, mas reforçados pelas imprensas locais.³⁸

Além da projeção cultural nos espaços como a imprensa, houve o reforço político da normalidade heterossexual pelo próprio Estado, em que pese nisso a constituição de uma política sexual pelo Regime, cujo objetivo foi:

[...] reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando estes segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Sem sombra de dúvidas, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra homossexuais fossem cometidas por agentes públicos, dado a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tal.³⁹

Estas práticas assumidas pelo Estado, cumpriam a agenda psicossocial do Regime, que tinha por objetivo higienizar os espaços públicos da imoralidade que o tomava de assalto. Como destacou o advogado Renan H. Quinalha (2017), acima, não bastava a ação de silenciar estes grupos em seu ir e vir públicos, foi preciso implementar ações de exclusão e violência contra eles.

Ainda que no país nunca tenha sido tipificado o homossexualismo como crime, as ações sociais e policiais respondiam a uma norma cultural ditada pelo imaginário sobre o mesmo, que autorizava a violência e a exclusão (e ainda autoriza). Esse imaginário foi endossado na agenda

³⁷ Bioheterobinário é uma expressão que nomeia a normatividade do regime heterossexual, bio significa que o normal é o corpo que representa uma correlação entre o sentimento de pertencer a um gênero com o órgão genital com o qual nasceu. Binário é a forma pela qual o regime heterossexual normaliza as diferenças sexuais, homem/mulher, hetero/homo, norma/desvio. A estrutura binária reforça a normalidade de ser heterossexual a partir da abjeção de outras sexualidades e define como natural (um dado) o sexo e o gênero.

³⁸ Fundação Nacional do Material Escolar.

³⁹ QUINALHA, Renan H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 329 f. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017. (p. 318)

implementada no âmbito da política do Estado de Segurança Nacional⁴⁰, de modo que representava uma forma de promover certa identificação Estado-sociedade frente ao clima de desesperança política. É nesse contexto que foi possível os materiais de moralização citados anteriormente, foi nestas condições que os mesmos encontraram emergência. “[...] tendo como base a Estratégia Psicossocial, [o Estado] preocupou-se de forma particular com a questão da “degradação da moral”, “desestruturação familiar” e com o “desvio sexual”⁴¹. O desvio sexual, era um problema emergente, pois como discutido até aqui, havia, por parte da imprensa e do entendimento estatal, a percepção de maior presença de grupos desviantes, que ao contrário da ideia de aceitação, estavam, em realidade, incomodando a ponto de receber atenção especial do governo e figurar nos jornais.

A controvérsia entre visibilidade e aceitação, foi percebida no calor dos acontecimentos, como evidenciou uma matéria da revista *Manchete*, de 9 de junho de 1979. Publicada no Brasil como tradução de uma matéria da revista norte-americana *Time*, os redatores argumentaram, que mesmo podendo ser reconhecido um homossexual com mais facilidade no espaço público, ou mesmo saber alguém que seja, “esse reconhecimento, entretanto, não significa, necessariamente, aceitação”⁴², a revista *Time* reconhecia que mesmo diante das lutas organizadas destes personagens das sexualidades periféricas, no caso dos Estados Unidos, a sociedade heteronormativa se mostrava profundamente hostil, o que se traduzia em formas diversas de violência, e a realidade brasileira não era diferente. O definitivo *gay freedom day*, se tornaria cada dia mais difícil.

Outro ponto da controvérsia, foi anteriormente apresentado pelas historiadoras Roselane Neckel e mais diretamente por Renata Brandão. Neckel (2004) evidenciou a emergência constante do assunto sexualidade em revistas de comportamento nos anos 1960 e 1970, entretanto, apontando que esta emergência tinha por foco a sexualidade heterossexual e expunha com frequência apenas corpos femininos, dificilmente apostando em imagens de nu masculino, inclusive em alguns momentos se negando a isso diante de pedidos das leitoras.

⁴⁰ O Estado de Segurança Nacional baseado na Doutrina de Segurança Nacional previa que eram necessárias medidas urgentes de combate aos elementos adversos que maculavam a nação. Deveria combater o comunismo e sua “guerra psicológica”, bem como os chamados “inimigos internos”. Deveria implementar medidas econômicas de contenção da inflação e por fim atuar como baliza moral da sociedade através da agenda “psicossocial”, a qual respondia ao interesse das anteriores e pautava as questões de costumes (ALVES, 1984).

⁴¹ RODRIGUES, Karla C.; ALVES, Raquel da S.; SILVA, Thiago de S. As mobilizações do gênero nos livros de educação moral e cívica na Ditadura Militar. In: DUARTE, Ana Rita F.; LUCAS, Meize R. de L. **As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. (p. 36)

⁴² *Manchete*, Rio de Janeiro, nº 1.416, 9 de junho de 1979, página 124.

Mesmo após o fim da censura sobre os nus corporais, Neckel observou que a ausência de exposição de nus masculinos nas revistas, permaneceu, ao que a historiadora argumenta ser “sugestivo sobre o entendimento dos editores e jornalistas de que apenas a nudez feminina era “normal” e “desejável”, e enquanto homens editores e jornalistas, o entendimento era de que “a dos homens nem tanto”⁴³. Por outro lado, evitar a exposição de homens nus nas revistas era uma recomendação do psiquiatra Flávio Gikovate, que supunha ser menos interessante ao desejo, mesmo das mulheres. Neckel, entretanto, argumentou que esse “ser desejante” do especialista, era masculino e heterossexual em essência, portanto, desconsiderava as mulheres heterossexuais como sujeitos de sexualidade e desejo. Além disso, pressupunha que o interesse das mulheres em ver outras em revistas fosse com o fito de tornarem-se mais atraentes para seus maridos. Da mesma forma, era rejeitada pelo especialista, pelos jornalistas e redatores, a imagem de uma leitora heterossexual que se masturba, que sente tesão numa imagem ou mesmo que tem o livre direito de exercício de seu desejo e com mesmo status de leitora que os homens possuíam. Essa discussão parece escamotear a questão lésbica, entretanto, não era este o problema levantado pela historiadora, ainda que se possa fazer esta abordagem, uma vez que os nus femininos poderiam interessar a alguma parcela das mulheres.

A representação feminina daqueles homens, mantinha-se presa à dominação masculina, cuja determinação sexual e atividade desejante, caberia apenas ao homem. Além de heterocêntricos, as representações e discursos eram androcêntricos.

Renata Brandão, por sua vez, tratou diretamente da ausência/exclusão das sexualidades “ex-cêntricas” da chamada Revolução Sexual, inaugurada nas revistas de comportamento, as mesmas analisadas pela historiadora Roselane Neckel. Todo o otimismo “revolucionário” deveria ser relativizado, segundo a pesquisa de Brandão, ainda que possam ser verificados avanços na quebra do tabu sexual e corporal.

No entanto, o importante a ser pensado é que a dinâmica do desejo sexual, em jogo nessas práticas discursivas, deve ser vista como discursos políticos, quando abordam, predominantemente, o sexo e o amor romântico no contexto de uma heterossexualidade, classe média, consumidora e branca. Há uma infinidade de pessoas e de grupos sociais que ficam de fora dessa norma naturalizada como o normal ou o ideal. A importância da política discursiva da mídia não pode ser minimizada em relação à dinâmica do desejo sexual, uma vez que a instituição de normas nesse campo contribui para uma série de discriminações, preconceitos e violência⁴⁴.

⁴³ NECKEL, Roselane. **Pública vida íntima**. A sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. (p. 123)

⁴⁴ BRANDÃO, Renata R. *Op. Cit.*, p. 137.

Ainda que estivessem discutindo sexualidade e promovendo comportamentos sobre sexo desde um ponto de vista público, mais uma vez percebe-se a operação da controvérsia sobre a visibilidade. A projeção pública da vida íntima se deu nos quadros da heteronormatividade, que em vias de reestruturação, se utilizou, ora do silenciamento de sexualidades periféricas, ora enfatizando seu caráter desviante, contribuindo, assim, como finalizou Brandão, “para uma série de discriminações, preconceitos e violência”, que não podem ser pensados, para este momento, como consequências, são, em realidade, parte da própria dinâmica do regime heteronormativo, alicerçado na moralidade desejada e reforçada nas instâncias políticas e sociais.

Mesmo pairando no ar das escritas da imprensa, um certo otimismo quanto ao universo da cama e da vida sexual moderna, como a ideia de Revolução Sexual sugere, a vida continuava dura para os corpos de carne e osso que de fato saíam ao público (ou não) e que buscavam vivenciar sua sexualidade e as formas de prazer. E como apresentou uma propaganda de 1973, o homem completo continuava sendo heterossexual, e a mulher, ao lado dele.

Figura 2. Propaganda das cigarrilhas Vedette.



Fonte: *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 23 de julho de 1973.

Mãe-mulher-família: lugares da regeneração moral

Até aqui discuti em que consistiu a retomada moral durante os anos 1970. Certamente foi uma década plural e vasta em acontecimentos importantes, o que não poderia ser aqui retomado em detalhes, entretanto, diante do quadro imoral que se constatava na sociedade, os

escudos hetero-protetores⁴⁵ articularam modos de enfrentamento dos problemas. Essas soluções foram disseminadas em vários espaços, aqui analisarei o caso da imprensa, tendo por comparativos ideológicos os materiais didáticos que foram veiculados na capital curitibana pelo governo militar, apontando para conexões entre ambos.

Se o problema era uma questão de moralidade, a tese defendida era de que havia uma pessoa em especial que poderia regenerar o mundo, essa pessoa, que tanto doa-se pelos filhos e era o pilar da família, com certeza viria em prol da salvação da pátria: a mãe.

Quanto a moral, há que se lutar contra a má interpretação do que e como seja a transmissão de seu aprendizado. E a moral tem de ser a do exemplo. E a grande vigilante nesse terreno é ainda a mãe, a avó, e até a bisavó.⁴⁶

Os discursos proferidos durante o período do autoritarismo tendiam, na sua maioria, à generalização, resgatando os elementos do conservadorismo cristão, e criando as condições para a reestruturação heterocêntrica, que animava a busca das saídas. A historiadora-feminista Joana Maria Pedro, em seu livro *Mulheres faladas, mulheres honestas* (1998), destacou esse moralismo conservador para o final do século XIX, o qual concebia as mulheres a partir de imagens universalizadas das pretensões masculinas acerca do que seria o perfil da mulher ideal. Esse perfil, observou a historiadora, estava profundamente marcado pelo fio da dependência que as mulheres deviam aos homens.

No início do século XX, essa realidade não mudaria muito, pois a permanência da visão conservadora sobre as mulheres as manteria, em tese, e em muitos casos fisicamente, cerceadas em relação à vida pública e a política, o que não significou que muitas mulheres não fizessem rearranjos nesse contexto.⁴⁷ A historiadora Sheila Schvarzman (2013), destacou que a manutenção da visão conservadora conseguiu subsistir com o ímpeto modernizador que se estabeleceu no eixo Rio-São Paulo nos anos 1920 e 1930 e se estenderia nas décadas seguintes às demais regiões, sendo, inclusive, parte constitutiva dele. Analisando as produções cinematográficas do período, Schvarzman observou o seguinte:

⁴⁵ Escudos hetero-protetores é o conceito que empregarei para definir o conjunto de agentes que concordavam com a tese de que havia um descalabro moral no país e, particularmente, em Curitiba, bem como foram os promotores dos discursos de moralização e ações contra o que consideravam imoral, principalmente no campo da sexualidade.

⁴⁶ *Diário do Paraná*, Curitiba, sexta-feira, 5 de junho de 1970.

⁴⁷ Sobre práticas de resignificação das normativas masculinas sobre o corpo das mulheres conferir o livro *Les années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929)*. Uma resenha da obra foi realizada por Joana Maria Pedro (2001).

Estamos ainda aqui nos estereótipos do amor romântico e do melodrama do século XIX: a mulher como ser frágil, o amor que tudo resgata, o homem ser sexuado como ameaça e o amor romântico e o casamento como fim último das relações afetivas, normalizador e normatizador.⁴⁸

Guardadas as diferenças entre o período inicial do século XX e os processos posteriores ao golpe de Estado de 1964, percebe-se que houve a continuidade de elementos morais sobre a imagem feminina, os quais assim continuaram, pois eram convenientes a ambos os períodos, uma vez que sempre houve contestações, entretanto, minoritárias e com dificuldades de se estabelecerem como forças de transformação. A conveniência se dava principalmente pela falta de vontade política dos homens – aqueles que ocupavam os espaços políticos e públicos constituídos – em aceitar a presença pública feminina. Assim como o excerto da coluna social discutida acima, outros discursos ressaltavam uma imagem de mulher singular, redutível à casa e à família, lugares, por excelência da regeneração moral.

De fato, o casamento e o romance heteronormativos, se colocaram novamente como normatizadores da conduta feminina e da conduta masculina, e, no caso das mulheres, principalmente quando jovem, como havia constatado Schvarzman.

Na *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, discutida no início do capítulo, encontrei um verbete dedicado ao dia das mães, em que o autor a entendia como “objeto do mais puro amor humano e que contribuem anonimamente para o aperfeiçoamento moral de uma sociedade”⁴⁹, as verdadeiras involuntárias da pátria. Como evidenciado, fazia parte da promoção discursiva sobre as mulheres, a sua generalização na imagem da mãe, algo que, discursivamente, se descolava da realidade, sendo, portanto, um valor universalizado, a ser personificado na própria noção de moral, a qual se pautava na crença de uma essência última de cada ser, cuja figura da mãe, como ser dessexualizado, incapaz de crime e de atos imorais, encarnava.

No *Guia de Civismo*, citado no início do capítulo, a mulher, enquanto explicada sempre pela categoria social da esposa ou da mãe, ocupava, mais uma vez um papel fundamental.

É oportuno ressaltar, agora, o papel da mulher brasileira como elemento importantíssimo na constituição e na vida da família. A mãe brasileira deve readquirir seu lugar ímpar em casa e na sociedade, “rainha” de um lar tradicional, que se orienta, permanentemente, para a formação do caráter de seus filhos, aprimorando-lhes as virtudes cívicas. É bem

⁴⁸ SCHVARZMAN, Sheila. Filmando a mulher no cinema mudo brasileiro. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 159-168, jul./dez. 2013. (p. 159-168). (p. 167-168)

⁴⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, *op. Cit.*, p. 230.

verdade que, com as drásticas mutações sociais, hoje, mais do que nunca, se tem apartado a mãe do lar, pois ela é, muitas vezes, obrigada ao trabalho, para prover, ao lado do esposo, a manutenção da prole. Leis apropriadas poderiam evitar esse fato, estimulando a permanência efetiva da mãe no lar e diminuindo a ausência forçada.⁵⁰

Aparecem nesse momento, as mesmas diretivas, sem meias palavras o autor define a mulher primeiramente como mãe, ser mulher é ser mãe, portanto, um sujeito definido sempre por uma função, bem como “rainha de um lar tradicional”, aqui tradição mescla tanto sua condição dentro do lar quanto a constituição heteronormativa do mesmo. Enquanto mãe, e sendo isto uma função, ela tem um espaço primordial onde exerce tal função: o interior do lar. É de dentro dele que ela emana seu poder de rainha, formando moralmente os filhos e permitindo a reprodução social nos termos da normalidade, afinal ser mãe é pressupor filhos e marido.

O aprimoramento das virtudes cívicas dos filhos para sua vida pública excluía a saída ao público das mães, vista como forçosa, fruto das mutações sociais, ou seja, não ocorria por seu interesse ou luta. O espaço cívico, e por isso entenda-se um espaço higienizado e heterossexual, estava desde há muito tempo, destinado aos filhos, quando homens, e aos maridos.

“Hoje, mais do que nunca, se tem apartado a mãe do lar”, com isso o autor apontou para um aumento da população feminina economicamente ativa nos anos 1960 e 1970. Essa atividade teria retirado, forçosamente, as mulheres de sua função moralmente essencial: casamento, trabalho doméstico e reprodução. Entretanto, de acordo com os dados levantados por Adriana Andrade (2004), e apresentados em 2008, em um artigo sobre o Código Civil e os direitos das mulheres casadas no Brasil desde 1916, por Teresa C. de Novaes Marques e Hildete P. de Melo (2008), não houve crescimento significativo da população feminina em atividade nos setores econômicos no país, os dados cobrem boa parte do início do século XX e segunda metade do mesmo.

As historiadoras ainda discutiram a dificuldade em criar-se legislações para as mulheres, luta travada por pessoas como Bertha Lutz desde o início do século, e que encontravam como principal dificuldade, a crença dos homens sobre imagens femininas, em que pese os moralismos destacados até aqui.

⁵⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, *op. Cit.*, p. 35.

A questão que originou o trabalho das investigadoras foi “quais escolhas políticas favorecem e quais restringem mudanças institucionais?”.⁵¹ Com esta questão em mente, as autoras investigaram, além de outras causas explicitadas no trabalho, “a possibilidade de fatores econômicos determinarem mudanças na legislação dos direitos civis das mulheres”.⁵² Diante disso, elas destacam que os empecilhos são notadamente político-discursivos, pois os homens parlamentares, ao longo do século XX, defendiam que as mulheres estavam cada vez mais saindo dos lares, supostamente sendo absorvidas pelo mercado de trabalho, e isso seria um grave problema familiar. Assim como em 1970, a realidade criada pelos discursos parece ser refutada pelos dados, como apresentados abaixo.

Tabela 2. Brasil. Composição da população economicamente ativa por sexo.

		1920		1940	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
População economicamente ativa		84,3	15,7	81,0	19,0
Taxa de ocupação		71,3	13,5	82,8	19,2

Continuação...

		1950		1960		1970	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
População economicamente ativa		85,4	14,6	82,1	17,9	79,1	20,9
Taxa de ocupação		80,8	13,6	77,4	16,6	72,2	18,5

Fonte: ANDRADE *apud* MARQUES, MELO, 2008, p. 488.

Em relação ao início do século, de fato, até a década de 1970, houve uma absorção de 5,2% de mulheres, e em relação a taxa de ocupação o aumento foi de 5%, indicativos imprecisos, dada a natureza dos recenseamentos, entretanto, ainda assim, reveladores da falácia do discurso de saída das mulheres de seus lares nos termos de uma generalidade. Enquanto invenções político-discursivas, as defesas moralistas funcionavam apenas no âmbito do seu próprio uso, pois, sustentavam a necessidade que a sociedade supostamente sentia, de uma guinada firme pelo governo frente aos problemas familiares e morais.

⁵¹ MARQUES, Teresa Cristina de N. MELO, Hildete P. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, 2008. (p. 463-488). (p. 466-467)

⁵² Idem.

No caso de Curitiba, houve, por outro lado, um leve aumento no número de desquites entre 1968 e 1969. No interior dos dados, uma notícia do *Diário do Paraná* aponta que estava implicado, o homossexualismo, uma “doença contagiosa”.

Quatrocentos e dezoito casais se desquitaram em Curitiba, em 1969, contra 348 no ano anterior. Do número de 418 processos de desquites homologados pelos juízes da 12ª e 13ª Varas Cíveis da Capital, 302 foram amigáveis e 116 judiciais. Houve ainda no mesmo período 30 anulações de casamentos. Enquanto isso em 1968 do total de 348 desquites, 210 foram amigáveis e 138 judiciais e 22 casamentos anulados. Todos os casais que requerem desquite amigável o fazem por incompatibilidade de gênios, enquanto que os judiciais são decretados por infringirem os pares um dos quatro itens do artigo 317 do Código Civil, como sendo, sevícia, adultério, injúria grave e abandono do lar. Enquanto que para a anulação de casamentos são alegados diversos motivos, entre os quais o homossexualismo, doença contagiosa.⁵³

Esses dados revelavam que havia um profundo dinamismo nas relações conjugais, ainda que a moralidade desejada pregasse uma família ideal, na realidade aumentavam os casos de desquite, forma jurídica anterior ao divórcio, mas que não permitia um novo casamento na forma da lei. A notícia, além de estar enredada no contexto de aprofundamento do tema do divórcio, um debate que se agudiza no início dos anos 1970, colocava em questão uma das dimensões em que o homossexualismo estava operando anormalidades na família: era a causa de diversas anulações de casamentos. Fomentando ainda mais sua condição de abjeto, a notícia enfatiza, após a vírgula: “doença contagiosa”.

Doença contagiosa, uma caracterização que, em realidade, estava distante até mesmo das definições médicas mais comuns da época. Se tratava, portanto, de um ímpeto moralizador da imprensa na forma como construíam as notícias, enquadrando o tema sempre pelo viés do desvio. Corroborando com os exageros masculinos dos discursos morais do governo que pregavam a decadência familiar.

A orientação moral devida aos filhos pela mãe, só poderia estar em perigo nos casos dos desquites, visto que o mercado de trabalho não havia, significativamente, absorvido a população feminina. Mas, logo após a notícia acima, no dia 13 de janeiro, o *Diário da Tarde*, publicou uma nota revelando que, se houve aumento nos desquites, houve nos casamentos. “[...] Em 1969 aumentou o número de casamentos. Contraíram matrimônio em Curitiba, 4. 127 casais contra 3. 645 em 1968”⁵⁴. Esse dinamismo era constitutivo da realidade conjugal, distante da

⁵³ *Diário do Paraná*, Curitiba, terça-feira, 6 de janeiro de 1970.

⁵⁴ *Diário da Tarde*, Curitiba, 13 de janeiro de 1970, 2ª página.

moralidade desejada e demonstrativo de que os anseios expressos nos discursos resultavam mais do moralismo conservador masculino e da falsa ameaça comunista no país, que entre outras implicações, supostamente levaria a destruição das famílias e a desintegração dos laços do que, de fato, de mutações significativas na sociedade.

Os motivos de desquites eram, na sua maior parte pelo que se denominava à época de “incompatibilidade de gênios”, algo próximo à dificuldade de convivência entre duas pessoas devido ao temperamento de ambas as partes. Um dado que foge ao período compreendido pelos anos 1970. Não envolvia diretamente a condição de ser mãe das mulheres, sendo esta condição assumida apenas como senha moral de sensibilização e identificação com os sentimentos estruturados pela dominação masculina e pelo regime político heteronormativo. Operação realizada tanto pelo Estado quanto pelos colonistas, ou “moralistas de ocasião” como definiu Renan H. Quinalha (2017), homens, e, em poucos casos, algumas mulheres, que assumiram a posição de escudos hetero-protetores daquele ideal familiar e conjugal presente no bojo da moralidade desejada.

Uma interessante coluna publicada em 5 de junho de 1970, refletia mais diretamente a função e o diferencial na vida conjugal proporcionado pelas mães. A coluna foi publicada pelo membro da Associação Paranaense de Letras (APL), Raul Rodrigues Gomes, que foi um dos proprietários do *Diário da Tarde*. A coluna foi intitulada de *Só a mãe regenera o mundo*, e nela o autor refletia os problemas que pareciam indicar o declínio da civilização. Como mencionado, no campo da moral caberia à mãe, operária anônima da moralização, reforçar dentro de casa os princípios cívicos que seriam expressos publicamente pelos filhos. Os homens, na coluna do autor, mais uma vez estão para o espaço público como as mães para o privado.

- Fui visitar uma grande fábrica em Joinville. E na percorrida, um certo momento, observei um jovem, com o vestuário do trabalho manual, embaixo dum maquinário; Meu cicerone me disse: “Esse moço é filho do patrão. Chegou recentemente da Alemanha munido de um diploma. E o pai não teve dúvidas, como outros pais aqui fazem, pô-lo em trabalho iniciando a escalada da praticagem assim como o senhor vê”.⁵⁵

Segundo o colonista, esta seria uma família exemplar, resultado, segundo ele, da boa orientação dada pela mãe. Esta lembrança do autor incluída na coluna, representava o quadro moral que ele enunciava como estando em crise em outras partes do país, notadamente, em Curitiba. Parte desta coluna foi a que discuti anteriormente, em que o mesmo Raul R. Gomes

⁵⁵ *Diário da Tarde*, op. Cit.

apontava como sendo exemplos de moralidade “a mãe, a avó, e até a bisavó”. Lugares de regeneração, como o próprio autor propõe em sua coluna. Seria preciso, seguindo seus conselhos, evitar a tragédia universal, que vinha promovendo uma onda de licença no país e no mundo.

[...] incluindo-se como de ver a trágica situação universal com os sinais evidentiíssimos da decadência das civilizações de todos os continentes, desde as de maior prestígio aos mais modestos: Dum lado Suécia querendo acabar com o casamento e tolerando o amor livre das mulheres, a Dinamarca fazendo da pornografia e obscenidade motivos de atração turística, a Inglaterra, interludiando suas graves preocupações econômico-financeiras com propósito de legalizar o homossexualismo e até o casamento entre homens.⁵⁶

Para o colunista, havia problemas mais urgentes no mundo que estavam sendo “interludiados” em função das licenças imorais que só ganhavam espaço. O autor parecia escandalizado com a possibilidade de “legalizar o homossexualismo”, como se se tratasse de uma atividade exterior ao sujeito, entendimento que se conecta à oposição mencionada anteriormente na relação entre fim e objetivo do ponto de vista da noção de moral, uma vez que o homossexualismo era compreendido como exterior ao próprio sujeito, recorrentemente entendido como “atividade”, “hábito” ou “prática”, estando fora, portanto, do fim a que estavam predestinados, involuntariamente, todos os seres humanos.

Era inaceitável pensar o homossexualismo galgando direitos e se estabelecendo como condição normal e aceitável, pois resultava de um projeto assumido por alguns sujeitos. As construções discursivas dos jornais apontavam que era possível, do ponto de vista médico, como havia sido discutido no I Congresso de Higiene Mental do Adolescente em 1972, reverter a situação antes que ela se confirmasse.

Como evidenciado anteriormente, se o problema era moral, a tese levantada para sua solução estava na regeneração moral no interior da família. Ilustrativo dessa noção foram as conclusões apresentadas pela professora da Faculdade Católica de Filosofia, Eny Caldeiras. Em uma nota intitulada “Não faça do seu filho um homossexual, a vítima pode ser você”, a professora demonstrava como explicação da formação homossexual o desajuste familiar, que incidia diretamente na personalidade da criança. A professora ainda citou estudos feitos com crianças “apresentando comportamento homossexual”, que poderiam ser identificadas não apenas por se relacionarem com outras do mesmo sexo, o que pode parecer equivocado, a

⁵⁶ Idem.

depende do sentido das relações a que a autora se referia; ou, crianças que manifestavam interesses, gostos e maneiras de falar que seriam do sexo oposto. Os desajustes da personalidade poderiam ser insegurança, vontade de destaque frente aos demais, “e para isso acabavam inconscientemente adotando as atitudes do sexo oposto”.⁵⁷ Assegurava ainda a especialista, que, “se a atividade homossexual é apenas uma brincadeira infantil ou uma experiência passageira [...] não há necessidade de tratamento”, todavia, “a melhor solução é afastar a criança das situações favoráveis ao contato homossexual, sem repreendê-la”. Se houver repreensão poderia ocorrer um agravo na condição da criança, pois toda patologia psíquica era associada a um trauma.

A situação seria ainda mais complicada caso “a prática homossexual se torna(sse) um hábito”, nesses casos é recomendada a psicoterapia, não apenas do paciente, como para a família. Além de discutíveis as pesquisas e seus resultados, comentadas pelos colonistas, notemos que a percepção da diferença sexual é crucial na identificação dos desvios, e esta percepção não se pauta em verdades outras que não, substancialmente, na visão, a qual não se trata apenas de uma faculdade fisiológica, mas de órgãos saturados da experiência generificada histórica e socialmente, a visão tende a ser um lugar privilegiado da constituição da diferença sexual. Como é possível percebermos o homossexualismo, do ponto de vista da arena pública, se não nas condutas da retórica corporal? Crianças que expunham uma conduta esperada para o outro sexo tendem, nesta perspectiva a serem clinicamente identificadas como homossexuais, logo, devem receber a atenção da família e, como indica um jargão médico atual, persistindo os sintomas o médico deveria ser consultado.

A função heterossexualizante da família e das mães na educação dos filhos estava explícita nesta outra forma de regeneração moral, a vigilância dentro de casa, ao ser feita, principalmente, pela mãe, precisava cuidar dessas atitudes dos filhos.

As considerações de Caldeiras se articulavam às explanações mais amplas que circulavam desde os anos 1940. Do ponto de vista da medicina e da psicologia, alguns autores tinham proeminência como referências das explicações sobre os comportamentos considerados marginais. Um destes autores foi Wilhelm Reich, e sua obra *O combate sexual da juventude* (1986) é, acredito, providencial, para pensar em que medida se articulava homossexualidade e psicopatologia com a diferença sexual e naturalidade da heterossexualidade. Na obra citada, escrita em 1932, mas publicada em 1980 no Brasil, o autor argumentou algo parecido com as sugestões da colonista.

⁵⁷ *Diário da Tarde*, Curitiba, ano 74, nº 22.008, segunda-feira, 27 de agosto de 1973. (p. 5)

É assim que crianças masculinas se tornam facilmente, francamente homossexuais, depois de terem experimentado decepções amorosas demasiado numerosas junto de uma mãe severa e dura. Da mesma maneira, moças muito jovens tornam-se facilmente do outro sexo do ponto de vista sexual para se orientarem para aqueles que lhes é próprio.⁵⁸

Segundo Reich, a homossexualidade não poderia ser aceita como comportamento normal, uma vez que traz profundo sofrimento à pessoa, e o autor se armava afirmando que esse sofrimento não era decorrente somente da sociedade em forma de preconceito, pois estava isolado como causa psicopatológica devido a erros educacionais na infância. “Os indivíduos em questão, uma vez adultos, não sabem mais nada disso e não se lembram senão quando revivem esta época precoce do seu desenvolvimento”⁵⁹, esse reviver, segundo o autor, só poderia ser promovido por uma ciência à altura do problema, a psicanálise, que se consagrava nos anos 1930 e 1940, como saber-poder sexual, localizando na infância e na dicotomia crescimento-desenvolvimento, a possibilidade ou não da inculcação da certeza sexual normativa dos indivíduos. Mostrarei, com mais detalhes esse entendimento no capítulo 3. Nos anos 1970, serão ainda estes saberes que estarão em pauta no campo discursivo da sexualidade na imprensa e na visão hegemônica do tema.

Diante disso, o que percebe-se é a promoção, ao mesmo tempo, de uma vontade de saber⁶⁰ e de uma vigilância sobre a conduta das crianças e jovens, seria preciso manter-se alerta diante de sinais que possam representar o homossexualismo. Ainda que as atitudes das crianças pudessem ser confundidas com quaisquer outras, instaura-se, do ponto de vista do discurso, aquilo que Clara Eliana Cuevas (2015) denominou de “estado de suspeição”.

Neste estado de suspeição, as atitudes são vigiadas, podendo ser não apenas as de crianças, mas de todo sujeito reconhecido ou identificado como homossexual. A proposta apresentada por Cuevas, se refere ao clima de pânico criado em Assunção, no Paraguai, fruto de uma perseguição policial contra homossexuais, ou “petiteros” como eram denominados. Tudo começou após o corpo de Bernardo Aranda, no ano de 1959, um radialista da cidade, ser encontrado carbonizado em seu apartamento, no centro da cidade. Como o radialista era

⁵⁸ REICH, Wilhelm. **O combate sexual da juventude**. Tradução Jorge Silvano. São Paulo: Epopeia, 1986. (p. 73)

⁵⁹ Idem, idem.

⁶⁰ Em História da Sexualidade I, Michel Foucault (1988) destacou como parte constitutiva da Idade Moderna a produção de uma vontade de saber sobre o sexo, marcada pela sua proibição em determinados espaços e incitação em outros, como paradigma dessa vontade de saber nasceram as ciências responsáveis pela sexualidade, também denominados pelo autor de *scientia sexualis*. O autor opõe esse conceito a hipótese repressiva, defesa de que nos séculos XVIII e XIX a sociedade europeia teria vivido períodos de severa repressão sexual.

conhecido por sua sexualidade, o que deveria ser uma investigação para deflagração do culpado, gerou uma cruzada moral e policial contra outros homossexuais.

A polícia e a imprensa, foram as principais agentes nesta cruzada, inclusive, chegando a pedir para a população que contribuíssem na captura de petiteros. Segundo Aníbal Orué Pozzo, Florença Falabella e Ramón Fogel (2016), houve até mesmo a publicação de listas em postes espalhados pela cidade, com nomes que não eram mais apenas de pessoas confundidas com/ou homossexuais, o estado de suspeição chegou ao extremo de aparecerem nomes de homens heterossexuais, que precisaram, após as denúncias, fazer retratações nos jornais afirmando sua masculinidade heterossexual.

O clima deu as condições para a instalação da repressão homofóbica, que culminou na prisão de 108 pessoas, vindo o caso a ficar historicamente conhecido no país como *108 e un quemado*. Atualmente o número 108 representa no Paraguai o que o 24 representa no Brasil, em decorrência do triste caso. Ao final dos processos de investigação não houve o esclarecimento do caso, havendo um corpo, mas não um agente do crime e sim pessoas incriminadas injustamente.

No Brasil, o estado de suspeição não chegou a se desenvolver nestes termos, segundo Quinalha (2017), a atuação da política sexual foi mais sutil no país, o que não significa que não tenha sido profundamente eficaz.

A marginalização e a guetificação, provocadas por uma estigmatização social e uma ‘criminalização branca’ do ponto de vista legal, acabavam associando as práticas homossexuais, o trottoir das prostitutas e travestis, enfim, a vida noturna do submundo LGBT, a uma série de ilegalidades que se acumulavam nesses pontos de encontros furtivos. Constantes roubos e furtos, venda de drogas, agressões físicas e confusões, perturbação da ordem pública e atentado à moral e aos bons costumes eram a desculpa perfeita de que as forças de segurança precisavam para agir violentamente contra essas populações.⁶¹

Esse cenário desvelado por Quinalha, concorria para a instabilidade do ir e vir públicos de grupos considerados criminosos, pervertidos e vagabundos, e sem distinção, embalavam todos na perspectiva de um enquadramento criminal cujo objetivo era repassar à sociedade de bem, a imagem de um espaço público higienizado e livre de marginais ou marginais em potencial.

Como passarei a discutir na próxima seção, o estado de suspeição possibilitou um rearranjo discursivo sobre modos de leitura do que à época se disseminava socialmente. Além

⁶¹ QUINALHA, *op. Cit.*, p.210.

da vigilância preconizada pela professora Eny Caldeiras, surgirá na capital curitibana espaços médicos especializados para os casos de homossexualismo que não fossem passageiros.

Correndo ao lado desses debates sobre o problema do homossexualismo e formas de enfrentamento, outros três problemas despertaram a atenção da imprensa curitibana e foram logo associados a esse grande construto discursivo sobre a decadência moral da sociedade e necessidade emergencial de regeneração, os quais conectavam sexualidade, gênero e homossexualismo: foram eles, a influência da cultura Hippie, o feminismo e as lutas em torno do divórcio. É sobre estes três elementos que passarei a discutir.

Hippies, feministas e divórcio: males da modernidade

Os hábitos hippies configuravam, no discurso da imprensa curitibana, tudo aquilo que era o oposto da moralidade desejada. Entretanto, é preciso notar que a emergência desse tema na imprensa, diz muito mais do escândalo produzido nela mesma do que realmente o avanço desses grupos na capital. Como temos visto, as construções discursivas que delineavam o homossexualismo como um problema, passavam por diversas searas, onde fosse possível aplicar a lógica dos escudos hetero-protetores de salvaguarda da moral, lá estavam eles arquitetando o cenário do descalabro da nação.

Se não se tratavam de grupos que avançavam efetivamente na cidade, o recurso foi apelar para o que se passava em outras partes do mundo, discuti isso anteriormente sobre medidas de afrouxamento moral que o colunista Raul R. Gomes percebia em outros países, aqui, Eugenio Gudín, outro colunista do jornal *Diário do Paraná*, destacou a má influência que aquelas hordas aventavam. Segundo ele, os hippies traziam uma leva de más condutas que promoviam toda sorte de avarias e afrontas aos costumes: repulsa ao trabalho; parasitismo; drogas ilícitas; libertinagem, etc. E os jovens seriam os grandes alvos, sendo que o homossexualismo foi um dos elementos perversos alimentado pelos grupos.

Todos estes elementos só foram possíveis a partir do relaxamento moral, o qual se configurava no cenário internacional e estava a bater à porta da capital curitibana. Essa sanha moralista e punitiva se percebia em notícias que não se ligavam à realidade do estado, mas, se conectavam ao repertório editorial e moral dos jornais e contribuía para cimentar os posicionamentos frente à sociedade. O importante a ser percebido nesses discursos não é apenas o seu potencial de inculcação, mas como frutos de um contexto de resgate moral particular, como se verifica nos anos 1970, em que estas forças moralizantes encontraram emergência e

condições de possibilidade atreladas principalmente ao Golpe e suas expectativas alimentadas por parcelas da sociedade.

Sobre os hippies, não eram somente os jornais que publicavam notícias desairosas, procuro neste trabalho compreender da mesma forma, como o universo das representações e das práticas era circular. Em 28 de fevereiro de 1970 é publicada pela revista carioca *Manchete*, em seu número 932, o comentário de um leitor curitibano, assinado R. Morais. Segundo Morais:

Se houver grande divulgação do sistema de vida dos hippies, acredito será muito perigoso para o Brasil. Porque, se por parte dos nossos jovens houver uma assimilação desses costumes perderemos a força que está justamente nas mãos dessa geração que começa a despontar e que deverá ajudar o Brasil a despontar para sua realidade maior, o progresso e a total independência econômica.⁶²

Para R. Morais, aqueles elementos citados por Gudin, eram opostos ao desenvolvimento da economia e ao progresso do país, e se esses grupos não contribuem com essa concepção de nação e país, não poderiam ter seu estilo de vida divulgado, pedindo, assim, uma forma de censura sobre esse tema e sujeitos. Os jovens, para Morais, seriam as vítimas dessas hordas que desprezam o trabalho, enfraquecendo os futuros corpos que continuariam soerguendo o país.

Próximo às desvarias dos hippies, figuravam os movimentos nacionais e internacionais de mulheres feministas que os colunistas viam com ressalvas devido ao seu potencial destrutivo dos laços tradicionais. Os hippies, pregando o amor livre, a liberdade sexual e o fim do casamento como contrato, seriam, junto aos feminismos, fortemente criticados.

Antes de passar à discussão desse cenário, se faz importante destacar um *insight* do colunista Eugenio Gudin, quanto ao caráter pioneiro dos hippies no que se refere ao afrouxamento dos laços, servindo segundo ele de abre-alas a outros grupos, o que é, de certa forma verdadeiro em relação aos grupos homossexuais.

Segundo o ativista homossexual norte-americano Carl Wittman, em uma carta-manifesto de 1970, o movimento homossexual conseguiu sustentação naquilo que os hippies haviam pregado abertamente antes deles. Segundo o ativista, foi este movimento, que, de fato, servir de abre-alas, sobre determinados assuntos frente à sociedade: sobre a questão do corpo, da sexualidade e da vida conjugal. Elementos importantes de crítica cultural dos movimentos homossexuais.

“*El manifesto homosexual*” foi o título dado a carta, tradução do original *Refugees*

⁶² *Manchete*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1970, nº 932, seção “O leitor em *Manchete*”, sem página.

From Amerika: a gay manifesto (1970), que foi primeiramente publicado em 1972 e posteriormente veiculado na Espanha em novembro de 2015, é esta última versão que foi consultada para esta pesquisa. O manifesto contém inúmeros argumentos androcêntricos, inclusive uma das versões do mesmo é acompanhada por uma longa crítica lésbica, entretanto, revelou um interessante elo entre o Movimento Homossexual e a cultura Hippie pouco discutidos atualmente.

Quanto às feministas, os rótulos moralistas não foram diferentes, suas reivindicações não eram consideradas relevantes pelos jornalistas e redatores, uma vez que, assim como os colegas hippies, caminhavam de encontro ao que consistia a “rainha de um lar tradicional”.

Em 1976, ano em que o debate sobre o divórcio estava a todo vapor no Brasil, certamente, os dois jornais aqui analisados cumpriram sua agenda de apego aos ideais morais. Uma das matérias publicadas não dizia respeito à cidade de Curitiba, mas, como visto, nem por isso, deixava de anunciar a mensagem sobre o posicionamento do editorial em relação ao divórcio.

ROMA – Enquanto o horizonte de muitas mulheres italianas continua limitando da cozinha à cama, as mulheres “liberadas” assumiram uma posição radical para enfrentar o homem, o Estado e a igreja. Aos gritos de “aborto livre, aborto livre”, cerca de 100 feministas, jogaram ovos contra os carabineiros e tentaram invadir a catedral de Milão, construída no século XIV. [...] As feministas disseram que sua manifestação, junto com as exigências de legislação do aborto e o direito de solicitá-lo, era um protesto contra o recente documento do Vaticano, sobre ética sexual, que condenou a masturbação, o homossexualismo e relações extraconjugais. [...] Os últimos incidentes deixaram em evidência uma crescente agressividade da mulher em uma terra considerada domínio dos homens, do “amante latino”. As dirigentes feministas uniram-se primeiro aos políticos esquerdistas para apresentar em 1970 um projeto de divórcio. As mulheres pressionam pelo aborto, que atualmente é ilegal sob todos os aspectos. Nisso enfrentará inclusive os poderosos comunistas, que apoiaram o divórcio mas acreditam que o aborto deva ser decidido pelo médico, e não apenas pela mulher grávida.⁶³

A Igreja Católica foi uma das mais fervorosas combatentes contra o divórcio, pois o mesmo feria não apenas a extensão do poderio cristão sobre a sociedade, quanto representava a dissolução de um matrimônio, ainda que os pedidos de divórcio fossem em relação ao contrato civil, como destacou a advogada e historiadora Cláudia R. Nichnig (2014).

Os redatores ainda apontaram como sendo perceptível, o aumento da agressividade das

⁶³ *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 19 de janeiro de 1976.

mulheres, mesmo num território machista e dominado por homens como o Vaticano, essa relação entre agressividade e feminismo se constituiu em senha moralista de deslegitimação das reivindicações, uma vez que eram “mulheres liberadas” que não cumpriam os desígnios essenciais pretendidos pela moral ou se colocavam contra os mesmos: submissão aos homens através da clausura doméstica, casamento e reprodução. Revestida de moral, as vontades dos homens encontravam cada vez mais obstáculos, até a efetivação do divórcio com a alteração de sua indissolubilidade, como reforçada pela Constituição de 1967, alteração parcialmente conquistada através da Emenda nº 9 de 1977 que constituía-se na Lei do Divórcio.

Nichnig apontou, entretanto, que mesmo diante deste objetivo avanço das pautas feministas, “os argumentos utilizados por Nelson Carneiro [relator do projeto], objetivando sensibilizar a população, bem como as mulheres que se colocavam contrariamente à nova legislação, eram no sentido de reafirmar a dependência das mulheres em relação aos homens”⁶⁴. Mesmo a Lei do Divórcio foi atravessada pelo moralismo heterocêntrico que materializava o caráter compulsório do regime heteronormativo do casamento.

Além do contexto de reforço moralista, como tenho apresentado, a ideologia do familismo, defendida abertamente pela imprensa, constituída pela política heteronormativa e binária, que endossava a política sexual do próprio regime militar, não estava assentada somente nesta base, ainda que ela seja uma legitimidade pública. Em 2000, foi publicado em Curitiba um livro intitulado *O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaense*, do jornalista Carlos Danilo Costa Côrtes. Este jornalista, esteve trabalhando no Diário desde os inícios das atividades, até seu fim em fevereiro de 1983, quando não era mais de propriedade dos Diários Associados.⁶⁵ Nesse livro, encontra-se o depoimento de um ex-funcionário da empresa, que observou a dimensão ideológica que forçava determinadas formas de produção de matéria censurando outras, bem como a possibilidade ou não de custeio material. Era o economista Nereu Maia Toniatti.

Toniatti, destacou em seu depoimento, as incompatibilidades no projeto que deu origem ao Diário do Paraná no estado. Segundo ele, apesar do desejo de se fazer a mais moderna empresa jornalística, o empenho não teria sido seguido pelo fator financeiro, sempre escasso, levando até mesmo a meses de atraso nos pagamentos dos funcionários, exigindo da equipe

⁶⁴ NICHNIG, Claudia R. “Rompendo o laço: embates e debates em torno da Lei do Divórcio no Brasil. In: DUARTE, Ana R. F., Lucas, Meize R. de L. (orgs.). **As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

⁶⁵ Segundo o advogado Arno Jung, que representou os funcionários do *Diário do Paraná* nas ações judiciais para pagamentos, quem requereu a falência da então S.A. *Diário do Paraná* foi a empresa editorial Jornal de Santa Catarina Ltda. Segundo ele “a decretação de falência ocorreu em 15 de julho de 1982 pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba” (CÔRTEES, 2000, p. 214).

diretiva a distribuição de vales emergenciais para a sustentação das famílias, algo controverso com aquilo mesmo que pregavam os redatores. Mas, dentre esta situação instável que atravessava o jornal, o economista destacou um elemento importante para compreendermos algo que chamarei de linha editorial:

A integralização do capital da S.A. Diário do Paraná teve origem no âmbito da economia forte da época: a cafeicultura. Homens ligados ao café, da região norte do estado, adquiriram suas cotas do capital social do futuro jornal que, por esse motivo, deveria defender os interesses da classe cafeeira, que naquele tempo, era a principal fonte de riqueza do Paraná.⁶⁶

A defesa dos interesses da classe cafeeira puderam ser percebidas no modo como o jornal reagiu ao golpe de estado, colocando-se numa posição em que não houve contestação, mas de apoio tímido nos primeiros anos. Mais tarde, em 1976, por exemplo, chegou mesmo a publicar periodicamente uma coluna chamada *Coluna da revolução*, defendendo abertamente os interesses dos militares e das autoridades constituídas. A criação da coluna naquele período buscava uma nova identificação do regime com a sociedade, repassando informações abonadoras das ações do Estado e questionando posições em contrário, vou analisar uma das postagens da coluna no capítulo 3.

Menciono o depoimento de Toniatti, para que seja possível estabelecer as ligações ideológicas que consistem na formulação “defesa de interesses”. Foi no norte do Paraná, de acordo com Juliana Valentini (2014) e Ana Lúcia da Silva (2001) que se organizou, com força, os movimentos de mulheres católicas contra o comunismo. Inspiradas na “marcha da família com Deus pela liberdade” paulista, composta majoritariamente por mulheres, realizou-se em Curitiba, em 26 de março de 1964, a marcha paranaense, cujo o slogan foi “Acorda povo, conspiram contra tua pátria”.⁶⁷

A ideologia do familismo, defendida pelas mulheres organizadas retomava e reforçava o que estou aqui discutindo sobre as defesas morais presentes nos jornais, é esta força de pressão que sustentava a produção discursiva na grande imprensa paranaense.

Esse moralismo, como temos visto, é uma continuação danosa no país, fruto da

⁶⁶ CÔRTEZ, Carlos Danilo Costa. **O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaense**. Curitiba: Fitolito, 2000. (p. 193)

⁶⁷ SILVA, Ana Lúcia da. **Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o regime militar**. (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2001, 182 f.

correlação de forças desigual nas disputas políticas nos espaços decisórios.⁶⁸ Em uma comovente carta de Bertha Lutz de 1963 ao seu amigo João C. Rodrigues, em que ela fazia um balanço da situação da mulher no país desde suas ações como parlamentar nos anos 1930 até os anos 1960, ainda que se anteviessem alguns poucos avanços, como a queda da incapacidade jurídica da mulher casada, Bertha escreveu: “Faltou tudo mais”.⁶⁹ Esse “tudo mais”, poderia ficar mais extenso, se estender a discussão para os debates sobre mulheres que não eram casadas ou mesmo mães, os debates e embates em torno da Lei do Divórcio, demonstraram o quão difícil era reconhecer a liberdade das mulheres.

E o feminismo, não escapou a uma conceituação na Ditadura. O Padre Fernando, aquele da *Pequena Enciclopédia* (1972), aparece aqui novamente para expor, do ponto de vista da Igreja e do Estado, em que consistia o feminismo.

Feminismo. *Do latim “foemina” = mulher, senhora.* Recebe o nome de feminismo todo movimento de ideias ou de ação que se propõe como objetivo a emancipação da mulher. Antes da era cristã era imposto à mulher um estatuto de absoluta inferioridade com relação ao homem. Simples instrumento de prazer do homem, ela era apreciada na medida em que lhe garantia a posteridade. Juridicamente consideravam-na uma incapaz. O Cristianismo, pregando a absoluta igualdade de todos, como filhos de Deus, e não fazendo diferença de sexo nas suas exigências morais, foi o primeiro grande passo no sentido da dignificação da mulher. A estrutura patriarcal da sociedade medieval, influenciada pela tradição do Direito Romano, manteve o estatuto jurídico da inferioridade feminina, apenas suavizado pela inspiração cristã. [...]. Durante todo o século XIX e século XX, vários movimentos surgiram, principalmente nos países nórdicos, em prol da plena emancipação da mulher: jurídica, econômica e sexual. Como toda reação para corrigir um erro, tende ao erro oposto, os primeiros movimentos feministas não escaparam a essa lei. Partiam de uma premissa errada: a total igualdade entre o homem e a mulher. Iguais em dignidade essencial, o homem e a mulher são diferentes biológica e psicologicamente. Pretendendo colocar a mulher em condições de competir com o homem, o feminismo inicial só conduziu a maiores frustrações. O feminismo contemporâneo já atingiu posições de maior equilíbrio exigindo justas revisões do Direito que exprimiam melhor, juridicamente, a igualdade dos sexos em dignidade essencial, e que permitam melhor a plena expansão dos valores especificamente femininos.⁷⁰

⁶⁸ Em seu livro *Senhor Deus dos desgraçados* de 1958, Gondin da Fonseca, com uma objetiva análise da situação no país e tomando por certa uma intervenção militar, também sai em defesa do divórcio, e ele ainda evidenciou que mesmo antes dos anos 1970 as defesas morais utilizavam um expediente conhecido: “que a abolição do casamento a vinculo provocaria, entre nós, a destruição da família” (FONSECA, 1958, p. 255). O autor, lucidamente, coloca em xeque esta defesa a partir de uma historicização do divórcio, inclusive promovidos amplamente pela Igreja.

⁶⁹ MARQUES; MELO, *op. Cit.*, p. 484.

⁷⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, *op. Cit.*, p. 311-312.

Bertha Lutz, havia sido menos otimista em relação aos avanços contemporâneos das mulheres. O Pe. Fernando, como homem a olhar do ponto de vista da interpretação cristã, faz uma leitura não apenas otimista, mas controvertida da trajetória dos movimentos feministas. A primeira controvérsia, se refere a própria interpretação histórica do cristianismo, que segundo ele, representaria algum tipo de avanço para as mulheres, o que não converge com a própria realidade: as lutas em torno do Divórcio, por exemplo, em que pese lembrarmos que a Igreja Católica foi opositora fervorosa.

Dando a entender que o cristianismo prega a igualdade essencial, o autor parece apontar para uma contradição no interior do próprio discurso: se são diferentes biológica e psicologicamente, qual instância reverberaria igualdade essencial? Certamente na condição de cristãos e “filhos de Deus”, mas nisso se encerraria a igualdade e pouco indicava em dignidade no mundo para ambos. Disputas políticas ou pretender colocar a mulher “em condições de competir com os homens”, fugia à igualdade essencial, mas o veto à competição não vinha de uma instância democrática, em que pese a participação de homens e mulheres nos espaços decisórios, e sim dos próprios homens que definiam as regras do jogo.

Outro detalhe da exposição do autor, é que, ainda nos anos 1970, o capitalismo aliado ao patriarcado, que contrariamente ao que supunha o clérigo, não havia acabado na antiguidade, configuravam regimes de opressão contra as mulheres, pois endossavam a desigualdade e a ilusão da dependência essencial homem-mulher como demonstrou o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti, de 1969, e não menos pontual, a feminista e socialista ainda acusou o problema da condição feminina que era agravada pela Igreja Católica. Em uma lúcida interpretação da obra, Raewyn Connel (2015) é certa.

O livro apresenta uma teorização marxista-feminista sofisticada sobre o sexo como forma de estratificação social e um balanço detalhado e embasado em estatísticas da divisão sexual do trabalho, da economia política da família e da educação das mulheres. Realiza uma abordagem histórica da subordinação das mulheres e da emancipação, analisa a influência conservadora da Igreja Católica e traz uma discussão brilhante sobre a economia sexual da sociedade colonial no Brasil.⁷¹

Em realidade, resultava impossível, na lógica da moralidade desejada, qualquer avanço significativo das mulheres, pois o que se processava era o esvaziamento de sua capacidade política através de discursos falaciosos e controvertidos como os do Pe. Fernando, no fim, de

⁷¹ CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015. (p. 134)

fato, faltaria tudo mais, para as mulheres.

Como definido por Curiel, a arquitetura promovida pela heterossexualidade nos termos de um regime político, necessita da ideologia da diferença sexual binária que enlaça as mulheres e sexualidades periféricas na trama daquele regime e as afasta do campo político para evitar o incômodo de suas contestações, evitando assim revisões na ordem patriarcal. Além disso, isentava os homens de sua contraparte nos embates contemporâneos, reforçando sua dominância nas instâncias de poder e retirando a condição relacional da convivência social. Como anteriormente explicitado, esta moralidade desejada é imposta de cima para baixo e profundamente normativa.

Sobre o divórcio, o autor ainda acusa que não é uma saída correta para a correção dos problemas no interior do casamento, sendo que para evitar esse mal, era necessário maior dedicação dos jovens com o compromisso conjugal, esse compromisso, que na verdade seria o mesmo que aceitar todas as tribulações e violências como parte da própria estrutura do casamento, seria um “compromisso total”, a ser assumido “uma vez na vida”.⁷² Para o clérigo, o problema real, seria a separação e não as situações que terminavam nele como saída para o casal.

Após a conquista do divórcio, com aprovação da Lei de Divórcio, a Igreja Católica ainda dificultou a vida das pessoas que contraíram matrimônio posteriormente. O caso da primeira mulher divorciada em Curitiba foi registrado pela revista *Manchete* que destacou esta “contrariedade”.

Em meio a satisfação que dominava o ambiente, Lourdes e Reginaldo tiveram uma pequena contrariedade, ao saber, que Gisleine (a filha do novo casal) e os filhos que virão, segundo informações divulgadas em algumas paróquias, talvez não possam ser batizados na Igreja Católica.

Diante da notícia recebida pelo casal, ambos fizeram questão de separar o que consideravam ser a instituição religiosa (a Igreja e os padres) organizada por interesses humanos, da sua fé, que era devotada em Jesus Cristo, “que foi uma pessoa simples e nunca se ateve a imposições desse tipo. [...]. Se realmente existir esta impossibilidade, o jeito será procurar outra igreja, porque seria crueldade deixar pagãos os filhos inocentes que nada tem a ver com certas instituições humanas. Mas não mudaremos de religião”.⁷³ O casal, ainda argumentou, que essa prática pela Igreja reforçava o preconceito que eles sofriam diante da

⁷² Ibidem, p. 245.

⁷³ *Manchete*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1978, nº 1344, página 108.

situação de seu casamento, tendo em vista o preconceito que sofriam “mulheres desquitadas” quando assumiam uma nova relação e buscavam pela sua oficialização religiosa. Note-se, que as determinações normativas, neste caso, recaiam sobre casais e pessoas heterossexuais, “contemplados” pela heteronormatividade e binarismo, de modo diferente operavam sobre estas pessoas, pois, apesar das práticas discursivas da imprensa produzirem a ideia de que existem grupos exclusivos “fora” da norma, em realidade, a norma é apenas um desejo de totalização, jamais uma realidade de fato. Todos os sujeitos ressignificam as normas em suas vidas e são desproporcionalmente tocados por ela.

Toda essa defesa moralizante, estaria comprometida somente com a causa cristã ou teria algum outro interesse? Na tentativa de responder a esta questão, para melhor compreender a funcionalidade e produtividade destes discursos, naquilo que Michel Foucault define como produtividade do complexo saber-poder⁷⁴, ou seja, pensar os discursos não apenas como imposições de cima para baixo, como elas de fato objetivavam, mas buscar outras razões para a linha editorial assumida pelos dois jornais.

Ao longo das edições dos periódicos, apenas para pontuar estes valores implicados, podem ser encontrados votos de leitores que ao terem recebido graças mandaram que fosse publicada uma pequena oração ao Espírito Santo no jornal. Isso pode ter incitado outros leitores a fazê-lo, visto que foram encontradas em várias edições. Os nomes dos leitores não são revelados, sendo que são colocadas apenas suas iniciais. Este dado revela uma tentativa pelos jornais de construir, possivelmente, certa identidade com a comunidade leitora, correspondendo em suas páginas à cultura religiosa da maioria da população, o que ainda assim não os salvará da falência ao final da década.

Abaixo apresento um quadro dos números do Recenseamento Geral de 1970 para o tema sobre religiosidade por sexo na cidade de Curitiba. Além da população católica ser majoritária, note-se que o sexo aqui é tomado pela identidade de gênero das pessoas, uma noção recorrente até os dias atuais.

Quadro 1. Distribuição da população paranaense por religião e sexo. (Censo de 1970)⁷⁵

VII Recenseamento geral - 1970
41. Religião por sexo segundo as microrregiões

⁷⁴ FOUCAULT, 1988; 2006; 2014.

⁷⁵ Para as demais religiões os dados foram: Espíritas: 4.414 homens para 4.740 mulheres; Outras religiões (o censo não específica) 7.141 homens para 7.073 mulheres; Sem religião: 3.403 homens para 1.837 mulheres e Sem declaração: 12 homens para 4 mulheres.

Microrregiões e Municípios	Total			Religião			
				Católicos-romanos		Evangélicos	
Totais	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
		6.929.821	3.552.290	3.377.531	3.196.873	3.032.228	254.234
Microrregiões							
Curitiba	821.233	403.556	417.677	359.106	337.332	29.480	31.691

Fonte: VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional, v. I, tomo XIX. Arquivo pessoal.

Acredito que na busca por identificação com a população, bem como ao definir a moralidade desejada, os jornais estavam dialogando com o que poderia ser o imaginário coletivo da sociedade, uma vez que era majoritariamente católica. Esse dado deve ser relativizado, pois ainda que as arrancadas moralizadoras concorram para o reforço das bases cristãs, nem sempre se faz do ponto de vista do catolicismo, assistimos no atual momento político e social do país, uma inversão na instituição protagonista desses reforços, muito mais ligado às neopentecostais que ao catolicismo, ainda que esta venha a reboque.

Importante destacar, que além do aumento exponencial no conjunto de artefatos jornalísticos e de opiniões veiculadas pelos dois jornais como apresentei na Tabela 1, ainda que o *Diário da Tarde* represente um índice menor que o *Diário do Paraná* no que se refere ao número de ocorrências, aquele obteve nos anos 1970 o seu auge atingindo 16 mil exemplares e desde os anos 1960 havia assumido “um estilo crítico e “popular”, privilegiando assuntos policiais, esportivos e de utilidade pública”.⁷⁶ Esse aumento, observado pela jornalista Karina Janz Woitowicz (2015), talvez se ligue às alterações promovidas na agenda editorial, ainda que menor em relação ao *Diário da Tarde*, passou a incrementar colunas e artigos sobre a questão sexual, moral e familiar, proponho pensar essa guinada como promotora do interesse sobre temas ligados aos costumes. Por outro lado, havia o aceite de sua agenda de uma comunidade desejosa de moralização. Uma via que não segue apenas os interesses de cima, mas estabelece as condições de sua possibilidade desde baixo.

Esse desejo de moralização pode ser verificado na controvertida revolta contra o feminismo e que extrapolava o âmbito da imprensa. No ano de 1971, por exemplo, visitou o Brasil, a feminista norte-americana Betty Friedam. No dia 21 de abril daquele ano, o *Dário da Tarde* lançou uma nota com o seguinte título “Betty Friedam não daria lições aqui”, afirmando que as mulheres curitibanas não se sentiam inferiores, como teria alegado a feminista sobre a

⁷⁶ WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem contestada**: a Guerra do Contestado pela escrita do *Diário da Tarde*. (1912-1916). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. (p. 83).

condição das mulheres. O jornal foi às ruas e entrevistou algumas mulheres da cidade, assim como expôs o argumento da presidenta da Associação Cristã Feminina (ACF) Diva Miranda, para quem, “Betty Friedam é uma mulher frustrada para lançar ideias tão anti-femininas”⁷⁷, para Diva, as mulheres não precisariam entrar em competição com os homens no mundo para mostrarem seu valor, eram superiores, portanto, era possível uma convivência sem interferências entre os dois mundos.

No Paraná, a presidenta da seção regional, Dona Tarsilia, se colocou desfavorável a qualquer movimento contra os homens, utilizou o termo “emancipacionista” como algo negativo e que atrapalhava em vez de ajudar. As demais mulheres entrevistadas para a nota, apontavam que as mulheres haviam alcançado importantes espaços na sociedade, melhorando suas condições de vida em vistas de tempos passados, e que as mulheres, à época se mostravam mais aptas ao exercício de determinadas funções profissionais que os homens. As mulheres entrevistadas ocupavam os setores produtivos, e a matéria não fez nenhum balanço dos supostos progressos com dados objetivos, se pautando apenas nos relatos.

O nome de Friedam, ainda seria trazido ao jornal em 1972 e em 1973. Ela era vista como responsável por uma guerra contra os homens e que pretendia tornar as mulheres versões político-sociais deles, acreditando, segundo escandalizavam colunistas e padres como Emir Calluf⁷⁸, que ela promovia a descaracterização dos sexos, apologia do lesbianismo e do homossexualismo, pois, como apresentarei no próximo capítulo, a diferença entre o homem e a mulher era um dado auto-evidente. Concepções “decadentes” como as de Friedam, mas de Germaine Greer, acusada de insolência pelo padre, só poderiam vir de pessoas confusas e pervertidas, lançando ainda o adjetivo de horrorosa contra Friedam.

Controversamente, ou não, o padre Emir Calluf, e outros dois sacerdotes, teve suas funções suspensas em 1977, pelo arcebispo Dom Pedro Fedalto, depois da descoberta de que o citado padre mantinha um casamento, em regime civil, realizado em São Paulo. A Cúria Metropolitana do Paraná lançou uma carta às paróquias da diocese de Curitiba explicando a situação. Segundo a carta, o casamento de Calluf o colocava em desacordo com as normas da Igreja Católica, as quais estabeleciam o voto de castidade. Segundo Calluf, a notícia era por ele desconhecida, e que tomaria as providências. O caso seria o primeiro durante o Regime Militar, em que a Igreja pune com suspensão um clérigo pelo citado motivo no estado do Paraná⁷⁹.

Diante do quadro esboçado até aqui, entendo que a cruzada moral promovida nos anos

⁷⁷ *Diário da Tarde*, Curitiba, 21 de abril de 1971, 3ª página.

⁷⁸ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 14 de maio de 1972, terceiro caderno, página 6.

⁷⁹ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 18 de agosto de 1977, 1º caderno, página 14.

1970, fez amplo uso dos elementos morais anteriormente sistematizados e alimentados socialmente, o posicionamento das mulheres católicas era o mesmo presente entre os padres e nos documentos oficiais, ainda que do ponto de vista das práticas dos sujeitos, a dinâmica seguisse o ritmo dos prazeres, ainda que proibidos. A diferença, entretanto, estava no modo como foram redistribuídas e empregadas as forças discursivas desse moralismo dos anos 1970, orientando para instâncias da vida que, mesmo anteriormente vigiadas, passaram a receber direta atenção do Estado e da imprensa, e o canal principal dessa cruzada se utilizava da moralidade sexual concebendo-a nos termos da diferença binária e do homossexualismo elevado a problema onipresente da família e da sociedade.

A paranoia anti-homossexual

Si la homosexualidad recibiera, aunque fuera en teoría, un mínimo de aprobación, si se le permitiera salir, incluso parcialmente, del marco de la patología, llegaríamos enseguida a la abolición de la pareja heterosexual y de la familia, que son las bases de la sociedad occidental en la que vivimos.⁸⁰

As palavras do filósofo Guy Hocquenghem (2009), representam bem o que se passava no Brasil em relação ao problema do homossexualismo. Hocquenghem foi um conhecido pensador francês dos anos 1970 e 1980, influenciando o pensamento da esquerda e contribuindo com a Teoria Queer. Segundo ele, a qualquer sinal de aparição do homossexualismo, mesmo que furtivamente, a sociedade logo trata de vigiar, seguir, punir, inclusive nas formas da lei, e mesmo não havendo uma lei contra o homossexualismo no Brasil, questão que aventei anteriormente, outros expedientes foram amplamente utilizados, muito próximos das considerações de Hocquenghem. Esse receio de que o homossexualismo se tornasse rotina aos olhos das pessoas, principalmente dos jovens, poderia ser prejudicial à saúde mental e, principalmente, à nação. Como discutido por Benjamin Cowan (2015), a visão que se tinha sobre o tema era de uma...

[...] canção ameaçadora das sirenas, preocupações policiais enfocaram duas áreas principais: a juventude e o turismo. De fato, o policiamento ditatorial do “homossexualismo” nos anos 1970 chamou nova atenção ao estoque, presumidamente cru, do futuro da nação brasileira: a juventude de classe média e/ou alta. As forças contrassubversivas no Brasil e no exterior viam nos jovens um nexos explosivo de sexo, cultura,

⁸⁰ HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. PRECIADO, Beatriz. **Terror anal**. Madrid: Editora Melusina, 2009. (p. 32)

subversão; a juventude, estas forças afirmaram, certamente seria alvo dos ataques comunistas, atentados degenerativos contra a moralidade, sexualidade e cultura.⁸¹

Além das mulheres, os jovens foram alvo dos discursos propostos pelos escudos heteroprotetores que temiam o alastramento do comunismo através da “guerra psicológica”, que se operava justamente pela inculcação nos jovens dos ideais comunistas que destruiriam, entre tantas outras coisas, o caráter masculino da nação, e, por consequência, sua sexualidade heterorientada.

Nomeio esse intento de vigilância, de paranoia, pois resulta difícil conter algo que estava muito mais na forma como a realidade era enquadrada do que nos dados de realidade que advinham da sociedade. Entretanto, não se entenda isso como simples operações imaginativas, elas, em realidade, forjaram ações concretas, produzindo na realidade os efeitos perversos da cruzada moralista.

Para Hocquenghem (2009), “del fracasso necesario del intento que aspira a hacer desaparecer el componente homosexual nace la paranoia”⁸², a qual marca historicamente o tratamento dispensado a questão do homossexualismo, justamente por ser algo fluido na dinâmica social e sexual, e não uma coisa, um bem que se possui ou algo que habita os corpos. As construções heterossexuais configuram as fronteiras do possível em termos de gênero e sexo, e o homossexualismo seria sempre o oposto da normalidade, ainda que refém de uma indeterminação explicativa. A constituição desta fronteira deve ser pensada como parte da lógica mesma em que o homossexualismo se torna anormal. A fronteira, em realidade, é mais um efeito do discurso que, de fato, fenômeno a ser descrito. Como destaquei desde o início, só foi possível estabelecer os contornos entre o imoral e o moral pelo diálogo auto excludente entre ambos. Por paranoia anti-homossexual podemos entender, grosso modo, a percepção generalizada do homossexualismo, identificando-o em tudo e todos. Foi um conceito utilizado pela historiadora Clara Eliana Cuevas para definir as práticas de repressão estatal, instituídas pela polícia da Delegacia de Costumbres no Paraguai, assim como pela imprensa daquele país contra os chamados 108 que apresentei anteriormente.

O conceito de enquadramento, que venho empregando não diz respeito apenas a um recurso semântico, ele é aqui pensado como categoria de abordagem, conforme manifesto nas considerações iniciais. O conceito foi outrora discutido por Judith Butler (2017a) na obra

⁸¹ COWAN, Benjamin. “Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. (p. 39)

⁸² HOCQUENGHEM, Guy. *Op. Cit.*, p. 28.

Quadros de guerra, livro dedicado a intervenção filosófico-política da autora, frente aos casos de tortura nas prisões de Guantânamo e Abu Ghraib, torturas perpetradas por soldados, homens e mulheres, norte-americanos. Todo o contexto fazia parte da agenda de política externa do governo de George W. Bush.

Para a autora o enquadramento é um ato crucial na definição de vidas a serem vividas plenamente ou de vidas que nunca poderão ser desfrutadas, o denominador comum destes dois casos é condição de algumas vidas serem passíveis do luto e outras não.

Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são construídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos.⁸³

O conceito de enquadramento reverbera nas relações humanas o meio pelo qual as pessoas se tornam humanizadas frente às outras, este conceito nomeia uma operação de significação e reconhecimento sobre como são encarados determinados grupos sociais, atribuindo-lhes sentido de existências através de quais adjetivos, ideias, imagens, formatos. Com esse conceito, objetivo apontar para o modo como se operou o enquadramento, como temos visto até aqui, formalizado pelo que convencionei chamar de moralidade desejada.

Este conceito pode ser associado a outro, formulado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, nomeado de *esquemas de percepção*. Com este conceito, a autora objetivou compreender a forma pela qual os grupos sociais, no caso dela, disputas entre indígenas e o Estado, desenvolvem esquemas de inteligibilidade uns sobre os outros, esquemas que podem estar muito distantes da lógica um do outro, e ainda assim conseguem se referir mutuamente. Esses esquemas são sempre político-ideológicos e estratégicos.

Acredito firmemente na existência de esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um certo grau de comunicação em grupos sociais, ou seja, algo no gênero do que se costuma chamar de cultura.⁸⁴

Esta forma de tornar o outro legível e inteligível preside as produções discursivas que

⁸³ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio T. de N. Lamarão e Arnaldo M. da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (p. 17)

⁸⁴ CUNHA, Manuela C. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. (p. 313)

análise neste trabalho, elas tornam possível a indiferença social com relação à vulnerabilidade de grupos homossexuais e/ou travestis, bem como forjam práticas que tornam essa vulnerabilidade, uma realidade. É assim que o Estado estabeleceu a comunicação com estes grupos ao longo da Ditadura, sendo endossado por práticas discursivas como as da imprensa.

Retornando ao trecho supracitado de Cowan (2015), o autor ainda continua, “nas palavras de um general importantíssimo, em 1969”, o general Márcio Souza e Mello, “publicações de caráter licencioso [...] poderão despertar variadas formas de erotismo, particularmente na mocidade [...] contribuindo para a corrupção da moral e dos costumes”⁸⁵. Próximo a esta percepção sobre a mocidade, que amalgamava o enquadramento sobre o homossexualismo e sobre o caráter débil da juventude, algumas práticas discursivas nos dois periódicos aqui analisados parecem confirmar os esquemas de percepção, pelo menos, no que eles tinham de abertamente públicos.

Voltando ao conceito de paranoia anti-homossexual, a operação desta paranoia permitia identificar o homossexualismo em lugares múltiplos, como ocorreu na leitura feita por Raul R. Gomes, colunista anteriormente mencionado, do livro *Ordem e Progresso* de Gilberto Freyre, sendo que este sociólogo não escapou das vistas do enquadramento produzido contra o homossexualismo. Em sua coluna, mais uma vez, Gomes aproveita para mencionar as implicações do homossexualismo e de seu interesse na sociedade. Publicada em 7 de abril de 1970, o acadêmico, que era antigo associado da Sociedade Thalia, desabafa após um dos encontros na tal sociedade.⁸⁶

Permito-me advertir o instigante mestre, alvo de minha imensa admiração e da de milhões de brasileiros, acho muito mais útil e expressiva a pesquisa sobre os aspectos da fusão das etnias em lide que exigir dos colaboradores informações sobre o processo de assimilação e influência recíproca não só de elementos de proveniência alemã como de outras raças como a italiana, a polonesa, a síria, a ucraniana, etc.

[...]

Há revelações insistentes de frutos de pesquisa na obra do grande sociólogo de Apipucos como as sobre homossexualismo entre estudantes que eu dispensaria para acolher dados de maior alcance para a formação da nossa sociedade.⁸⁷

Nestes dois trechos extraídos da coluna, o autor se refere à obra *Ordem e Progresso* de

⁸⁵ COWAN, Benjamin. *Op. Cit.*, p. 39.

⁸⁶ A Sociedade Thalia foi fundada no século XIX e constitui um marco da preservação e disseminação da cultura germânica em Curitiba. “O início das atividades da sociedade, em 1882, foi resultado do desejo de 19 famílias vindas da Alemanha de se reunirem com os seus conterrâneos para matar a saudade da terra natal” (Gazeta do povo, 18 de abril de 2015). Atualmente se localiza na Rua Comendador Araújo, 338 – Centro.

⁸⁷ *Diário do Paraná*, Curitiba, terça-feira, 7 de abril de 1970.

Freyre, a qual contou, para sua realização, com colaborações de cartas do Brasil todo, se sobressaindo ao longo do livro relatos de nordestinos. Nicolau Sevcenko, historiador que escreveu o texto que abre a edição de 2004 (6ª edição), fez importantes considerações sobre o caráter diferencial da obra se comparada ao conjunto dos textos de Freyre, notadamente *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*.

Outras características inovadoras de *Ordem e Progresso*, típicas como fossem das práticas antropológicas de Gilberto Freyre, mas que ganham um especial destaque nesse momento, são sua atenção para o cotidiano, a privacidade e a cultura material. Também nesse sentido este livro mantém uma notável atualidade metodológica. As condições aceleradas de mudança histórica produzem contrastes nítidos entre as gerações, as camadas sociais, as profissões, as regiões, as comunidades étnicas e nacionais e assim por diante.⁸⁸

Percebemos nas palavras de Sevcenko, que a leitura da obra pela crítica no século XXI despertou outros interesses, tanto por este autor ser historiador, mas principalmente pelo fato de que o *continuum masculino* tem outras dimensões para a intelectualidade atual, para Gomes, entretanto, havia detalhes da formação étnica de Curitiba, que de fato revelavam sua historicidade e densidade, algo que certamente o homossexualismo de estudantes ginásiais não poderia revelar, nem mesmo ser relevante nesta composição. Enquanto membro de uma sociedade de valorização da cultura germânica e tentando enquadrar o sociólogo pelas suas obras anteriores, Gomes advertiu o instigante mestre acerca do que poderia realmente ser publicado sobre a cidade de Curitiba.

Inversamente, a proposta do livro terminou por revelar algo interessante do ponto de vista histórico. Ao preocupar-se justamente com as mudanças históricas e com relatos pessoais, Freyre, responde, a uma leitura mais atenta, a própria preocupação do colunista. As gerações, segundo Freyre, não correspondem simplesmente aos interesses hegemônicos de seu tempo, podendo na medida que integram camadas de tempo diferenciadas, esperarem e valorizarem outros detalhes da experiência, próximo àquilo que ensina um provérbio árabe, “os homens se parecem mais com seu tempo que com seu país”⁸⁹, ainda que os pais estejam no mesmo “presente” que os filhos, seus saberes e concepções dependeram de outros caminhos em outros tempos, cujas experiências os filhos não tiveram. O tempo, ou a história, como nos ensinou

⁸⁸ FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (p. 26-27)

⁸⁹ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002. (p. 60)

Eduardo Galeano, é do que somos feitos⁹⁰.

Enquanto homem adulto, pertencente a classe média e cultivador de uma noção de história tradicional, Gomes buscava uma impressão desse mesmo tempo nos moldes de uma história geral, que abarcasse as contribuições das “raças” para a formação da civilização, porém, os tempos em que a teoria das três raças respondiam satisfatoriamente os anseios por uma identidade nacional havia passado, a datação das obras de Freyre atestam isso, no entanto, embebido por um período cuja cultura histórica objetivou voltar a um passado mitológico, o colunista do *Diário do Paraná* acreditou na permanência histórica daquela interpretação, não apenas por sua relevância em termos de forjamento de uma tradição, mas pela heterossexualidade implícita no que concerne a orientação de sua leitura em homens como Raul. R. Gomes e seu lugar de fala. O mestre de Apipucos, entretanto, bem poderia responder:

Não foi contrariada, na elaboração do estudo que se segue, a advertência do sociólogo espanhol Julian Marías, à página 52 do seu recente *La estructura social – teoría e método*, Madri, 1955, de que se deve procurar estudar historicamente uma sociedade - “sujeito plural” - considerando nela a presença, num mesmo tempo, de vários tempos distintos; e identificadas com esses vários tempos, várias gerações (Ibdem, p. 35).

O excerto acima, foi escrito em 1957, quando da finalização da pesquisa que seria publicada no Rio de Janeiro em 1959⁹¹, no entanto, não tenho condições documentais de afirmar que o mesmo estava presente na primeira edição, concluo pela data de sua escrita em relação a publicação, que sim, porém, o colunista, que não era sociólogo nem historiador, se apropriou de modo distinto da obra, esperando dela outro conteúdo, sem importar-se com as ressalvas teórico-metodológicas que compunham a proposta da pesquisa, presente na introdução.

Retornando ao exposto na coluna de Gomes, onde ele escreveu que na obra “há revelações insistentes de frutos de pesquisa na obra do grande sociólogo de Apipucos como as sobre homossexualismo entre estudantes que eu dispensaria para acolher dados de maior alcance para a formação da nossa sociedade”, gostaria de pontuar que na obra foram mencionadas explicitamente poucas vezes a palavra homossexual ou homossexualismo, bem

⁹⁰ GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

⁹¹ A obra *Ordem e Progresso* foi resultado de um empreendimento de 10 anos de pesquisa, concluídos em 1959 com a publicação pela editora José Olympio, no Rio de Janeiro. De acordo com a edição de 2004 (6ª edição), a obra compreende “o terceiro volume da série *Introdução à história patriarcal no Brasil*, iniciada com *Casa-Grande e Senzala*, continuada com *Sobrados e Mucambos* e a ser finalizada com *Jazigos e Covas Rasas* (livro nunca concluído) e *O velho Félix* e suas memórias de um Cavalcanti (que é a segunda edição, aumentada, da introdução ao livro *Memórias de um Cavalcanti*, publicado em 1940) “(FREYRE, 2004, (p. 1050-1051)

como homossexualidade. Ao longo do livro foram expostos apenas relatos de dois paranaenses, Heraclides César de Sousa-Araújo e Erasto Gaertner, este que veio a ser posteriormente prefeito da cidade, hoje existe uma rua que leva seu nome na cidade.

Em nenhum dos relatos foram mencionadas explicitamente atos ou noções alusivas ao homossexualismo, porém, durante a leitura dos relatos dos dois rapazes, cujo conteúdo se refere ao período de suas infâncias, transcorridos entre os anos 1930 e 1940, estão presentes seus tempos de criança e brincadeiras com outros meninos. Relatam seus gostos por literatos como Eça de Queiroz e Machado de Assis; suas relações com a população negra, cujo contingente seria menor na região sul; a recepção do casamento entre pessoas brancas e negras, sendo que Erasto repudiava e Heraclides entendia que o que ditava as regras era o amor; este inclusive relata que recebeu pouca influência da Igreja Católica bem como seus períodos de escola com outros meninos, com os quais precisavam aprender o idioma português.

Se Gomes, apreendeu insistentes revelações como as de homossexualismo, entendo que se referem possivelmente ao *continuum* masculino que envolvia brincadeiras em comum, sempre entre meninos, períodos na escola cujas brincadeiras eram diferenciadas por gênero, colocando os meninos próximos e as meninas distantes deles, assim como os jogos de rua, empinar papagaios e raias ou esconder-se. Freyre chega a escrever: “outras influências abasileirantes e católicas e algumas anglo-saxonizantes se fizeram sentir sobre Erasto, desgermanizando-o e desliteralizando-o” (FREYRE, 2004, p. 935), visto que Erasto era filho de pai alemão e mãe brasileira, uma composição valorizada no imaginário racista curitibano. Creio que Gomes não gostou destas narrativas, como membro da Sociedade Thalia, representante da preservação e disseminação da cultura germânica em Curitiba, certamente aludir para sua secularização foi quase uma afronta.

O homossexualismo parece possuir um peso significativo na escrita do colunista, tendo em vista o exposto, utilizá-lo era uma forma de ressaltar a irrelevância do estudo, mas demarcar o caráter marginal e abjeto do homossexualismo enquanto comportamento que o próprio colunista definia como um descalabro humano em outras colunas, mesmo que só ele o visse isso nos textos, pois, textualmente, o termo não aparece nos relatos dos dois moços do Paraná, ou em reflexões de Freyre sobre os mesmos.

Mal sabia Gomes, que Freyre, como um pesquisador “interessado em tudo o que é humano”, teve em sua juventude, “a curiosidade de ver o que era o amor não heterossexual”, vindo a ter na Europa, “poucas e não satisfatórias experiências homossexuais”⁹², como revelou

⁹² *Playboy*, São Paulo, março de 1980, edição nº 056, pp. 27-34.

em uma entrevista concedida à revista *Playboy* em março de 1980. A homossexualidade era um elemento importante para Freyre em vários de seus trabalhos, principalmente relacionado às dissonâncias culturais verificadas na colônia, pois, como um atento aprendiz de Franz Boas, sabia que estes elementos culturais dizem muito da constituição de uma sociedade. Mas, para Gomes, era o contrário, omiti-los, excluí-los em nome da raça seria o trabalho a ser feito na construção discursiva acerca de Curitiba, leia-se raça branca europeizada.

Estas lutas e disputas, no terreno da cultura, das representações sociais, a exemplo dos discursos escritos, vão ganhando força nos anos 1970 referentes à questão da sexualidade e do gênero, constituindo-se a meu ver neste grande terreno político do simbólico tão caro às lutas por direitos e reconhecimento no presente. A ritualização para o simbólico da melhor imagem do concreto constitui esta luta, ou seja, o modo como escrevemos a realidade define-a e garante-lhe um determinado direcionamento aceito, o qual, é disputado no campo mesmo do concreto, aquilo que vai ser consagrado como imagem do “nós” será um valor alvo da luta, pois se caracteriza na possibilidade de sobrevivência para muitas pessoas.

Em uma profunda e significativa conceituação da escrita, Ochy Curiel nos possibilita um olhar sobre o texto, que do ponto de vista metodológico, objetiva capturar suas intensidades políticas.

Los textos están insertos en las relaciones sociales y políticas que les dieron origen, por tanto, se inscriben en un proceso social de producción (Zambrano, 2008). En ese sentido, las condiciones extratextuales y, de manera particular, la coyuntura donde se produce el texto son cruciales para lograr contextualizarlo y, por lo tanto, entender cómo en él se van fraguando las percepciones y las significaciones sociales.⁹³

Tanto nos escritos jornalísticos quanto naqueles que, mesmo produzidos em outras épocas, são novamente lidos e interpretados temos um circuito de significação social. O modo como são colocados novos problemas aos textos de acordo com o momento histórico, é uma chave de interpretação do imaginário social.

Obras antigas são lidas e novamente significadas, ao passo que muitas outras produzidas no mesmo período estão carregadas destas impressões, constituídas por elas. Uma escrita não é apenas, nestes casos, uma operação metodológica, mas uma atitude social frente a um suporte de impressão.

⁹³ CURIEL, Ochy. *Op. Cit.*, p. 57.

Como destacado anteriormente, na fala do general Humberto Souza de Mello, havia possibilidade de determinados textos e imagens promoverem entre a mocidade erotismos perversos, decaindo para as sexualidades periféricas. Se assim fosse, e como discutido, era preciso manter-se vigilante. Essa desconfiança e suspeição chegou até mesmo a questionar modos de ensino e a inclusão de histórias em quadrinhos nas escolas.

Professor defende ensino de quadrinhos na escola

Um perigo

Nos últimos tempos, os produtores de HQ acordaram para um problema que foi altamente nocivo durante muitos anos: a dubiedade de alguns personagens, sugestionando <<lesbianismo>> e <<homossexualismo>> disse Francisco Araújo. <<Apresentar um Batman, sempre acompanhado de personagem masculino, sem a intromissão positiva de elemento feminino, é altamente perigoso, tendo em vista que a maioria consumidora desta espécie de literatura, são pessoas sem senso crítico nem de sadia interpretação. Eis porque a nossa preocupação pelas HQ. Não poderemos combater os quadrinhos. Somos poucos para 100 milhões de leitores diários. A nossa função, por conseguinte, é nos aliarmos a eles, utilizando-nos ao mesmo tempo de seu conteúdo, de sua arte, técnica e comunicação, para a educação. Hoje, por exemplo, todo homem nascido na década de 30 em diante, tem sua infância marcada por qualquer um dos personagens, ou até vários. E inconscientemente eles agem em nossa personalidade, de maneira muito mais acentuada que pensamos.

Disse ainda o professor, que nos meios de comunicação de massa, e principalmente nos quadrinhos, se ensina muita coisa as crianças nas entrelinhas. Os problemas do século XX estão sendo vividos totalmente pelos personagens das HQ, evoluindo, penetrando em nossos inconscientes. E qualquer psicanalista querendo fazer um levantamento psicanalítico da sociedade, basta que analise seus personagens preferidos.⁹⁴

Mais uma vez temos o processo de instituição do olhar, na perspectiva da paranoia anti-homossexual, que em tudo parece visualizar o homossexualismo, um espectro que ronda a juventude. Sob os termos “dubiedade” e “sugestionando” temos não uma realidade verificável, mas uma apreensão subjetiva, semelhante àquela lançada sobre a obra de Gilberto Freyre, conforme pude constatar diretamente lendo as mais de mil páginas do livro.

Como apresentei na seção anterior, o homossexualismo é encarado como uma orientação, pois se trata de algo adquirido, que se pauta pelas influências e interações realizadas ao longo de uma vida. O problema dessas influências é sua distância relativa do instituto-

⁹⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, sábado, 24 de julho de 1971.

constitutivo heteronormativo. Quanto mais distantes, mais prejudiciais, necessitando da intromissão de um personagem do sexo oposto, como meio de equilibrar, não apenas os jogos de cenas e o enredo da história, no caso das HQs, mas a luz do caráter instrutivo nos terrenos do sexo e do gênero, a sadia orientação heterossexual dos jovens. A juventude, esvaziada de sua capacidade de julgamento é enquadrada como necessitada da orientação e supervisão de um adulto, e se possível, principalmente nos quesitos sobre sexualidade.

Recuperando o conceito que citei anteriormente para aqui defini-lo, *continuum masculino*⁹⁵, penso que existe uma tentativa de bloqueio sobre relações entre homens (relações de gênero e sexo) sempre que presumido o homossexualismo. Como pode ser percebido o conceito se aproxima daquele desenvolvido por Adrienne Rich, *continuum lésbico*.⁹⁶ Rich desenvolveu este conceito em um de seus mais importantes ensaios, intitulado *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* (2010) mencionado no início, afirmando que a heterossexualidade se coloca para as mulheres como uma instituição forçada pelos homens heterossexuais.

[...] o problema que as feministas devem tratar não é simplesmente a “desigualdade de gênero”, nem a dominação da cultura por parte dos homens, nem qualquer “tabu contra a homossexualidade”, mas, sobretudo, o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas. [...]. Um dos muitos meios de reforço é, obviamente, deixar invisível a possibilidade lésbica, um continente engolfado que emerge à nossa vista de modo fragmentado de tempos em tempos para, depois, voltar a ser submerso novamente.⁹⁷

Para Rich, a possibilidade lésbica constitui todas as formas de relações entre as mulheres, captadas pelo conceito *continuum lésbico*.

Entendo que o termo *continuum lésbico* possa incluir um conjunto – ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher. Se nós ampliamos isso a fim de abarcar muito mais formas de intensidade primária entre

⁹⁵ Este conceito foi uma proposta de reflexão apresentada pela historiadora e orientadora deste trabalho, Joana Maria Pedro em uma reunião do Laboratório de Estudos de Gênero e História, a autora não fez elaborações publicadas sobre, porém, faço aqui o devido crédito

⁹⁶ Adrienne Rich foi poetisa, professora e militante feminista dos Estados Unidos, filha de pai judeu e mãe cristã, escreveu importantes ensaios sobre de crítica lésbica ao feminismo apontando para a necessidade de uma profunda revisão sobre a instituição da heterossexualidade (2010).

⁹⁷ RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. Trad de Carlos Guilherme do Valle. *Revista Bagoas*, Rio Grande do Norte, n. 5, 2010. (p. 17-44). (p. 34)

mulheres, inclusive o compartilhamento de uma vida interior mais rica, um vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber de apoio prático e político, se nós podemos ouvir isso em associações como uma *resistência ao casamento* e em um comportamento, digamos, “exaurido”, identificado por Mary Dale (significados obsoletos: “intratável”, “obstinada”, “licenciosa” “impudica”, “uma mulher relutante de se submeter a cortejos”), nós começaremos a compreender a abrangência da história e da psicologia feminina que permaneceu fora de alcance como consequência de definições mais limitadas, na maioria clínicas, de *lesbianismo*.⁹⁸

O conceito *lesbianismo* possui uma dimensão clínica e pouco útil para o alcance da definição que a poetisa atribui ao termo *continuum lésbico*, abarcando todas as experiências mencionadas. No caso a que se presta estas linhas que escrevo gostaria de pensar um outro bloqueio realizado pela mesma instituição heteronormativa para o período que analiso, mas podendo ser transposto. Aos homens são negadas relações que os conectam profundamente uns aos outros em situações específicas, que lhes deixe próximos por muito tempo, que lhes propicie momentos de conhecimento e reconhecimento. Nas escritas que temos analisado essa realidade tem sido insistentemente reforçada, e a paranoia anti-homossexual funcionaria, neste contexto, como dispositivo desses bloqueios para uma percepção da relação entre meninos e instituição da heterossexualidade.

Ainda que aos homens seja relegada uma determinada estabilidade de relações sociais, públicas e sexuais, pois, de fato, estão sempre sendo beneficiados pelo regime heteronormativo e mais amplamente pelo patriarcado, compreendo que não se constitui apenas um regime de masculinidade possível. Só se torna possível um bloqueio na masculinidade porque ela é múltipla e discursivamente difusa. Com relação ao homossexualismo, mesmo no tempo presente, existem operações diversas que comprometem relações de aproximação entre dois homens, gays ou não; as faces da homofobia são exemplares disso.⁹⁹ O bloqueio do *continuum masculino* é uma operação historicamente determinada, e no contexto aqui analisado, forjada no interior do dispositivo da paranoia anti-homossexual.

Antes de prosseguir, entretanto, uma questão de método: o conceito de dispositivo aqui empregado segue as considerações de Michel Foucault e Giorgio Agamben, ainda que, como

⁹⁸ Ibidem, p. 35-36.

⁹⁹ Tratei desta questão num artigo recentemente publicado na III Jornadas do LEGH. Discuto casos de homofobia contra homens heterossexuais, apontando para a superficialidade explicativa das identidades e das orientações sexuais, me concentrando nas circunstâncias e contextos de gênero. Cf. RAMOS, Jeferson. “Mata-se por nada”: heteronormatividade, masculinidade e homofobia. - Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2018, Florianópolis. Caderno de Resumos e programação da III Jornadas do LEGH: feminismos e democracia, 2018. v. 3. p. 752-766.

assevera este último, Foucault nunca tenha elaborado propriamente uma definição do conceito de dispositivo, mas se aproxima de algo como uma definição em uma entrevista de 1977.

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos [...]

[...] com o termo dispositivo, compreendo uma espécie – por assim dizer- de formação que um certo momento histórico tece como função essencial responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função eminentemente estratégica [...]

Disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse, e, na mesma medida, condicionam-no, assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados.¹⁰⁰

O conceito emerge na obra de Foucault, nos conta Agamben, possivelmente a partir da obra de Jean Hyppolite, *La philosophie de l'histoire de Hegel*, principalmente o capítulo *Raison et histoire. Les idées de positivité et de destin*. Neste capítulo o conceito positividade é trabalhado como indicativo do elemento histórico, “com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos”¹⁰¹. Hegel afirmava que o elemento positivo, implícito na história, era aquilo que subsistia como dado da materialidade da vida, portanto, forjado pelos homens, tendo por objetivo a coerção. Da união da razão pura com a positividade, dialética idealista, aquela se torna concreta na vida humana, essa conciliação era o objetivo da obra de Hegel. Foucault, se utiliza destas considerações, porém, não está preocupado com a conciliação de um e outro, daquilo que os homens fazem com aquilo que seria uma racionalidade exterior, “trata-se para ele, antes, de investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos “jogos de poder”¹⁰².

¹⁰⁰ FOUCAULT *apud* AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução Vinícius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009. (p. 28)

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 32.

¹⁰² *Ibidem*, p. 33.

É nesse “jogo”, muito mais que apenas por uma conciliação, que operam as relações entre os indivíduos e a história, entendendo a história como o complexo conjunto de instituições, processos de subjetivação e regras que configuram as relações de poder.

Diante desse pequeno esboço da noção de dispositivo, resulta que a paranoia anti-homossexual, como conjunto de práticas discursivas, engendram, como dito, modos diversos de ações, sendo elas mesmas produtoras de entendimentos, interpretações e representações que configuravam os quadros de percepção do homossexualismo, contribuindo materialmente para sua (a)normalização.

Esclarecido o uso do conceito, retornarei ao debate proposto anteriormente; mencionei que o dispositivo, entre outras operações, tornava possível um bloqueio no *continuum masculino*, restando questionar-se dos atores do controle do regime heteronormativo. Esse bloqueio, destarte, precisa ser sistematizado: como observa Rich, são os homens que têm administrado a instituição heteronormativa pelo reforço a heterossexualidade compulsória, portanto, não basta apenas mencionar que homens podem ser bloqueados pelo regime desta mesma instituição. Como estou analisando enquadramentos de escrita, se faz importante lembrar que foram produzidos por homens, na sua maioria, e todas estas pessoas possuem um lugar social desde o qual enunciaram seus textos e puderam fazê-lo, sendo a imprensa a constituidora dos mesmos, a qual possui seu lugar social.

Estas pessoas imprimem sobre os textos modos de perceber a realidade, afinal um texto, seja qual for sua natureza e caráter, é uma unidade de sentido, e se isso é verdade, todo texto pode ser lido e compreendido, necessitando para esta compreensão, do compartilhamento de elementos comuns entre leitor e escritor. Para sustentar a compreensão dos textos que circulam na sociedade existem vários eixos de sentido, dentre eles, estão os significados de gênero e sexo, aqueles que reafirmam pelos textos o que se entende por feminino, masculino, moral sexual e imoralidade correspondente, todos componentes das relações de poder que alimentam a construção da realidade social, sentidos compartilhados por uma parcela da sociedade sobre si mesmo e sobre os demais.¹⁰³ Sendo assim e tendo por base que existe um regime heteronormativo, político ao mesmo tempo que sexual, a produção de textos necessitará deste elemento de sentido que informa a sociedade para se fazer compreensível, mas aceito, pois estou me referendo a processos pactuados e convenções criadas e reforçadas; compreensível àqueles que concordam ou não com isso, como àqueles que serão orientados nessa perspectiva ou que espera-se que assim o seja.

¹⁰³ SCOTT, Joan. *Op. Cit.*

Os sujeitos que produzem estes discursos e que reforçam discursivamente a matriz heteronormativa, compunham os elementos da situação hegemônica na capital. São homens com escolaridade, membros de agremiações, pertencentes à classe média central, com acesso aos discursos científicos e religiosos e com condições culturais de (re)produzi-los e dar sua opinião ao público. Portanto, produzem sentidos sobre uma masculinidade específica, feminilidade específica, no interior do que denominei de moralidade desejada. Os desvios dessas especificidades de gênero, que compunham as possibilidades de gênero, não são por eles assim compreendidas, forjá-las como o desvio é a razão útil de seus discursos públicos. Eram estes homens, enquanto escudos hetero-protetores que representavam as bases do regime heteronormativo, enquanto discursivamente constituído.

No livro do jornalista Côrtes, apresentado a pouco, percebemos que os funcionários das redações eram capturados junto a classe média da capital. Eram homens com formação técnica ou superior, com influências e recursos sócio-econômicos. Nas fotos apresentadas no livro do jornalista em que os funcionários estão reunidos em almoços ou confraternizações, nunca se encontram mulheres. Elas somente aparecem em datas festivas ou aberturas de negócios, encontros da alta sociedade, a fim de confirmarem a condição estável e harmonizada dos seus maridos. Na rotina, nas semanas de trabalho elas desaparecem, ou melhor, permanecem em casa.

Esta realidade, entretanto, não é verificável apenas na camada dos profissionais liberais de Curitiba, como define a moralidade desejada, estava dispersa no imaginário social. Na classe trabalhadora as mulheres eram, da mesma forma, pensadas como seres privados. No estatuto da Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários, a ser discutida no início do terceiro capítulo, constava:

Art. 3 – As mulheres e filhas dos associados, poderão fazer parte da Sociedade, gosarão de todos os favores aqui estabelecidos, menos no que diz respeito aos trabalhos sociaes, e terem estas mais de 14 anos e menos de 45; podendo, porém, frequentar os recreios e as sessões magnas promovidas pela sociedade.

§ único – As propostas serão assignadas pelos respectivos maridos ou paes, que se responsabilizarão pelas devidas entradas (...)¹⁰⁴

¹⁰⁴ BR PRAPR.PB004.PT2163.238. Documentação presente no arquivo do DOPS no Departamento de Arquivo Público do Paraná. Paraná, Curitiba – Rua dos Funcionários, nº 366, Cabral.

Com isso, estou considerando que a produção dos discursos, ainda que atravessados por eixos de classe, não se reduzem às expectativas morais de um único grupo, estando em relação direta com os demais sujeitos. A divisão de classe nem sempre é uma barreira às concepções morais, sobre sexo e gênero. A situação das mulheres atravessava seu lugar social.

O que estou expondo não se confunde com aquilo que Michel de Certeau (2014) denominou de “ideologia da informação”, seja pelo livro ou outro suporte, o fato de selecionar peças discursivas para discussão indica mais dos lugares de enunciação sobre um determinado segmento ideológico-político do que sua apropriação por leitores, sobre a recepção social dos discursos, em contrapartida, só posso inferir situações, o que estou tentando argumentar tange à construção de sentido na escrita que possibilita a ela ser um enquadramento hegemônico da sociedade, ou seja, enquanto constituída por relações de gênero e sexo, é no campo discursivo que estas atuam e vão permeando as relações de poder, ora legitimando, ora deslegitimando.

No início dos anos 1970 não havia, em Curitiba, e mesmo no Brasil, uma instância crítica dos discursos hegemônicos, quer dizer, outros lugares de enunciação que montassem uma dizibilidade outra sobre a homossexualidade de modo frequente e atuante, ainda que algumas matérias mais positivas tenham sido produzidas nesse momento. Somente a partir do final da segunda metade da década é que se formará um lugar de enunciação que se poderia denominar de homossexual e com alguma projeção para além de seu lugar de produção.

Neste ínterim os sujeitos que escrevem esboçam sua percepção do panorama social, tendo como parâmetro a rejeição e abjeção do homossexualismo. Ainda sobre o *continuum masculino*, relembro aqui as palavras do general Humberto Souza de Mello, sobre a suposta incapacidade de discernimento dos jovens, grandes vítimas das publicações eróticas.

“Apresentar um Batman, sempre acompanhado de personagem masculino, sem a intromissão positiva de elemento feminino, é altamente perigoso, tendo em vista que a maioria consumidora desta espécie de literatura, são pessoas sem senso crítico nem de sadia interpretação”, além do esvaziamento político e decisório relegado aos jovens, que marca o imaginário geracional do período da Ditadura, constituindo um dispositivo de controle sobre os corpos e práticas jovens por estarem mais suscetíveis às transformações, portanto, aos rompimentos com as gerações (normas e valores) anteriores, entende-se que o *continuum masculino* é condição para uma identificação entre dois homens altamente prejudicial.

O militar, por outro lado, reconheceu em seu posicionamento a criatividade jovem, seu potencial de mudança das normas esperadas externamente. Compreendo que essa capacidade

de interpretar, transgredir a moral desejada é o alvo da suspeição, somente a vigilância poderia romper as possibilidades de criação e recriação dos sujeitos.

A suspeição sobre as relações entre dois homens são historicamente determinadas. Nem sempre a masculinidade ou as percepções culturais sobre o corpo, se fizeram pela dimensão da violência da oposição e dos sentimentos de afetividade. Entre os homens gregos livres, por exemplo, havia a promoção virtuosa de um *continuum masculino* como condição do desenvolvimento dos meninos no processo de tornar-se homem bom, belo e justo. Buscar ser melhor e bom era uma busca que passava por aquiescer-se no semelhante. Semelhante aqui entendido como sendo alguém do mesmo gênero, para os gregos a busca por esta semelhança não significava desejo sexual, o amor era sempre ao cultivo da espiritualidade e da pedagogia.¹⁰⁵

A busca, seguia alguns princípios como aquele que entende poder ser um homem a metade necessária a outro em que pese pensar que todos buscam sempre o que lhe falta. Mais tarde, após a Idade Clássica, esse comportamento sofreu mudanças, principalmente com a invenção de que nossa busca precisa ser por um sexo e um gênero definido pela noção de oposição biológica. Para os gregos atenienses, um homem buscar ao outro para nele cultivar o que é bom e belo era uma forma necessária para se tornar político, seguindo a perspectiva grega, na modernidade e do ponto de vista da sexualidade, essa busca não se processaria mais vinculada ao espaço público. Entre os atenienses, segundo Sandra Boehringer (2016), um homem que se deita com outro, que busca ter com ele uma vida e cultivar-se nesta relação, é tomado pelo sinônimo de virilidade e coragem entre os gregos e não o contrário.¹⁰⁶

Toda relação entre semelhantes, em termos de gênero, sendo ela pautada nesta busca virtuosa da sabedoria, deveria ser louvada, assim como o fez Alcibíades à Sócrates no diálogo *O Banquete*. A um jovem era-lhe prazeroso estar com um homem maduro a fim de ter com ele seu aprendizado das coisas da vida, e em muitos casos estes relacionamentos chegavam mesmo a levá-los a uma residência em comum e por toda a vida.

Para Boehringer, assim como para Foucault (1987), foi na modernidade que a noção de amor e sexualidade se uniram consubstanciando, doravante, um tipo de corpo anatomicamente específico, e desde então a ideia de conviver, ou mesmo de relacionamento amoroso, adquiriu uma conotação exclusivamente sexual e o sexo e a sexualidade na modernidade são produzidos sob as malhas da heterossexualidade, excluindo-se delas todas as demais formas de *continuum*

¹⁰⁵ SENETT, Richard. “Nudez – o corpo do cidadão na Atenas de Péricles”. In: _____. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. (pp. 29-69)

¹⁰⁶ BOEHRINGER, Sandra. A sexualidade tem um passado? Do êrôs grego a sexualidade contemporânea: questionamentos modernos ao mundo antigo. **Bagoas**, n. 15, 2016. (p. 13-32)

que não servissem à reprodução, no caso do homossexualismo. A divisão das esferas de domínio público e privado são promoções que cimentam a divisão dos corpos e dos sexos, duas esferas e dois corpos. Susan Moller Okin (2008) sustenta, ainda, que a partir do nascimento e consolidação do capitalismo e do regime liberal, se constituiu a esfera privada como lugar daqueles que não tinham com o público uma relação de natureza. As mulheres, as crianças, a família como instituição e extensão feminina, são deixadas ao domínio privado, esquecidas pela teoria política, que assumia como agentes do bem comum, da economia e do governo apenas homens maduros e heterossexuais.¹⁰⁷

Esse regime binário, que estava disperso em várias instituições e era por elas reiterado, promovia o disciplinamento das condutas entre homens. Por mais que estivessem em constante contato isto não poderia significar outra coisa além de um assexualismo ou inafetividade muito profundos. Como veremos no capítulo 3, as prisões foram lugares enfocados pela paronóia anti-homossexual dada a frequência e a exposição dos homens com outros homens. Toda identificação entre homens precisaria servir para seu afastamento e este era tomado como normal, como saudável. A separação das esferas além de inferiorizar as mulheres reforçava a heterossexualidade e natureza da união binária. Este processo marcado sempre por formas diversas de violência, do concreto ao simbólico, reforçava a noção que exponho de que a violência é constituinte do regime político da heteronormatividade.

Foi nos momentos de autoritarismo estatal que essa ideologia de gênero se elevou aos píncaros, os homens em tempos sombrios reforçavam o conservadorismo do qual sempre se beneficiaram, podendo, garantir sua permanência.

Portanto, aquela percepção de que pelos quadrinhos poderia se doutrinar os jovens para o genitalismo, teria capacidade de projeção sobre o desejo sexual dos mesmos, visto que não são pessoas de sadia interpretação, e dada uma cultura impressa que ensinava muita coisa nas entrelinhas, ficariam os leitores suscetíveis a um processo de mudança na conduta sexual, pois o gosto pelas HQs poderia levar a uma identificação, e personagens apresentadas de modo homossexual poderia produzir inconscientemente efeitos na conduta dos leitores.

A presença de notícias ligadas às Histórias em Quadrinhos no *Diário do Paraná*, jornal que possui o maior índice de ocorrências relativas a questões que analiso, estava intimamente relacionada ao homossexualismo. O professor pioneiro neste nicho cultural foi Francisco Araújo, da Universidade de Brasília, que ministrou em julho de 1971 um curso sobre HQs “para

¹⁰⁷ OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, 2008. (p. 305-332)

70 universitários, estudantes de jornalismo e jornalistas profissionais”¹⁰⁸ em Curitiba. Desde o ano de 1951, quando ocorreu a Primeira Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos, “as instituições acadêmicas começaram a ter a atenção despertada para as HQs”¹⁰⁹, sendo que a UnB foi pioneira.

Outros seminários ocorreram pelo país no mesmo período, sendo que no ano seguinte no Rio de Janeiro, com o professor Naumin Alzen, o problema do homossexualismo estava presente mais uma vez, e o *Diário do Paraná* publicou uma matéria sobre o seminário com trechos de falas do professor, direcionando-a para a questão específica do homossexualismo. Para o professor, “Ferdnando [Uma animação com um touro sensível] é uma crítica à sociedade americana, que Tio Patinhas é o Tio Sam, e que Batman e Hobin foram separados, pois estavam sendo acusados de homossexualismo”.¹¹⁰ Em Curitiba, no ano de 1971, sobre Batman e Hobin havia recaído a acusação de homossexualismo, ao passo que no ano seguinte, haviam sido, nas palavras do professor, separados.

A solução, nestes termos, era a associação de personagens homens a personagens mulheres. Esta associação atribuiria um certo equilíbrio sexual nas narrativas e imagens. As mulheres estavam presente em HQs desde que estas produções surgiram, porém, aos poucos, em quantidade menor que a de homens, foram aparecendo enquanto heroínas, deixando as atuações somente de coadjuvantes ou de romances com outros personagens, na maioria homens, que eram de fato os protagonistas. As posições nas quais eram apresentadas estavam intimamente ligadas ao voyeurismo masculino, tanto dos produtores quanto dos consumidores, porém, ao passo que a luta feminista se tornava mais presente nos espaços culturais, estas representações foram, aos poucos sendo questionadas.

O modo como as relações de gênero são enquadradas nas escritas são marcadamente essencialistas e binárias. A partir da percepção de que as mulheres são irredutíveis aos homens, elas necessitam figurar como companheiras, estarem ao lado deles, pois assim se fecha a imagem formal do casamento e de outros valores pautados pela união homem/mulher, pênis/vagina, relembro aqui a propaganda das cigarrilhas Vedette, porém, esta mesma horizontalidade não poderia se realizar em relação ao espaço público, nem mesmo possibilitar às mulheres estarem em condições de competir com os homens, assim como sua saída ao público era vista como forçosa. Aparentemente uma contradição, mas, em realidade uma

¹⁰⁸ *Diário do Paraná*, Curitiba, 24 de julho de 1971.

¹⁰⁹ PESSOA, Alberto R. **Quadrinhos na educação**: uma proposta didática a educação básica. (Dissertação de mestrado), Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2006. 185 f. (p. 92)

¹¹⁰ *Diário do Paraná*, Curitiba, quarta-feira, 13 de dezembro de 1972.

mensagem performaticamente implícita nas práticas concretas.

A irredutibilidade é a mesma que enquadra as corporeidades travestis, como analisarei no capítulo 3, negando-lhes uma total feminilidade, construindo-as pela via da presença fantasmática de uma masculinidade essencial, primitiva, germinal, que desfaz qualquer possibilidade de transgeneridade.

A este clima instalado pela paranoia anti-homossexual denominei *estado de suspeição*, no interior do qual se animam práticas generalizadas de contenção e percepção do homossexualismo, as quais podem ser de natureza variada. O receio de ser identificado como homossexual ou mesmo de fazer algo que venha a ser assim identificado parece pairar incessantemente sobre as pessoas. A refundação do problema do homossexualismo nos anos 1970 caminhou no interior deste estado ideológico de suspeição, pelo qual tanto a arbitrariedade do Estado quanto a imprensa produziam associações, conexões e deslocamentos cimentados pelo anti-homossexualismo.

O fundamento desta suspeição estava no receio da descaracterização dos sexos. Esta descaracterização simbolizaria não apenas um caos nos costumes, mas principalmente nas aparências, na visualidade, que por sua vez era pelo que se instituíam as diferenças.

Esta política de gênero, foi analisada por Anne Fausto-Sterling (2006) em sua obra *Cuerpos Sexuados*, como efeito do imperativo da percepção. Caracterizar a diferença física dos corpos é uma instituição que depende da significação subjetiva que eles possuem, a qual está constituída no terreno do sentido, como discutido anteriormente. Todavia, sem cair no círculo vicioso do que veio primeiro, se o significante ou o significado, importa analisar como se deu a emergência do sentido e como são arrolados os expedientes sociais e históricos na composição deste processo, vindo a sustentar as escolhas e arbitrariedades individuais e coletivas.

Talvez, dois casos emergentes no período possam aclarar esta questão: os hormônios presentes no gado de corte e a macrobiótica. A injeção de estrogênio na carne do gado, poderia, temiam, alterar a composição hormonal dos homens, e por consequência da própria masculinidade.

Hormônios no gado não traz problemas

Para o Drº Eduardo F. De Abreu Cardoso, especialista em endocrinologia e que recentemente realizou um estudo de especialização na Argentina, não tem fundamento a denúncia do naturalista Johan Dalgas Frisch, de que as injeções de estrogênio no gado de corte, sejam responsáveis por inversão sexual no homem. Revela aquele especialista que o homossexualismo, bem como a prática do travestismo, decorre fundamentalmente de problemas de

ordem psíquica ou deformação, sendo derivado do meio ambiente em que o indivíduo vive e forma sua personalidade. Assim o homem pode tomar estrogênio sendo seus efeitos, porém, restritos à uma diminuição ou ausência de potência ou de libido.¹¹¹

A polêmica estava voltada, principalmente, para a presença de implantes anabólicos definidos como femininos na carne de gado, e que poderiam alterar o desejo sexual e a aparência dos corpos masculinos. Porém, segundo o especialista a função dos hormônios era promover o crescimento corporal do gado, aumentando a gordura. Essa atividade se restringiria ao gado, “assim, o homem pode tomar estrogênio sendo seus efeitos, porém, restritos a uma diminuição ou ausência de potência ou de libido”.

Sobre o receio do homossexualismo, ressaltaram-se as discussões que estavam sendo realizadas no campo psiquiátrico, que definiam-no enquanto “problemas de ordem psíquica ou deformação, sendo derivados do meio ambiente em que o indivíduo vive e forma sua personalidade”. A ingestão de carne anabolizada não promoveria a inversão sexual, visto que esta seria um processo psicossocial.

Poder-se-ia dizer que a injeção de hormônios no gado viesse a promover transtornos no homem, porém, devemos de salientar que o homossexualismo é antes de tudo problema de natureza psíquica e não provocada por alterações da produção hormonal, uma vez que o indivíduo entre os 18 e 36 meses de idade já apresenta uma perfeita fixação psíquica do seu sexo, que antes de tudo deriva do meio ambiente em que vive. Podemos isto sim afirmar que o excesso de hormônios estrógenos no homem promove uma diminuição ou ausência de potência ou da libido, mas a direção do impulso sexual permanece inalterado.¹¹²

Aceitando que possivelmente a presença de hormônios poderia causar alguma alteração, o especialista ressaltou, entretanto, que as mesmas não atingem o impulso sexual, o qual se forma entre os 18 e 36 meses de idade, quando ainda ninguém é capaz de comer carne. A circulação de hormônios femininos pelo corpo masculino não poderia alterar seu impulso sexual pelo outro sexo, se o mesmo estivesse em um ambiente saudável, uma vez que o registro genético é imutável, como aquele que explorei no início deste capítulo referente a constituição familiar e aos cuidados na orientação das relações sociais.

¹¹¹ *Diário da Tarde*, Curitiba, quarta-feira, nº 21.591, 15 de dezembro de 1971.

¹¹² *Ibidem*.

Reafirma-se, nesse entendimento, o caráter secundário e superficial do homossexualismo, mesmo sendo profundamente combatido. Secundário por estar relacionado a vida social, pós-nascimento, portanto desligado dos aspectos e componentes fisiológicos da formação corporal e sexual normal; superficial por se referir a atributos adquiridos socialmente, os quais não possuem profundidade genética e por consequência, emocional, que venha a ter condições normais e físico-químicas de promover desejo.

Estas duas características, ser secundário e superficial, atestam uma percepção do homossexualismo cultivada no imaginário social que atravessa o tempo presente, se trata da localização do homossexualismo como fase ou estágio posterior a heterossexualidade ou alocada sobre esta. Os dados biológicos do corpo, sua composição hormonal e fenotípica, constituíam-se em dados de gênero e sexo, todos colocados no registro da significação social da diferença sexual, que se sustenta na autoridade genética por ter nela uma compreensão de imutabilidade, fixação e permanência.

[..] “a função básica dos hormônios femininos, que são principalmente: estradiol, estrona e estriol é a maturação dos órgãos sexuais da menina, promovendo também o estímulo inicial para o crescimento das mamas, órgãos sexuais secundários, principalmente dos mamilos e órgãos mamários. Essa função se deve aos estrógenos, entrando depois em jogo outros fatores como os hormônios (...) e outros. Também a voz aguda feminina, o cabelo sedoso da mulher, a distribuição típica dos pelos pubianos, bem como a distribuição da gordura feminina, se deve aos hormônios estrógenos. Isto é muito conhecido dos homossexuais, que fazem uso de preparados correlatos para apresentarem um aspecto mais feminino.¹¹³

Certamente existem diferenças biológicas entre corpos com pênis e corpos com vagina, mas estas diferenças adquirem uma existência específica do ponto de vista do discurso e das relações de poder. Era sobre esse processo que Joan Scott tratava quando desenvolveu o conceito de gênero como categoria para a pesquisa histórica e de modo mais amplo para a teoria social. Segundo Scott o gênero se constitui como elemento primário das relações de poder e se caracteriza pela constituição cultural das diferenças percebidas nos corpos sexuados. Sem descartar a importância desta noção de gênero, mas não se limitando a ela, compreendo que ocorre, nos casos aqui analisados um outro processo de obtenção do sexo e do gênero a partir

¹¹³ Ibidem.

da diferença sexual, que antes mesmo de pressupor o gênero, existe, na qualidade de pressuposto, o sexo.

Aquilo que Scott denominou de diferença sexual - que segundo as historiadoras Joana Maria Pedro e Raquel Soihet (2007), ainda representava a concepção de que o sexo seria biológico e o gênero cultural - em realidade, é parte consubstanciada do mesmo processo de significação discursiva. Butler, indo além da conceituação proposta por Scott, pensa o sexo como mais um dos componentes históricos, além do gênero. A autora ainda perguntou, “haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável?”.¹¹⁴ É uma parte da história do sexo aquela que define-o a partir da diferença sexual. A instituição da diferença sexual se refere aos usos dos recursos da significação corporal que são estratégicos, biopolíticos e que servem ao regime binário reforçando as fronteiras desiguais com as corporeidades dissidentes (homossexuais afeminados, travestis, trans), as quais são colocadas em suspenso, uma vez que “naturalmente” foram dispostos, pela imutabilidade biológica, duas possibilidades irreduzíveis.

Voz aguda, cabelo sedoso, distribuição dos pelos pubianos e distribuição da gordura são dados constatáveis em vários corpos, aqui colocados no registro da percepção do feminino, por mais que muitas mulheres bem poderiam não ter um cabelo sedoso ou a voz aguda, assim como não terem a mesma distribuição de gordura, esta é uma imagem feminina possível nas normas desta política do olhar pautada no regime heteronormativo e binário, além de androcêntrico, e que não está distante daquelas outras, tipicamente sociais com as quais abrimos a discussão do capítulo anterior. Mesmo que possuindo um apelo de verdade, pois assim foram ensinados a encarar a organização corporal do mundo, organização a qual nós aqui no século XXI conhecemos bem, se tratam sempre de narrativas, e por isso mesmo, carregadas de peso político e capacidade de instituição e nomeação da realidade, dado o poder de subjetivação que assumem por ocuparem espaços de referência.¹¹⁵

Faço neste momento uma licença teórica: sobre a relação ontoformativa entre narrativa, tempo e identidade, Paul Ricoeur dedicou a obra *Tempo e Narrativa*, em três volumes, publicados no Brasil respectivamente (I, II e III volumes) em 1994, 1995 e 1997. A partir do

¹¹⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b. (p. 27).

¹¹⁵ Sobre a complexidade das feminilidades e análises críticas sobre os processos de instituição de modos de percepção que idealizam e generalizam as mulheres, tanto colonizando seus corpos quanto expondo-os de modo específico, marcadamente androcêntrico e misógino, cf. DESPENTES, Virgínie. **Teoría King Kong**. Traducción de Beatriz Preciado. Madri: Melusina, 2007. Na abertura a autora escreve: “escribo desde la fealdad, y para las feas, las viejas, las camioneras, las frías, las mal folladas, las infollables, las histéricas, las taradas, todas las excluidas del gran mercado de las buenas chicas” (DESPENTES, 2007, p. 7).

complexo mimético desenvolvido pelo autor, que objetivava compreender a relação entre a narrativa e a constituição da identidade, o filósofo percebe que uma vida é inseparável do seu contar-se. A constituição da compreensão de uma existência é, se podemos utilizar aqui o termo, performaticamente discursiva. A constituição do tempo vivido, com toda sua complexidade, é dependente do que é possível, lembrado e esquecido, ser dito e escrito sobre ele. E o importante a ser extraído dessa reflexão é a relação entre a constituição do sujeito, enquanto realidade verificável e as promoções representacionais.

A imprensa, como dimensão político-discursiva se torna, nesse ínterim, parte constitutiva de representação de sujeitos, mas principalmente, modos de inteligibilidade sobre eles. Formas de escrita sobre sujeitos, aqui entendidas como enquadramentos, são formas de explicação, caracterização, e não são alheias aos usos sociais e políticos feitos em relação aos sujeitos concretos. A presença de estereótipos moralizados na imprensa sobre o homossexualismo, não se reduz às páginas dos jornais, são esquemas de percepção, nos termos da antropóloga Manuela C. da Cunha (2009), como anteriormente apresentado.

Preciado, de um modo diferente de Ricoeur, discutiu a relação entre os campos de representação e a constituição da subjetividade e do reforço à estruturação binária do gênero, neste caso não assumindo esta operação como moldura reflexiva, mas compreendendo-a como consequência econômico-política da era farmacopornista.

Michel Foucault (2016), por sua vez, propõe que esta produção da subjetividade, em que pese considerarmos o papel da imprensa nos anos 1970, não pode ser pensada como fruto de uma função meramente ilustrativa das práticas discursivas, como se o real dos discursos fosse outro real que não aquele que se verifica na própria constituição da realidade, como parte dela. Segundo Foucault, e isso é, acredito, fundamental, é preciso afastar o postulado de que a função do discurso é representar o real, “o real não contém em si mesmo a razão de ser do discurso”¹¹⁶, com isso Foucault chama a atenção para uma adição promovida pelo discurso no jogo político da realidade que põe em luta a produção da verdade e do erro. A produção discursiva alimenta a complexidade do real, mas não a domina ou a torna mais ou menos legível por um ato de descrição.

Foucault apontava para uma certa inutilidade do discurso, porém, não uma inutilidade sem efeitos, a existência de um complexo intrincado de discursos que jogam sobre verdade e

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). Tradução Resemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. (p. 210)

erros em relação a realidade promove mudanças profundas nas vidas humanas. Foucault lembra, por exemplo, o saber militar, que, inegavelmente, mudou vidas para todo o sempre.

Sem me delongar muito nesta questão de método, ressalto apenas que temos de um lado a produção discursiva, que não se reduz apenas aos textos e imagens da imprensa, mas, seus suportes e modos de impacto social, e de outro um mundo vivido dificilmente captável apenas por algumas linhas, aquele mundo que eu chamo de corpos. Foucault estava tentando, com isso, fugir ao racionalismo logicista que dotava o saber de um caráter de epifenômeno e a realidade, por sua vez, limitada ao possível de ser apreendida.

Retornando à polêmica da relação gênero-hormônios, Preciado buscou compreender a constituição dessa relação, tendo por referência, dentre outros, os textos de Foucault. No fundo, era em torno à transexualidade, ou ao transexualismo, termo empregado nos anos 1970, que as preocupações dos consumidores e dos discursos da imprensa giravam em relação aos hormônios no gado e não, necessariamente sobre o homossexualismo. Como discuti no início, do ponto de vista dos colunistas/jornalistas havia uma indistinção de uso dos conceitos, travestis, homossexuais e transexuais que, por fim, promovia formas específicas de legibilidade do real e por isso não recebiam uma separação explicativa, não porque não havia essa distinção, mas porque ela era feita pelos próprios sujeitos travestis e homossexuais e interessavam pouco a este tipo de imprensa. Quando chegava até os especialistas, que eram preocupados com as distinções, logo causava o tipo de confusão que a matéria promoveu.

Discutirei com mais detalhes essa questão no capítulo três, reservando este momento, a fim de compreender o debate promovido pelos hormônios e como passaram a ser considerados causas do complexo individual da sexualidade e do gênero, para a reflexão das formulações de Preciado.

Em sua obra, *Testo Yonqui* (2008), Preciado reflete e coloca em questão a produção do gênero ao longo do século XX, acerca de sua profunda relação com compostos físico-químicos sintéticos produzidos em laboratórios para imitar enzimas biológicas produzidas pelos organismos vivos, como os hormônios “femininos” ou “masculinos”. Interessante notar que Preciado chega a conclusões importantes sobre a generificação de estratos corporais sintéticos e seu poder de penetração social formando subjetividades deslocadas dos lugares tradicionais de produção. Para Preciado, o gênero não é uma categoria, não é um conceito, é um produto bioheterocapitalista¹¹⁷ assim como o restante do que é produzido nos laboratórios bio-químicos

¹¹⁷ O capitalismo como entendido na teoria clássica liberal é a versão econômica da concepção do próprio homem para o Iluminismo. Entretanto, no conjunto da realidade social, o desenvolvimento do capitalismo é devedor dos agentes do mercado que possuem a hegemonia nas relações financeiras, e não invariavelmente, estes homens são

e clínicas médicas no contexto dos anos 1950 a 1970, principalmente, desde soluções físico-químicas até soluções teóricas.

Percebendo a mudança histórico-social promovida pelos avanços técnicos ocorridos no pós-Segunda Guerra, Preciado traça uma genealogia daquilo que Foucault denominou, em *A vontade de saber*, de bio-história, “uma história das pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si”¹¹⁸, nesta genealogia, Preciado evidenciou a produção, em termos industriais, da subjetividade da diferença sexual, como componentes farmacêuticos, bioquímicos a serem utilizados socialmente, ela mesma manipulou testosterona em seu próprio corpo. Essa produção industrial estaria alicerçada, entre outros elementos, na produção em laboratório de hormônios codificados como masculinos (testosterona) e femininos (estrógeno, progesterona) a fim de serem “aplicados” diretamente nos corpos em inúmeras situações, desde prescrições médicas até a aplicação clandestina.

Este cenário foi denominado por Preciado de contexto somatopolítico, uma vez que estava em questão o desenvolvimento de uma indústria farmacopornográfica (fármaco- de farmácia, bioquímica; pornô-de corpo, corporalidade, e gráfica- de instrumentos semióticos de representação do fármacocorpo, como a fotografia e o cinema) que além de oferecer implicitamente uma crítica à noção de natureza corporal como auto-limite dela mesma, como conclui anteriormente acerca da moral sexual, como se a anatomia fosse um destino, anatomia tal qual se desenvolve desde a fecundação; colocava em questão um processo de análise corporal, análise entendida aqui como processo químico de decantação, em que se pode verificar os elementos isolados do corpo enquanto agentes sociais e políticos, a partir do momento que são discursivamente projetados, como os hormônios.

A partir da problemática levantada na imprensa sobre os hormônio, o estrógeno passa a ser significado como um agente de sexualização e generificação, assumido como causas do sexo. Não era somente um componente orgânico, passando, nos termos da polêmica na imprensa, mas, do ponto de vista da indústria farmacopornográfica, como a conceituou Preciado, a atuar isoladamente de um corpo que a produzia, assumindo uma espécie de agência social e biopolítica que produz os efeitos de gênero binário (seios, densidade corporal, secreções).

heterossexuais, brancos e ocidentais. Com isso, a materialização social do sistema econômico reproduz e reforça as desigualdades, verticalidades e violências. Pelo conceito bioheterocapitalismo busca-se localizar quem são os sujeitos beneficiários e gestores nas relações financeiras, podendo, também nestas serem manifestas formas de repressão e opressão. Mais adiante, neste trabalho, retomarei o conceito bioheterocapitalismo, porém, pensando mais em Carla Akotirene (2018) do que em Preciado.

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber (v. I). Tradução Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. (p. 134)

Nesse quadro, Preciado questiona o próprio conceito de gênero como parte da produção farmacopornista do corpo enquanto realidade somatopolítica, em que elementos isolados que o constituem passam a ser produzidos em escala industrial reproduzindo as noções de generificação social. O conceito de gênero surgiu em 1947 por ocasião dos trabalhos do psicólogo e psiquiatra John Money, em seus trabalhos com pessoas intersexuais e transexuais. Para definir o sentimento que se projetava nestas pessoas em ser mulher ou homem, “mas” possuir uma anatomia codificada “biologicamente” como sendo oposta, ou seja, sentimento de ser mulher, “mas” possuir um corpo “masculino”, é que o especialista passa a empregar o termo gênero, nomeando este sentimento, em oposição ao sexo, que seria o “biologicamente definido”.

As possibilidades fármaco-técnicas que se instauravam como novo poder durante a Guerra Fria, as indústrias bio-químicas, as próteses, as pesquisas com hormônios, arquitetavam as condições de possibilidade para experimentos corporais de pessoas que apresentavam os quadros estudados por Money. O gênero passou a nomear uma instituição discursivo-política de organização/regulação dos corpos que era, anteriormente existente, sendo, todavia, no contexto pós-guerra reforçada por uma nova dinâmica histórica e econômica.

Foi no interior dessa dinâmica que emergiu o debate sobre os hormônios presentes nas carnes, o medo de que o consumo de carne com implantes anabólicos ditos femininos pudesse promover mudanças de gênero nos homens, assim como as que ocorriam nas pessoas transexuais.

A polêmica que resultou na matéria contribui para percebermos como as noções de gênero e sexo passam a ser constituintes da representação midiática, fundamentalmente pelo que apresentou Preciado sobre os investimentos heterocapitalistas como nova agenda do mercado econômico, John Pultz (2003) observou, acerca das representações fotográficas, que é sobretudo nos anos 1950 em diante que o tema de gênero e sexualidade passa a ser considerado, antes disso, as categorias mais verificáveis eram a classe, a raça e a nacionalidade, pois antes dos anos 1950, quando se iniciava a Guerra Fria, várias nações saíam da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial.

Após o episódio da carne de gado o *Diário da Tarde* divulgou uma chamada para a revista *Planeta* de fevereiro de 1973, à época em seu número 6, que relatava um caso de tratamento macrobiótico realizado nos Estados Unidos e prometia solução ao homossexualismo. A revista *Planeta* circulava em Curitiba como sugerido na chamada feito pelo *Diário da Tarde*.

Macrobiótica versus homossexualismo

Procurado por um homossexual norte-americano, o médico George Ohsews deu-lhe um regime macrobiótico. Dois meses depois, o homem apareceu. Sentia-se ótimo de saúde e tinha abandonado o homossexualismo. Depois da explosão da bomba atômica em Hiroshima, das pessoas contaminadas pela radiação, somente as que seguiram a macrobiótica não morreram. O que é a macrobiótica? Esta é a história de Ohsewe, e descobridor deste regime considerado milagroso. Aqui estão também a filosofia, as dietas, as tabelas alimentares e até as opiniões contrárias.¹¹⁹

A macrobiótica constitui, a partir de uma leitura da dieta alimentícia natural de alguns países do Oriente, em um conjunto de alimentos orgânicos que contribuem na revitalização do corpo, pois constituem-se de importantes nutrientes.¹²⁰ Em 1976 foi publicado um artigo pela Revista Escola de Enfermagem da USP, na qual são discutidos resultados de pesquisas envolvendo o valor protético de alguns produtos da dieta macrobiótica, segundo a pesquisa, os valores nutricionais eram inegáveis.

Como havia poucas pesquisas relacionadas ao tema e sua emergência era incipiente, as referências citadas pelo artigo mencionavam pesquisadores norte-americanos, indicando que no Brasil não havia pesquisas sobre o tema, mesmo que existisse uma associação macrobiótica. Porém, despertou o interesse das revistas de divulgação científica no Brasil, e no caso de nosso jornal, a edição de fevereiro de 1973 da revista *Planeta*, especialmente, pois vinha ao encontro do tema debatido, o homossexualismo, inclusive apontando possíveis curas, o que era corrente no período. Na cidade de Curitiba, surgia aos poucos núcleos de tratamento do homossexualismo, como a clínica *Orfimens*, discutida em seguida; as construções discursivas preocupadas com o tema davam a impressão de que falar sobre o homossexualismo era uma prática a pleno vapor.

¹¹⁹ *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 12 de fevereiro de 1972.

¹²⁰ A pesquisadora Carmen Porrata-Maury, do Finlay Instituto, em seu livro *Introducción a la macrobiótica* (2008), a define do seguinte modo: “la macrobiótica se base en principios de la antigua civilización asiática y pretende que las personas alcancen una larga vida con buena calidad, mediante una alimentación sana, segura y equilibrada. La macrobiótica también puede aplicarse en el campo de la dietoterapia, donde cosecha bastantes éxitos” (PORRATA-MAURY, 2008, p. 6). “Proviene de una comprensión intuitiva del orden natural. La moderna filosofía macrobiótica se centra en ofrecer una forma de vida que tapa el gran abismo existente entre los humanos y el mundo natural. La teoría macrobiótica sugiere que la enfermedad y la tristeza son formas naturales de urgirnos a adoptar una dieta y una forma de vida adecuadas” (Idem, p. 8). A compreensão expressa pela pesquisadora não difere em substância das formulações que haviam sido expressas no artigo analisado, de 1976, percebe-se que a fronteira entre o natural e o humano é importante na concepção e prática da filosofia macrobiótica, assim como a cura de enfermidades e da tristeza, foi neste interstício, natureza e cultura, que o homossexualismo constitui-se do não-natural e no não-humano também, portanto, na perspectiva do médico citado que recomendou a dieta macrobiótica ao paciente homossexual, fazia sentido sua associação.

Acredita-se que *toda doença, infelicidade, crime e castigo resultam da má conduta, isto é, uma conduta que violenta a Ordem do Universo*. A natureza é responsável pelo restabelecimento fisiológico do organismo seguindo-se quatro princípios utilização de alimentos naturais, abstenção de drogas, abstenção de cirurgia e eliminação da inatividade. Propõe o seguinte para iniciar-se na dieta macrobiótica, que trará ao homem saúde e felicidade ausência de fadiga, bom apetite (no sentido de que qualquer alimento deve ser saboroso e apetitoso), sono profundo, boa memória, bom humor, rapidez e dinamismo de raciocínio e de execução, compreensão total da justiça. Para o autor justiça = saúde = discernimento supremo = unicidade infinito = Satori (*convicção tangível e lógica a que o homem chegou, corpo e alma no Reino da Liberdade, da Felicidade e da Justiça*). Além disso é imprescindível que se tenha fé.¹²¹

Conforme apontaram os pesquisadores, a macrobiótica, baseada no que tem de mais natural no universo, pretendia tratar os descaminhos dessa natureza, retirando a pessoa de doenças, infelicidade, crimes e castigos, uma vez que ela visava romper a barreira com o mundo natural. Foi uma filosofia alimentar desenvolvida pelo japonês George Oshawa [Sakurazawa Joichi, de nascimento], nome que utilizou quando estivera em Paris, no período pós-guerra, a qual foi resultado de seu livro *Filosofia da medicina do “extremo-oriente”*.¹²²

Como sugere a revista *Planeta*, nos Estados Unidos havia pesquisas sendo realizadas com macrobiótica desde os anos 1960, assim como na Europa desde o período pós-guerra, portanto, se torna deveras compreensível o motivo do médico estadunidense em associar a macrobiótica ao tratamento do homossexualismo, o qual, era codificado pelo DSI, como um dos motivos de consulta, ao mesmo tempo que o imaginário social, religioso e moral desta porção do mundo, o percebia como uma infelicidade, um sofrimento, marcado pelo desequilíbrio e que em certa medida violenta a ordem do universo, que era a do natural; e natural é a heterossexualidade, nesta perspectiva.

Embebidos dessa compreensão geral, homossexuais procuravam especialistas para tratamento, uma vez que um dos efeitos de todo esse panorama que estou esboçando é o

¹²¹ SALUM, Maria J. L.; MATTOS, Leda U.; SHIMA, Hisako. Estudo do valor protético de alguns produtos comerciais da cozinha macrobiótica. **Ver. Esc. Enf.** São Paulo, 10(1), 1976. (p. 163-174).

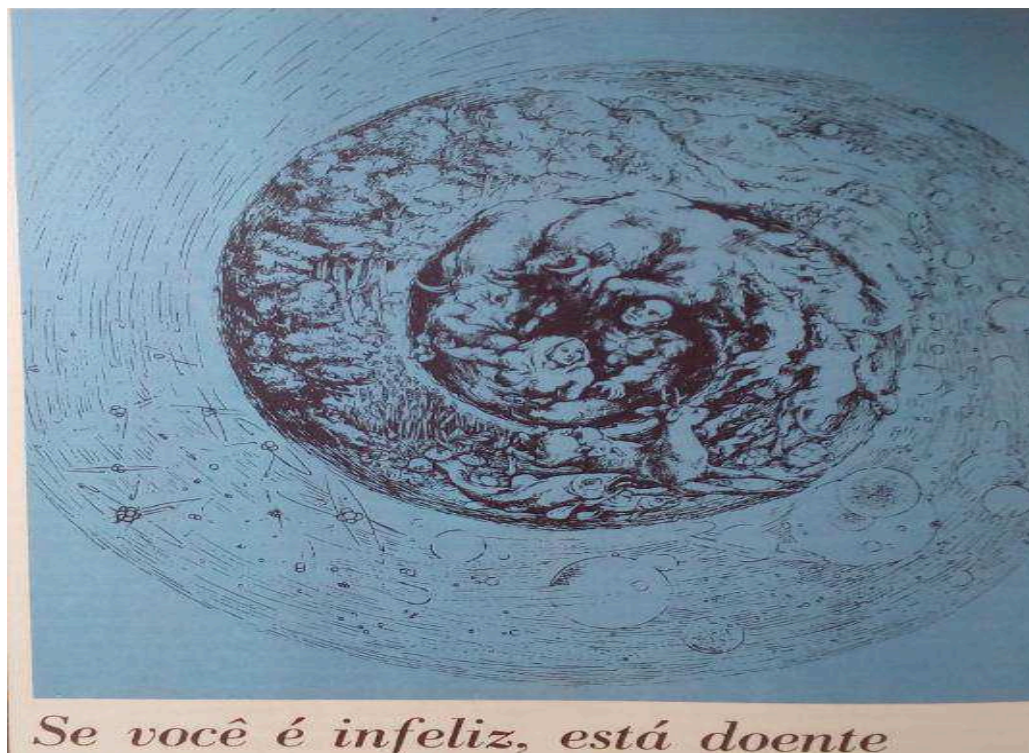
¹²² Idem. As aspas na palavra *extremo-oriente* se deve ao meu entendimento de que esta expressão reitera o ocidentalocentrismo, uma vez que é amplamente utilizada nos países ocidentais para se referirem ao Japão, o que discutivelmente não ocorre para a Austrália, por exemplo, portanto, simboliza um modo político de colocar a uma distância, física e cultural, práticas e sujeitos, de modo a circunscrevê-los numa eterna diferença. O nome, no entanto, foi dado pelo próprio autor, o que pode ser resultado de sua vivência na Europa e nos Estados Unidos, mesmo assim não deixa de ser surpreendente que o mesmo o faça.

sentimento de culpa, de negação do próprio desejo, uma forma de relação com o corpo e os sentimentos reiterada no Ocidente Cristão e marcadamente colonialista. Ausente qualquer outro horizonte de subjetivação positiva de sua condição, uma das possibilidades era, certamente, o tratamento.

Na esteira das compreensões explicitadas no artigo científico podemos buscar relações com o modo pelo qual se enquadravam as corporeidades dissidentes, as quais tinham condutas que supostamente se opunham ao senso de justiça, ao bom humor, raciocínio e unicidade, valores considerados naturais e que poderiam ser estáveis com a dieta macrobiótica. Relembrando uma das notícias analisadas anteriormente, um dos motivos para a demissão de homossexuais, era a sua exclusiva falta de equilíbrio que levava a impropriedade no trato dos subordinados. Talvez essa compreensão do homossexualismo como causador de desequilíbrio, psíquico, mas natural, faz sentido, em certa medida, a adjetivação de “desequilíbrio” utilizada naquela matéria.

No início da matéria da revista *Planeta*, como abertura do artigo de um dos alunos de Oshawa, René Levy, traduzido da revista francesa *Planète*, foi publicada uma imagem ilustrativa da filosofia defendida pela macrobiótica.

Figura 3. A mística da fecundidade.



Fonte: Revista Planeta, 1973, p. 66. (Acervo pessoal)

Em uma espiral apontando para um tempo circular, tem-se a imagem de diversos animais, plantas e planetas, configurando a dimensão natural do universo, aquilo que é fruto de uma evolução natural, de um dever existir; no centro dois corpos, um homem e uma mulher olhando para o alto e em volta, o universo ao seu redor no centro do qual vivem, portanto, fazem parte dele. Os dois corpos podem ser pensados enquanto extensão desta mesma natureza, que inicia com o universo, as galáxias e o infinito e se encerra nos humanos, um homem e uma mulher, juntos.

A macrobiótica seria o meio pelo qual os seres humanos entrariam em contato profundo com a natureza, que é binária e heterossexual, note-se que todos os animais, a exemplo da arca de Noé, estão em duplas. Mas a proposta fundamental da macrobiótica se encerra na ideia de que podemos nos curar de tudo, de todos os males, Oshawa havia curado muitas pessoas e conhecia as profundezas das doenças que afligiam as pessoas. “Sentiu-se feliz ao ver pessoas, que praticavam cuidadosamente a macrobiótica, falarem em “milagres” por toda parte”.¹²³

Como o caso de um homossexual americano a quem desaconselhou radicalmente o açúcar, e que, seis meses depois, veio feliz apresentar-lhe a mulher com quem se casara. Milhões de homens e mulheres obesos, cheios de água e gordura, praticando o método macrobiótico, tornaram-se esbeltos e belos. Já não existem “milagres”, já que milagre pode se generalizar.¹²⁴

Reconectando os seres humanos a sua natureza estariam livres dos males da vida moderna, mas, dos seus maus hábitos tornados rotina pela má alimentação e que estaria na causa de desordens e perturbações funcionais, como o homossexualismo, uma grande infelicidade.

Veja-se que se trata de um conjunto de dados que a um primeiro olhar parecem dispersos; o fundador da macrobiótica nunca esteve no Brasil, mas a revista *Planeta* serviu como canal para a sua obra chegar aos curitibanos que assinavam ou compravam a revista, portanto, aponto aqui para as conexões globais dos movimentos operados pelas narrativas sobre o homossexualismo, existe uma fina penumbra que nos permite conectar narrativas dispersas, *a priori*, entre espaços distantes fisicamente, mas que trocam informações, se conectam culturalmente. Estes trânsitos de sentidos e narrativas não se encerram nas fronteiras nacionais, e não se devem a elas, vão e voltam nos entrecruzamentos operados pelos próprios sujeitos, que viajam para o exterior e trazem suas experiências, reflexões e narrativas.

¹²³ *Revista Planeta*, São Paulo, fevereiro de 1973, página 68.

¹²⁴ *Ibidem*. *Idem*.

O próprio René Levy foi companheiro de Flávio Zanata, um brasileiro que após longa experiência na Europa, retornando ao Brasil, abriu “[...] no Rio de Janeiro, na Travessia do Ouvidor, 25, o restaurante Tezan. Logo em seguida, unindo-se à senhora Marina Chaves, Zanata inaugurou uma fábrica de alimentos macrobióticos”.¹²⁵ Se tornou presidente da Associação Brasileira de Macrobiótica orientando iniciantes na medicina quiroprática para problemas de coluna, a associação tinha filiais em Curitiba, Belo Horizonte, Vitória, Recife, Goiânia, Pelotas, Porto Alegre e Santos, conforme revelou a edição de 1973 da Revista *Planeta*. Entre a circulação da revista em Curitiba e a do artigo citado anteriormente sobre os benefícios da macrobiótica em São Paulo, passaram a ser publicados no jornal *Diário do Paraná* propagandas da Clínica *Orfimens*, que dava cursos de autocontrole na cidade, mas, anunciava tratamento para casos de homossexualidade.

Na pessoa do psicofisiólogo e professor José Carlos Franco Carvalho, a homossexualidade era interpretada como resultado de uma orientação que desviou a pessoa das influências heterossexualizantes da sociedade e da vida familiar.

Ex: um menino e uma menina brincando sexualmente, são pegos em flagrante. Tomam violentas surras (quando precisavam de orientação). Na juventude, inibidos, necessitando de atividades sexuais e encontrando maior facilidade de entrosamento com o próprio sexo, incidem no erro.¹²⁶

Para o especialista, a surra tomada por uma criança ao ser apanhada trocando carícias e ou mesmo brincando sexualmente é como um bloqueio do desejo sexual, que se estenderá ao longo de sua vida redefinindo o alvo de sua atração e o modo como passará a se relacionar com seu corpo. Este bloqueio permanecerá recalcado, porém, controlando suas vontades inconscientemente, o que somente um tratamento psicoterápico poderia reverter; um tratamento de reorientação sexual.

Uma interessante interpretação sobre o homossexualismo veio do psiquiatra José Ângelo Gaiarsa, publicada na revista *Manchete* de 13 de dezembro de 1975. Para o psiquiatra, que na verdade não entendia sobre o assunto, mas diante do clima de interesse sobre o tema resolveu opinar, a suposta causa do homossexualismo estava na repressão ao corpo. “[...] se meu corpo não pode existir para mim, eu vou encontra-lo no outro. Eu acho isso um tremendo fator de homossexualismo”¹²⁷. Esta interpretação estava bem próxima daquela oferecida por Carvalho. No caso deste, a repressão era ao intercuro sexual e afetivo entre duas pessoas,

¹²⁵ *Ibidem*, p. 82.

¹²⁶ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 28 de março de 1974.

¹²⁷ *Manchete*, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1975. (p. 17)

promovido, por exemplo, pela intervenção anti-heterossexualizadora dos pais como ele revelou na citação acima.

Outras influências sobre a orientação sexual podem advir do ambiente social. Para o psicofisiólogo, desde uma visão científica, as influências sociais se referem aos espaços aos quais os homens e mulheres ficam expostos por longos períodos de seu dia, porém, o especialista parece particularizar o caso dos homens.

As mulheres desejam, pensam e vivem sensações de relacionamento sexual. Produzem ondas físicas de suas sensações que propagam-se e incidem no inconsciente dos homens. No contato normal não influenciam, pois quando desejam, despertam o relacionamento normal. O mesmo não acontece com os homens que vivem rodeados de mulheres, pois passam a sentirem-se influenciados pelos desejos e aspirações femininas. O que acontece com meninos, moços e profissionais. Ex. Cabeleireiros, costureiros, etc. O mesmo acontece com as meninas, moças e mulheres, que estão sempre rodeadas de homens.¹²⁸

Os homens, enquanto diferentes psico e fisiologicamente, são mais influenciáveis que as mulheres, portanto, determinadas práticas sociais estariam sob maior risco de produzirem desvios na orientação sexual e na retórica corporal. Às mulheres estes mesmos desvios podem ser verificados caso estejam em contínua e exposta relação com homens ao longo de seu desenvolvimento. Talvez um elemento simbólico da resistência à politização pública das mulheres e ao seu trabalho fora do lar tenha nessa questão outra sustentação, a maior presença de mulheres nos espaços públicos parece ter retirado dos homens a capacidade de tornarem-se mais homens ao encontro e influência geral e hegemônica de outros fora de casa.

A influência de gênero agiria diretamente no inconsciente dos homens, portanto, manter distância das mulheres seria uma prática saudável, constituindo assim a própria diferença sexual, de modo que se reforçam as fronteiras do gênero mais e mais.

O professor José Carlos F. Carvalho, publicou em 2004 uma obra intitulada *Psique, Psicologia, Psicoanálise e Parapsicologia*, na qual desenvolveu seus conhecimentos sobre estes campos e relembra seu trabalho na *Orfimens* de Curitiba. Ao descrever parte de seus métodos, o professor assinala sua eficácia na limpeza cerebral promovida pela parapsicologia de modo que o paciente reconhece seus males e pode, com a ajuda do especialista, mudar suas atitudes.

¹²⁸ Ibidem.

A lavagem cerebral que pratico não se trata de tirar da mente das pessoas suas ideias e de implantar nos seus cérebros as nossas. [...]. A lavagem cerebral a qual realizava e que aconselho tem outros objetivos. [...]. Aí iniciamos um processo de diálogos com a pessoa onde auxiliamos a referida a encontrar soluções aos seus problemas. O caso é que consegui limpar das mentes de muitas pessoas problemas angustiantes. O método funciona. De tal forma que analisei drogados, viciados, homossexuais, e encontrei as razões primeiras que os levaram a esses comportamentos.¹²⁹

A publicação do livro em 2004, e o tom continuísta com que o especialista apresenta seus conhecimentos, relembrando o que fazia nos anos 1970, aponta para a permanência das concepções científicas que hierarquizam as sexualidades de modo que a homossexualidade não aspira da mesma positividade que a heterossexualidade na perspectiva desse pensamento como tenho apresentado. Ainda que nos anos 2000 a psicologia oficial, através do Conselho Federal de Psicologia, proíba práticas de tratamento ou métodos que concebam a cura da homossexualidade através da resolução 001 de 1999, existem inúmeros casos de profissionais que defendem a possibilidade da reversão sexual, como a psicóloga cristã Marisa Lobo, que realiza palestras pelo Brasil se opondo ao que chama de “ideologia de gênero”, em que discorda da possibilidade sociopolítica de manifestações sexuais “fora” da heteronormatividade.¹³⁰

Retornando a citação de José Carlos F. Carvalho, e como discutirei no capítulo 3, o homossexualismo era também associado às drogas, inclusive sendo considerado o motivo de crimes cometidos na capital. Como se tratavam de comportamentos adquiridos socialmente, inscritos nos corpos e em suas práticas pelas influências do ambiente, o movimento de reversão seguia o mesmo princípio, revertendo as atuais sociabilidades dos sujeitos ou seus hábitos, cultivando em si outras relações e tomando consciência das causas do problema, um cuidado de si subjetivamente heterossexual, porém, dedicado a classe média, pois aqueles sujeitos pobres que se prostituíam ou eram pegos em situações “suspeitas” eram tidos apenas como casos policiais.

Na propaganda da clínica são retomados como causas os hormônios contidos nas carnes animais consumidas pelos homens. Como assinalado anteriormente, havia uma polêmica em torno dos hormônios, se eles de fato transferiam para os consumidores homens as características originais de sua função no organismo feminino no caso do estrógeno. “Quando comemos um

¹²⁹ CARVALHO, José C. Fernandes. **Psique, psicologia, psicanálise e parapsicologia**. 2004. (s/p)

¹³⁰ Para mais informações sobre as práticas e concepções da psicóloga Marisa Lobo, consultar seu sítio eletrônico: < <https://marisalobo.com.br/>>. Acesso em 26.01.2019.

bife, podemos estar comendo um bife de boi castrado, ou de vaca. O bife com sangue da vaca contém hormônios femininos, que são uma causa”.¹³¹ A ingestão da carne poderia alterar a composição hormonal dos homens vindo a desenvolver neles aspectos femininos. Mesmo que estas noções estivessem sendo criticadas, o professor segue acreditando que elas interferem no organismo humano, e detalhe, de modo a produzir efeitos de masculinidade, uma espécie de bio-generificação através de dados biológicos externos.

Em alguma medida este quadro se aproxima das formulações da própria macrobiótica, que não é citada pelo especialista, mas como visto, vinculava o homossexualismo da mesma forma a uma dimensão alimentar. Outro princípio que converge é a profunda noção de que somos inteiramente determinados pelo meio, e que há uma conexão direta entre a alimentação e o sangue, entretanto, esta ligação não é apenas fisiológica, em que pese a absorção nutricional em sua dimensão física, mas simbolicamente absorvidos pela teia das relações de gênero e dos significados de ser homem e ser mulher, e o seu contrário, suas perturbações da mesma forma teriam ali um lugar, como uma doença.

Segundo o professor e psicofisiólogo da clínica *Orfimens*, aqueles que desejam deixar a vida de vícios, destes maus comportamentos, de homossexualismo e lesbianismo poderiam se dirigir a clínica que possuía os métodos necessários para a modificação e reorientação, sendo necessário a modificação dos condicionamentos fisiológicos e inconscientes. “Com orientação programada efetuam a inserção de receitas psicoterápicas, ao mesmo tempo que os indivíduos são preparados, libertados, e levados ao relacionamento com o sexo oposto. Ao final da propaganda, anunciou-se que haveria um curso de Autocontrole Emocional e Psíquico, cujo objetivo era fazer uma “ampla apresentação prática e teórica da psicofisiologia”, uma prática científica a serviço da normalização heterossexual e anormalização homossexual, trans e travesti.

Mais que refundar o homossexualismo, na mesma chave, se reforçava a própria heterossexualidade como modelo e padrão, pois enquanto relações sociais de sexo¹³², e tendo em vista a exclusão performativa promovida pela reiteração da moral sexual, os enquadramentos se faziam pela desigualdade e pelas fronteiras de uma sobre a outra.

No próximo capítulo, continuo discorrendo sobre a apreensão normativa acerca do homossexualismo, enfocando, principalmente, a constituição da diferença sexual como meio

¹³¹ CARVALHO, José C. Fernandes. *Op. Cit.*

¹³² O conceito “relações sociais de sexo” é de uso comum na França, principalmente pela antropologia da dominação (WELZER-LANG, 2004). Aqui o utilizo com o sentido de se referir a dimensão sociológica, política e discursiva do sexo e não reivindico a conceituação francesa.

de tornar o homossexual um sujeito desviante não apenas por si, mas em termos estruturais e mais amplos.

Capítulo 2

A moral como estética da diferença sexual

[...] Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez, o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula.¹³³

Figura 4. Um homem feminino, uma mulher masculina?



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 14 de maio de 1972, p. 6.

A figura acima, uma ilustração de Roberto Portugal Alves, foi publicada junto a uma coluna do Pe. Emir Calluf sobre a descaracterização/recharacterização dos sexos promovida pelo feminismo e pelas ideologias “decadentes dos pervertidos sexuais”. Na imagem, o homem e a mulher trocam de vestimentas e adereços, metáforas e extensões para suas funções sociais, o

¹³³ BUTLER, Judith. *Op. Cit.*, (p. 27)

homem deixa o cabelo crescer, a mulher o mantém curto, o homem possui uma expressão facial sorridente e a mulher uma expressão séria. Essa figura é ilustrativa de uma reação a debates e movimentos feministas que ocorriam no mundo e a maior visibilidade do homossexualismo e do lesbianismo, foi uma interpretação paroxística feita sobre o que argumentavam feministas como Betty Friedam. Todavia, mais do que uma ridicularização, é por meio destes artefatos culturais que o sexo, entendido como composição biológica e binária da natureza, era semioticamente representado, promovendo o reforço às bases da instituição heteronormativa que definia não apenas a diferença inerente entre ambos, mas uma cultura discursiva e política específica a cada corpo.

Se no capítulo anterior centrei a discussão em torno do lugar relegado ao homossexualismo do ponto de vista da moralidade desejada, a qual se constitui nas práticas discursivas engendradas pela imprensa e pelo Estado na normalização de uma orientação sexual através de uma política de contenção/regulação/representação do exercício de outras sexualidades e de sua caracterização, tornando-as periféricas, neste capítulo pretendo discutir a operação da instituição heteronormativa, que concebe a diferença sexual binária como produto natural e que baliza a sustentação política da discussão do primeiro capítulo.

Como proposto nas considerações iniciais, as fontes desta pesquisa se constituem, em parte, das práticas discursivas que animaram os escudos hetero-protetores e foram por eles animadas. Ao longo da década de 1970, muitas colunas e artigos, notícias e fotografias foram sendo produzidas com o objetivo de demonstrar para a sociedade em que consistia a decadência moral da nação. Não por coincidência, estas práticas estavam em íntima sintonia com os documentos e demais materiais produzidos pelo próprio Estado, bem como suas ações com relação aos grupos enquadrados como desviantes.

As práticas discursivas, sejam elas em textos escritos ou fotografias, constituem não apenas modos de expressão, compreendo que mais do que conexões de sentido semântico, sugerem modos de leitura e interpretação do mundo e para o mundo, naquilo que defini anteriormente como esquemas de percepção ou, mais propriamente, formas de enquadramento da realidade, que estavam circulando pela cidade. A produção jornalística dialogava com o imaginário social, afinal, é desse processo de comunicação que necessita o jornalismo para ser compreendido e, por fim, consumido.

Ainda que boa parte do material analisado no primeiro e neste segundo capítulo do presente trabalho, não sejam de fato produtos jornalísticos no sentido noticioso ou informativo, pois constituem de artigos de opinião e colunas, penso que estão arquitetados num suporte

jornalístico e impresso que tem uma atuação social e política. E isso é importante ser ressaltado: existe, além de qualquer pretensão de verdade objetivada, atuação social e política pelos jornais. Enquanto parte da sociedade, produto cultural e artefato ideológico, os jornais dialogam e contribuem na construção da realidade. Os jornais, enquanto produções humanas, não estão fora das lutas e embates travados no cotidiano em função de interesses e benefícios, ao mesmo tempo que produzem seu conteúdo, estão lançando sobre porções da realidade cotidiana, modos de enquadramento que dependem das experiências e defesas político-ideológicas que alimentam os objetivos da produção e do produto jornalístico.¹³⁴ Como observaram Heloisa de F. Cruz e Maria do R. da C. Peixoto (2007), “a imprensa não se situa acima da sociedade ao falar dela”¹³⁵. O enquadramento é o modo pelo qual o jornal faz sua leitura particular do cotidiano, uma leitura atravessada pelas particularidades e singularidades de toda manifestação cultural. É o enquadramento, entendido aqui como elemento de caráter social e político da atuação dos jornais, que nos permite perceber o universo de interesses e benefícios em disputa nos confrontos de cada tempo.

Segundo Judith Butler (2017a), o enquadramento não é apenas uma abordagem da realidade social, mas a própria tela de legibilidade possível da mesma. Butler, argumentou ainda, que as formas pelas quais as pessoas são enquadradas em discursos, escritos e imagéticos, constituem modos de reconhecimento positivo ou negativo, tornando a dignidade da pessoa uma construção ideológico-política e não um dado auto-evidente, uma construção que se delinea junto a própria constituição sócio-política do suporte do enquadramento. “A regulação da perspectiva sugere, portanto, que o enquadramento pode dirigir certos tipos de interpretação”¹³⁶, o que significa, que o modo como é construída a representação e apresentação de determinados grupos, contribui para os modos como serão percebidos para além mesmo das zonas do enquadramento. A autora se referia ao fato de as imagens dos presos de Guantânamo não terem provocado a comoção da população, em que pese as ações mediadas do governo sobre o que poderia ou não ser publicado, inclusive, regulando a participação de jornalistas e definindo os momentos em que os mesmos poderiam atuar.

Depreende-se disso, que as escritas jornalísticas se tornam práticas, uma vez que configuram a atuação pública de enquadramentos políticos sobre a realidade, contribuindo para a manutenção de formas de percepção social sobre temas e sujeitos ou criando essas formas.

¹³⁴ CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.

¹³⁵ CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha. “Na oficina do historiador”: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007. (p. 253-270). (p. 258)

¹³⁶ BUTLER, Judith. *Op. Cit.*, p. 103.

Renata Brandão (2016), que analisou revistas de comportamento brasileiras dos anos 1960, definiu, a partir de Michel Foucault, que as práticas discursivas podem ser tomadas como fontes históricas, pois constituem...

[...] suportes de relações sociais e de poder, propiciam um olhar bem documentado sobre práticas e discursos em relação à sexualidade e à (re)invenção do(s) feminino e masculino(s) no período estudado. Considero essas revistas como empreitadas comerciais de onde depreende-se de suas práticas discursivas o que há de político no uso das palavras, das imagens, dos discursos em torno dos quais se concebem e se constroem imagens e ideais sobre o(s) feminino(s) e masculino(s) e as identidades sexuais a elas interligadas.¹³⁷

Assim concebidas, as produções discursivas da imprensa, que à sua maneira, atuam na constituição da realidade, entende-se que discuti-las é parte do empreendimento de compreensão da complexidade do período histórico marcado pelo Regime Militar no Brasil (1964-1985), ainda que os enfoques não recaiam diretamente sobre as ações do governo.

Michel Foucault argumentou, que os discursos que construíram a sexualidade no século XIX, não eram apenas modos subjetivos de constituição dos entendimentos sobre corpos, mas a própria passagem dos mesmos à existência nos marcos de uma *scientia sexualis*, responsável pela redistribuição do poder-saber sobre o sexo. Para o filósofo, a inflexão fundamental operada na Idade Moderna, foi a “colocação do sexo no discurso”, ou seja, um processo sempre produtivo de nomeação e investigação sobre o sexo, delineando suas anormalidades e normalidades, naquele jogo mencionado anteriormente de verdadeiro ou falso. Diferentemente do que supunha a hipótese repressiva aventada pelo senso-comum, de que o sexo era alvo da mais rígida repressão, o filósofo propõe que, em realidade, houve, no século XIX, a constituição de uma “polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”.¹³⁸

Com isso o autor pretendia mostrar aquilo que estava, na verdade, explícito, ou seja, toda uma estrutura novecentista criada a fim de dar conta da dimensão da vida, social, física e psíquica, que construíam as bases do que se entendia por população. Ciências da sexualidade, arquiteturas, discursos, vestimentas, toda uma complexidade difusa de modos de subjetivação/sexualização, que passava despercebida ao senso-comum da hipótese repressiva, que, por outro lado, funcionava ela mesma como mecanismo de incitação à colocação do sexo no discurso. Se tratava, portanto, da “intensificação dos poderes e multiplicação dos discursos.

¹³⁷ BRANDÃO, Renata. *Op. Cit.*, p. 121.

¹³⁸ FOUCAULT, *op. Cit.*, p. 28.

[...]. O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”¹³⁹.

Para Foucault, uma história da sexualidade é uma história dos discursos sobre ela, pois não existe uma distância ontológica entre a produção discursiva e a realidade tal qual a percebemos. É da concatenação deste processo, político-discursivo, que temos condições de compreender o construto denominado realidade. Os discursos, portanto, são parte fundamental da mesma. Compartilho fortemente desta noção, e endosso-a no caso de análises voltadas para lugares de enunciação como a imprensa.

A partir dos posicionamentos de Brandão e Foucault, portanto, percebemos como os discursos não podem ser destituídos do caráter de fontes históricas sobre um tempo. E no tocante à sexualidade, eles são peças *sine qua non* do imaginário social acerca de identidades, e dos múltiplos masculinos e femininos imaginados e percebidos.

Feita essa licença de método, voltarei ao objetivo do capítulo. Buscarei seguir a proposta filosófica de Butler, como citada na epígrafe, entendendo que a dinâmica performativa da obtenção do sexo, como conteúdo biológico último, e definidor essencial dos sexos enquanto opostos, não se deu, nas práticas discursivas separadas para análise, sem sua consubstanciação no gênero, tornando nula qualquer distinção outra entre o sexo e o gênero, apontando, com isso, para o território político de interesses acerca de uma determinada ordem sexual respondente à moralidade desejada e pactuada por setores conservadores. É com base nessa crítica que pensei a estrutura do presente capítulo.

Animalescos x sexuais: do genitalismo à sexualidade

A formação e emergência das narrativas analisadas, ainda que possam ser, metodologicamente isoladas, a religiosa, a científica e a criminal, figuram em uníssono quando tenta-se sintetizá-las. A sustentação para a construção dos argumentos se apoia de modo entrecruzado em diálogos convergentes entre as mesmas. Podemos verificar isso na proposta que o frei Ovídio Zanini apresentou à comunidade católica de Curitiba em aulas sobre Teologia Moral no final de 1972.

As aulas foram ministradas no Salão Paroquial Nossa Senhora das Mercês, todos os sábados, a partir das 19 horas, durante os meses de outubro e novembro. Foram 30 aulas, sendo

¹³⁹ Ibidem, p. 36.

2 sobre sexualidade com os títulos: Polaridade sexual e Nossa vida sexual. O horário e o dia devem ter facilitado para aquelas pessoas que trabalhavam no sábado ou até mais tarde, pois como o frei ressaltou em entrevista concedida ao jornalista Desidério Perón, no dia 19 de novembro de 1972 para o *Diário do Paraná*, era uma preocupação da Igreja a “onda de pornografia, homossexualismo e lesbianismo”, portanto, seria fundamental atingir um público amplo.¹⁴⁰ A escolha dos sábados tinha por benefício o fato de ser final de semana, sendo que os fiéis poderiam passar o domingo ainda pensando nas discussões da noite anterior, de modo que a ausência de outros afazeres, tipicamente semanais e alienantes, permitia maiores e extensivas reflexões dos temas tratados nas aulas.

Para o frei, as aulas eram de alto nível, “procurei dar ao povo uma resposta sadia a estes problemas, uma resposta cristã, à altura da endocrinologia de hoje, da ciência das glândulas de secreção interna e à altura da atual psicologia”.¹⁴¹ Como apresentei no primeiro capítulo, o homossexualismo figurava na CID como causa de consultas e internamentos, portanto, permaneceu codificado na seção desvio sexual após a revisão de 1965. Era com essa psicologia que o frei dialogava, a qual anormalizava o homossexualismo do ponto de vista médico.

Havia uma busca pela comunidade, imaginada ou sentida, em termos de interesse sobre este problema, e mesmo integrado em apenas duas aulas, note-se que era um assunto pouco ou nada tratado em anos anteriores pela Igreja, como assinalou o frei Zanini. Este interesse demandava uma “resposta” da igreja, sendo esta uma via de disseminação coletiva da visão moralizadora sobre o homossexualismo. Codificado como desvio pela Associação Americana de Psiquiatria, cujos textos alimentavam a literatura brasileira, e sendo buscada pelos teólogos da cidade, constrói-se um canal de vasão deste enquadramento, vindo a constituir, nas aulas do frei Zanini, por exemplo, em narrativas possíveis junto à comunidade, que reiteravam por sua vez, o homossexualismo como inerentemente anormal, do ponto de vista sagrado.

Importante acentuar esse processo circular de interesse e produção constituindo enquadramentos, uma vez que as linhas de ação das narrativas e seus possíveis pontos de fuga ou controle não são produções isoladas, como se não houvesse enraizamento social no que faz a ciência ou a religião, como se somente após suas elaborações fossem “apresentados” os resultados à sociedade, cuja posição seria de alheia aos campos produtores. Isso não se confirma, pois é do imaginário, compartilhado pela parcela ampla da sociedade, que estes discursos se alimentam. Essas linhas não seguem um caminho unilateral, portanto, não nos

¹⁴⁰ *Diário do Paraná*. Curitiba, domingo, 19 de novembro de 1972, terceiro caderno, página 7.

¹⁴¹ *Ibidem*.

dizem exatamente quem são seus enunciadores originais, apenas nos apontam seus começos cambaleantes, estão dispersas em ondas pela sociedade, ocupando e desocupando espaços, entrando em atritos, mas desviando-se¹⁴².

Antes de prosseguir, com esse interesse religioso sobre o homossexualismo e o lesbianismo, gostaria de pensar um pouco mais sobre a ideia, expressa pelo frei Zanini, de que eram temas novos para a Igreja e para a sociedade. Esta novidade, ou efeito de novidade, se devia ao fato de que por muito tempo foram tratados como tabu. Entretanto, a existência de um tabu não significa que um assunto não seja citado, a questão é que sua citação se dava nos termos do segredo, como definiu Foucault anteriormente. Penso em “efeito de novidade” para nomear justamente esse dispositivo que reinventa o homossexualismo como tabu, que torna possível essa reinvenção, que nos casos aqui analisados se deu pelo reforço moral constituído e sistematizado pelo cristianismo, muito antes dos anos 1970; certamente, havia muitos traços novos no debate sobre o tema nestes anos, porém, do ponto de vista da história não era um assunto realmente novo, mesmo para a Igreja Católica.

Alguns anos após as aulas do frei Zanini, e como parte da atmosfera interessada no tema da sexualidade, em 1975 foi publicado no Brasil o livro *Sexo na Bíblia*, do escritor Tom Horner¹⁴³, o objetivo era dar conta do que a Bíblia, afinal, dizia sobre sexo e sexualidade, bem como, de suas implicações. Segundo o autor, o homossexualismo era mencionado em apenas uma passagem no Antigo Testamento e não possuía uma conotação necessariamente prejudicial, apenas uma outra orientação do amor lançada por um homem a outro. Segundo a matéria do *Diário do Paraná* que publica uma discussão sobre o livro, “a palavra homossexualismo, pode ser vista pelo prisma de relacionamento afetivo entre dois jovens, Davi e Jônathas”¹⁴⁴.

Com a morte de Jônathas, Davi teria dito: “Estou inconsolável por ti, meu irmão Jônathas. Tu me eras tão caro! Teu amor me era mais precioso que o amor de uma mulher”¹⁴⁵. A luz da leitura de Horner, que converge com o que temos visto, o homossexualismo estaria nesta passagem configurado como o amor que Davi sentia por Jônathas, mesmo que a comparação com o amor de uma mulher tenha sido, à época da escrita do Antigo Testamento, apenas uma força de expressão, sem falar que no ato mesma da escrita, o amor possível, aquele

¹⁴² Não constitui escopo deste trabalho seguir o debate sobre a ciência como conhecimento social, em que pese refletir sobre a produção de saberes científicos e suas bases políticas. Sobre estas questões cf. LONGINO, Helen. **Science as social knowledge: values and objectivity in scientific inquiry**. Princeton University Press, 1990.

¹⁴³ Tom Horner era doutor em Filosofia da Literatura Religiosa na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, seu livro foi publicado pela editora Artenova.

¹⁴⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, sábado, 1 de novembro de 1975.

¹⁴⁵ **A Bíblia sagrada**. Tradução João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, p. 281.

com afeto e ternura, ainda era entre um homem e uma mulher, inclusive vindo a servir de comparação, como neste caso.

Este episódio, talvez, tenha outras interpretações, diferentes de Horner, em que seja esvaziada sua conotação homossexual, entretanto, foi com esse fim que o jornal publica a matéria, pois havia o interesse no tema. O Novo Testamento, mais rigoroso nesses aspectos, e amplamente utilizado no Brasil, tratou de condenar qualquer manifestação que implicasse na substituição do “oposto feminino” e no seu “uso natural”. Caracterizo esse processo como estratégia política, a maior penetração social do Novo Testamento se refere aos enquadramentos que eram almejados pela Igreja Católica em seus textos e suas práticas discursivas, pois estava de acordo com a matriz e regime heterossexuais. Em Romanos 1 – 2: 26 – 27, por exemplo, no Novo Testamento lê-se:

26 Pelo que Deus os abandonou às “paixões infames”. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário a natureza.

27 E semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua “sensualidade uns para com os outros, homem com homem, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro.¹⁴⁶

Nesta passagem do capítulo 1 de Romanos, percebe-se uma das desgraças aviltantes da moralidade humana, e que se encontrava em desenvolvimento na Terra, cuja solução era sua devida punição. Noções de natureza, uso natural, tornam os ensinamentos bíblicos reprodutores da norma da diferença sexual, cuja substância dicotômica não pode em hipótese alguma ser aviltada. Teria sido justamente o aviltamento dessas “leis divinas” o anúncio da decadência das civilizações, como eram pensadas as decadências de Grécia e Roma, da mesma forma que foram caracterizadas as décadas de 1960 e 1970 com a onda de “homossexualismo, pornografia e lesbianismo”.

E como os escudos hétero-protetores não aceitariam jamais sua decadência trataram de reagir aos processamentos nos modos possíveis, sendo que a prática discursiva e o território cultural, se tornam a partir desse momento um espaço de luta, de disputas. “O terreno da cultura foi eleito como privilegiado para compreender a forma como essas minorias estavam ausentes ou, quando presentes, eram estereotipadas nos discursos que circulavam na sociedade”.¹⁴⁷

Além da escrita heterocentrada, algumas poucas publicações de caráter alternativo passaram a circular no país no momento caracterizado à época como de “ares de abertura”. A

¹⁴⁶ Ibidem, p. 1008.

¹⁴⁷ BRANDÃO, Renata. *Op. Cit.*, p. 122.

partir de 1978 em Curitiba estará disponível o *Lampião da Esquina*, publicado e distribuído pela editora da *Gazeta do Povo*, e mesmo antes desta data, jornais de caráter feminista como o *Brasil Mulher*, fundado em 1975 na cidade de Londrina (PR) apresentavam críticas e modos de legibilidade da realidade que se opunham aos enquadramentos hegemônicos, no caso desta revista, referentes a situação da mulher.¹⁴⁸

A década de 1970, portanto, revela-se como um período de produção de interesse particular sobre estes “novos” temas, a circulação desse interesse não estava restrita aqueles que tinham acesso aos debates científicos ou morais diretamente. Em uma reportagem, a princípio alheia ao que estou analisando, encontrei um dado que pode evidenciar a difusão mais ou menos concêntrica sobre o tema do homossexualismo.

A reportagem tratava de uma escola para surdos, de nome Epheta, na qual se aplicavam modernos métodos de aprendizado, sendo que se faziam debates com os alunos, os quais poderiam trazer temas para discussão, segundo a professora Cyrene “[o surdo-mudo] demonstra sua atividade mental normal, o trabalho que semanalmente desenvolvemos aqui fazemos debates e temas de alta envergadura nos são propostos por eles mesmos, como por exemplo o homossexualismo, a Transamazônica e outros”.¹⁴⁹ Por mais que o dado seja pouco representativo, parece que a entrevistada deixa margem para pensar no interesse de parte da sociedade sobre o assunto, mesmo que a reportagem tenha sido elaborada um ano antes.

Retornando às palavras do frei Zanini gostaria de destacar as diferenciações operadas por ele na caracterização da situação em que se encontrava a sexualidade à época. Ressalto que o frei é um intelectual, estava a par dos debates nas ciências psicológicas, bem como havia se especializado em Roma num curso de Teologia Dogmática, e intervia publicamente na imprensa, assim como ministrava suas aulas, trabalhos, *a priori*, extraoficiais.

Por mais que não seja possível saber como se davam as relações para a publicação de colunas, ou mesmo de matérias como esta que analiso, é importante refletir que o *Diário do Paraná* parece objetivar uma maior identificação com seus leitores, apresentando estes temas e intelectuais, buscando colocá-los em foco nas páginas do jornal. Em várias edições consultadas houve até mesmo a publicação de orações ao Espírito Santo e pedidos de preces ou aviso de graças recebidas. Talvez um detalhe possa ser aqui acrescentado, no ano de 1982, o *Diário do Paraná*, assim como o *Diário da Tarde*, mudariam de direção devido a problemas financeiros,

¹⁴⁸ É considerado um jornal pioneiro na retratação das mulheres e suas relações com o feminismo e a esquerda. Era editado bimestralmente em formato de tabloide contendo 16 páginas em preto e branco, sendo também ilustrado com fotos, atingiu uma tiragem de 10 mil exemplares sendo que sua circulação era nacional. O encerramento do jornal se deu em março de 1980 (CARDOSO, 2004).

¹⁴⁹ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 29 de agosto de 1971, terceiro caderno, página 5.

o que permite inferir sobre essas táticas de identificação direta com a sociedade, publicando matérias sobre temas polêmicos, como o homossexualismo, com edições recheadas de imagens e textos e também religiosas, quando não mescladas. Como destacado no capítulo anterior, era quase uma exclusividade dos dois periódicos. Comparo os dois jornais em Curitiba com as revistas de comportamento no eixo Rio-São Paulo, pois demonstravam assim como estas, ampla preocupação com o comportamento e com a questão sexual, que eram financeiramente rentáveis. O drama financeiro dos dois periódicos aqui analisados era sentido com força nos anos 1970.

Diante daquelas condições o aumento de temas estava vinculado à necessidade de vendagem do produto. É notório que questões econômicas orientam matérias, visto que além de atravessamentos morais e sociais, o jornal precisa se manter material e financeiramente. Como apontei anteriormente, entre os anos 1960 e 1970 houve um aumento significativo de produtos da imprensa circulando, havendo, em contrapartida, o declínio de muitos deles, marcadamente por questões financeiras.

Para o frei Zanini, acerca da dimensão sexual da sociedade, o mesmo antevia que estava sendo promovida uma lamentável confusão entre os termos genitalidade e sexualidade. A sexualidade seria uma característica inexorável dos seres humanos, todos e todas a possuíam como um dom dos céus, portanto, um elemento da moral. Todos e todas deveriam desenvolver sua sexualidade através do relacionamento amoroso, mas através de um cuidado de si, de um investimento sobre o corpo e a espiritualidade, empreendimento que encontra sua finalidade maior no casamento heterossexual.

A sexualidade estaria no modo de caminhar, na voz, na alimentação, na troca de carinho, no compartilhamento de momentos íntimos, seria, portanto, uma estética da existência nos termos da heterossexualidade. A genitalidade, em contrapartida, seria a relação sexual em si, os atos genitais de penetração e gozo. Para o clérigo estaria na confusão entre uma e outra, os arrombamentos da modernidade, uma vez que as pessoas estavam mais preocupadas com a excitação genital do que com o desenvolvimento de sua sexualidade. Exemplos de genitalismo seriam a prostituição, a pornografia, o homossexualismo e o lesbianismo, as sexualidades periféricas.

É emblemática uma reportagem do ano de 1971, que apresentava as considerações escandalizadas do jornalista e escritor Theófilo de Andrade, acerca do que ele chamou de pornéia comercializada, pela qual define “essa onda suja de licença que da Escandinávia, se espalhou pelo mundo. Passou-se a defender o homossexualismo, o amor coletivo e as trocas

entre casais, como se os homens e as mulheres, devessem portar-se, não de acordo com cânones estabelecidos através de séculos de civilização, mas “comme les biches”, segundo ouvi, há muitos anos numa peça francesa”.¹⁵⁰ Para ele as artes estavam tomadas de corpos nus imorais, canalhas, animalescos e que nada tinham a ver com a sublime arte que retratava corpos belos, dignos do olhar por apenas inspirarem admiração, sexualidade e beleza. Quando as artes passaram a retratar o homossexualismo teriam deixado de ser sublime e de corresponder a sua função estética. Não haveria nada de sexualidade pura e limpa numa cena ou num poema homossexual ou com tema homossexual, seria apenas a exposição da devassidão e animalidade humanas.

A matéria de Theófilo de Andrade era em alusão a outra publicada em *O Jornal*, a qual apresentava uma visão escandalizada sobre as afrontas aos costumes tradicionais na Alemanha. Para o colunista, o Brasil estava sendo demasiadamente tolerante com estas coisas, e pior, ao que parecia “também a censura perdeu a vergonha”.¹⁵¹

Portanto, assim como estava havendo uma confusão na sociedade mais ampla entre sexualidade e a genitalidade, a mesma confusão poderia ser verificada nas artes. Para a sociedade mais ampla o frei e outros clérigos preparavam aulas de teologia moral, enquanto para as artes o colunista parece recomendar maior rigidez por parte da censura.

Em realidade o movimento era outro que ocorria, não era o homossexualismo um ato animalesco por supostamente investir-se somente sobre o corpo físico e a genitália e não poder por conta disso ser, de fato, uma sexualidade, era justamente a condenação moral e social destas existências que dificultava qualquer desenvolvimento de prazer mais profundo, podendo ocupar plenamente os espaços da cidade sem que a polícia e a sociedade condenassem, como passarei a discutir no próximo capítulo.

Levantando detalhes de sua compreensão sobre sexo e sexualidade, o frei Zanini argumenta o que era importante para as pessoas comuns saberem sobre, pois

[...] todos os meus atos são sexuados. Se eu caminho, o faço como alguém do sexo masculino. Eu falo, minha voz é masculina, é sexuada. Ela não é genitalista. Eu realizaria minha genitalidade, se me encontrasse com uma mulher para criar filhos, dentro do matrimônio cristão. Então, é preciso que não se esqueça esta distinção fundamental que dá origem a esta série de perturbações que está havendo hoje. Todos devemos realizar a sexualidade. Nenhum homem se realiza sem

¹⁵⁰ *Diário do Paraná*, Curitiba, quarta-feira, 29 de setembro de 1971.

¹⁵¹ *Ibidem*.

mulher. E nenhuma mulher se realiza sem homem. Desde que nós sejamos normais¹⁵².

A diferença sexual seria uma diferença obtida pelo gênero. Os homens são homens, pois suas ações são sexuadas e o sexo de suas ações é masculino. É masculino, pois possuem uma voz grossa, braços grandes, ombros largos, dados fisiológicos profundamente variáveis, mas que no espectro da ideologia do gênero¹⁵³ adquirem o sentido da diferença sexual, a qual é sempre binária, pois binário é o próprio sexo. Ausentes do repertório sexual do frei, estavam os estudos sobre intersexualidade, pois no espectro de seletividade dos discursos presentes na imprensa, e principalmente daqueles que eram/poderiam ser publicados pelos diários, o importante era ressaltar a norma pela recorrência e pela heterossexualidade, e esta sendo a sexualidade recorrente nas experiências humanas, constituía, portanto, a norma.

O homem que despreza a sexualidade comete pecado, incide numa série miserável de complexos, provoca a vingança da natureza e comete a mesma falta que o desprezo por um <<sacramento>> do Senhor. O mesmo pecado pode ser cometido por alguém que não se deixe beneficiar pelo sexo oposto, pois o homem deve amar a sexualidade e agradecer a Deus por tê-lo feito masculino e feminino.¹⁵⁴

Este seria um resumo das aulas propostas pelo frei Ovídio Zanini, como escreve o *Diário do Paraná*, em matéria do dia 19 de outubro, quando as aulas estavam sendo realizadas. Como anunciado, o total de aulas eram 30, sendo que apenas 2 versavam sobre sexualidade conjugal, é notório que o jornal tenha dedicado duas matérias apenas para estas duas aulas, discutindo os temas tratados sobre a polaridade sexual, teses das diferenças sexuais substanciais que levam a atração cruzada, e da vida sexual moderna.

Nas duas matérias, bem como nas palavras do frei, evidencia-se que não estava em questão a repressão dos instintos sexuais, ou seja, não se trata mais do tabu sexual ou mesmo daquele recalçamento que marcaria períodos passados. Para Ovídio Zanini, o fundamental seria o controle e a orientação da vontade sexual, para que ela não beire a animalidade.

¹⁵² *Diário do Paraná*, Curitiba, Domingo, 19 de novembro de 1972, terceiro caderno, página 7.

¹⁵³ Não me refiro ao conceito desenvolvido atualmente pelo qual são criticadas as teorias feministas, a teoria queer e os demais estudos construcionistas, utilizo a noção de ideologia do gênero como o fez Teresa de Lauretis, pelo qual entendo toda a construção imaginária que produz efeitos de verdades nos corpos objetivando explicá-los e atribuir seu sentido, no entanto, se caracterizam por narrativas políticas e arbitrarias forjadas nas disputas ideológicas em campos distintos. Cf. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa B. De (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (p. 206-242).

¹⁵⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 19 de outubro de 1972.

A gula seria um dos exemplos das desordens sexuais verificadas na sociedade, pela qual as pessoas estavam satisfazendo apenas seu desejo carnal, ausente qualquer profundidade espiritual, esta que marcaria a verdadeira sexualidade. As excitações endócrinas corresponderiam, segundo o frei, a um conjunto de imagens e ideias que serviam apenas para inflamar os sentidos, anormalizando o caminho do desejo sexual correto. A poluição sexual da vida moderna e dos modernismos faria com que as pessoas se perdessem do caminho original da sexualidade, fazendo-as acreditar que as satisfações da carne constituem o ápice a que podem chegar numa relação. O frei condenou textualmente a objetificação das mulheres no comércio do prazer, tornando-as apenas atrativos carnis e comerciais.

O outro lado do problema estaria na omissão ao sexo, em que muitas pessoas teriam vergonha ou receio do mesmo, o que é, da mesma forma, prejudicial. O trabalho do frei, nesta perspectiva, seria limpar a zona de perturbações dos sentidos, localizando os males e limpando a área para uma mais profunda compreensão do que seja a sexualidade, dando condições aos homens e mulheres de se realizarem plenamente. As perturbações dos sentidos, como veremos na seção seguinte, não eram apenas de caráter sexual ou vinculadas a prostituição e ao homossexualismo, o borramento das distinções de gênero pela moda unissex será, outrossim, um agravante. Se homens e mulheres não se distinguem, se há igualdade entre ambos, uma vez que se parecem inteiramente, como pode haver sexo e sexualidade, se estes são pressupostos binários e diferentes?

As distinções efetuadas pelas narrativas na busca de uma compreensão e prescrição sobre sexo e sexualidade está, como visto, atravessada pelo gênero, ao ponto de distinções entre sexo e gênero se revelarem nenhuma, pois a inteligibilidade da dimensão sexual não consegue funcionar sem a percepção da retórica corporal e dos elementos que constituem os corpos, o gênero é um construto regulatório que se constitui com os pedaços dos corpos físicos (vagina, pênis, tronco, cabeça, cabelos, braços) através da política do olhar. Portanto, as narrativas sobre a diferença sexual se baseiam unicamente na recorrência, que pode ser levada a escala mundial, em que sabe-se, nascem pessoas com pênis visível e reconhecível, portanto nomeável, e corpos com vagina, visível e reconhecível, portanto, da mesma forma nomeável, em escala maior que corpos intersexo ou não-reconhecíveis. É nesse processo, denominado de sexopolítico por Paul Beatriz Preciado (2011), que nasce, o instrumental reiterado historicamente, e ainda vigente, chamado matriz heterossexual e sua condição de possibilidade enquanto normatividade sobre os demais corpos, tratando-os como anormais, naquilo que são ou fazem.

As narrativas que foram construindo conhecimentos sobre as diferenças sexuais não se isolaram, pois não poderiam, se pensarmos o dito no parágrafo anterior, portanto, ainda que localizadas em campos determinados cruzavam as fronteiras dos demais campos ao passo que retornavam para seus pontos onde recomeçam seus enunciados, esses atravessamentos se devem a dificuldade de sustentar as diferenças sexuais apenas nos ditos de seus cânones, mas por existir, à época, uma certa convergência nos discursos escolhidos para que fossem feitas trocas, além do motivo maior localizado na matriz heterossexual.

Os esforços para a polarização sexual produziam outras exclusões, de pessoas intersexo, hermafroditas ou mesmo daquelas que não sendo enquadradas como homossexuais ou lésbicas ficavam de fora do nivelamento sexopolítico dos enunciados heteronormativos como temos visto. Mas, algo se sobressai dos empreendimentos analisados: a distinção entre genitalismo e sexualidade e entre masculino e feminino, serve principalmente para conceber o sexo homossexual, como algo sempre em luta para existir; enquanto caracterizado apenas como genitalismo, seria vazio de espiritualidade e amor. Com o equilíbrio entre genitalismo e sexualidade do lado da heteronormatividade, o homossexualismo seria apenas uma perturbação e lhe resultava impossível qualquer profundidade sensível e emocional.

Se voltarmos ao que escrevi há pouco, sobre uma leitura grega do *continuum masculino* e como as escritas de sujeição analisadas produzem a hierarquia e formas próprias de organização de gênero, podemos levantar a seguinte constatação: ao generificar as relações sociais identificando as práticas sexual e amorosa aos corpos, ou seja, ritualizando as possibilidades de afeto e amor ao físico e biológico, foi possível produzir a fronteira que exclui a homossexualidade, a travestilidade e a lesbianidade. Enquanto os gregos não possuíam noções de identidades de gênero ou de sexo, assumindo que as relações amorosas eram devotas aos deuses e constituíam em práticas múltiplas, resultava possível que entre homens desenvolvessem relações de continuidade e profundidade subjetiva, pois não estava em questão ser homem ou não. A modernidade, ao generificar, classificar e separar a partir da nomeação, homens, mulheres, homossexuais e a cada um seu sexo devido, através da violência da ciência e das disciplinas institucionais, bem como religiosas, deu as condições desta sujeição que analiso. Foi esta sujeição que os colocou na condição de ser homem ou mulher.

“Ser homem ou ser mulher, eis a questão”

[...] todo movimento favorável a emancipação das mulheres constitui uma ameaça para o futuro do gênero, na medida em que favorece a

feminilização do corpo social através da abolição das diferenças dos sexos e da generalização da androginia.¹⁵⁵

Nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo” mais claro fica que o “sexo” não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero.¹⁵⁶

Sob uma perspectiva histórica, a produção de narrativas que preocuparam-se com as relações de gênero, pelos homens, estão em íntima relação com os deslocamentos operados pelas mulheres. É emblemático que na passagem do século XVIII para o século XIX tenham emergido saberes sobre as diferenças biofisiológicas entre homens e mulheres, não mais pensadas como “homens incompletos”, imperfeitos ou o seu avesso, elas passaram, sob a pena masculina, a serem enquadradas como opostas (LAQUEUR, 2001) e esta oposição foi levada ao extremo quando as diferenças foram sendo constituídas com os pedaços dos corpos; a vagina e sua forma, bem como o pênis se tornam ao longo do século XIX, sob a política do olhar, que aqui se refere ao imperativo da visão como mecanismo de validade da verdade do sexo, as provas de que natural e eternamente os homens são diferentes das mulheres, o que constituiria a própria organização do universo.¹⁵⁷

Política do olhar, ou mais propriamente, política do sexo/gênero. A partir desta política a possibilidade do sexo, na sua forma feminina ou masculina, é dependente do acordo coletivo acerca do que pode ser visto como feminino ou masculino. A validade do gênero, além de precisar ser uma extensão natural do sexo, é dependente do “parecer ser”, neste caso o termo parecer assume implicitamente as duas significações: aquilo que parece com o gênero que se nomeia, e o parecer dado por esta nomeação atestando se de fato corresponde ao que expressa.

A qualquer sinal de deslocamentos no interior das relações de gênero os homens se arvoram em lhes colocar nos eixos de sua mentalidade heterocentrada e binária, mas principalmente reforçando as instituições que mantêm as mulheres presas, física e simbolicamente, sob a guarda do pênis. A estes homens dei o título de *escudos hétero-*

¹⁵⁵ ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. (p. 32)

¹⁵⁶ FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos e duelo. **Cadernos Pagu**, v. 17, n. 18, fev. 2001. (p. 19)

¹⁵⁷ Dois trabalhos sobre esta política do olhar aplicada a validação da verdade do sexo discutiram o imperativo da visão como mecanismo cientificamente conduzido de instituição das diferenças nos corpos, além de FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos sexuados**. Traducción Ambrósio García Leal. Madri: Melusina, 2006, em FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves. 1982 também expõe-se uma rica demonstração da efetividade desta política do olhar.

*protetores*¹⁵⁸, uma vez que além de reforçar seu mandonismo colonialista sobre os corpos femininos e outros corpos masculinos, promovem os reforços da fronteira binária de sexo e gênero que insiste em manter sob rígida vigilância, profundas distâncias entre feminilidades e masculinidades, bem como identificando, enquadrando e isolando aqueles corpos que a transgridem, quando não violentando e exterminando cruelmente.

O papel destes escudos hétero-protetores é reestabelecer a ordem original, como podemos perceber nas narrativas reiteradas e inventadas pelos membros da Igreja Católica. Interpretar as transformações dos anos 1960 e 1970, que ocorriam no terreno do gênero e da sexualidade, enquanto problemas da ordem moral, natural e humanitária foram exageros masculinos, cujos propagandistas estavam acostumados a ser a frente única e ampla de debates no terreno público da política, quando viram seu céu ameaçado trataram logo de construir o seu inferno, no outro. Nessa perspectiva podemos reinterpretar a observação da historiadora Carla C. N. Conradi (2015) pela qual a imprensa não apenas foi meio de condenação das práticas femininas militantes, quanto serviu de vasão às narrativas masculinas de preocupação com as relações de gênero e sua necessária e urgente realocação. Para a historiadora “o jornal foi o meio utilizado para construir a imagem da militante enquanto transgressora do código de gênero da época (Ditadura)”.¹⁵⁹

Reforçar discursivamente a estrutura familiar era um modo de estender um poder sobre as pessoas; pela ordem familiar se produzia a submissão feminina e a instituição da heterossexualidade compulsória. Sobre esta questão Elizabeth Roudinesco, historiadora e psicanalista francesa, especialista em história da psicanálise, observa:

A ordem familiar econômico-burguesa repousa, portanto, em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. Mas, ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na forma de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Este conceito foi primeiramente desenvolvido para compreender e complexificar as práticas homofóbicas promovidas nos diversos espaços de contestação da possibilidade da diversidade sexual e de gênero. Foi publicado pela primeira vez em meu livro *Homossexualidade e ensino de história* (2017).

¹⁵⁹ CONRADI, Carla C. Nacke. “**Memórias do sótão**”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). (Tese de doutorado). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2015. (p. 162)

¹⁶⁰ ROUDINESCO, Elizabeth. *Op. Cit.*, p. 38.

Roudinesco, ao escrever estas palavras, na sua obra *A família em desordem*, fez uma conjectura bastante conhecida das críticas feministas, principalmente nos debates materialistas. Como discutido anteriormente, a glorificação do espaço feminino nas imagens da mãe e da esposa se constituiu em um dispositivo de controle sobre seus corpos que produzia imagens generalizadoras da realidade bem como preenchia, ou assim o pretendia, o imaginário das expectativas e prescrições às mulheres, cimentado por aquilo que os homens entendiam ser a essência da vida das mulheres.

Mas a função principal deste dispositivo era a ordem natural do mundo e sua conservação, pela qual o homossexualismo passaria a ser combatido nas suas minúsculas aparições, bem como tomado como efeito perverso da inversão do natural, visto que um homem se une a outro, e o lugar de penetração é aquele concebido como vaso indevido, por onde supostamente só poderiam sair coisas, cultural e estrategicamente associadas a nojo e abjeção, que por extensão passam a ser as chaves da própria concepção dos próprios sujeitos.

Às mulheres as enunciações narrativas da imprensa, na efígie de padres ou intelectuais liberais, eram dedicados lugares que subjetivamente estavam mais próximos de sua personalidade. Encarregadas naturalmente do amor materno, as mulheres até poderiam não se casar, mas jamais escapariam às revelações divinas.

Ela não precisa necessariamente ser casada para realizar-se como pessoa humana. Mas sempre terá que, de algum modo, exercer as prerrogativas que lhe foram concebidas em favor dos outros, sobretudo as qualidades consideradas próprias de quem é chamada a ser esposa e mãe, seja qual a missão ou profissão que exerça.¹⁶¹

Ser mãe ou esposa eram imagens femininas recorrentes como temos percebido, mas revelam uma convicção quase fisiológica desse mito do amor materno, o qual mesmo não sendo lançado para um marido ou um filho o seria para todas as atividades que por ventura as mulheres viessem a fazer, o que vai explicar mais tarde a “amabilidade” do lesbianismo. Mas ainda que aceitando essa possibilidade, a coluna do padre Dom Fernando Gomes no *Diário do Paraná*, de onde extrai o excerto acima, intitulava-se *A esposa e a sociedade*, evidenciando a dificuldade

¹⁶¹ *Diário do Paraná*, Curitiba, 18 de dezembro de 1975.

histórica dos homens em captar as mulheres como mulheres apenas, sem que estejam associadas inteiramente a imagens sociais esperadas.

Em 1975, ano de publicação da coluna, a Organização das Nações Unidas definiu um marco da luta das mulheres. A proposta era alertar para a permanência das desigualdades e das violências contra as mulheres instituindo aquele ano como o Ano Internacional da Mulher.¹⁶² No final do ano, no dia 18 de dezembro, em forma de retrospectiva, o padre curitibano escreveu a coluna, reforçando as expectativas das revelações divinas para as mulheres; aquele chamado masculino da porta de casa para as mulheres que saiam às ruas, em busca de direitos ou a trabalho.

Milhares de outras mulheres que não são religiosas nem se casam, enriquecem e amparam nossas famílias e diversos setores da vida social multiplicando o bem com uma dedicação fora do comum. São elas como esposas e mães de nossas crianças desajustadas, dos membros enfermos da sociedade. Vocação sublime esta, **menosprezada infelizmente pela parte injusta da sociedade**. Também nelas atua o divino Esposo que, por meio delas manifesta seu amor e sua providência de maneira singular.¹⁶³

Quem integrava a parte injusta da sociedade que menosprezava as divinas revelações às mulheres, que instituía seu sublime trabalho de assistência social? Quem era contra o papel da esposa na sociedade? Quem poderia ser contra a formação da família e a singular providência do divino esposo? As feministas? Os homossexuais? Todas as mulheres colocadas na coluna do eclesiástico se enquadravam nas imagens de esposa, mãe, irmã, amiga ou colaboradora, não havendo margem para práticas femininas que transgredissem as revelações e seu protagonismo se encerraria nas funções anônimas da mãe ou na colaboração com o marido. Se tem diante disso uma possível resposta às questões, mas em busca de outras tratarei neste momento de um dado interessante que apareceu na mesma página da coluna supracitada.

Ao lado da coluna foi publicada uma matéria intitulada *Comunismo, o sistema oposto a democracia*, sem identificação de colunista, logo, era uma matéria da própria redação. Começa lembrando os leitores, ou dando a conhecer, as palavras de Karl Marx e Friedrich Engels no famoso *Manifesto do Partido Comunista*.

¹⁶² Por recomendação da *Comission on the Status of Women* e com o apoio da Assembleia Geral e do ECOSOC, o ano de 1975 foi escolhido para demarcar o ano internacional das mulheres. De acordo com a página oficial da CSW, a comissão “is the principal global intergovernment body exclusively dedicated to the promotion of gender equality and the empowerment of women”.

¹⁶³ *Diário do Paraná. Op. Cit.*, grifos meus.

“Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”. Com este slogan foi publicado em 1848, um manifesto não assinado conclamando o povo a lutar contra a miséria e as injustiças sociais. Alegavam que o mundo estava dividido em suas metades: os que têm e os que não têm. A primeira metade era a burguesia e a segunda os que se identificavam com o proletariado. Que segundo o manifesto eram os destinados a destruir a burguesia e todas as instituições em que se apoiava o Estado, a família, a religião e a propriedade. Um verdadeiro convite a revolução, que era o único caminho para se efetivar a destruição. Esse foi o primeiro grito de guerra do comunismo no mundo.¹⁶⁴

O Manifesto de Marx fazia parte de um período de inúmeras manifestações sociais na Alemanha que ocorriam desde o início do século XIX vindo a se consolidar na década de 1840, se verificavam em outros países e se dedicavam a luta em torno das fábricas e das condições de trabalho. Se dirigia aos operários e formulava o germe do pensamento de Karl Marx, cuja base estava na crítica do capitalismo como sistema político de dominação de uma classe sobre outra, a burguesa sobre a operária respectivamente. A solução para a exploração, defende Marx ao final do Manifesto, era a derrubada do Estado burguês.¹⁶⁵

Revisitando o filósofo novecentista em pleno Regime Militar, o jornal cita uma palestra do comandante da Artilharia Divisionária da 6ª Divisão do Exército, o general Ferdnando de Carvalho, promovida pela Ação Democrática Renovadora (ADR) em São Paulo, em que o mesmo observou:

[...] talvez não exista, atualmente, nos países democráticos, mais sério problema de ação subversiva, por seus efeitos amplos, profundos, duradouros e de maior alcance do que a gradual e insidiosa penetração da subversão comunista no seio da juventude e em particular da grande massa estudantil.¹⁶⁶

O comunismo foi considerado, nas décadas de 1960 e 1970, o grande mal a ser combatido na defesa dos princípios cristãos e democráticos, entendidos como ocidentais e universais, duas palavras que na conta destas ideologias pareciam convergir. A Escola Superior de Guerra foi responsável pelo desenvolvimento de teorias que estivessem de acordo com a realidade que parecia se avizinhar do Brasil mais e mais, bem como da alimentação destas ideias

¹⁶⁴ *Diário do Paraná*, 18 de dezembro de 1975.

¹⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**: 1848 – 1875. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁶⁶ *Idem*.

no panorama político-militar nacional, estas ideias foram sistematizadas na Doutrina de Segurança Nacional, que propunha estratégias de ação para o Estado em vista do avanço da subversão, uma outra paranoia, neste momento, anticomunista.¹⁶⁷

Em um livro de memórias do coronel Agnaldo Del Nero Augusto, publicado em 2001 pela Editora Biblioteca do Exército, intitulado *A grande mentira*, a chamada contrarrevolução é assim definida em seus objetivos:

[...] conciliar a manutenção das garantias democráticas, direito de todos os cidadãos, com as medidas de prevenção contra os abusos, de modo a resguardar a democracia brasileira de novas ameaças. Essa foi, sem dúvida, a maior preocupação e o objetivo principal do comando da contra-revolução.¹⁶⁸

Por contrarrevolução, o reservista entende as ações das Forças Armadas em intervir na política nacional frente a revolução comunista que buscava tomar o poder republicano em 1964, pela terceira vez nas contas do autor. Perfazendo uma análise dos textos marxistas e leninistas que a época rodavam/rondavam o Ocidente, Augusto organiza o *modus operandi* das atuações subversivas: as ideologias que alimentavam a crença comunista; o Brasil como espaço de atuação das mesmas, e ao longo de seu livro objetiva justificar as reações tomadas para sua contenção no Brasil, entendendo que todas as práticas adotadas cumpriam o dever de livrar o país da subversão, seu livro de memórias foi uma resposta aos desdobramentos do tema Ditadura no país após a década de 1990, visto que o mesmo é publicado em 2001.¹⁶⁹

Em Curitiba, o *Diário do Paraná* publicou no dia 2 de abril de 1964, em matéria de capa, duas notícias sobre os fatos do dia 1 daquele mês, notícias, que em sua narrativa, demonstram o posicionamento do mesmo diante do golpe de Estado.

¹⁶⁷ ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1985**. Bauru: Edusc, 2005.

¹⁶⁸ AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001. (p. 142)

¹⁶⁹ Para mais detalhes das operações das Forças Armadas durante os “anos de chumbo”, as ideias feitas pelo Exército, Forças Armadas e outros setores militares acerca do suposto complô comunista cf. CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Figura 5. Capa do *Diário do Paraná*.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Importante considerar que a organização do *Diário do Paraná* em Curitiba se deu em 1955 a partir de uma negociação da família Stresser com os Diários Associados, de propriedade do conhecido magnata da comunicação, ou “barão da imprensa”, Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

Sobre o proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, em que pese pensar sua personalidade política, destaco que era afeito ao internacionalismo, típico do período, considerava os Estados Unidos um aliado fundamental para o desenvolvimento do Brasil, inclusive esteve por aquele país várias vezes. Se houve a possibilidade de ligação entre estes dois empresários, é significativo que possuíssem posicionamentos parecidos sobre o cenário nacional.

Como pode ser lido na capa do periódico, destacaram-se em caixa alta duas manchetes, na parte superior da página, acima do logotipo, lê-se em caixa-alta: “Povo festejou em Copacabana vitória das forças democráticas” e no centro “**Auro Andrade anuncia posse de Mazzilli com situação normalizada**”. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados,

assumiu a presidência da república interinamente até a posse de Humberto de Alencar Castelo Branco e seu vice José Maria Alkmin, em 15 de abril daquele ano.¹⁷⁰

O reservista Augusto, escreveu que a decisão pelo nome de Castello Branco teve a participação do então governador do Paraná, Nei Braga, “o deputado Coronel Costa Cavalcanti e o Governador Nei Braga resolveram consultar Costa e Silva sobre sua anuência em receber alguns governadores para com ele debaterem o problema, o que foi aceito de bom grado pelo general”, foi marcada uma reunião na casa de um deputado a fim de tratarem do nome do novo presidente.¹⁷¹

Após a deflagração do golpe, restava escolher um nome que melhor representasse a urgência da situação. No dia 4 de abril se reuniram alguns parlamentares no apartamento do Deputado Edilberto Ribeiro de Castro, onde foram cogitados nomes para a ocupação da presidência. Todavia, não foi decidido um nome, de forma que o “General Costa e Silva convocou um novo encontro”, que ainda permaneceram, os interlocutores, inopinados, num silêncio mais ou menos longo, “quebrou-o Nei Braga, declarando que se tinha fixado no General Castello Branco. Pelo que redarguiu o ministro: ótimo nome, não pode haver melhor no Exército. É o melhor de todos nós. Está à altura de exercer o cargo e congratulo-me com a escolha deste nome, que terá todo meu apoio”¹⁷², declarou Luiz Viana citado por Augusto.

Ao longo do livro de memórias, Agnaldo Del Nero Augusto, enfatizou o caráter contra-revolucionário do golpe de Estado, sendo que a verdadeira revolução seria a dos comunistas, que objetivavam invadir a nação. Dentre os objetivos estabelecidos para contenção do avanço subversivo da esquerda, medidas deveriam ser tomadas a fim de restabelecer o que chamavam de ordem democrática. Era preciso uma “ação contra a subversão que ameaçava a democracia, por meio do desmantelamento do plano comunista de tomada do poder”¹⁷³. Os militares estavam convictos, ou assim os faz parecer Augusto, da existência de um plano de tomada do poder pelos comunistas, plano que estaria alicerçado em bases internacionais.

Carlos Fico (2015), definiu a crença militar num golpe comunista, de paranoia anti-comunista, que assim como a paranoia anti-homossexual, serviu como dispositivo de legitimação e produção de ações concretas contra toda organização ou manifestação passível de tal interpretação. Estas ações pretendiam alcançar toda a extensão social, uma forma de intervenção global sobre o país que, de fato, evitasse o que acreditavam ser uma invasão

¹⁷⁰ SILVA, Hélio. **Os governos militares: 1969-1974**. São Paulo: Editora Três, 2004.

¹⁷¹ AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *Op. Cit.*, p. 145.

¹⁷² *Ibidem*, p. 146.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 152.

comunista. Todos os territórios foram revirados: político, social, cultural, religioso, econômico, moral. Nada poderia passar incólume, sob o risco de ser a porta de entrada para o comunismo. É nesse quadro que os discursos públicos deveriam ser úteis na estratégia de coibir os desvios, sendo que os dois jornais aqui analisados, trabalharam conforme as prescrições do governo, no que se refere ao campo moral.

Uma matéria sobre o mal do comunismo para a família e ao lado de outra sobre a esposa e a sociedade, respectivamente *A esposa e a sociedade* e *Comunismo, o sistema oposto da democracia*, conformam uma imagem escrita do enquadramento a que estavam sendo sujeitas as mulheres e os jovens. O homossexualismo apareceu nesse ínterim como elemento implicante do comunismo.

As grandes revoluções - 1789 1917 - nasceram da miséria que circundava palácios suntuosos: valhacoutos de luxúria, de corrupção, de **homossexualismo**. A futilidade inepta para ajuizar o drama da fome. Explode, assim, a revolução da plebe e dela, forçosamente, surge o mestre e guia das massas incultas e desnutridas: seres humanos ansiosos por uma era de justiça social.¹⁷⁴

Em uma sociedade marcada pela fome, pela miséria e pelas veleidades, como o general Ferdnando de Carvalho interpretava a realidade Europeia do século XIX, o comunismo teria as condições de sua possibilidade, de fato seria este o contexto encontrado por Karl Marx, porém, entre a perspectiva do comunismo e a da Ditadura Militar as saídas seriam totalmente diferentes. A luz de uma narrativa própria sobre o que constitui a democracia, a arrancada militar responderia de modo específico aos problemas sociais, distante de qualquer filosofia de empatia com as classes trabalhadoras que levasse a sua politização, o que inversamente era defendido por Marx no Manifesto através da preconização da organização e mobilização próprias da classe operária.

É importante, entretanto, salientar que estou expondo as conexões discursivas dos jornais e como elas fazem diagnósticos sobre a história, em que o comunismo é atrelado ao homossexualismo como parte do processo de abjeção deste. Todavia, da parte da esquerda as citações ao homossexualismo, bem como o tratamento dado por várias organizações não era muito diferente.

James N. Green (2012), recordando sua experiência em organizações de esquerda durante o Regime Militar brasileiro, relatou que a sua condição de homossexual o tornava um

¹⁷⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, 18 de dezembro de 1975.

elemento menos combativo do ponto de vista de seus camaradas heterossexuais. Essa realidade era compartilhada por outros homens que, por ventura, viessem a ser identificados em seus romances secretos. A esquerda revolucionária entendia o homossexualismo sob dois pontos básicos:

O primeiro, ligava a homossexualidade ao comportamento burguês e, portanto, à contrarrevolução. O segundo, concordava com conceitos médicos e psiquiátricos, a partir dos quais a homossexualidade era uma degeneração física e emocional. Outra atitude, embora provavelmente inconsciente, se baseava nos ensinamentos católicos tradicionais que consideravam a homossexualidade uma abominação moral. Sentimento anti-imperialista associado ao comportamento homossexual e críticas à homofobia com influências alheias e estrangeiras (leia-se: EUA).¹⁷⁵

Como discutido anteriormente, os enquadramentos hegemônicos sobre o homossexualismo nos anos 1970, resultavam de um imaginário amplamente compartilhado pela sociedade, vindo a constituir os modos de subjetivação discursiva da imprensa conservadora e de outros setores da sociedade como a religião e a medicina. Mesmo a esquerda revolucionária compreendia, assim como a direita reacionária e a classe média urbana, que havia no homossexualismo e seus congêneres, indícios de degeneração moral.

Em meio a esse contexto dramático, o homossexualismo apresentava-se como elemento visível da necessidade de reestruturação, que atravessa a dimensão da sexualidade e do gênero, mas, se funde aos termos políticos mais amplos, como expresso pelo comandante anteriormente e pelo historiador James N. Green. Contrário ao cenário de recrudescimento da crise que decorreria da implantação de um sistema comunista no país, o *Diário do Paraná* relembra seus leitores:

A Democracia [que seria contrária ao comunismo], o regime que adotamos no País, permite ao ser humano os direitos fundamentais que nos são inerentes e consagrados na Carta Magna: direito a liberdade, a família, a propriedade, ao culto, ao trabalho livre e justamente remunerado.¹⁷⁶

Não há razões para o comunismo, se “nosso país” é regido por um sistema que garante os valores fundamentais à sociedade. O comunismo, que rompe com tudo isso, nos jogaria no

¹⁷⁵ GREEN, James N. “Quem é o macho que quer me matar?”: homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileiras dos anos 1960 e 1970. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 8, jul./dez. 2012. (p. 71)

¹⁷⁶ Ibidem.

caos original, destruindo os valores sagrados do cristianismo e da democracia.¹⁷⁷ A família, lamentavam, seria um deles.

Combater o homossexualismo e sua dimensão psicoativa como condição de possibilidade do comunismo era um recurso acionado, contribuindo para os inúmeros enquadramentos de precarização que eram amplamente operados, tornando ainda mais tensa as vidas concretas dos sujeitos, como veremos nos dois próximos capítulos.

No espectro das desordens que vinham a superfície no período, tendo em vista o exposto, a juventude se tonou um espaço de disputa discursiva e instituição de horizontes. Mas isso não pode ser pensado como separado da realidade, como se fossem enunciações imaginárias e abstratas de homens e mulheres que tinham tempo para fazê-lo, tentemos perceber que são não somente práticas, como alimento de condutas concretas, constituem as condições de possibilidades simbólicas para a [re]fundação do homossexualismo.

Se de um lado membros do exército e das forças armadas mobilizavam o gênero e a sexualidade para construir seus argumentos acerca dos males do comunismo, de outro lado, personagens sociais como a imprensa e outros meios tratavam da dimensão psicossocial destes problemas. E se em toda a crise, social ou política, as diferenças sexuais são novamente restabelecidas, a década de 1970 foi novamente um momento de reestruturações.

Para o Pe. e colunista do *Diário do Paraná*, Emir Calluf pode parecer natural as diferenças entre homens e mulheres a uma primeira vista, porém, sob sua avaliação, “vem se tornando cada vez mais difícil” elaborar sócio-visualmente tais diferenças.¹⁷⁸ Como assinalou outro clérigo curitibano, a sexualidade é uma performance comum a todos os corpos, uma vez que todos são sexuais e sexuados, mas esta performance precisa exprimir de fato o sexo. Se a voz é um componente sexuado, logo, um homem com voz fina estaria mais ao lado da linha integralmente natural da masculinidade. Mais que isso, é preciso mostrar a sexualidade, na sua dimensão feminina ou masculina, e havia, nesse quesito, uma carência emergindo no cenário curitibano. “Seja homem! Vista-se, fale, ande como homem! Não se envergonhe de ser homem!” assim inicia sua coluna o Pe. Calluf, pois ser homem ou ser mulher, era ainda uma questão. A solução discursiva encontrada foi promover o estímulo do ser homem e do ser

¹⁷⁷ Em depoimento para o documentário *O dia que durou 21 anos*, Plínio Sampaio lembra que o pararam no Congresso em meio a um corredor em 1964 pedindo-lhe que em sua fala/posicionamento fizesse ardorosa defesa da democracia, pois discursivamente ela era utilizada para se opor ao governo de João Goulart e justificar as práticas da intervenção e do golpe, uma vez que ninguém seria contra a democracia.

¹⁷⁸ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 17 de fevereiro de 1974, 3º caderno, página 3.

mulher, e construir a ideia de que os movimentos que promoviam a descaracterização atacavam a essência do ser binário, restando revolvê-la de maneira “profunda”.

Como analisado no item anterior, sexo e sexualidade convergiam desde uma perspectiva da noção de normalidade, pois dizia respeito a dimensão afetiva e emocional que um relacionamento normal possuía, entre um homem e uma mulher. Mas, e como ficava a polaridade sexual no público? Sua dimensão propriamente social? Tendo em vista os agravos políticos e generificados da modernização?

Homem e mulher são iguais em direitos, porém, diferentes física e psiquicamente, e para definir estas diferenças o colonista se apropria das noções de masculinidade e feminilidade. Assim como se distingue genitalismo de sexualidade, propriamente, se distingue ser macho de ser homem, um não estaria colado diretamente ao outro, sendo necessários componentes outros para configurar a masculinidade definitivamente, no entendimento do padre.

Estes componentes são buscados pelo padre na vida social, o que nos faz retornar ao modo histórico de construção das diferenças sexual e de gênero, a saber, a política do olhar, a percepção da retórica corporal e da recorrência do corpo dito normal que sustenta a existência e validação da norma. Mais uma vez aparece uma dimensão da confusão antecipada pelo frei Zanini e aqui aplicada a leitura do campo sociológico.

Duns tempos pra cá principiou a confusão. Não se trata APENAS da moda unissex, por causa da qual a gente fica em dúvida se este jovem é rapaz ou moça... Trata-se duma derrubada proposital e constante de qualquer diferença entre eles: nos trajes, nas maneiras, na linguagem, na educação, na mentalidade. Preservou-se apenas a diferença genital, pois esta naturalmente é insuprimível... Mas, normalmente é também invisível, de modo que, a não ser nas ações genitais explícitas, RAPAZ E MOÇA ESTÃO CADA VEZ MENOS CONSCIENTES DA SEXUALIDADE DELES.¹⁷⁹

A moda unissex que chegava a Curitiba estava modificando o campo de visão do gênero, uma vez que a identidade masculina se confundiria com a feminina, de modo que o pênis seria invisível como componente da distinção sexual e conseqüentemente de gênero. Entretanto, o clérigo ressalta que estas diferenças se estendiam para o modo de ser, a personalidade, cujos conteúdos pareciam estar em desordem, uma vez que davam pouca margem para distinção.

Ter consciência destas diferenças, seria o mesmo que ter consciência da sexualidade, pois a polaridade sexual, constituindo um valor importante no forjamento da conjugalidade

¹⁷⁹ Ibidem.

heterossexual, estava aos poucos se perdendo, e escandalizado, o padre se pergunta como pode um homem se atrair por uma mulher nestas condições, se ela lhe assemelha? Implicitamente, o padre estava se referindo ao homossexualismo, que era antes mesmo da moda unissex, um modo de relação e atração pelo outro com o qual se parece. Se ambos se parecem, pouco lhes resultaria útil a pertença a um sexo físico distinto, uma vez que aquele que se expõe ao visível, se encontrava perturbado, no caso, a retórica e performances corporais. Retornar a uma era em que as diferenças eram primordiais, emergia como o melhor caminho, pois seria preciso, acreditavam, por uma questão de ordem universal, manter coerentes os dois sexos.

Esta mesma lógica servia como processo de reiteração de fronteiras para as sexualidades e corporeidades dissidentes, uma vez que mantendo rígidas as fronteiras entre masculinidade e feminilidade se pode, com mais facilidade localizar transgressões e isolá-las, bem como paradoxalmente é da existência de dualismos que se origina a própria transgressão, visto que numa sociedade a-gênero não poderia haver transgressão se não há um padrão predeterminado, regulatório e nominativo, sendo possíveis reelaborações a todo momento.

Mas a sociedade que analiso não se produz discursivamente através de enquadramentos abertos ou libertários, pelo contrário, ela busca a todo instante fechar as linhas de fuga sob o controle da autoridade majoritária, que é uma comunidade imaginada, heterossexual, universal e onipresente. No entanto, destaco, estes fechamentos, os quais poderia chamar de epistemológicos, não circunscrevem os terrenos do possível para todos os sujeitos concretamente, são, em realidade, enquadramentos possíveis, uma vez que os sujeitos estão a todo instante rompendo-os, infringindo-os e criando para si ou para os outros novos modos de agir e ser, é o que pretendo mostrar nos dois próximos capítulos.

A lógica binária, aplicada indistintamente à relação entre corpo e alma, segue, nas palavras do clérigo Calluf, o caminho do desejo conforme a relação heterossexual, que constitui uma verdade. Por mais que se defina a *psique* como superior ao corpo, o que explica as cobranças do padre pela maior distinção entre homens e mulheres, esta *psique* é, *a priori*, heterossexual, isso explica a noção de desvio.

FUNÇÕES VARONIS. Faz dias, por exemplo, vi um parzinho andando pela calçada. Por mais que me esforçasse, nem mesmo de perto consegui saber qual dos dois era ele ou ela: ambos de calças, blusa, chapéu, cabelos iguais... e me perguntei: como é que este rapaz vai desempenhar o papel de HOMEM, como é que vai se sentir homem PSIQUICAMENTE, como é pois que vai assumir todas as funções varonis de esposo, pai e chefe de família, se desde agora consente em

se igualar de todo com a namorada? E ela, como é que vai assumir as funções de mãe, esposa e dona de casa, se nada a diferencia dele?.¹⁸⁰

Para saber qual dos dois era ele ou ela bastava um olhar, o qual supostamente apenas encontraria na retórica corporal os correspondentes da masculinidade e da feminilidade. Entretanto, o processo parece ser mais coerente e problemático se invertermos a lógica da política do olhar, pois, não é o olhar que busca a verdade do gênero na performance sexual, mas a existência de uma crença na verdadeira performance generificada desde sempre do sexo, que permitiria inscrevê-lo na realidade dos corpos.

Ao final do excerto, o padre Calluf ainda faz um chamamento de gênero, o qual parece apenas descrever funções, mas sua performatividade é de inscrição, lê-se: “como é pois que vai assumir todas as funções varonis de esposo, pai e chefe de família [...] e ela, como é que vai assumir as funções de mãe, esposa e dona de casa [...]”, nestas palavras não estão implicadas reflexões retroativas, mas lançamentos futuros, horizontes de expectativas, ou seja, chamamentos para a incorporação do homem no homem e da mulher na mulher de acordo com a matriz heterossexual e binária, que, disponível a todos naturalmente, nos períodos de crise parece se deslocar um pouco, permitindo que as pessoas a tomem por opcional, o que é um medo profundo revelado nas palavras destes intelectuais da imprensa. Estes deslocamentos podem ser vistos, por outro lado, como momentos de reflexividade sobre as próprias relações de gênero, materializadas em saberes sobre sexo e sexualidade, diferença e polaridade sexual, lembrando apenas que a noção de gênero enquanto aplicada textualmente aos construtos sobre as diferenças corporais e psíquicas é aqui utilizada enquanto uma categoria acadêmica, pois estava ausente nos documentos e no período.

Dessas construções marcadamente binárias, foi possível a anormalização homossexual, cuja indefinição se estrutura na inadequação completa a ambos os lados dos construtos de gênero “normal” homem ou mulher, “o indivíduo não consegue aceitar o sexo dele ou crescer dentro dos padrões do sexo dele ou enfim, tornar-se psíquica, ética, socialmente homem ou mulher”¹⁸¹ esta era a definição psicomoral do homossexualismo para Calluf, ao que retornarei quando tratar das concepções científicas da psicanálise e como os campos religioso e científico cruzavam-se. Recai novamente à família, o papel de estruturadora da normalidade da relação sexo/gênero, uma vez que é preciso que a mãe seja satisfatoriamente feminina e o pai satisfatoriamente masculino, de onde nasceria a orientação correta. Uma sociedade marcada

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem.

pela indefinição e por todas as perturbações, como analisadas, possivelmente faria surgir crianças e jovens que, aos olhos dos clérigos, seriam confusos, não sabendo como se tornar homens ou mulheres, resvalando para as formas anormais do genitalismo e do travestismo, então como seriam pais e mães de filhos normais?

Na perspectiva da lógica binária, no modo como tem sido construída, o homossexualismo é esse produto indefinido, pois indefinida é a própria sociedade, mas o que pode ser verificado é o contrário, houve, em realidade uma profunda produção precarizada do homossexualismo pelos próprios sujeitos que o veem como uma indefinição a indefinir a sociedade, ou seja, na verdade era resultado arbitrário dos próprios discursos que este conjunto de espaços enunciavam. Quem indefinia os comportamentos eram os próprios sujeitos, performativamente, em discursos que objetivavam tratar das indefinições que estariam **na** sociedade. Inventaram o problema, com o qual problematizaram a sociedade, cujos sujeitos problematizados eram um grave problema, para todos, sendo que seus inventores se escondiam atrás de escritas cuja efígie universal escamoteava o caráter masculinista e heterocentrado.

Lesbianismo: uma homossexualidade “platônica”

Figura 6. Amor lésbico.



Fonte: Diário do Paraná, Curitiba, domingo, 11 de setembro de 1977, p. 5.

O amor entre duas mulheres é, na maioria das vezes, mais sentimental do que físico.¹⁸²

Em alguns discursos psicanalíticos, a questão da homossexualidade é invariavelmente associada a formas de ininteligibilidade cultural e, no caso do lesbianismo, à dessexualização do corpo feminino.¹⁸³ (BUTLER, 2017, p. 11).

Não é de hoje que a historiografia denuncia os silêncios de Clio. Dentre todo o repertório de sujeitos e subjetividades silenciados ou omitidos da pesquisa histórica é preciso, neste século XXI, reconhecer que a invisibilidade lésbica é emblemática. Anteriormente, nos anos 1990, Margareth Rago questionava:

Como tratar de formas “desviantes” de comportamento, a exemplo do adultério feminino, profundamente assustador com a valorização da família nuclear, se estas se situavam num campo de invisibilidade social? Como falar de lésbicas neste tempo de tamanha discrição?

Suas perguntas se endereçavam à historiografia a partir da temporalidade de seus objetos de pesquisa, a passagem do século XIX para o XX. Realmente, encontrar documentação sobre comportamentos desviantes para períodos em que se imperava modos de discrição que sequer permitiam formas de inscrição no tempo de grupos sexo-dissidentes é um empreendimento hercúleo. E, se o objetivo é tratar de mulheres sexo-dissidentes, o trabalho redobra em dificuldade, e esta dificuldade passa, então, a fazer parte da própria dinâmica da pesquisa: como falar de lésbicas em tempos de autoritarismo?

A diferença entre o período estudado por Rago em sua tese *Prazeres da noite*, e o presente trabalho, é que neste caso, e apesar da repressão, é possível encontrar alguns vestígios, ainda que não diretamente de lésbicas, mas rastros sobre o que se pensou e se fez circular sobre elas. É disso que tratarei nesta última seção do capítulo.

Como amplamente discutido até aqui, havia um conjunto de esquemas de percepção sobre a feminilidade sendo discursivamente empregado em função da suposta decadência moral. Esses esquemas enquadravam as mulheres sob lugares simbólicos bem definidos: mãe-mulher-família. Reprodutora-heterossexual-doméstica. A partir desse esquema, resta perguntar o que se discursou sobre mulheres lésbicas, nesse contexto em que as mulheres eram pensadas como lugares da regeneração moral.

¹⁸² *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 11 de setembro de 1977. (p. 5)

¹⁸³ BUTLER, Judith. *Op. Cit.*, p. 11.

Marisa Fernandes (2015), ativista lésbica e integrante do primeiro movimento organizado durante a Ditadura, por homossexuais e lésbicas no Brasil, o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, sustentou que as lésbicas estavam, na luta, entre os homossexuais masculinos e as feministas, ela mesma se intitulando de feminista. Ainda que reconhecessem a condição de oprimidas pela homofobia, social e estatal, sentiam os dramas da opressão machista inscrita no regime patriarcal, uma situação difícil de vencer, principalmente tratando-se de um momento de autoritarismo virilizado.¹⁸⁴ O modo como eram pensadas discursivamente pela sociedade hetero-protetora, mesclava, portanto, as concepções estereotipadas sobre a mãe-mulher-família e o homossexualismo como produto da imoralidade, acentuando, ora um lado, ora outro, como mostrarei.

Em 1977, ano de aprovação da lei do divórcio no Brasil, foi publicada uma interessante coluna da jornalista italiana Ornella Rossi, da ANSA (Agenzia Nazionale Stampa Associata)¹⁸⁵, sobre o lesbianismo, no *Diário do Paraná*, a 11 de setembro daquele ano, cujo título sugestivo foi *Lesbianismo: a homossexualidade “platônica”*. A referência a Platão se deve a um dos diálogos socráticos do livro *A República* (Livro VII) em que Platão estabelece as diferenças substanciais entre o mundo vivido e o mundo das ideias através de um diálogo de Sócrates e Glauco, o mundo das ideias foi associado aquilo que é abstrato, imaterial, no entanto, assumiu com as releituras e interpretações da obra, o sentido oposto do que de fato existe, oposto a imanência, portanto, imaginário, falso. Uma homossexualidade platônica seria, nestes termos, aquela que não é totalmente homossexual, nem sexual, por faltar-lhe a dimensão do sexo físico, carnal. Ornella Rossi argumentou, que era destinada ampla visibilidade à homossexualidade feminina na imprensa, e que nas pesquisas científicas têm sido dedicado pouco espaço, ao que eu responderia, para o caso paranaense, de modo particular, mas para o Brasil de modo geral, que o fenômeno está mais próximo do inverso. Encontrei poucos dados sobre lesbianismo diretamente, sendo que foi preciso ler os textos a contrapelo buscando pensar no aspecto geral das relações de gênero que incluem significados para o feminino e suas dissidências. Ao passo que a escritora destacou seu aparecimento no cinema erótico e na pornografia.

Acredito que o argumento de Rossi se sustente no panorama internacional, uma vez que, segundo Tito Sena na sua obra *Sexualidades, estatísticas e normalidades* (2013) os dados do

¹⁸⁴ FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Rena H. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Paulo: EdUFSCar, 2015 (p. 13-16).

¹⁸⁵ Não encontrei mais detalhes sobre a colunista Ornella Rossi, porém, acredito, a partir das evidências do *Diário do Paraná* e da própria coluna, que ela seja uma jornalista ou psicóloga italiana que escreve para a imprensa. A ANSA, por sua vez, é uma das maiores e principais agências de notícias italiana. Foi fundada em 15 de janeiro de 1945 e sua sede central situa-se à cidade Roma

livro *Sexual Behavior in the Human Female* (1953), a parte sobre sexualidade feminina do Relatório Kinsey, foram primeiramente publicados pela imprensa e pelas revistas, o que teria reduzido a procura pelo relatório em si, ocasionando menor vendagem em relação ao seu outro dedicado à sexualidade masculina.

Ao longo da coluna, a mesma questão é posta de modo inverso, considerando que o lesbianismo ocupa menos espaço, retém pouca atenção e seria menos criticado. Rossi acusa as narrativas de seu tempo de masculinistas, por sustentarem conhecimentos sobre o feminino desde a perspectiva dos homens, uma vez que poucas mulheres pesquisavam, ou tinham suas pesquisas restritas em termos de projeção, e que seria preciso mais pesquisas sobre o tema, uma vez que despertaria grande interesse.

[...] o próprio lesbianismo já encontrou um seu meio e uma sua maneira política de expressar-se através dos movimentos feministas, fornecendo assim ao mundo masculino o pretexto de afirmar – (em má-fé por certo) – que a maioria das feministas são lésbicas, ou “de fato”, ou apenas potencialmente. Por outro lado, os estudos específicos dos sexólogos sobre a homossexualidade feminina, além de serem bem menos numerosos do que aqueles sobre a homossexualidade masculina, resultam quase sempre “inquinados”, visto que, também o lesbianismo – assim como costuma ocorrer com tudo o que se refere a sexualidade da mulher – é observado e estudado de um ponto de vista tipicamente masculino.¹⁸⁶

Entretanto, a colunista apresentou na maior parte de seu texto as considerações de um psiquiatra italiano sobre o tema, portanto, um homem. Na pequena introdução que faz, Rossi demonstra que tem conhecimentos sobre, citando a Revolução Sexual, as pesquisas e as narrativas, porém textualmente ela escreve: “para termos uma ideia mais clara acerca da questão, consultamos o psiquiatra Agostino Massome da Universidade de Milão. São dele as considerações que passamos a relatar”, a coluna não se estrutura em forma de entrevista, portanto, as considerações foram da autora. Volta a cena da referência narrativa um homem, mesmo a autora tendo feito uma advertência aos procedimentos masculinos da política do olhar científico. Insisto nisso, pois percebi uma contradição entre criticar as visões masculinas e apresentar um psiquiatra que resume o lesbianismo sob o ponto de vista justamente da visão geral da psiquiatria da época sobre o mesmo, mas entendo que o fato de ser homem não indica por completo sua impossibilidade de fazer uma avaliação democrática, porém, esta realidade é

¹⁸⁶ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 11 de setembro de 1977. (p. 5)

difícil e rara no conjunto dos dados colhidos nesta pesquisa, mas não somente, pois é de fato geral esta prática.

Para o psiquiatra, citado nas palavras de Rossi, a mulher seria menos criticada e sua homossexualidade passava despercebida pelas pesquisas, uma vez que grande parte das investigações era produzida por homens, e estes tenderam a focar apenas a homossexualidade masculina, pois supostamente seria um reduto por excelência do sexo “de fato”, o qual caracterizaria uma sexualidade pelo culto a penetração e ao pênis como símbolos de uma verdade da prática sexual ou de sua parte constitutiva essencial.

De fato, eles bem pouco se interessaram pelo lesbianismo, pois julgando as mulheres como “seres inferiores”, ninguém se preocupou excessivamente com tudo quanto elas podiam fazer em “seu mundo”, desde que permanecessem submissas ao homem. Esta escassa avaliação masculina do lesbianismo é, ainda hoje, bastante comum e difundida. Existem sociedades que recusam e castigam a homossexualidade do homem, mas quase todas elas demonstram uma relativa indiferença no que se refere à homossexualidade feminina.¹⁸⁷

Devido a estrutura machista que sustenta a produção do conhecimento, desde a seleção dos objetos até sua construção narrativa, estaria em ação a política do olhar masculino, que antecipadamente, pelos fundamentos e valores sociais de todo conhecimento científico¹⁸⁸, reificando a mulher como alvo do desejo, sendo que chega mesmo a lançar sobre a homossexualidade feminina uma apreensão *voyerista*, esvaziando-a de um conteúdo independente e autônomo, como se mesmo sendo lésbica existisse um germe de vontade heterossexual, que diante da prerrogativa masculina, se libertaria, e mais que isso, como se fosse impossível pensá-las na autonomia e governo de suas próprias vidas, como se simbolicamente as mulheres carregassem apenas metades de si, desejosas de um governante que as complementasse e orquestrasse.¹⁸⁹ Os homens logo se arvoravam em administrar a conduta e os corpos das mulheres. Uma prática forjada nestas disputas em que estava em questão

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Sobre o caráter social da produção do conhecimento científico filósofos e filósofas da ciência têm se dedicado a compreender a produção da ciência e sua relação com as estruturas de produção culturais e históricas. Cf. Helen Longino (1990; 2017) e Alberto Cupani (2018).

¹⁸⁹ De modo inverso e com sentido diferente encontra-se no diálogo platônico *O Banquete* discutido no item 2 uma apreensão das relações humanas parecida com esta que exponho. Para os filósofos do banquete os seres humanos buscavam sua metade, busca que estaria orientada pelo *Érôs*, em direção ao outro de si mesmo, porém esta busca se caracteriza pela positividade da conjunção em que pese a existência de uma natureza primordial única a ambos, que em nada tem a ver com a noção de busca do outro sexo ou que este outro sexo seja a verdade última da união amorosa que deve existir entre duas pessoas, mas cabe aqui a lembrança para corroborar com os pensadores que insistem em nossa distância, não apenas cronológica, mas principalmente cultural dos gregos.

reestruturar as diferenças, prescrever lições e solidificar as normativas de sexo e gênero na instituição heteronormativa.

Em 1981, foi traduzido para o português e publicado no Brasil, o livro *A nova desordem amorosa*, dos pesquisadores franceses Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut. A obra chegou ao país ainda no marco temporal da Ditadura e objetivava discutir as mudanças no cenário conjugal e sexual. Os autores observam, de modo interessante, o processo de dessexualização feminina pela apreensão masculina, bem como o enquadramento sexual da mulher pelo esquema de percepção do gozo do homem.

O homem exige signos explícitos da mulher, aquilo que pretende decifrar nela é o esquema límpido da tensão e da descarga. Claro, às vezes o gozo da mulher pode calcar-se sobre o modelo da ejaculação masculina, adaptar-se a linhas de força que lhe são estranhas. Mas esta aparente servidão para com a economia de um outro corpo não é mais do que uma máscara que reveste – através de uma pseudo-semelhança com outras formas que lhe são específicas – outras máquinas que surgem sob as primeiras, que se furtam a sua regulação canônica e que as abandonam como se abandona um vício curioso.¹⁹⁰

Ainda que os autores não toquem na questão da dessexualização diretamente, evidenciam que o que os homens supunham sobre o gozo feminino pode ser fruto da comparação, da percepção de que as respostas sexuais do corpo tido por masculino são as únicas possíveis para pensar as do corpo feminino. A questão política desse processo se refere aos espaços de poder ocupados pelos homens na enunciação de discursos autorizados sobre a questão sexual feminina, uma vez que tendem a reforçar as percepções androcêntricas da ciência. Estaria nesse androcentrismo uma das razões para o maior número de conhecimentos sobre a homossexualidade masculina.

Nestes termos acredito que se torna mais evidente as considerações de Adrienne Rich a respeito da heterossexualidade como mecanismo de dominação das mulheres, uma vez que através do dispositivo de naturalização da heterossexualidade e dessexualização das mulheres lésbicas, seus corpos passam a figurar como conteúdos dos discursos masculinos, pois pensados enquanto naturalmente heterossexuais, mesmo quando se relacionam com outras mulheres. As mulheres lésbicas ainda sofreriam com o regime político da heteronormatividade, uma vez que este suspende qualquer poder decisório que elas venham e exercer sobre si, bem como rejeita

¹⁹⁰ BRUCKNER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. **A nova desordem amorosa**. Tradução D. J. Seingalf. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. (p. 132)

suas falas e opiniões, o que explica em tese a crítica de Rossi sobre a visão masculinista da ciência.

Retornando às reflexões da coluna de Rossi e a observação feita por ela para as definições masculinas das experiências lésbicas. A coluna se trata de uma tradução do italiano, no caso da agência ANSA, para a qual a colunista escreveu. A matéria do *Diário do Paraná* montou a página com uma imagem, a que abre esta seção, com uma legenda resumindo a pauta central da coluna, como anteriormente citada: “o amor entre duas mulheres é, na maioria das vezes, mais sentimental do que físico”. Esta visão foi compartilhada pelos homens que trataram do tema em pesquisas, inclusive é a tese apresentada pelo psiquiatra italiano descrito por Rossi. Notemos, portanto, que a própria definição “mais sentimental do que físico” resulta de uma noção masculina das reações físico-químicas do corpo tido como feminino diante do sentimento de excitação e da sua agência sexual. Estas reações agiriam apenas a nível psicológico, reforçando a visão de que o poder libidinal dos homens e a onipresença do falocentrismo é dominante ou que concluiria o intercuro sexual, e este constituiria um valor divino e natural, pois seria insígnia da atividade sexual concreta.

As duas mulheres da imagem estão trocando carícias e se olhando, não é possível definir se estão em uma cama, mas suas expressões não são de tesão, não há nada vinculado ao intercuro sexual entre ambas, e esta mesma crença na sua inexistência advém do nutriente masculino que anima a produção narrativa quando o assunto aproxima sexualidade e corpo feminino. Outro ponto apresentado na imagem é a leveza do toque, o olhar suave, uma forma de amenizar a sexualidade lésbica, pois o paradigma do sexo masculino não pressupõe, para si, esse modo de toque. Talvez tenham sido estas as diretrizes da escolha da imagem. Entretanto, o que seria definir a sexualidade lésbica? O que representaria a possibilidade do intercuro sexual lésbico em uma imagem?

No período que compreende os anos 1960 e 1970 foram sendo disseminados, em revistas e jornais, os resultados das pesquisas que culminaram na publicação do Relatório Kinsey para o comportamento sexual das mulheres, uma ampla pesquisa quantitativa relativa ao comportamento sexual nos Estados Unidos.¹⁹¹ A grande quantidade de dados e o alcance da pesquisa, tornaram o biólogo entomologista Alfred Charles Kinsey (1894-1956) conhecido mundialmente.¹⁹²

¹⁹¹ No Brasil, segundo Tito Sena não foi publicado a versão masculina da pesquisa, somente a feminina, em 1954 pela editora Atheneu, e a mesma foi reeditada em 1967 (SENA, 2013, p. 166).

¹⁹² Para mais informações sobre os relatórios, bem como o trajeto das pesquisas efetuadas cf. SENA, Tito. **Sexualidade, estatísticas e normalidades**: a persona numerabilis nos relatórios Kinsey, Masters e Johnson e hite. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013. * Principalmente o capítulo 4.

A propósito do Relatório Kinsey, é digno que se mencione a importância deste empreendimento no que se refere a redistribuição do poder-saber sobre o sexo em meados do século XX. A historiadora Roselane Neckel (2004), citada anteriormente, sustenta que os trabalhos de Alfred C. Kinsey, somados a outros que despertaram a atenção para o “segredo” da sexualidade feminina, representam para o mencionado século, a “ciência sexual moderna”, ou seja, campo do conhecimento que tinha a autoridade de discursar sobre a constituição da vida sexual. A pesquisa empreendida por Kinsey não se restringiu à sexualidade feminina, tendo sido elaborado, primeiramente, um relatório para a sexualidade masculina. O relatório referente às mulheres foi publicado em 1953 e o dos homens em 1948. A pesquisa apresentou dados que assinalavam para a existência de experiências homossexuais ao longo da vida das mulheres, bem como suas fantasias eróticas, a prática da masturbação e do sexo oral, como componentes de seu repertório sexual. Sobre o homossexualismo foram contabilizados 13% de casos que relataram ter experiências homossexuais, 7% das solteiras e 4% das casadas com idade entre 20 e 35 anos se definiam bissexuais, porém, poucas foram homossexuais ao longo de toda a vida.¹⁹³

Os dados, no entanto, tendem mais a reforçar a sexualidade como circunstancial e passageira quando homossexual e bissexual que apresentar alguma crítica da matriz heterossexual, a qual continuou sendo a política do olhar que orienta as pesquisas, a própria separação em dois lugares de discussão evidencia como nesse período a sexualidade era reiterada como naturalmente binária, não havendo diálogo direto entre ambos os trabalhos, uma vez que através da *persona numerabilis*, o comportamento homossexual figura como isolado na trajetória da vida das mulheres, sendo que os sentimentos e desejos não seguem este corte matemático, portanto, relatar uma experiência passada de intercurso homossexual, é isolar uma experiência àquela dada situação, retirando dela qualquer possibilidade extensiva no tempo e no desejo, o que resulta equivocado, uma vez que sua existência pode ser pensada como possibilidade, porém, sabe-se que no período o fato de existir não se confunde com ser legitimamente possível, haja vista que cimenta a própria noção de desvio.

Outro importante relatório publicado nos anos 1970 sobre a sexualidade feminina, foi o Relatório Hite, realizado por uma mulher de outra área profissional, Shere Hite, que tinha doutorado em História, obtido na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Importante citá-la aqui, pelo fato de que todos os saberes acerca da sexualidade que apareciam em jornais como os do Paraná, advinham de outros países, notadamente dos Estados Unidos ou Europa.

¹⁹³ SENA, Tito. *Op. Cit.*

Em seu relatório subtítulo *Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina* (1980), foi dedicado um capítulo substancial ao lesbianismo. As considerações avançadas da autora representavam um contra-discurso ao que se difundia naquele período sobre a sexualidade lésbica.

Não existe nenhum órgão elaborado especialmente para ocupar a área clitoral e fornecer o tipo de estímulo que geralmente necessitamos para o orgasmo. Do ponto de vista do prazer físico, estamos livres para nos relacionarmos com todas as criaturas do planeta, ligando-nos mais ao que individualmente significam para nós do que à sua classificação específica de gênero.¹⁹⁴

Para Hite, o homossexualismo era um comportamento compatível com a natureza, pois o vínculo do prazer não estava inscrito sob a insígnia da divisão de gênero e não dependia do mesmo, podendo, homens e mulheres transarem com qualquer criatura, ou seja, obter prazer de formas diversas. A motivação da repressão sexual estava justamente na possibilidade de sua diversidade, tanto de intercurso sexual quanto das formas de prazer, “o lesbianismo (e a homossexualidade) faz parte da natureza e é exatamente isso que provoca vigorosas regras sociais e legais contra ele”¹⁹⁵, relatou uma das participantes da pesquisa de Hite, cuja declaração foi colocada como epígrafe da introdução, reforçando a posição global da própria autora.

Hite buscou se ancorar em formulações que poderiam ser encontradas da mesma forma em Kinsey, anos antes de seu relatório. Para Kinsey “a condenação geral do homossexualismo aparentemente remonta à uma série de circunstâncias históricas que pouco têm a ver com a proteção do indivíduo ou a preservação da organização social vigente”¹⁹⁶, para Kinsey a condenação dos homossexuais se referia a uma questão histórica que seria moralmente pregada levando a questão aos tribunais, porém, ao analisar o problema de forma crítica, verificou que o homossexualismo poderia ser encontrado em outros mamíferos, o que explicava, segundo ele, que não produzia prejuízos ao desenvolvimento de nenhuma espécie, sendo apenas a humana a criar formas de restrição.

Diante disso, a heterossexualidade, pouco nomeada em termos de uma sexualidade inventada e circunstancial, e ao mesmo tempo impossível de isolar, por supostamente cobrir toda a existência dos sujeitos, terminava por se recrudescer no imaginário da conjugação do gênero no sexo. Entretanto, o que eu gostaria de capturar dos relatórios é a obviedade da

¹⁹⁴ HITE, Shere. **Relatório Hite**: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina. Rio de Janeiro: Difel, 1980. (p. 285)

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ KINSEY *apud* HITE, *op. Cit.*, p. 286.

existência de sexualidade física entre mulheres, de prazer carnal, ao contrário das defesas da colunista e do psiquiatra italiano Massome sobre o lesbianismo.

Nas considerações do psiquiatra, Rossi levanta um aspecto crucial que resulta circular na identificação da lesbianidade e em sua nomeação, aliás, dificuldades para tal. Haveria na homossexualidade feminina o fator sentimental dominante, o que levaria a pouca visibilidade da mesma, uma vez que às mulheres são destinados caracteres pessoais de afetividade e assistência que, como assinalado, são pensados enquanto correspondentes das mulheres, sejam lésbicas ou não. Se isso ocorre, como identificar o lesbianismo, se toda mulher seria por natureza amável e solícita? Todas são potencialmente lésbicas? Para Massome isso se deve a homossexualidade inconsciente, que se expressaria mais nas mulheres que entre os homens, portanto, levaria a afetuosidade entre elas e a nuances coloridas de amizade ao passo que o psiquiatra reforça a banalidade da agressividade masculina. Nesta perspectiva parece que as mulheres são pensadas como lésbicas mesmo sendo heterossexuais, ou que o lesbianismo é mais um traço da personalidade que uma sexualidade possível, uma vez que na coluna ambas não são colocadas em oposição.

A quebra dessa percepção sobre a sexualidade afetuosa das mulheres lésbicas ocorreria quando ela deixasse o espaço privado, bem como a pressuposta afetuosidade e se manifestasse através da violência sexual. Em uma matéria de um correspondente em Brasília, publicada no *Diário do Paraná*, em 3 de março de 1977, o periódico descreve o que seria o caso de uma lésbica “tarada” que não dava sossego no Distrito Federal. “A tarada do chevette branco” voltou a atacar as “cocotinhas” da cidade em ritmo acelerado”¹⁹⁷. O modo de caracterização da “tarada” seguiu o olhar masculino, “uma linda e misteriosa “mulher” que está atuando em todo o Distrito Federal e deixando várias camadas da população apreensivas, tendo em vista os ataques inesperados da libertina” se tratava, portanto, de “uma bonita mulher de lábios carnudos e avermelhados, de corpo tão lindo que deixa qualquer homem de boca aberta”¹⁹⁸.

O ataque descrito na notícia fora escolhido, tendo em vista “a maneira violenta de como agiu a “lésbica do chevette branco”, o que o jornal descreve foi, em realidade, um ato de estupro cometido pela mesma, que não havia sido apreendida até a data de publicação da matéria. Convidou uma jovem para entrar em seu carro, a pretexto de um lanche e de ser estudante do colégio em que estava estacionado a frente, após isso, a jovem adentrou o veículo, mas não foi aquele o rumo da “tarada”, em vez disso, a levou para um lugar distante do centro, onde

¹⁹⁷ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 3 de março de 1977, página 3ª.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

“praticou atos libidinosos”, como nomeia o jornal. A jovem, pelas linhas do jornal, teria ficado sem reação, vindo posteriormente a fazer a denúncia, quando foi trazida ao colégio pela “loira do chevette branco”.

Diferentemente do que encontra-se para o caso de homossexuais masculinos e travestis, a polícia caracterizou como crime os agravantes do caso e não, necessariamente, a condição sexual da mulher, “a lei não proíbe qualquer pessoa a praticar atos libidinosos, desde que não seja sob violência ou ameaça”, acrescentando que não podem, da mesma forma serem endereçados a uma menor de idade. Note-se que a formulação do delegado apresentou uma operação interessante na caracterização do caso: se fossem duas mulheres adultas, o fato teria outro enquadramento, não sendo um crime? O crime foi o sexo sob ameaça, a vítima se tratar de uma menor e a posse de uma arma. Quando os mesmos casos se verificavam com homossexuais masculinos, o crime estava na condição homossexual, tornada causa de crimes, ausente qualquer suavização, mesmo quando verificado entre adultos. Outra questão foi a ausência de caracterização “definitiva” de estupro, pois não haveria um pênis capaz de penetração e, por fim, consumação do sexo.

O que pretendo extrair do caso é justamente esse enquadramento diferenciado quando o tema era sexualidade feminina. O teor do sexo é masculino nesse enquadramento, a ausência do pênis descaracterizaria uma relação sexual completa. Sem retirar a gravidade do caso apresentado na notícia, é importante perceber as linhas discursivas que subjazem no modo como o corpo feminino era pensado e por extensão o enquadramento sobre o lesbianismo.

Retornando ao tema do amor consensual entre mulheres, seria, no caso, mais uma operação do mecanismo de dominação expresso pelas narrativas da heterossexualidade sobre as mulheres, pois mesmo quando definem uma forma de *continuum* entre elas, ainda assim este é esvaziado de seu conteúdo autônomo e político em relação aos homens, o que inviabiliza, pelas narrativas heterocentradas, poder pensar o chamado universo feminino como de fato um universo com as mesmas características de poder e potência que aquele pensado para e pelos homens, mesmo em caso de crimes e violação sexual, portanto, uma descontinuidade no próprio núcleo discursivo da matriz heterossexual assinalada pelos sujeitos analisados até aqui, evidenciando, em alguma medida, o quanto as mulheres estavam de fora da administração da sexualidade heterossexual, mesmo sendo percebidas como naturalmente pertencentes a heterossexualidade, perdendo, ainda assim, seu poder de decisão, ou seja, constrói-se a noção de natureza como aquilo que é divino, portanto eterno e imutável, ou como aquilo que é científico, portanto, espiral normal de desenvolvimento, para depois alocar as construções da

heterossexualidade sob este prédio esverdeado da tal natureza, para por fim, ter condições de incluir ou excluir sujeitos de sua marquise, uma vez que quem ocupa a administração tende sempre a ficar nos andares mais elevados.

A homossexualidade feminina não seria contra a natureza, pois nesta, as fêmeas carregariam traços de afetividade e cuidado com outras fêmeas, porém, o lesbianismo não é um comportamento inato, sendo que sua origem é adquirida, o que, por outro lado, as colocaria na posição de sujeitos¹⁹⁹ das narrativas, “isso é, uma mulher não nasce lésbica, mas lésbica pode tornar-se no decorrer de seu desenvolvimento psicosssexual. As causas primárias desta transformação continuam desconhecidas”.²⁰⁰ Esta noção em alguma medida, se levada às últimas consequências, apresenta uma contradição em relação a própria noção de verdade pela natureza. Se as mulheres eram naturalmente ou pela revelação divina, seres dados ao cuidado e a afetividade, logo, estas características só podem ser perdidas, pois são inatas, e não adquiridas, e seria o processo que estava ocorrendo na sociedade. Mas, se só poderiam ser perdidas e o lesbianismo não era inato, o problema não estava em serem desconhecidas as suas causas, mas sim, na impossibilidade mesma de existirem causas definidas primárias, dado a contradição no interior do próprio discurso, que naturalizava o corpo com certos aspectos, mas não poderia fazê-lo com relação às lésbicas, pois sua sexualidade tinha por condição uma ambiguidade entre o ambiente social e a natureza, ambiguidade que seria impossível de se resolver no interior de uma lógica heterocentrada.

A pouca presença, de menções ao lesbianismo nos jornais, pode estar vinculada a esse modo de pensar e inventar a feminilidade sob o regime da verdade heterocentrada. A ausência de experiência histórica registrada é, como para os outros sujeitos, um processo de sujeição, pessoas sem história são pessoas que precisam se refundar por sua própria conta, e é este o peso que hoje muitas mulheres carregam, por terem sido subsumidas da experiência temporal androcêntrica. O apagamento da existência lésbica nesta chave, não ocorreu alheio ao apagamento da existência feminina, ausente para elas a mesma riqueza de detalhes que podem ser constatados para o registro temporal dos homens ou dos homossexuais masculinos.

Como evidenciado, havia uma concepção diferenciada para o lesbianismo, tomando-o pelos traços característicos não das mulheres concretas, mas das narrativas que alimentavam as noções sobre as mulheres concretas. Se fizermos uma genealogia das narrativas elas

¹⁹⁹ A noção de sujeito empregada aqui não se confunde com aquele ou aquela que possui agência, mas aquele ou aquela que está sob a agência de outro, portanto, me refiro a sujeito no sentido da sujeição e não naquele que reserva-lhe sentidos de ação histórica e social, para o qual é mais coerente a noção de agente.

²⁰⁰ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 11 de setembro de 1977, página 5.

possivelmente não desembocam nas práticas de sexualidades efetivas, mas costumam-nas, correm atrás delas, atribuindo-lhes seus significados, os quais podem estar mais próximos ou mais distantes de seus dados significantes. A vida resiste à identidade, resiste a esta administração normativa e vigilante que busca, além de nomear, numerar, normalizar e reinventar; criar a impressão que a mãe-mulher-família-sentimento sempre esteve lá, naquele corpo.²⁰¹ O não-dito do discurso, a heterossexualidade, operando como um constitutivo-performativo, definiu, nos limites dos discursos aqui analisados, os modos de enquadramento dos demais sujeitos sexo-dissidentes. Reforço as conclusões de Renan H. Quinalha (2017) sobre a constituição por parte da Ditadura de uma política sexual no âmbito do Estado, mas que dialogou constantemente com o imaginário reproduzido nos jornais que apoiaram o Regime, sendo que nestes se ritualizou uma moralidade desejada pautada na abjeção homossexual e na diferença sexual, componentes de uma política sexual tão perversa quanto aquela empreendida pelo Estado, ainda que difusa socialmente.

Ressalto neste moento, para finalizar o capítulo, algumas considerações sobre as condições de possibilidade da transformação social do gênero. Não compactuo com o essencialismo, em que pese desistir de uma sociedade em que os homens pensem de modo diferente, não sendo colonialistas e mandonistas, e principalmente violentos. É possível novas subjetividades entre os homens em que sejam colocadas em questão e destruídas a ideologia do gênero binário e heteronormativo, particularmente as que tem servido como meios de dominação, é possível homens e mulheres conviverem sem os dados lamentáveis de assassinatos por ódio e misoginia; é possível, ainda, muitos outros corpos e desejos que não se consideram homens ou mulheres; é possível que exista, pois, se podemos imaginá-la e sonhá-la, é porque temos condições de concretizá-la. Como escreveu Gaston Bachelard (1993) em *A poética do espaço*, é preciso abrir-se a cosmicidade das imagens, é preciso mundializar e espacializar o sonho, o desejo democrático, “propomos considerar a imaginação como uma potência maior da natureza humana (...) a imaginação é a felicidade de produzir imagens (...) a imaginação desprende-nos ao mesmo tempo do passado e da realidade. Abre-se para o futuro (...) como prever sem imaginar?”.²⁰² Substituindo a máxima positivista “saber para prever a fim de prover”, Bachelard propõe desejar as imagens a fim de que sejam experienciadas.

²⁰¹ Michel Foucault em sua obra *História da Sexualidade (V. I)* alertava para o caráter escapista da vida diante das normas que buscam geri-las, a vida, ainda que cerceada por diversos mecanismos que lhe tentam imputar uma orientação e uma forma, é uma potência de dispersão, de esquivas, de resistência.

²⁰² BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução Antônio de P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (p. 18)

Capítulo 3

Os corpos: criminalização, resistência e liberdade

Até aqui apresentei discussões que conceberam uma política dos anormais produzida no interior da lógica patológica; no interior do regime político [hetero]normativo, ou, mais especificamente, naquilo que é possível capturar pelos discursos que o produziram. Resta fazer uma discussão dos sujeitos que estavam em questão naqueles discursos, os quais, em vários momentos, negociaram ou desviaram-se daquela política de anormalização ou foram colocados diante da norma, ou como perguntou Foucault:

O que acontece conosco, o que devemos fazer, como devemos conduzir-nos se for verdade que há e que deve haver determinada verdade sobre nós, e além do mais uma verdade que nos é dita através do que repelimos para o mais longe de nós, ou seja, a loucura, a doença, a morte e o crime?²⁰³

A loucura, a morte, o crime e a doença foram objetos de grande interesse nos trabalhos do filósofo Michel Foucault, através destes termos, um universo de práticas discursivas se desvelava diante de textos escritos e práticas concretas, ao longo da história do Ocidente, notadamente a partir do século XIX. Estas práticas discursivas, buscavam delinear sobre o real o que ele era de verdade, ou seja, buscavam descrevê-lo, contorná-lo, mapeá-lo, apontando o que ele era em essência. E era desta essência que os discursos tratavam, a qual se explicaria através dos termos, como os de doença e crime.

As práticas discursivas objetivavam, como Foucault evidenciou, abrir os olhos para o real das coisas, como se aquelas apenas fossem instrumentos, com o dever de capturar o sentido real das coisas. Todavia, Foucault fez um movimento de compreensão diferente, entendendo que “o real não contém em si mesmo a razão de ser do discurso”²⁰⁴, a substância imaginada do real não passaria de um efeito do próprio discurso, portanto, sempre uma racionalidade *a posteriori*.

No presente capítulo, assim como nos dois que o precederam, são novamente as práticas discursivas que me interessam, novamente me debruço sobre os modos de inteligibilidade criados para dar sentido ao real, ao real dos corpos diante “da colocação do sexo no discurso”

²⁰³ FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). Tradução Resemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. (p. 13)

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 210.

e daquilo que foge a ele, mas preocupando-me com o que os “anormalizados” tinham por dizer e fazer e/ou disseram e fizeram. Meu principal objetivo neste último momento do trabalho, é responder a algumas inquietações historiográficas acerca da história de subjetividades dissidentes da norma corporificada do gênero. Busco compreender os meios de inteligibilidade criados e operados por aqueles sujeitos que eram alvos dos discursos normativos ou que esboçaram condutas capturáveis como anormais por estes. Como perguntou Foucault, busco responder à pergunta: “o que acontece conosco se for verdade que há uma verdade sobre nós?”, e indo além, busco entender como se constrói esta verdade, neste caso relacionada a pertença sexual e ao gênero como componente a mover a estética da diferença sexual, bem como o que ocorre com o que não é capturável e colocável no discurso.

Diante disso, discuto os modos pelos quais a imprensa não apenas construiu discursos sobre a ordem do mundo com base na instituição heteronormativa, mas, como os sujeitos concebidos como desviantes reagiram a esse mundo e são trazidos a público por esta mesma imprensa. Para isto, é preciso recorrer não mais a dimensão estrutural em que o discurso estava inscrito, mas às práticas singulares, às experiências objetivas dos sujeitos, entendendo objetividade, como um campo desvelado pelos discursos, entretanto, não mais dos escudos heteroprotetores.

A estrutura deste último capítulo foi sistematizada da seguinte forma: segmentei o capítulo em três seções, a primeira analisa práticas e representações dos sujeitos acerca de como experimentavam espaços da cidade de Curitiba, elegendo como enfoque o carnaval e as diferentes formas de vigência do regime heteronormativo. Para esta seção optei pela discussão de experiências travestis, tanto nomeadas pela imprensa com este termo, quanto aos corpos que eram, de forma sempre plural, assim autoidentificados. Importante mencionar nesse caso, que nos anos 1970, o termo travesti sofre uma importante inflexão, ele passa a identificar, com alguma imprecisão, sujeitos específicos.

Diferentemente do que argumentaram o historiador James N. Green e o advogado Renan Quinalha (2015), durante os anos 1970 ou durante a Ditadura Civil-Militar, havia distinções nos usos dos termos travestis, lésbicas, homossexuais e transexuais, que se tornariam na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, categorias identitárias. Entretanto, essas distinções não eram consentidas, recebendo conteúdos variados sempre que é possível encontrar manifestações dos próprios sujeitos que significavam os seus e os demais corpos através daqueles termos. O fato de existir uma “visão hegemônica”, que traduzia a travestilidade e a transexualidade pelo filtro do homossexualismo, como os autores afirmaram, não significava

que não existissem distinções, e mais, que elas não aparecessem nos discursos oficiais ou com alguma projeção social. É preciso, todavia, ter essa sensibilidade em perceber as falas dispersas dos alvos da normatização, e principalmente buscá-las em lugares outros que não somente nos oficiais ou de Estado.

Com base nas observações da historiadora Jaqueline Ribeiro Cabral (2016), se torna questionável e equivocado o uso do termo *homossexualidades*, mesmo no plural, como se este termo desse conta das formas de conceber o corpo e o prazer em períodos anteriores às práticas identitárias.

Também é necessário advertir que apesar do debate em relação ao anacronismo no uso da sigla LGBT, de criação recente, e da preferência pelo conceito de “homossexualidades” pelos historiadores da área, nem sempre me refiro à tal abreviação como coletividade coesa que, de fato não é, exceto para fins de simplificação aparente, ou de viés político, no intuito de qualificar as orientações sexuais minoritárias – minoria não em termos quantitativos, mas em relação ao parâmetro socialmente hegemônico – e as manifestações de identidade de gênero divergentes do sexo designado no nascimento. Por certo, concluí que homossexualidades não dá conta da identificação dos sujeitos assim denominados nos documentos consultados, já que ali aparecem representados como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros e travestis, separadamente. Daí que, não escrever LGBTs por extenso apenas nos poupa tempo, mas também significa evitar um termo ainda mais generalizante, normativo e engessado no masculino como homossexualidades.²⁰⁵

Muitos dos historiadores que utilizaram e utilizam o termo homossexualidades, são homossexuais masculinos, e portanto, fica compreensível que se torne, num primeiro momento, confortável o uso do conceito. Mas, é preciso lembrar que foram dois pesquisadores, a empregar o termo com a justificativa de que com ele não se pecaria por anacronismo (GREEN; QUINALHA, 2015). Entretanto, por que o modo pelo qual não se pecaria por anacronismo é, justamente, na forma de tratamento no masculino? Analisar as fontes pela “visão hegemônica”, lembrando que esta visão é a dos setores conservadores e heteronormativos da sociedade, não seria, além de anacrônico, um exercício acríptico? A “visão hegemônica” pode se tornar o parâmetro conceitual da pesquisa? Concordando com Cabral, resolvi fazer um movimento diferente, segmentando o capítulo de acordo com as possibilidades críticas que as fontes permitiram. Desta forma, busquei fugir a um enquadramento normativo no masculino,

²⁰⁵ CABRAL, Jaqueline Ribeiro. Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil. *Revista Periodicus*, Bahia, n. 4, v. 1, nov. 2015/abr. 2016. (p. 130-131)

percebendo como os sujeitos aqui analisados, em várias situações, fugiram a ele, ainda que o tivessem recebido no nascimento ou fosse a “visão hegemônica”.

A segunda seção do trabalho poderá sustentar minha posição em relação ao debate do uso dos conceitos, nela tratei dos casos de transexualismo, termo patológico utilizado pelas autoridades médicas e psicanalíticas, mas, difundido no período, os quais representam de forma consistente as críticas de Cabral à historiografia. Nas páginas dos *Diários*, o tema não foi tratado de forma ampla, recebendo pouca atenção, todavia, o suficiente para pensarmos o enquadramento do mesmo, no campo específico da imprensa curitibana, mas, da mesma forma, em outros lugares, tendo em vista que o tema viajava o mundo ocidental devido a demanda pelas cirurgias de mudança de sexo. As demandas eram operações dos sujeitos, portanto, constituíam-se de sentidos acerca da noção “ser transexual” em relação a ser homossexual ou travesti.

Para finalizar, a terceira seção discutiu um possível cenário homossexual paranaense, arrolando documentos diversos, desde entrevistas com homossexuais masculinos até a imprensa, não apenas a do estado, mas outras com as quais pessoas do estado interagiam, notadamente *Lampião da Esquina*. Nesta seção, analisei as manifestações de homossexuais que circularam na capital paranaense e deixaram algum registro de suas vidas. A seção encerra a dissertação como forma de alimentar o desejo permanente da luta, citando as formas de resistência em função de sentidos de liberdade protagonizadas por algumas pessoas.

Travestis: criminalização, bioheterocapitalismo e carnaval

Figura 7. Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, sábado, 5 de outubro de 1974, 2º caderno, p. 5.

Quando buscam-se pelas experiências travestis em Curitiba nos anos 1970, é impossível não reconhecer a importância do carnaval e de seus sentidos para muitas delas. Durante os festejos de carnaval várias travestis participavam do famoso “Baile dos Enxutos” e do desfile de fantasias ou desfile de travestis, realizado às segundas-feiras na Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários em Curitiba, uma prática que pode ser encontrada em outros estados do país (GREEN, 2000; MORANDO, 2015; VERAS, 2015). Em Curitiba, entretanto, diferentemente do carnaval de localidades que dispunham de múltiplos espaços de realização dos bailes, não havia esta mesma diversidade para travestis se apresentarem, no que tange a clubes e sociedades. Somente no Operário, é que os desfiles aconteciam, sendo que os concursos chamavam a atenção, positiva e negativa, de toda a comunidade. No final da década, como veremos nas próximas seções, espaços especificamente homossexuais emergiram na cidade, somando oportunidades às travestis, porém, durando pouco tempo, devido a intolerância policial e da comunidade central.

Os demais clubes da cidade, todos dedicados a camada média e alta da sociedade, como o Thalia, discutido anteriormente, o Clube Curitibano e a Sociedade Beneficente dos Operários do Batel, não possuíam desfiles de travestis. Eram consideradas “gafieiras da elite”, e estavam localizadas em bairros de classe alta e frequentados por “famílias mais tradicionais”, que prezavam pelos chamados valores civilizados, em oposição ao que os jornais diziam ser um carnaval mais liberado, promovido no Operário.²⁰⁶

O surgimento dos desfiles de travestis no Operário (Figura 6), se deu no repertório de seu desenvolvimento no eixo Rio-São Paulo, lugares onde eram realizados desde os anos do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). James N. Green (2000) sustentou que existem imagens de travestimento no Rio de Janeiro, com o objetivo de diversão nos desfiles de rua no carnaval, nos anos 1930, descrevendo estas práticas como um disfarce utilizado por homens, muitos deles heterossexuais, que faziam uso de roupas e adereços femininos. Havia, da mesma forma, a participação de homossexuais nos desfiles, os quais aproveitavam estes momentos, para circular com menos incômodos e experimentar a feminilidade de forma pública (GREEN, 2000; 2003).

Naquela época, o termo travesti nada indicava da sexualidade de quem o promovia, a inversão da apresentação da identidade de gênero, estava limitada ao âmbito do carnaval. Quando o termo aparecia em outras situações na imprensa, não indicava um comportamento

²⁰⁶ *Diário do Paraná*, Curitiba, sexta-feira, 12 de abril de 1974, 2º caderno, página 5.

permanente ou mesmo a identidade estável de uma pessoa, era apenas um ato temporário, cujo objetivo era tomado como um disfarce, na tentativa de se passar pelo outro sexo, portanto, se enquadra na temporalização sugerida pelo historiador Elias F. Veras, que denominou aquele momento de “tempo das perucas”, quando não existia o “sujeito” (auto) declarado travesti (VERAS, 2017).

Aquela inversão da apresentação de gênero verificada no carnaval, fez com que antropólogos, a exemplo de Roberto DaMatta, interpretassem o evento como momento de inversão das regras que regem a vida comum ao longo do ano. Estas regras diziam respeito não apenas às relações de gênero, mas, de classe e raça. Segundo esta interpretação, no carnaval não havia espaço para o racismo ou para a desigualdade de classe, pois todos os sujeitos, negros, brancos, ricos e pobres, dividiam simultaneamente os mesmos espaços, inclusive se fazendo passar um pelo outro (GREEN, 2000).

James Green, revisitando esta tese, se posicionou criticamente, por perceber que ela escamoteava inúmeros conflitos que se faziam presentes no carnaval, entendeu que não era o carnaval que suspendia o drama brasileiro, era o drama brasileiro que se carnavalizava de modo artístico em alguns dias do ano, pois, em verdade, muito das práticas autoritárias e repressoras continuavam existindo.

Tendo em vista os documentos das experiências carnavalescas curitibanas, pensando desde as experiências travestis, não é possível concordar, inteiramente, com a ideia de inversão, mesmo porque, sociologicamente, seria improvável que um artefato cultural suspenda outros como se com eles tivesse simplesmente uma relação mecânica de sobreposição. O historiador Elias Veras (2018) evidenciou que o mesmo ocorria em Fortaleza, por exemplo, observando que mesmo o carnaval emergindo como lugar de resignificação e apropriação travesti, não estava isento das restrições normativas. O que me interessa, portanto, são essas continuidades, mais do que as possíveis rupturas.

O carnaval e as experiências travestis em Curitiba ritualizavam, por sua vez, as situações comuns pelas quais travestis passavam cotidianamente, ainda que, de fato, possibilitasse o uso de espaços de modo mais humanizado em relação a vigência transfóbica da sociedade curitibana e da polícia no cotidiano. A própria estética da diferença sexual, abordada no capítulo 2, que, do ponto de vista normativo, servia para excluir as transgressões, era amplamente ritualizada e exagerada nos concursos durante o carnaval.

Foi na Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários que se tornou marcante a presença de travestis e sua transgressão das normas de corporificação do gênero²⁰⁷. A Sociedade surgiu em Curitiba, a 28 de janeiro de 1883, por ocasião do rompimento político-ideológico entre Benedito Marques, pedreiro e maçom, com seu companheiro de seita Veríssimo de Moraes. O rompimento foi motivado pela preocupação diferenciada que Benedito tinha em relação aos demais trabalhadores da capital, os quais não tinham leis que os protegessem, bem como tinham poucos espaços de lazer na cidade, todos estavam reservados à classe patronal.

Era uma entidade pioneira em Curitiba e que com a conscientização da classe proletária anos mais tarde possibilitava a organização da Federação das Classes Operárias, tendo seu QG na sede do clube do Alto São Francisco.²⁰⁸

Foi no Operário, como era comumente nomeado na imprensa, que se desenvolveu um espaço das lutas da classe trabalhadora na capital, um lugar dedicado à promoção da luta por direitos, por lazer e diversão a uma classe alijada do ócio. Foi ali que surgiu mais tarde, um espaço de exibição das travestis.

Em 1955, de modo informal, talvez seguindo o exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro e em São Paulo, os próprios associados iniciaram um desfile de fantasias no bosque da sede. Neste momento, a participação era integralmente de bio-mulheres²⁰⁹, ou seja, não eram travestis. Entretanto, com o passar dos anos, a presença de travestis nos desfiles superou a de mulheres, vindo a não haver mais mulheres concorrendo. Nos anos 1960 o interesse pelo concurso era tanto que em uma dada ocasião, quando o desfile foi realizado no pátio, a multidão acabou derrubando o muro que cercava o clube. Diante disso, segundo conta o então presidente do clube, Edgar Antunes da Silva (figura 7), recorrentemente mencionado pelo seu apelido, Tatu, na imprensa, a associação reconheceu a importância e a necessidade de que o concurso se realizasse nas dependências do clube, vindo a institucionalizá-lo como pertencente aos festejos de carnaval da associação, sendo realizado às segundas-feiras no início da madrugada.

²⁰⁷ A noção de corporificação social do gênero é emprestada de Raewyn Connel e Rebecca Pearse (2015). A expressão é indicativa da relação constitutiva entre o campo da significação do gênero, no caso aqui analisado, relativo ao discurso da diferença sexual e da heteronormatividade, e os corpos concretos, as relações sociais em que os discursos estão sendo promovidos.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Bio-mulheres é conceito que Preciado (2008) utiliza para identificar mulheres cuja construção de gênero se dava pelo pacto social, sexual e de gênero desde o nascimento. Diferenciado esta categoria de outra, a de transmulheres, aquelas que produziam o gênero feminino em seus corpos através das intervenções médicas, químicas e industriais e que não receberam do pacto social a identificação feminina no nascimento.

Figura 8. Edgar Antunes da Silva.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, sexta-feira, 22 de fevereiro de 1974, 2º caderno, p. 10.

Esse espaço aberto a travestis no Operário mesclava, todavia, avanço e regulação. Segundo o próprio presidente do clube, percebendo o interesse generalizado que causava entre os associados, “vendo que o pessoal interessava-se mais pelo concurso do que por nossos bailes, resolvemos oficializar o concurso. Desde então, ele começou a adquirir mais popularidade e hoje é conhecido em todo Brasil”²¹⁰, foi, portanto, a partir da rentabilidade promovida pela apresentação das travestis, que se tornou possível, do ponto de vista do que chamarei de bioheterocapitalismo, formalizar um espaço, ao que na época chamava-se terceiro sexo. Com base nessa prática, o Operário se apregoava o adjetivo de sociedade mais democrática da capital, incluindo todas as raças, todas as classes, e todos os sexos, “inclusive o terceiro”, “uma sociedade profundamente despida de preconceitos de raça, cor, religião e sexo. Aliás, principalmente de sexo, pois é a única que não só agrega os dois como fêz do terceiro, os travestis, sua principal atração”²¹¹. Do ponto de vista do clube e através da promoção de uma “atração travesti”, eram realizados desfiles com a chancela institucional do espaço, incorporando as travestis no repertório da diversão heterocapitalista configurada pelo carnaval.

²¹⁰ *Diário da Tarde*, Curitiba, 5 de março de 1973, 3ª página.

²¹¹ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 28 de janeiro de 1979, 1º caderno, página 7.

Utilizo o conceito bioheterocapitalismo com a seguinte definição: produção sócio-econômica que insere travestis, homossexuais e transexuais em setores do mercado e da sociedade mais ampla, através da valorização do *glamour*, da estética e do corpo, mas desde que sua autonomia e experiências sejam regulados por homens/instituições hetero e que a lucratividade concentre-se nas mãos destes, o mesmo não acontecendo quando esta lucratividade se verificava na total autonomia homossexual ou travesti, como por exemplo a abertura de bares gays em Curitiba, que, mostrarei nas próximas seções, sofriam com a repressão policial e social. O bioheterocapitalismo, integrava a agenda neoliberal reforçada no país pela Ditadura Civil-Militar, e como outro elemento reforçado neste processo, estava a vigência política da heteronormatividade, uma vez que os definidores do mercado econômico eram os homens.

Pensar o carnaval e o espaço aberto pelo Operário como um avanço é, por outro lado, reconhecer o significado deles para as travestis. Para isto, lancei mão do conceito de enquadramento carnavalesco, categoria que descreve e interpreta o modo como a imprensa retratava as travestis no Operário e o que elas pensavam sobre os desfiles ou mesmo o que faziam em função deles.

Três elementos do enquadramento carnavalesco são enfáticos sobre seu caráter: as travestis aparecem apenas com o nome que apresentavam aos repórteres, sempre no feminino; seus nomes figuravam em caixa-alta nas manchetes dos jornais, sendo, inclusive, elogiadas e bem adjetivadas pelos colunistas, que ressaltavam sua beleza feminina e tinham seu esforços apresentados publicamente, bem como suas expectativas sobre os concursos de modo que nesse enquadramento há um processo que, seguindo Judith Butler (2017b), pode ser visto como humanizador, ao enquadrar sorrisos, alegria, vaidade.

No Carnaval de 1971, a vencedora do concurso foi Márcia, para vê-la arrebatando o troféu o Operário lotou na segunda-feira do desfile. No dia 23, o *Diário do Paraná* publicou uma nota sobre o valor abusivo do ingresso para uma entidade que se voltava para a classe trabalhadora, estava custando 15 cruzeiros, passados dois dias, no anúncio da vencedora do desfile, a descrição do jornal sobre a participação do público havia mudado: “Operário lotado para ver Márcia arrebatando o troféu”²¹². Mesmo com o ingresso custando caro, o interesse em assistir ao desfile era maior. Não foram publicadas fotografias do baile para verificar a lotação do espaço.

Os jornais estavam sempre publicando esse interesse acerca dos desfiles de travestis. Os frequentadores do clube tinham interesse em assistir as travestis e julgar, gritando ou vaiando,

²¹² *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1971, segundo caderno, página 6.

quem deveria receber o troféu. Havia até mesmo, aqueles que se declaravam para as concorrentes, como ocorreu em 1976, em que um rapaz da plateia se aproximou do palco e esbravejou sua admiração pelos joelhos de uma das travestis.²¹³ Mesmo quando o baile era proibido pela Delegacia de Costumes, Jogos e Diversões Públicas, os foliões encontravam uma forma de realizá-lo.

O desfile de 1971, por exemplo, havia sido, primeiramente, cancelado pelo delegado Edgar Façanha, da Polícia Federal, prática comum ao longo da década de 1970. Nos meses de janeiro e fevereiro, apareciam notícias na imprensa dando conta da proibição especificamente dos desfiles de travestis, proibição que, segundo afirmavam as autoridades aos jornais, vinha da Polícia Federal e somente esta é que poderia, por outro lado, liberar a realização dos mesmos²¹⁴. Nos anos de 1971, 1974 e 1976, se repetiram os rituais de cancelamento e liberação dos desfiles. Nos outros anos, quando o mantra cancela-libera não ocorria naqueles meses de janeiro ou fevereiro, poderia ser encontrado em discursos ao longo do ano, por parte de delegados e outras autoridades.

Para a polícia, a proibição dos desfiles era uma forma de manter o folião de bem, mais seguro e a cidade mais limpa. Baseando-se no decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, “os shows de travestis materializavam um comportamento incompatível com a moral social constituindo-se em atos atentatórios ao pudor e ao decoro público”²¹⁵. O interesse público explicitado na imprensa e materializado nos atos populares durante o carnaval, não eram considerados pelos agentes públicos, a prática de vigilância destes baseava-se na legislação reforçada pela moralidade desejada, endossando uma relação direta com as expectativas morais da classe mais abastada da cidade e, principalmente, da imprensa.

Os argumentos dos agentes pareciam caminhar na direção do que discuti no primeiro capítulo, a partir do reforço a uma noção de moral, era reforçado o seu contrário constitutivo. Por mais que os desfiles muitas vezes acabassem sendo realizados, a intervenção policial através de um veto, delineava-os como imorais e atentatórios ao pudor, o que logo era repercutido na imprensa, o que nos impede de concordar inteiramente com a tese de suspensão do moralismo durante os festejos, é preciso observar os esforços anuais da diretoria do Operário, em manter possível a realização oficial dos concursos. Além disso, o mantra cancela-libera era efetivo na constituição dos contornos sobre o imoral em Curitiba, tendo em vista, que o imoral não é, necessariamente, aquilo que deve ser exterminado de uma forma unilinear.

²¹³ *Diário do Paraná*, Curitiba, 4 de março de 1976, 1º caderno, página 4.

²¹⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 19 de fevereiro de 1976, página 8.

²¹⁵ *Diário da Tarde*, Curitiba, sábado, 20 de fevereiro de 1971, 5ª página.

Compreendo que o imoral é performativo, assim como o moral, portanto, está em questão uma existência precária do primeiro no discurso e por consequência na própria vida daquelas pessoas, sustentando assim a crença na existência de uma norma de gênero que risca nos corpos e na geografia da cidade, a sua concretização.

Além da concepção moralista, o expediente da “moral e dos bons costumes” tornada diploma legal durante os anos 1970, não tirava folga, acionado pela sanha punitiva, levava delegados a darem entrevistas, fazerem detenções arbitrárias e campanhas de moralização para “mostrar trabalho” àqueles que devotaram a segurança moral ao regime militar, ou seja, os “cidadãos de bem”, mais especificamente, as elites da região central da cidade, formada por empresários e profissionais liberais e donas de casa.

Quinalha (2017), observou que, para o caso do eixo Rio-São Paulo, é perceptível o conluio entre a polícia e parte da imprensa, “a esta, caberia alertar a população para a “ameaça” e, àquela, apresentar uma resposta à altura dos reclames”²¹⁶. Transpondo esta observação para o que se passava em Curitiba, nota-se que se dispõe de uma estruturação parecida. A fim de materializar em que consistia a imoralidade e como a cidade estava sendo expurgada, a imprensa se tornou um espaço fundamental de encenação de um suporte policial ativo e combativo, mostrando a polícia promovendo suas campanhas contra os “pervertidos”. O delegado da comarca de Curitiba, Dorval Simões, falou sobre a relação entre a polícia e a imprensa em uma entrevista no ano de 1975 para o *Diário do Paraná*, na qual confirmou a observação historiográfica acerca da relação entre as instituições.

DP: Qual o papel da imprensa junto à atividade policial?

DORVAL SIMÕES: Muito útil. Sem a imprensa, a polícia não atua devidamente. É ela que favorece as denúncias por parte daqueles que tomaram conhecimento do caso, tanto pela palavra escrita quanto a oral. Sou de parecer que todas as ocorrências devem ser divulgadas na mesma hora, porque manter o sigilo, as vezes, é prejudicial para as próprias investigações. É muito mais acertado publicar, deixando as reservas, para as omissões consideradas pontos de inter-relacionamento entre os fatos.²¹⁷

Era, a partir desta relação, entre a imprensa e a polícia, que a primeira se instaurava como lugar de vigilância, de controle, de enquadramento criminal, na medida em que buscava responder aos interesses das classes consideradas de bem do centro da cidade e corroborar a

²¹⁶ QUINALHA, Renan. *Op. Cit.*, p. 195.

²¹⁷ *Diário do Paraná*, Curitiba, sábado, 1 de novembro de 1975, 2º caderno, 1ª página.

necessidade da polícia, mesmo que suas atuações concorressem para a violência e a discriminação de grupos inseridos precariamente na cidade.

Essa outra dimensão das experiências travestis, que colocavam-nas às voltas do controle policial e social, enquanto suspeitas e criminosas, denominei enquadramento criminal, que se delineava concomitantemente ao enquadramento carnavalesco.

Apesar da possibilidade do cancelamento dos desfiles, as travestis se mantinham na expectativa e nos preparos de suas fantasias. Para o desfile de 1974, por exemplo, que foi cancelado, Raquel Delamarque havia gasto três mil cruzeiros para a confecção de sua fantasia. Durante o dia ela trabalhava como mordomo numa casa da alta sociedade curitibana, e era com o dinheiro recebido de seu trabalho que conseguia investir no seu desejo de desfilarem. Como mencionei anteriormente, quando estava em operação o enquadramento carnavalesco, as travestis aparecem apenas com seus nomes conforme apresentados por elas mesmas, como o caso de Raquel. Infelizmente, na matéria, não há fotografias dela.

O cancelamento do desfile em 1974, foi encenado na imprensa tomando por enredo um acontecimento envolvendo algumas travestis da capital. Possivelmente, o acontecimento foi utilizado apenas como pretexto para o cancelamento.

Ontem policiais da delegacia de Furtos e Roubos passaram alguns momentos face a presença, naquela repartição, de umas figuras estranhas. As “peças” que mudaram o panorama foram Silvio José Cit (Jaqueline), residente a alameda Dona Isabel, 185, esquina de Visconde de Nacar, sua inseparável “companheira” Andréa, e mais Denise (José Carlos) e Paula (Paulo).²¹⁸

Jaqueline e Andréa acusavam Denise e Paula, de terem invadido sua casa e estragado a fantasia que a primeira utilizaria no desfile do Operário. Segundo Jaqueline, Denise e Paula, teriam entrado em sua residência, roubado calçados e roupas e destruído a fantasia “Baiana sofisticada” que, segundo Jaqueline, a faria levar o primeiro lugar “com certeza”. “Só pode ser despeito. São umas sem-vergonhas” dizia em voz entre afinada e grossa a Andréa²¹⁹. A notícia alternava os fatos do ocorrido com a sátira como forma de enquadramento. Aquele acontecimento seria, na perspectiva do enquadramento criminal feito no jornal, algo menos sério que outras denúncias apresentadas à delegacia, “a gozação é geral” lê-se na notícia e vários policiais estariam em volta da mesa do delegado assistindo o desenrolar da denúncia-espetáculo.

²¹⁸ *Diário da Tarde*, Curitiba, terça-feira, 19 de fevereiro de 1974, 4ª página.

²¹⁹ *Ibidem*.

Denise e Paula, em sua defesa, alegaram que as queixosas estavam mentindo sobre o que de fato havia as motivado cometer o ato, “ela é uma boba, metida a podre e ninguém queria aquela horrorosa fantasia de bruxa que não vale nem 50 cruzeiros. Fizemos aquilo, assegurou Denise, porque ela vive falando mal de todo mundo e inclusive de nós, dizendo que estamos morrendo de fome”²²⁰. Denise, disse que havia ajudado, anteriormente, Jaqueline, com compras no armazém, pois em algum momento haviam dividido o mesmo teto.

Estas redes de solidariedade, que podem ser percebidas em alguns conflitos que chegaram à imprensa, se formavam entre as travestis na capital como forma de manter-se na cidade grande, pois muitas vinham do interior ou de outros estados e com poucas condições para se sustentarem, discutirei mais sobre isso quando focar a questão das amigadas na seção seguinte.

Denise se utilizou do predicativo *ela* para se referir a Jaqueline em todo o desenrolar do caso, o que era recorrente entre as travestis e que fazia parte da concepção sobre si e sobre os outros.

Jaqueline afirmou que o prejuízo maior do roubo foi, de fato, sua fantasia, segundo ela, havia lhe custado 4 mil cruzeiros, uma quantia significativa à época. Além disso, havia o seu valor sentimental, pois estava crente na vitória do concurso, algo muito importante para ela, uma vez que era um reconhecimento ao seu investimento em beleza e adereços.

²²⁰ *Diário do Paraná*, Curitiba, terça-feira, 19 de fevereiro de 1974, 2º caderno, página 10.

Figura 9. Jaqueline e Andreia.



Fonte: Diário do Paraná, Curitiba, terça-feira, 19 de fevereiro de 1974, 2º caderno, p. 10.

Na fotografia feita na delegacia, acima, Jaqueline e Andréa apareceram trajadas do modo como se identificavam, no feminino, sendo sempre a polícia a cobrar os nomes presentes nos registros documentais e tratá-las pelo masculino. Quando isso acontecia, a imprensa seguia a reboque e fazia o mesmo na divulgação das matérias, o que caracteriza o enquadramento criminal. Notícias da delegacia, estavam sempre apontando para a ambiguidade incômoda dos corpos travestis, que apesar de sua autodeclaração sempre no feminino, o imperativo moral que presidia as práticas policiais não as aceitava assim. Através do nome de registro, os policiais as tornavam versões de si mesmas, cópias de um ser verdadeiro escondido naquele corpo transformado. Não se levava à serio esta versão, o que explica o modo satírico como é recebida a denúncia e sua repercussão na imprensa. Enquadrar pelo nome masculino era uma das maneiras de atuação da política sexual pela polícia e pela imprensa, que satirizava e ao mesmo tempo reprimia aquelas pessoas, reafirmava do ponto de vista da heteronorma, a noção de disfarce, ou seguindo Foucault, o caráter de erro daqueles corpos transgressores, era uma forma de demarcar a ambiguidade.

Ao contrário desta noção de disfarce, muitas travestis, saíam à rua, cotidianamente, no modo como se identificavam. Em situações variadas, presentes na imprensa, podemos perceber essa resistência ao pacto social do estabelecimento do gênero no nascimento, com base na apresentação corporal.

Denise e Paula, quando apareceram na delegacia e foram fotografadas, estavam trajadas conforme se identificavam.

Figura 10. Denise e Paula.



Fonte: Diário do Paraná, Curitiba, terça-feira, 19 de fevereiro de 1974, 2º caderno, p. 10.

Quanto à noção de “identificar-se”, refere-se ao ato de apresentar-se no gênero feminino, pois, a ausência dos nomes conforme a documentação, quando eram entrevistadas em outros lugares que não na delegacia, se deve ao fato de não os utilizarem, de rejeitarem-nos. Estes nomes não podem ser pensados como nomes artísticos, a exemplo das Drag Queens, talvez o termo mais correto seja nome social, pois era um elemento da subjetivação feminina, tão importante quanto o corpo, ambos acionados cotidianamente.

A questão do nome chegou a ser problematizada na esfera do poder público nos anos 1970. No final da década, o *Diário do Paraná* fez uma caricatura satírica de um projeto do ex-deputado e primeiro suplente da Câmara Federal, Pedro Lauro Domaradzki, que previa a institucionalidade do nome social²²¹.

²²¹ Pedro Lauro Domaradzki nasceu em Mallet (PR) no dia 25 de junho de 1941, filho de José Ricardo Domaradzki e de Emília Casemira Domaradzki. Comerciante e industrial, no pleito de novembro de 1974, elegeu-se deputado

Figura 11. Caricatura de uma travesti com nome social.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, quarta-feira, 28 de novembro de 1979, 1º cad., pág. 4.

O projeto dizia respeito “ao uso oficial de nomes, ou apelidos. É o caso dos travestis, que só usam seus nomes de guerras, mas não oficialmente, o mesmo acontecendo com os artistas que usam seus nomes artísticos e não são reconhecidos oficialmente”²²². Através do projeto, as travestis poderiam registrar, ou assim se previa, seus nomes escolhidos, e não mais aquele que as acompanhava virtualmente pela documentação. Sem saber, era um avanço que, infelizmente, demoraria algumas décadas para acontecer, e com muito custo. O projeto não foi votado, sendo posteriormente arquivado.

Na caricatura, o jornal colocou em evidência o corpo travesti como disforme, grotesco e exagerado, elementos que se opunham a conformidade de gênero tanto do “ser homem” quanto do “ser mulher”, seria um corpo que estaria num entre-lugares, seria um terceiro sujeito, não apenas pelo corpo, mas com a nova lei, pelo nome, caso fosse aprovada.

Outra questão, se refere ao que consistia na feminilidade trabalhada pelas travestis, que como pode ser vista, não era diferente da mesma que definia as bio-mulheres, era uma apropriação que a ressignificava. Butler (2017), observou que corpos gays, trans ou travestis

federal pelo Paraná na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964, assumindo o mandato em fevereiro de 1975. Na Câmara, tornou-se suplente das comissões de Agricultura e Política Rural e de Transportes, e membro efetivo da Comissão de Minas e Energia. Candidatou-se à reeleição em 1978, mas obteve apenas uma suplência. Deixou a Câmara em 31 de janeiro de 1979, ao final de seu mandato (Fundação Getúlio Vargas. Pedro Lauro Domaradzki. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/domaradzki-pedro-lauro>> . Acesso em 09/05/2019.

²²² *Diário do Paraná*, Curitiba, quarta-feira, 28 de novembro de 1979, 1º caderno, página 4.

não estão para corpos bio-generificados heterossexuais, enquanto cópias de um original, ambos se perfazem discursiva e materialmente no contexto de sentido que estrutura as relações de corporificação social do gênero, por mais que sujeitos não-trans e heterossexuais sintam a verdade de sua condição, ela é performaticamente criada e construída pelo discurso. Explorei esse contexto no capítulo 2. Essa estruturação assume a existência de uma norma, existência esta que serve para confirmar, discursivamente, mas em direta relação com o que se constata na realidade do corpo, a ideia de que o biológico não explica o social, mas o descreve, o constata, meio pelo qual se tornava possível a desqualificação e criminalização de corpos que faziam o movimento da norma por outros meios.

Retornarei ao ponto em que observei a resistência e o interesse, tanto das travestis quanto da comunidade que participava do Operário. Discutirei o modo como se deu tal resistência em relação ao cancelamento do concurso no ano de 1974. No dia 22 de fevereiro, a imprensa noticiou que o desfile estava proibido. Edgar Antunes, declarou que nada sabia de oficial sobre o cancelamento, pois nada havia chegado ao seu conhecimento. A delegacia afirmou que a ordem havia sido expedida, e segundo o general Alcindo Pereira, secretário de Estado da Segurança Pública, “ainda virão instruções de Brasília a respeito”.²²³ Representando seus interesses financeiros com o desfile, que ele mesmo sabia da importância, Antunes esperaria até o mandado oficial de cancelamento, o qual, de fato, ocorreu, fazendo com que o Operário cancelasse até mesmo as fotografias por parte dos jornalistas, uma vez que era com as fotografias das travestis que o Operário promovia sua propaganda pela cidade, através da mesma imprensa que condenava aquelas práticas, quando estava em questão seu apoio à atividade policial.²²⁴

Antes do cancelamento, uma última fotografia feita no Operário, no dia anterior àquele em que se realizaria o desfile, tentou capturar a disposição das concorrentes para o concurso. Neste enquadramento, se destacavam as posições fotografadas das travestis, em situações de riso, sentadas, conversando, distraídas.

²²³ *Diário do Paraná*, Curitiba, sexta-feira, 22 de fevereiro de 1974, 2º caderno, página 10.

²²⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1974, 1º caderno, página 8.

Figura 12. Travestis sentadas durante baile no Operário.



Fonte: Diário do Paraná, Curitiba, 24 de fevereiro de 1974, p. 12.

A proibição para as fotografias, veio da própria diretoria do Operário, pois, segundo o delegado da Seção de Costumes do Departamento de Polícia (SCDP), Moacir Rodrigues da Silva, eram possíveis, desde que não atentassem contra a moral. Entretanto, a proibição se manteve, e os jornalistas que cobriram a festa fizeram apenas relatos. Segundo o *Diário do Paraná*, mesmo com a proibição de desfilarem no palco, as travestis improvisaram-se entre o público que ficou atento as suas apresentações. Como elas haviam dito no dia anterior, “haverá um desfile de qualquer jeito”, e houve. Não bastava apenas caminhar pelo clube com suas vestes, o esforço e os custos, exigiam que houvesse uma exposição e que as atenções fossem exclusivas, parte constitutiva da produção de feminilidade promovida por elas, a saber, a constatação pública e midiática, esta, no caso, quando possível.

E com base nos conflitos entre as travestis, quando se verificavam durante os desfiles, ou após o julgamento, percebemos outras dimensões da significação do gênero e da diferença sexual no interior de suas práticas. Como se tratavam de concursos, havia uma banca julgadora que apreciava as concorrentes em vários detalhes, o que provocava inúmeras situações de desacordo com os resultados.²²⁵ Os critérios avaliados tendiam para o reforço do binarismo de

²²⁵ Para uma imagem aproximada dos bailes, sugiro a assistência da série *Pose*. A série retrata as experiências de travestis, homossexuais, lésbicas e transexuais de Nova York no final dos anos 1980, desde os dramas com o

gênero no corpo travesti, que não por isso deixava de ser transgressor das normas da corporificação social, pois produziam em seus corpos uma feminilidade protética, modificando-o com as possibilidades do mercado, comprando perucas, vestidos, bolsas, batons, pulseiras entre outros adereços. Como discutirei na próxima seção, faziam cirurgias de mudança de sexo ou as desejavam quando ainda não possuíam todo o valor, utilizavam silicone e hormônios e faziam cirurgias plásticas. Com essas possibilidades de generificação industrializada, a conquista da “feminilidade verdadeira” deixava, para aquelas que conseguiam arcar financeiramente com os custos, de ser apenas um desejo, ao mesmo tempo que contornavam significados corporais e de identidade diferentes entre elas.

Nos anos 1970, emergiu a promoção de uma generificação do corpo nos seus mínimos detalhes, desde a dimensão fisiológica até a psicossocial. Como argumentou John Pultz (2003), a partir dos anos 1950, se consolidam as noções de gênero e sexualidade como categorias principais da representação social e das pautas problematizadas no conjunto da sociedade. Eram questões, que poderiam ser definidas, hoje, como ideologia de gênero, no sentido de uma produção alocada socialmente, resultante de interesses e intenções gerais e verificáveis de modo hegemônico, portanto, uma verdade constituída sobre o sexo, uma verdade histórica ao mesmo tempo que social e conjuntural.

Teresa De Lauretis (1994) empregou, anteriormente, o conceito tecnologia de gênero, pois os processos de subjetivação se davam em espaços como o cinema, não apenas na dimensão imaterial, mas tecnicamente tratados. Estava sendo reforçada pela indústria e pela mídia, ou seja, pelo bioheterocapitalismo, na chamada era farmacopornista, como propôs Preciado (2008), o sexo como complexo dual e essencial. Portanto, a “verdadeira mulher”, constituída nesse contexto, seguia princípios de delicadeza, sobriedade, sensibilidade, privação, preocupação com o corpo e sua apresentação, definição do próprio corpo com instrumentos que se modernizavam, como a depilação definitiva por eletrólise, por exemplo, difundida entre as classes mais abastadas da capital.

Foi, em referência a este contexto que Preciado desenvolveu o conceito de sexopolítica, no sentido de um governo dos corpos em que “os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes”²²⁶ entram no cálculo do poder, ou seja, são colocados em questão pela

corpo, a sociedade até os luxuosos bailes e concursos. A série foi produzida pelo cineastas Ryan Murphy, Brad Falchuk, Nina Jacobson e Bradford Simpson e estrearam no Brasil em 28 de setembro de 2018.

²²⁶ PRECIADO, Paul Beatriz. *Op. Cit.*, p. 11.

ciência, pelas famílias, pelo Estado, pela Igreja e pela imprensa. Foi nesse contexto que se encontraram as condições de possibilidade do reforço à diferença sexual binária.

O que as travestis promoviam era, de um lado, caminhar neste mesmo contexto, afinal, compartilhavam da mesma moralidade que instituía a dualidade, porém, promovendo-a como superficialidade maquínica, representacional, espetacular. Enquanto as bio-mulheres eram pensadas nesta mesma moralidade como seres do privado, as travestis fazendo uso deste modelo de mulher verdadeiro, o traziam para o público, o expunham às faces de uma plateia, e a imprensa, por sua vez, fazia sua representação semiótico-técnica, literalizando a possibilidade da mudança através da norma. Estas práticas terminavam por ir além na demarcação da feminilidade, pois ao reproduzirem o ideal do gênero, em realidade o subvertiam ao assentá-lo em corpos diferentes, com manifestações sociais diferentes. O privado como natureza feminina, defendida nos discurso normativos, não fazia sentido no caso das travestis.

Entretanto, se faz importante observar, que o ideal do gênero que se tornava discursivamente presente na imprensa e na moral sexual pública, era constituído pelos códigos sociais da camada mais rica da cidade. Assim como a imprensa era financiada por grupos influentes, o teor ético-político das práticas discursivas era uma construção social da realidade, desde o lugar social da classe média e da elite. Em alguma medida, os modos de designação de travestis e homossexuais nos moldes como temos visto, variava conforme a classe social. Outra questão, se refere ao fato de que mesmo o ideal de gênero, que pode ser verificado nas práticas e falas de travestis, flertava justamente com os ideais hegemônicos. O que não significa que não havia travestis com menos posses ou de pouca condição financeira para poder aspirar e acessar aquele modelo.

Um dos termos presentes na imprensa para se referir às travestis nos anos 1970, era “boneca”, Elias F. Veras (2017), referindo-se à concepção sobre as “bonecas”, observou que não havia contornos precisos e definidos em relação à noção de travesti, sendo que boneca era uma variante amplamente utilizada, uma vez que, “ao se apropriarem de artefatos naturalizados como pertencentes ao “universo feminino”, as bonecas transgridem a pretensa originalidade da heterossexualidade, que produz homens e mulheres considerados de verdade pela heteronorma”²²⁷. Bonecas era um termo empregado para identificar as travestis nos anos 1970, no caso de Curitiba, mas antes desse período era utilizado. As bonecas eram as travestis, que do ponto de vista da heteronorma, eram apenas homens que queriam se passar por mulheres,

²²⁷ VERAS, Elias F. **Travestis**: carne, tinta e papel. 1ªed. Curitiba: Prismas, 2017. (p. 48).

realizando, inclusive, o “papel” delas nas relações sexuais, além de expressarem traços afeminados e serem sutilmente femininas, sendo bonecas, não deixavam de ser falsas.

Havia uma variabilidade de modos de serem mencionadas, interpeladas, chamadas pela polícia ou pela imprensa ou entre elas mesmas. Termos como bonecas, gillettes, invertidos, pervertidos, anormais, travestis, pederastas, afeminados eram utilizados e se referiam aos homens que não formalizavam em seus corpos, uma masculinidade virilizada, uma masculinidade que consubstanciava o sexo no gênero e constatava no homem sua naturalidade masculina e heterossexual, mas, que não se adequavam inteiramente à estética feminina. Os pesquisadores James Green (2000; 2015), Luiz Morando (2015) e Fábio Henrique Lopes (2016) concordaram que até os anos de 1960, o termo travesti, aquele encontrado na imprensa, nos usos legais e médicos, não apontava para um sujeito específico ou para uma identidade estável. Morando (2015), observou que o termo boneca, antes de designar homem travestido de mulher, era utilizado para se referir a belas mulheres da camada elitista. Seu uso para se referir às travestis nos anos 1970, talvez se deve ao fato de que a feminilidade travesti flertava com a feminilidade elitista, unindo glamour e definição sistemática do corpo com doses expressivas de preocupação com a apresentação deste corpo, ainda que falso, desde essa perspectiva.

Dentre os critérios dos concursos, os quais podem ser capturados nos jornais e que assistiam às travestis, estavam a plástica, que delineava um corpo bem definido, a feminilidade, sendo necessário evitar qualquer detalhe masculino ou que fosse assim identificado, as roupas, o busto, os cabelos, o rosto dentre outros.

Figura 13. Mágda.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 8 de janeiro de 1978, p. 6.

Como pode ser visto em Magdá, não havia diferença do ponto de vista da política do olhar, entre a performatividade do gênero nas bio-mulheres em relação às travestis, a diferença estava no caminho *transformado* que a norma assumia nos corpos considerados desviantes. Refletindo o papel da imprensa e do fotojornalismo com Preciado, estas imagens configuravam a representação semiótico-técnica do gênero, elas atestavam aquilo que elas mesmas transgrediam, tornar-se mulher através de um instrumental protético. Mulher, uma categoria naturalizada no corpo, assim como a feminilidade, eram produzidas numa outra realidade corporal, que não é mais aquela que acompanhou Magdá desde seu nascimento.

Para participar dos concursos, vinham concorrentes de várias partes do estado e do país, ao longo da década, o carnaval de Curitiba se fazia presente no cenário nacional como um ponto turístico relevante. Em 1978, desfile do qual Magdá participou, houve uma contenda entre as travestis locais e aquelas que vieram de São Paulo. Segundo estas, os jurados não foram honestos, privilegiando as concorrentes locais. Na discussão que foi parar na imprensa, percebe-se de que modo, além dos critérios dos concursos, entre as concorrentes se reproduziam formas de cobrança de uma feminilidade verdadeira.

Batons e bolsadas

Como não poderia faltar, houve os deliciosos arrufos de travestis, logo que se anunciou os vencedores do concurso do Operário.

As broncas foram apenas verbais, não existiram depanamento de boas (bolsas) ou arranhões generalizados, mas começaram na abafada salinha que é o vestibulo para a passarela e foram até a saída, descendo pelas escadas sob grande interesse dos privilegiados assistentes.

DISCRIMINAÇÃO

Ao que se pôde reconstituir, a delegação de São Paulo denunciava uma pretensa discriminação contra os travestis paulistas, em favor, claro, das bonecas curitibanas.

Enquanto Tuca, a vencedora (é daqui, mas com estágios e aperfeiçoamento em São Paulo e Paris, consta) dava entrevista em francês, o travesti paulistano, esbravejava, com a solidariedade de pares da mesma procedência:

- Travesti de São Paulo nunca tem vez em Curitiba. Aqui ganham essas barbudas, cheias de “pancake” na cara...

BRUXAS BARBUDAS

Barbudas – era o insulto máximo, mas tão ofensivo quanto ser chamado de “podre” ou, pior, de “bruxa velha”. Impávidos, os travestis locais preferiram suspirar indignação contida para com a falta de classe.²²⁸

Através dos insultos dispensados entre elas, notam-se os atravessamentos daquela estética da diferença sexual, que animavam os setores conservadores da sociedade. Este dado, aponta para o que compreendo pelo contexto de fortalecimento das questões de gênero e sexualidade, em que, mesmo reconhecendo as diferenças e as criatividade individuais, não se pode perder de vista que havia uma ordem social, havia continuidades e extensões de significado compartilhadas amplamente, e que estruturavam as relações de gênero. Estas continuidades, no entanto, estavam em crise devido aos novos desenvolvimentos das possibilidades de mudança da apresentação corporal e da emergência público-midiática desses outros corpos.

Outra contenda, que ocorria no Operário, fez com que Samantha desistisse de participar dos desfiles. Segundo ela, considerada “o travesti mais conhecido das passarelas do Operário”²²⁹, o concurso precisava de uma melhor seleção das candidatas, pois havia a infiltração de homossexuais que se diziam travestis somente na hora do concurso, a fim de não

²²⁸ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 9 de fevereiro de 1978, 1º caderno, página 10.

²²⁹ *Diário do Paraná*, Curitiba, terça-feira, 11 de julho de 1978, 2º caderno, página 10.

pagarem o ingresso, o que segundo ela seria “uma falta de consideração a classe dos homossexuais”, pois, homossexuais não são travestis, uma vez que sua transformação seria temporária. Percebemos como Samantha propõe uma definição de homossexualidade e travestilidade diferente da presente nos jornais, a qual concorria para uma subjetivação travesti, mais que uma mistura confusa entre homossexualidade e gostar de vestir-se de mulher.

Figura 14. Samantha.



Fonte: Diário do Paraná, Curitiba, terça-feira, 11 de julho de 1978, p. 10.

Para Samantha, “travesti é um ator transformista, e é assim que se define”, definindo o “ser travesti” a partir dela mesma, Samantha o concebia enquanto um artista, mas um artista que não se utiliza da feminilidade, e sim a corporifica. O outro motivo de sua saída dos desfiles foi um convite feito pelo crítico e produtor de teatro Oraci Gemba, para integrar suas peças. Para Samantha, a carreira no teatro não permitiria que ela se exibisse nas passarelas, pois estaria em outro nível. Oraci Gemba, que era o crítico de arte do *Diário do Paraná*, foi o diretor da peça “Os rapazes da banda” de 1975. A peça foi apresentada pela imprensa como um contundente tratamento do tema do homossexualismo, a partir das tristezas e agonias de personagens homossexuais.²³⁰ A peça foi criada e encenada nos Estados Unidos em 1968, depois apresentada em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo o crítico americano Rex Reed “a maioria das peças deste tipo evitavam basicamente a verdadeira natureza do assunto. (...). “Os rapazes da banda” mudou tudo isso. Os garotos da banda de Mart Crowler (criador da história), são seres humanos, eles se divertem também. Eles não se suicidam, nem querem se casar e nem passam a vida sem uma saída. A única maneira deles “pagarem” é saber quem eles são”²³¹. O resumo elucidado pelo crítico, elenca o que era comum nas histórias sobre homossexuais, tomados como pessoas melancólicas e prestes a acabarem com suas vidas diante

²³⁰ *Diário do Paraná*, Curitiba, sábado, 12 de junho de 1975, 2º caderno, página 3.

²³¹ *Diário do Paraná*, Curitiba, terça-feira, 22 de julho de 1975, 2º caderno, página 3.

da incerteza de seu futuro e da culpa em relação aos sentimentos. Inúmeras produções culturais desse momento da Ditadura buscavam personagens que se contrapunham à normalidade social, tomados por protagonistas de histórias que se contrapunham às ideias mais comuns da sociedade sobre temas polêmicos como o homossexualismo e a presença de personagens homossexuais e travestis nas peças, como seria o caso de Samantha, mesmo que o tema travesti, quando acionado nestes espaços culturais seguisse a visão hegemônica que o confundia com o homossexualismo.

Um exemplo emblemático, de peças trágicas que tinham por conteúdo o homossexualismo, foi *A Rainha Diaba* de 1974. Este filme foi produzido por Antônio Carlos da Fontoura e se inspirava na trajetória de Madame Satã, apelido de João Francisco dos Santos (1900–1976), homossexual que ficou famoso por suas peripécias e contravenções, sociais e de gênero, nos anos de 1930 e 1940 (GREEN, 2003). O filme conta a história de um homossexual negro, astuto e inteligente, vivido pelo ator Milton Gonçalves, que liderava uma quadrilha de criminosos na Lapa, no estado do Rio de Janeiro. Após um de seus homens ser procurado pela polícia, Diaba busca outro que se passe por ele. Entretanto, o novo rapaz, que foi convencido a cumprir o papel recebendo possibilidades de crescer no crime, acaba se empolgando com o trabalho, e deseja, junto aos demais homens que compunham o clã de Diaba, matá-la, pois todos alimentavam uma insatisfação guardada. O autor aborda nessa passagem, a vida instável e cheia de perigos do crime, em que todos querem matar todos. Diaba é esfaqueada e o rapaz vai comemorar com os demais, entretanto, na comemoração, uma das mulheres que compunha o clã, põe veneno na bebida e todos morrem, acreditando ela ser a nova rainha do crime, ao que Diaba chega, toda ensanguentada e nos seus momentos finais, mata a mulher com um tiro na cabeça, vindo a morrer em seguida, caída sobre os corpos de todos.

Rainha Diaba não foi um personagem exemplar, muito menos alguém que encontrou, em algum momento de sua vida, um propósito menos trágico, tendo seu destino traçado pelo modo mesmo como vivia, que, em realidade, era como poderia viver, ainda que o filme, reproduza a ideia de uma vida de escolhas. Homossexualismo, criminalidade, drogas, favelas, subversão de gênero compunham um enredo que não se restringia ao filme. Era um enredo que enunciava a inteligibilidade sobre o que consistia a imoralidade daqueles tempos. A proposta de Oraci Gemba, com os “Rapazes da banda”, se tornou uma forma de confrontação regulada do estereótipo geral reproduzido no cinema. Não me debruçarei sobre o tema neste trabalho, entretanto, se faz importante considerar que as disputas ético-políticas sobre esquemas de percepção e concepção, ocorrem em todos os espaços. Conforme Lauretis (1994), nestes

processos estão em questão modos de subjetivação, ou seja, sujeitos possíveis e produzíveis, plurideterminados pelos discursos da moralidade desejada e da imoralidade constitutiva.

Retornemos, portanto, ao posicionamento de Samantha, dando continuidade a questão sobre o que ela pensava acerca do “ser travesti”. Ela enfatizou que travesti seria um ator transformista, cuja vida passava necessariamente pela arte. A definição de Samantha, entretanto, não é representativa. O *Diário da Tarde*, entrevistou naquele mesmo ano de 1978, alguns meses antes, no dia 3 de março, a travesti Scheila, que elaborou uma outra concepção sobre o que é “ser travesti”, falando sobre as implicações sociais desta existência. A entrevista com Scheila, foi resultado de uma comoção social devido a prisão, considerada injusta, de uma travesti paulista de nome Jacqueline, a comoção teria sido deflagrada entre as travestis curitibanas, e diante do caso, o *Diário da Tarde* resolveu tratar da questão travesti com uma entrevista. Tornando a prisão de Jacqueline uma questão para as travestis, a matéria, interessada no cenário travesti curitibano, assim intitulou-se: “Scheila” conta tudo sobre a vida dos travestis de Curitiba²³². A entrevista não foi longa, todavia, dela pode-se extrair concepções sobre os significados de si e o modo como ela enquadrava a realidade, bem como narrava sobre suas experiências.

Scheila observou, assim como discuti anteriormente, o quanto havia de contendas durante o carnaval, entre as travestis, sendo que até a polícia relatava que após os desfiles eram comuns “algazarras” delas pela cidade, continuando as comemorações, outras descontando sua fúria pelo resultado dos julgamentos. Scheila apareceu nas fotografias em seu apartamento, qualificado de “luxuoso” pelo redator da notícia. Em três fotografias de frente, sentada a conversar, podemos perceber e montar relações sobre a concepção de Scheila de si mesma e sobre os significados que atribuía às suas vivências.

²³² *Diário da Tarde*, Curitiba, sexta-feira, 3 de março de 1978, página 4.

Figura 15. Scheila em entrevista ao *Diário da Tarde*.



Fonte: *Diário da Tarde*, Curitiba, sexta-feira, 3 de março de 1978, pág. 4.

A entrevistada inicia pontuando que Curitiba era uma cidade mais preconceituosa que outras em que ela viveu.

– **Scheila, os curitibanos ainda tem preconceitos com a classe de vocês?**

– E bastante, não podemos nem sair nas ruas, que corremos o risco de sermos presos por atentado ao pudor, e sempre escutamos as piadinhas geralmente contadas por rapazes, que mexem conosco como se fôssemos mulheres de prostíbulos ou qualquer coisa assim.

– **Em São Paulo ou no Rio de Janeiro o tratamento que vocês recebem é idêntico ao nosso?**

– De jeito nenhum, lá travesti é gente de carne e osso, pode desfilas à vontade nas ruas, ou até pegar uma praia sem chamar a atenção. Pode ser que alguém ainda tenha um pouco de preconceito, mas comparando com aqui lá é uma beleza.

– **Quais são suas amigas aqui?**

– Bom, a Lejara, que é muito amicíssima minha, a Gracielle, Susi, Patrícia, Telma, Lessandra e algumas outras.

– **Há rivalidades entre vocês?**

– Só no carnaval, pois no restante tudo bem.

– **E as festas que você vai, onde são realizadas?**

– Durante a semana, ou melhor, na 5ª feira e sábado, eu vou no Operário, e de vez em quando nas casas das amigas, isto é, quando a polícia não inventa de terminar com a nossa alegria.²³³

No início da entrevista Scheila faz uma relação entre ela e “mulheres de prostíbulos”, aquelas cujo corpo é ligado diretamente ao sexo. Nota-se, mais uma vez, como ela rejeita uma associação com o masculino, sua forma de explicar o que sentia quando era constrangida e assediada na rua, estava em relação à uma feminilidade sexualizada, personificada pela prostituta. Longe do problema de engessamento no masculino, o que se evidencia é a sexualização travesti.

Quando Scheila é perguntada sobre o preconceito, nota-se que a violência policial é uma constante na vulnerabilidade pública e privada das travestis, constituía parte significativa das violências sofridas nos grandes centros. A partir dos jornais, percebe-se que a violência era maior contra travestis em relação aquelas violências sofridas por homossexuais. A experiência travesti denotava o abandono familiar, dificilmente permaneceriam em casa quando iniciavam seu processo de transformação corporal, portanto, estavam material e visualmente mais expostas.

Além da cidade ser considerada mais preconceituosa que outras, as travestis não tinham a possibilidade de uma sociabilidade ou mesmo da ocupação de espaços de lazer. Um quadro histórico que se afigurava em outras regiões, como tem mostrado a historiografia relativa ao eixo Rio-São Paulo, ainda que as experiências de Scheila a tenham feito perceber diferenças, nesta porção do país a realidade não era tão fácil para as travestis, uma vez que eram duramente reprimidas (QUINALHA, 2017; GREEN, 2015; COWAN, 2015; FERNANDES, 2015).

O Operário, outrossim, é lembrado por Scheila como um ponto de sociabilidade importante para ela, além dos bailes de carnaval, havia uma frequência mais rotineira nas festividades oferecidas pelo clube ao longo do ano, o que constituía uma forma de lazer para ela, visto que, de fato, não havia outros espaços. Aquela fotografia que discuti anteriormente, feita um dia antes do baile, em 1974, quando de seu cancelamento, evidencia que a frequência

²³³ Ibidem.

de travestis nos bailes não se dava apenas como modelos, elas tinham alguma sociabilidade, mas vigiada, sempre às voltas com a perseguição policial.

A entrevista com Scheila foi realizada em março de 1978, alguns meses depois, Curitiba receberia bares e discotecas homossexuais, entretanto, que não conseguiram sobreviver por muito tempo. Após a presença destes espaços na cidade, não há registros de entrevistas como esta, feitas por algum dos veículos da imprensa aqui analisado para saber da frequência das travestis nestes espaços, mas segundo os relatos dos baristas, era um espaço em que muitas delas poderiam se encontrar e ter alguma tranquilidade.

Na continuação da entrevista, Scheila contou um pouco sobre suas ocupações e as suas implicações sociais, e mais uma vez ela toca no problema do enquadramento criminal oferecido, sem trégua, pela polícia nas suas diversas “operações limpeza”, como eram denominadas.

– **Qual é sua fonte de renda?**

– Eu trabalho num salão de beleza e costuro para fora, além de trabalhar à noite.

– **Onde você fica à noite?**

– Na hora da escuridão prefiro ficar sozinha, na Avenida João Gualberto, próximo à 19 de Dezembro.

– **E a polícia não atrapalha seus planos?**

– Nem me fale, quantas vezes já tive que pular muro, entrar em veículo sem ser convidada, etc.

– **E se você está de saia, como que é que consegue pular o muro?**

– Não, eu nunca ando de saia, pois se a polícia nos prende por atentado ao pudor, imagina se estivéssemos de saia.

– **Quantas vezes você já foi presa?**

– Umás cinco ou seis vezes, não me lembro direito.

– **E como que sai?**

– Com o advogado. Pois caso eu não amanheça em casa, ele entra com o habeas corpus.²³⁴

As batidas policiais se transformavam em rotina contra as travestis, de modo que elas andavam preparadas para esconder-se ou correr, não podendo, inclusive estarem de saia, tanto

²³⁴ Ibidem.

por dificultar a fuga, quanto pelo que ela implicava na moral sexual policialesca, caso fossem detidas. Sobre a violência policial contra as travestis que se prostituíam, foi emblemática a entrevista feita pelo *Diário do Paraná* com Veruska, cabeleireira de 23 anos de idade que residia no centro de Curitiba, tratarei da matéria que a trouxe para a imprensa na próxima seção, mas um detalhe dela deve ser aqui discutido. Veruska, no meio de uma reportagem sobre os perigos do silicone, colocou em questão o lado marginalizado da vida travesti nas ruas da cidade, e esta marginalização era promovida, principalmente, pela polícia.

EXPLORAÇÃO

Lembrando que tem uma profissão, Veruska não acusa os travestis que ganham a vida pelas ruas da cidade. Para eles recomenda que procurem uma atividade para ganharem a subsistência e deixar as ruas. A exploração que certos policiais fazem contra os travestis foi apontada por Veruska que atuam da seguinte maneira: um dia antes de entrarem em serviço procuram o travesti dizendo que não o prenderão se receberem uma quantia em dinheiro. A extorsão pode se repetir na noite em que o travesti sai às ruas quando o policial poderá pedir mais dinheiro. “Atitudes como essas contra a gente precisam terminar pois também somos filhos de Deus”, completou Veruska.²³⁵

Como pode ser percebido, da mesma forma com Veruska, o modo como a polícia atuava tornava a vida travesti vulnerável na cidade grande, dificultando sua sobrevivência e a viabilidade de sua segurança. Morando (2014), verificou esta realidade para o caso de Belo Horizonte, onde a polícia era a principal agente de violência contra as travestis, impedindo até mesmo as primeiras tentativas de organização delas na capital mineira. Eram nestas situações, por outro lado, que as travestis faziam outros usos dos espaços na cidade, em suas táticas de fuga e nos subterfúgios encontrados para poderem trabalhar e adquirir complementos de renda, no caso de Scheila, e para outras, o único sustento.

Sobre estes usos dos espaços, que poderíamos, junto a Foucault (2013), qualificar de heterotópicos, é conveniente perceber como uma construção com fins escolares se tornava um lugar para esconder-se da polícia e prostituir-se.

Mesmo efetuando a “operação limpeza”, os policiais da Delegacia de Costumes não conseguem ao todo espantar ou prender algumas prostitutas que juntamente com travestis e homossexuais, ficam provocando algazarra em frente ao Colégio Novo Ateneu. Usando um golpe simples, as prostitutas e travestis enganam os policiais que ali passam com suas viaturas, pois ao avistarem, rapidamente entram no

²³⁵ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 7 de abril de 1977, 1º caderno, página 8.

“hall” de entrada do colégio e se escondem atrás de uma pilastra. E após terem conseguido escapar, continuam fazendo algazarra e provocando alguns motoristas com gritinhos histéricos.²³⁶

Com essas práticas, era possível, por algum tempo, continuar noite adentro e faturar. Mesmo que a matéria da imprensa servisse para avisar ou revelasse que o subterfúgio foi descoberto, eram táticas ou micro-resistências, no sentido em que Michel de Certeau (2014) empregou, que resultavam das situações variadas e de sua espacialização na cidade, exercer a sexualidade, socializar com amigos eram modos de ocupar espaços, e é através dos espaços e da proibição de acesso e permanência, que percebemos uma das características daquilo que poderíamos chamar com Durval de uma “estética da existência travesti” em Curitiba. Conhecer os lugares, saber em quais era mais ou menos favorável de ficar, eram conhecimentos e modos de uso dos espaços centrais, conhecimentos que subvertiam a cidade no seu esquadramento disciplinar.

Em seu artigo *Amores que não têm tempo...* (2010) o historiador Durval M. de Albuquerque Jr. discutiu a relação entre o tempo e a possibilidade do exercício da sexualidade homoafetiva. Segundo o autor, a repressão e a violência inviabilizam a aproximação, a demora do olhar, do estar perto e do carinho mais longo. A homofobia teria produzido uma forma de relação entre os homossexuais que os fazem aproveitar cada momento da forma mais intensa possível, sendo que o sexo foi um meio dessa intensidade se materializar. No caso das travestis de Curitiba, para além da questão afetiva, o próprio tempo de exercício de suas vidas, de sua forma de identificação, era um tempo regulado, marcado pelo não-poder.

A vida de Scheila representava, todavia, apenas um momento na vida travesti em Curitiba. Na sua entrevista, temos o caso de uma travesti que conseguiu se estabelecer, apesar de toda a corrente contrária representada pelas experiências que passou. Chegar ao ponto de possuir uma cama apenas para si, num apartamento próprio, não era a realidade de todas e nem uma linha de chegada.

Scheila dispunha de um advogado, um recurso que a diferenciava em relação aos caminhos percorridos pelas demais quando eram presas junto a ela. Ainda que o fato de ser um corpo criminalizado e de ser criminalizada em seu ir e vir públicos, conecte experiências e corpos de inúmeras travestis, independentemente de seus recursos financeiros, a possibilidade de sair ou não das delegacias em um curto espaço de tempo e dentro de condições legais não

²³⁶ *Diário da Tarde*, Curitiba, sábado, 30 de outubro de 1976, 4ª página.

era igual. Sem falar das negociações com a polícia, que como revelou Veruska, caso ocorressem de fato, terminava por hierarquizar as experiências travestis nos processos de criminalização.

Em 1976, a detenção de Beth e Cristiant, evidencia os momentos diferentes pelos quais as travestis passavam quando decidiam pela vida em outro lugar. Scheila, que foi entrevistada, nascera em Londrina, seus pais possuíam uma rede de lanchonetes em Foz do Iguaçu, mas não se visitavam, aos doze anos fugiu para o Rio de Janeiro, onde ficou por quatro anos, depois regressou à Londrina, onde não ficou por muito tempo, vindo a separar-se em definitivo da família e optando por morar em Curitiba. Quando chegou em Curitiba, precisou dividir pensão, onde chegavam a dividir um quarto em cinco pessoas. A aquisição do apartamento se deu após um longo caminho, que outras experiências travestis ajudam a elucidar.²³⁷

Experiências como as de Beth e Cristiant, apresentadas à imprensa após serem flagradas roubando maçãs em um comercial no centro de Curitiba, evidenciam uma dramática existência em Curitiba de pessoas que assumiam publicamente uma corporeidade criminalizada. Apresentar pessoas detidas à imprensa, após a formalização do inquérito, parece ter configurado uma prática comum. Esta prática denota uma aproximação com as conclusões anteriormente analisadas de Renan H. Quinalha sobre o conluio entre a polícia e a imprensa mais conservadora. Havia uma extensão na produção dos corpos criminosos entre estes dois âmbitos: a polícia fazia campanhas de detenção e a imprensa apresentava os detidos à sociedade.

Além de mostrar o trabalho e atividade da polícia, a imprensa produzia a sensação de alívio, ao mostrar os rostos e os corpos dos sujeitos presos ou detidos para averiguação, criando, assim, as condições da sensação de total vigilância sobre cada espaço do centro da cidade e cada sujeito suspeito ou de periculosidade confirmada.

²³⁷ Ibidem.

Figura 16. Beth e Cristian.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, 10 de março de 1976, pág. 7.

Segundo as detidas, o roubo foi motivado por fome, “segundo eles (ou elas) a vida tem sido difícil na cidade e arrependem-se de ter deixado São Paulo, onde conseguiam faturar, em noites de bonança, mais de 500 cruzeiros”²³⁸. Segundo a matéria, Beth, que aparece com seu nome de registro, Roberto Lamartine Nunes Nascimento, era natural de Santa Catarina, filha de um policial, “bêbado e que desperdiçava todo o dinheiro em jogatinas, abandonou a família”, fazendo com que Beth precisasse se “virar no mundo”²³⁹.

Beth e Cristian, se conheceram em São Paulo e após se identificarem, “começaram a viver juntos e fazer a peregrinação que a sociedade condena”²⁴⁰. A peregrinação a que a matéria se refere não diz respeito apenas à prostituição, mas à uma vida de trânsito sem residência própria, pais ou emprego, elementos que, do ponto de vista das reflexões científicas, que eram divulgadas e discutidas nos jornais, constituíam as causas externas presentes no ambiente social e familiar, que promoviam o desvio sexual e comportamental. Ainda que a matéria tenha se interessado por elementos da história de vida de cada uma, foram elementos que ao serem relacionados às perspectivas sobre o homossexualismo, legitimavam os argumentos preconceituosos e superficiais das teses levantadas nas colunas, notas e artigos de opinião.

²³⁸ *Diário do Paraná*, Curitiba, 10 de março de 1976, 1º caderno, página 7.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ *Ibidem*.

Por outro lado, é importante perceber que as duas, assim como as demais “bonecas” trazidas para o presente trabalho, tinham sua identidade de gênero apresentada cotidianamente. Roupas, cabelos e outros acessórios femininos estavam presentes nas manifestações diárias das chamadas bonecas. Cristiant, segundo a matéria, disse preferir ser chamada assim, e não pelo nome presente na documentação. Este e os demais posicionamentos relacionados se colocavam frente ao que a sociedade pactuava como sendo a identidade verdadeira de um sujeito, ou seja, aquilo que se definia pela noção de que o corpo biológico constatado no nascimento, seria o destino anatômico que instauraria a diferença sexual; era um posicionamento contra a identidade chancelada pelo Estado através dos documentos.

Não é possível realizar um perfil mais amplo das condições de vida de todas as travestis trazidas pela imprensa. Não é possível dizer que a realidade de Beth e Criantiant são representativas, mas considero que, dentro de pouca variação, são vidas parecidas com fases distintas. Representam, ainda que isoladamente, os tempos distintos destas vidas que buscavam sobreviver, assim como as demais, mas por meios que lhes eram próprios e/ou consequência de sua inclusão precária nos setores produtivos a prostituição sendo um deles..

Escolhi as categorias carnaval, bioheterocapitalismo e criminalização, para sustentarem teoricamente esta primeira seção do capítulo, devido não a uma ruptura entre elas, mas antes a uma ritualização promovida no cotidiano quando estava em questão, uma ou outra. Se passava de uma a outra de forma extensiva e intensiva. Talvez a noção de bioheterocapitalismo seja a mais líquida, compondo um eixo de mudança de acordo com os interesses e os fundamentos ético-políticos em questão.

Finalizarei esta seção pensando a operação do enquadramento criminal nos jornais e na cidade de Curitiba, e que, portanto, fazia relação direta com o que discuti até aqui: a criminalização das travestis.

Antes, entretanto, uma ressalva: quando discuto o modo como as travestis eram criminalizadas e a forma vertical e abjeta de como isso era feito, não significa que muitas travestis não praticassem crimes, significa apenas que o modo como eram criminalizadas/punidas criava as condições para uma total indistinção sobre as práticas que elas operavam de fato, terminando por tornarem-nas o próprio crime de que eram acusadas. Neste trabalho não analiso os processos criminais e não entrevistei travestis, portanto, pouco posso dizer sobre os casos de roubo, furto, violência ou demais crimes que eram promovidos por elas contra outras pessoas. O que busco delinear são as condições mais gerais que deslegitimavam

as travestis, que reforçavam sobre elas uma condição de desvio e crime, muito além do que elas faziam de concreto, o que dificultava suas vidas e sua sobrevivência.

A esse modo de enquadramento não há outro conceito mais adequado do que o de enquadramento criminal, não por tratar de casos de contravenção, mas pelo modo como lidava com os sujeitos envolvidos na produção do que a polícia e a imprensa consideravam o crime cometido. Este enquadramento criminal tinha na polícia seu lugar de existência por excelência, porém, não se limitava a ela, os moradores das regiões centrais agiam da mesma forma com as travestis, principalmente com aquelas que se prostituíam.

Para refletir mais sobre este modo de criminalização e como a imprensa concorria para sua consolidação, gostaria de debater o surgimento de uma coluna social no *Diário do Paraná*, assinada pelo jornalista Carlos Machado de Assis. A seção no periódico se chamava *Coluna da Revolução*, em uma alusão direta ao golpe de Estado de 1964. A coluna surgiu em 1976, num contexto de agitação sobre o regime militar, em que críticas ao governo ficavam incontornáveis, tanto no país, quanto fora dele. A coluna objetivava trazer um ar mais leve sobre o regime constatando sua necessidade e as benesses que trazia ao povo de bem, mas, principalmente divulgando as supostas mentiras que eram atiradas contra o mesmo.

Como analisado no capítulo 1, havia a promoção de uma profunda relação política entre o homossexualismo e o comunismo, portanto, coibir o comunismo através do homossexualismo foi uma das estratégias que se verificam neste contexto. Como analisado anteriormente, o *Diário do Paraná* tinha um posicionamento, durante os anos 1970, próximo aos ditames morais e políticos do Regime Militar. Não apenas lançando aquela matéria de capa que analisei, em que apoiava-se explicitamente as ações golpistas de 1 de março, mas, no modo como o tema é tratado em seu livro de memórias publicado em 2000, *O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaense*.

No citado livro o tema do golpe é nomeado de Revolução de 64. Em um dos capítulos da obra, o jornalista Carlos D. C. Côrtes escreveu, em primeira pessoa, acerca de suas primeiras ações quando da deflagração do golpe, ajudando o reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio de Lacerda, a reprimir os integrantes de esquerda que “tentavam invadir o DCE” da universidade²⁴¹. O jornalista evidenciou sua participação na rotina da Universidade e sua entrada franca no gabinete do reitor, com quem tinha amizade. Amizade que permitia a Côrtes, produzir furos jornalísticos sobre o cotidiano da instituição, bem como influenciar nas decisões a respeito do seu andamento.

²⁴¹ CÔRTEZ, Danilo Costa. *Op. Cit.*, p. 284.

Em 21 de maio de 1976, foi a data de estreia da *Coluna da Revolução*, e a seção foi dedicada aos protestos em Londres quando da visita de Ernesto Geisel à Inglaterra. Segundo o colunista, a cobertura da imprensa não mostrou o que estava oculto nos cartazes feitos pelos “esquerdistas”, havia alguns com textos peculiares, comenta o colunista.

Poucos jornais brasileiros noticiaram que entre as faixas havia uma que dizia: “Liberdade para os homossexuais”. No Brasil não existe falta de liberdade para este tipo de atividade, não chega ao ponto de ter legalização que permita o casamento entre homens como na Inglaterra. Talvez as faixas desse tipo fossem dirigidas às famílias residentes na Independência ou Mostardeiro, as quais tem solicitado medidas da polícia contra os “travestis” que transformaram essas ruas em áreas de operações, com visível mal-estar para as famílias residentes.²⁴²

O colunista, apresentou o que seria a resposta do presidente: “Nós temos um regime livre, todos os cidadãos são livres e todos vivem com ou pela liberdade. Só não há liberdade para os irresponsáveis”²⁴³. Na referência da resposta consta: “Cuiabá, 8 de abril de 1976 – 155º da Independência – 88º da República – 12º da Revolução Redentora”. Um conjunto de datas que marcariam os principais eventos comemorados no país.

Pela resposta do presidente, não é possível dizer que o mesmo tomava o homossexualismo por uma total irresponsabilidade, mas ao mesmo tempo justificava que na verificação da mesma, para eles não haveria liberdade, entendendo que liberdade era um conceito estatal e não civil, portanto, quem decidia em que ela constitua era o próprio Estado. O próprio colunista buscou defender a ideia de que no Brasil não há a criminalização do homossexualismo, ainda que tampouco incentivo ao mesmo. Acusar o país de ser um regime sem liberdade com base na situação dos homossexuais seria, na visão do colunista, um erro. Para deslegitimar o protesto, o colunista acusou as organizações de esquerda de contratarem pessoas para agitações e que qualquer coisa era escrita no cartaz apenas para infâmia do presidente.

Entretanto, quanto a questão das travestis, que o colunista parece separar da questão homossexual, o problema seria outro. A irresponsabilidade estaria no modo como aquelas viviam, sendo o *trottoir* um problema social que deveria ser expurgado e concorria para os reclames sociais.

Alguns casos publicados nos jornais nos anos 1970, ajudam a pensar a verticalidade no tratamento com as travestis, dispensado pela polícia, mas pela sociedade, numa circularidade

²⁴² *Diário do Paraná*, Curitiba, sexta-feira, 21 de maio de 1976, seção nacional, página 4.

²⁴³ *Ibidem*.

que se autoalimentava e configurava o enquadramento criminal. Os reclames públicos, como aludi há pouco, se tornaram, de fato, um mantra para a legitimação das campanhas contra as travestis que se prostituíam na região central, mas, esse cenário necessita ser melhor elucidado no sentido de esclarecer o enquadramento jornalístico enquanto um ato estratégico e ético-político, e um ato de classe, gênero e sexo.

Os dois jornais analisados neste trabalho, representavam os interesses da classe mais abastada da cidade e do estado do Paraná. Como foi esclarecido no livro de memórias do periódico, os financiamentos para a criação do mesmo na capital foram dados pelos grupos latifundiários do norte do estado, no regime de vigência da monocultura do café nos anos 1950, quando este ainda era o principal produto da receita do estado.

As elites latifundiárias buscavam por meio do jornal, pressionar o governo em favor de suas necessidades, bem como influenciar a opinião pública acerca das melhorias necessárias para a economia da região, pois, o Paraná dos anos 1950, 1960 e 1970 deveria, reclamavam os grupos interessados, de industrialização e correção geográfica, uma vez que não era industrializado aos moldes de regiões como o eixo Rio-São Paulo, considerado desde o século XIX um modelo para a região sul (PEDRO, 1998).

Os jornais, portanto, estavam voltados para as camadas média e alta da região urbana, mas, sobretudo das regiões centrais a fim de firmarem os interesses dos latifundiários. No caso de Curitiba, esse quadro pode ser verificado nas disputas em torno do projeto de urbanização da cidade e como os cidadãos foram classificados no mesmo, segundo uma geo-segregação que mesclava questões de classe, mas, junto a isso evidenciava questões étnicas e de gênero.

Segundo o sociólogo Nelson Rosário de Souza, a urbanização de Curitiba, verificada nos anos 1970, seguiu um percurso excludente de grupos pobres e migrantes que chegavam na cidade assim como o projeto de industrialização e expulsava as pessoas do campo. Esse percurso excludente nos projetos governamentais da cidade, promovia não apenas a hierarquização nos investimentos urbanos, como um centro voltado para um segmento social específico e que teria funções específicas.

Não é difícil perceber a forte influência de alguns princípios do urbanismo modernista no planejamento urbano de Curitiba. A divisão da cidade em zonas funcionais excludentes, a transformação de ruas em avenidas, a hierarquização do sistema viário, a construção da cidade como um todo orgânico a ser equilibrado e a consequente classificação da população segundo “necessidades” identificadas pela razão técnica inspirada num conceito de homem universal, são procedimentos típicos

do urbanismo modernista adotados pelos planejadores da capital paranaense.²⁴⁴

Os planejadores que estiveram em Curitiba para a realização do Plano Preliminar de Urbanismo, em 1965, eram técnicos do estado de São Paulo, e foram chamados a participar do planejamento da cidade seguindo os moldes modernos que haviam inspirado o planejamento daquela região (SOUZA, 2003).

O planejamento em Curitiba, precisou lidar com o fluxo migratório que se deslocava do campo, de outros estados, mas de outros países. Nos anos 1970, esse fluxo migratório se fortaleceu com as baixas da produção agrícola e a competitividade no mercado que terminava por conceder mais condições de exploração da terra aos grandes latifúndios. Em 18 de julho 1975, houve uma das maiores crises no setor agrícola do estado, com a chamada “geada negra” que destruiu toda a plantação de café da região norte. Neste ano, o então governador, Jayme Canet Jr., empresário e latifundiário, iniciou seu mandato com a prioridade de agir na infraestrutura, tornando mais viável a área dos transportes para escoamento da produção. A geada, fez com que se tornasse urgente a diversificação da produção agrícola, encerrando a monocultura do café e apostando em outros plantios.

Neste período de urbanização, foram realizados os esquadrinhamentos necessários para a modernização da capital, sendo que o projeto de urbanização previa uma população específica a ocupar os espaços projetados. Segundo Souza (2003), houve a exclusão de lugares considerados inorgânicos ou irregulares, notadamente aqueles ocupados pelas pessoas pobres, como o bairro Boqueirão, localizado ao sul da rodovia BR-116, rodovia esta que no lugar de se tornar um acesso, foi pensada como modo de impedimento aos residentes das áreas pobres de acesso ao centro da cidade (SOUZA, 2003).

No mesmo quadro deste processo, o centro da cidade foi pensado para as classes mais ricas, principalmente os grupos ricos migrantes do sul, alemães, italianos, portugueses, etc. O projeto da cidade, objetivou torná-la um lugar arejado e limpo, alargando as vias, construindo praças e facilitando a conexão com o interior do estado.

Na imprensa, produzia-se a impressão de que não havia lugares empobrecidos e sem investimentos na capital, pois além de ser produzida no centro, refletia, ao mesmo tempo, sua geografia nos limites discursivos e editoriais. O enfoque recaía diretamente nos moradores centrais e em suas possibilidades culturais e econômicas, era, portanto, nesse bojo, que se dava

²⁴⁴ SOUZA, Nelson Rosário. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e da cidade. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 16, jun. 2001. (p. 108)

a criminalização das travestis. Elas pertenciam ao grupo inorgânico que se estabeleceu na região central. Suas atividades, estavam diariamente sendo vigiadas, pois não convergiam para as expectativas de uso dos espaços. As praças se tornaram, com elas, pontos de frequência noturna, causando receio e medo entre os moradores, que por sua vez faziam denúncias à polícia. Estendiam ao público o sentido de mando que exerciam no espaço privado. Tornavam o espaço público, um lugar privado quando da presença de sujeitos indesejados.

Ocorre que o urbanismo modernista, ao eleger a razão técnica como único critério válido para o ordenamento do espaço urbano, critério externo e acima da luta política, bloqueia a possibilidade de uma sociabilidade marcada pela autonomia e pelo livre jogo de forças no espaço público. Ao construir a cidade como um todo orgânico ou maquinal e as necessidades como dados naturais o urbanismo modernista nega autonomia ao diferente na justa medida em que o coloca numa posição hierarquicamente inferior e dependente da integração ao modelo de igualdade, qual seja: o urbano funcional.²⁴⁵

A existência de uma discursividade anterior sobre o uso do espaço, que se projeta a partir da funcionalidade útil e capitalizada que deve possuir a cidade, impede que a criatividade tenha livre trânsito. A prostituição e o *trottoir* eram, nesta perspectiva, modos subversivos de uso das ruas e praças, primeiro por operar neles uma funcionalidade sexual, e segundo por fazer uso dos mesmos em horários que eram opostos àqueles da maior parte dos moradores.

Segundo Souza (2003), as justificativas para o planejamento e os modos de sua realização, mesclavam o saber técnico com questões políticas, mesmo que o princípio modernista se sustentasse no racionalismo que se queria acima das disputas mundanas. Ao planejar a região central como lugar orgânico e regular, os técnicos acusavam as regiões ocupadas pelos pobres e trabalhadores, de irregulares, no entanto, segundo o sociólogo, essa noção dual tinha o objetivo de angariar maiores investimentos ao centro, bem como constituir sua verdade como região perfeita. Uma discursividade que se aproximava da moral sexual que se operava contra travestis e homossexuais; uma performatividade binária de espaço e gênero.

Os técnicos que analisaram a situação do bairro do Boqueirão pouco estavam interessados na solução dos problemas que a população ali instalada vivenciava. Se para os “migrantes nacionais” a ocupação do bairro foi a solução encontrada no enfrentamento da competição desigual no meio urbano, para o olhar técnico tal ocupação era o problema. Aos urbanistas coube recomendar um não investimento naquele local e indicar quais áreas deveriam ser valorizadas por suas qualidades “naturais”, “históricas” e, principalmente, por motivos

²⁴⁵ Ibidem, p. 110.

técnicos. Ou seja, foi fundamental para o projeto de reforma urbana a construção discursiva de um lugar como o avesso, ou o negativo, do espaço planejado e capaz de legitimá-lo por meio de contraste.²⁴⁶

O avesso do centro eram os bairros ou favelas, e o avesso da moral central eram as pessoas que subvertiam a organização sexual e corporal no uso das ruas e das praças. O que o saber técnico urbanístico operava nos bairros pobres, a moral sexual operava nos corpos na região central. A presença de travestis, por exemplo, permite perceber o delineamento do negativo presente no centro no enquadramento criminal.

Ao mesmo tempo que encontra-se o negativo, do ponto de vista da norma, percebe-se, todavia, a criatividade da subversão, os “gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo forte, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos”²⁴⁷.

Para conter a “onda de licença”, na tentativa de tornar possível a moralidade desejada, a polícia promovia as diversas campanhas que objetivavam limpar as ruas, entretanto, aqueles “gestos hábeis do “fraco” nem sempre permitiam o sucesso do forte. As travestis e prostitutas encontravam meios para rir do poder policial, promoviam subterfúgios necessários à sua permanência nas ruas, pois, para muitas delas, implicava sua sobrevivência.

Anteriormente, mencionei que havia uma transição entre o enquadramento carnavalesco, cujas características discuti acima, em relação ao enquadramento criminal, transição que se operava a partir da moralidade desejada e do bioheterocapitalismo, elementos constitutivos da política sexual orquestrada pela camada empresarial e pela polícia.

O enquadramento criminal tinha como principais características a recusa em aceitar o discurso travesti; torná-lo um corpo suspeito e evidenciar sua inconformidade de gênero e topografia. Todos os casos de crimes abordados nos dois jornais analisados permitem perceber a relação hierárquica como as travestis eram trazidas ao encontro do poder quando estas eram as acusadas.

E continuando com a operação hierarquizada e verticalizada, como atuava a imprensa e a moral sexual nos anos 1970, a próxima seção tratará esta operação especificamente sobre o campo da diferença sexual através de casos de transexualismo.

Transexualismo: uma receita para o gênero

²⁴⁶ Ibidem, p. 12.

²⁴⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014. (p. 98)

Nesta seção tratarei de um tema que apareceu pouco nas páginas dos *Diários* ao longo dos anos 1970: o transexualismo. O tema foi abordado com mais ênfase no eixo Rio-São Paulo em relação aos periódicos de outras regiões, o que se explica pela novidade do fenômeno para aquela década.

Segundo Edlene O. Silva e Alexandre M. M. Costa e Brito (2017), o primeiro caso brasileiro de uma pessoa transexual sobre o qual se dispõe de documentos, foi em 1959, quando a revista *O Cruzeiro*, noticiou o caso de Mário da Silva que nascera como Maria Maura, e fizera uma cirurgia de redesignação sexual em sua cidade natal, Itajaí, no estado de Santa Catarina, com o cirurgião plástico Dr. José Eliomar da Silva.²⁴⁸

Após esse ocorrido, os documentos consultados pelos historiadores acima mencionados, dão conta das operações realizadas a partir dos anos 1970, quando dispõe-se, de fato, de mais fontes sobre a questão devido ao aumento significativo de casos e da repercussão médica, midiática e judicial de alguns deles.

A revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, por exemplo, noticiou, ao longo dos anos de 1970, uma série de matérias e entrevistas que enfocavam o tema do transexualismo, tanto apresentando casos quanto tecendo discussões sobre como o tema estava sendo tratado no meio científico e jurídico.

As trajetórias de transexuais divulgadas na revista, diziam respeito não apenas aos casos nacionais, sendo divulgados os casos que se verificavam em outros países, notadamente, nos Estados Unidos, onde as cirurgias de mudança de sexo, as pesquisas bioquímicas com hormônios e silicone e as teorias científicas que culminariam nas condições de possibilidade da mudança de sexo, estavam em desenvolvimento desde os anos 1950. Foi com o fim da Segunda Guerra Mundial, período que Paul B. Preciado (2008) definiu como de emergência do regime farmacopornográfico, conforme discuti anteriormente, que a mudança de sexo, a generificação capilarizada do corpo e o aprofundamento dos temas ligados ao gênero e ao sexo, se tornaram uma questão social e midiática como consequência de seu valor científico e bioheterocapitalista.²⁴⁹ É importante mencionar as conexões internacionais sobre temas como o transexualismo, pois será esta internacionalização das informações e dos procedimentos, que

²⁴⁸ SILVA, Edlene Oliveira; COSTA e BRITO, Alexandre Magno Maciel. Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981). **Revista Dimensões**, Vitória, v. 38, jan./jun. 2017. (p. 214-239).

²⁴⁹ LATTANZIO, Felipe F.; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2017. (p. 72-82). Cf. também *A Tarde*, Curitiba, 14 de fevereiro de 1955, pág. 11. (Suplemento).

propiciará a muitas pessoas, não apenas a realização das cirurgias, como o desejo das mesmas na impossibilidade da realização em território nacional.

Um dos casos que ficou famoso ao longo dos anos 70, recebendo atenção da revista *Manchete* e do periódico alternativo *Lampião da Esquina*, foi o de Waldirene Nogueira e do Dr. Roberto Farina, seu cirurgião. Em 1971, Waldirene dizia a equipe médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, que não era aquilo que seu corpo denunciava; seu sentimento, seu comportamento, sua subjetividade eram femininas. Quando nasceu foi designado homem e recebeu o nome de Waldir Nogueira, do qual desejava desfazer-se rapidamente; a equipe médica, após uma bateria de testes psicológicos e anatômicos, necessários para a “comprovação” da feminilidade da paciente, concluiu que era um caso de transexualismo, portanto, consideraram que “a cirurgia é o único recurso”²⁵⁰, recomendando à uma equipe de médicos e psicólogos do Hospital Oswaldo Cruz para a realização de uma cirurgia de adequação sexual. A equipe, convidou o cirurgião plástico Roberto Farina para integrar-se e realizar a operação, foi a primeira vez que o médico realizava tal procedimento, o qual tinha conhecimento da literatura científica a respeito.

Após algumas operações desse gênero, realizadas pelo Dr. Farina entre 1971 e 1975, o mesmo tornou pública suas intervenções, apresentando uma conferência sobre a cirurgia de mudança de sexo, no XV Congresso Brasileiro de Urologia, realizado em São Paulo, em 1976. Na plateia, estavam presentes médicos, advogados e promotores de justiça. O promotor Luís de Mello Kujawski, discordando da validade ética e científica do procedimento, acusou judicialmente Farina por “lesão corporal de natureza grave” conforme disposto no art. 129, § 2º III, do Código Penal Brasileiro²⁵¹, que não nomeava de modo específico o procedimento em questão como crime, mas propunha uma analogia com o que se considerava lesão corporal. Segundo a interpretação do Ministério Público de São Paulo, as intervenções cirúrgicas promovidas por Farina configuravam “mutilação”, agravada pelo fato de serem irreversíveis, sendo que caso a paciente desejasse retornar à vida masculina, não o poderia.

Farina, chegou a ser condenado a dois anos de reclusão em 1978, porém, após uma batalha judicial que se arrastou de 1976 até 1979, recebendo apoio e defesa desde a primeira paciente até renomados especialistas internacionais como o próprio criador do conceito de *gênero*, John Money, o cirurgião foi absolvido. Waldirene, que em 1976 entrava na justiça para a retificação de seu nome, serviu como brecha à justiça para pesar sobre Farina seu feito

²⁵⁰ *Manchete*, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1976, nº 1274, pág. 32.

²⁵¹ *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 8 de junho de 1981, 4ª página.

criminoso. A paciente foi submetida à perícias médicas na tentativa da promotoria em provar sua masculinidade, afinal um dia possuía um pênis, como teria alegado o escrivão do cartório que se recusou a realizar sua retificação, entretanto, reafirmou-se, após a bateria de testes sugerida pela promotoria, que se tratava de uma mulher.²⁵² Em 6 de novembro de 1979, pela 5ª Câmara do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, Farina obteve o provimento definitivo de sua absolvição, constando na ementa do parecer, que ele havia agido de acordo com os ditames de sua profissão, e com o objetivo de minorar o sofrimento da paciente, tornando, assim, a operação não um crime de mutilação, mas uma terapêutica necessária à adequação psicosssexual.²⁵³

A partir desta breve apresentação do caso mais famoso, acredito ter reunido as principais questões em torno da problemática que busco traçar neste momento do trabalho, a saber, a constituição do que chamei de receita para o gênero, desde as concepções dos próprios sujeitos visados pelo preconceito, quer dizer, as condições discursivas, éticas e políticas da operação do regime binário de sexo no Paraná dos anos 1970, com base nas experiências subjetivas que os sujeitos promoviam em seus corpos e que foram capturadas pela imprensa. Certamente, as construções discursivas e ético-políticas que encontraram emergência nesta região, não são exclusivas, logo isso ficará mais compreensível.

Atentei há pouco, para as conexões internacionais que faziam circular as informações sobre a cirurgia de mudança de sexo, os códigos sexuais que definiam os discursos sobre a cirurgia, bem como os lugares em que poderia ser realizada. Esses discursos tinham inúmeros lugares de enunciação, sendo, notadamente, a imprensa, um lugar para analisar estas questões. A imprensa, como defendeu Elias F. Veras (2017), foi elemento constitutivo no processo de subjetivação dos sujeitos que transformavam seus corpos, que transgrediam as fronteiras da normatização corporificada do gênero, seja no registro do “ser mulher de verdade” ou do “ser travesti”.

Na edição de 14 de fevereiro de 1970 da revista *Manchete*, pode-se perceber não apenas uma das dimensões das conexões globais sobre operações e sobre sexualidade, quanto notar o lugar da imprensa neste momento na promoção da circulação e da subjetivação da transformação corporal. Um leitor de *Manchete*, de nome Pedro Valentin estava em New Jersey em 1970, a fim de realizar sua operação de mudança de sexo, entretanto, foi surpreendido com

²⁵² FRAGOSO, Heleno Claudio. Transexualismo – cirurgia. Lesão Corporal. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 25, ed. Forense, 1979. (p. 25-34).

²⁵³ *Ibidem*.

o pedido dos médicos para esperar mais tempo a intervenção, recorrendo, após isso, à imprensa para o conhecimento de outros lugares aos quais pudesse se dirigir.

Vim aos Estados Unidos para uma operação de mudança de sexo. Lamentavelmente, não pude fazê-la até agora, porque os médicos pediram maior prazo, e não tenho visto de permanência, nem recursos para alongar minha estada. Creia que, seriamente, será o mais importante passo na minha vida. Peço-lhe que me indique outros centros, fora dos Estados Unidos, aos quais poderei me dirigir. – Pedro Valentin, Newark, NJ.

- Neste número, o leitor encontrará o que precisa numa reportagem em que se fornece inclusive o endereço de um centro de informações especializado.²⁵⁴

O centro a que se referia a resposta, era a *Erickson Educational Foundation*, localizada na Luisiana, nos Estados Unidos, sendo que a revista colocou ainda os nomes dos médicos, da rua e o número do estabelecimento na citada edição. O centro, reunia trajetórias de sujeitos, estudos e buscava ajudar estas pessoas, fornecendo as informações médicas necessárias para os casos, enquanto produzia seu complexo de saber acerca do fenômeno.

Outra carta de um leitor enviada à revista *Manchete*, evidencia esse quadro relacional imprensa-subjetivação. B. Gonçalo, de Cuiabá, no Mato Grosso, pediu o endereço do repórter Holand H. Berg, que havia realizado uma matéria sobre as cirurgias e contado sobre o médico Harry Benjamin. Gonçalo, pretendia saber mais sobre o tema, pois desejava a realização da cirurgia.

Há vários meses em vão procuro o endereço do repórter Holand H. Berg para que ele possa ajudar-me a entrar em contato, por correspondência, com o famoso cirurgião norte-americano Dr. Henry Benjamin. B. Gonçalo, Cuiabá, MT.

- O repórter Holand H. Berg não pertence ao quadro editorial de *Manchete*. A matéria a que o leitor se refere foi publicada originalmente no *Look Magazine*, 488 Madison, Ave., New York, N.Y., 10.022. A propósito do mesmo assunto este número tem nova matéria e talvez possa interessar ao leitor também um contato com o Dr. Georges Barou, *Clínique du Parc, Marrocos, Casablanca*.²⁵⁵

Como a revista *Manchete* traduzia inúmeras matérias norte-americanas, o leitor pensou que aquela, referente ao Dr. Benjamin, pioneiro nas cirurgias de mudança de sexo nos Estados Unidos, havia sido realizada pela própria equipe editorial da revista, que ao mesmo tempo,

²⁵⁴ *Manchete*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1970, nº 930, página 18.

²⁵⁵ *Manchete*, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1970, nº 968, página 166.

repassou endereços e nomes para o leitor, a fim de contribuir na sua busca. Assim como discutirei nesta seção, os sujeitos se aventuravam na geopolítica mundial para realizarem seus desejos, desejos que, por sua vez, eram uma aventura na geopolítica corporal.

A imprensa mantinha um diálogo direto com esses desejos, alimentando as possibilidades, registrando as experiências e, em vários momentos, realocando estas novas experiências nos quadros de inteligibilidade do regime político heteronormativo. Nesse processo, no entanto, registrava traços dos sentimentos que moviam aqueles que se aventuravam atrás do “mais importante passo” em suas vidas, bem como os sentimentos que os faziam mover a geopolítica corporal a fim de “adequá-la”, colocá-la em “conformidade” com o que sentiam “por dentro”.

No caso do Dr. Roberto Farina, as cirurgias foram feitas no Brasil. No entanto, as fontes que separei para serem analisadas nesta seção, apresentam de modo mais claro as conexões internacionais acerca das operações. Algumas travestis de Curitiba, as quais desejavam a mudança de sexo, conheciam outros lugares para a intervenção médica, sendo Casablanca no Marrocos, um destino sempre lembrado, principalmente por ter um procedimento considerado completo, envolvendo até mesmo um processo posterior a cirurgia, que incluía a reeducação corporal, ensinando sobre feminilidade e comportamento às pacientes.

Antes de seguir na apresentação e discussão das fontes principais, uma matéria de 1970, portanto, anterior a primeira cirurgia do Dr. Farina, deve ser mencionada, para que se perceba de que modo as práticas discursivas dos jornais colocavam em operação o que considero basilar na compreensão do processo de emergência público-midiática das transformações corporais: a estética da diferença sexual, que neste momento, ocorria através de práticas corporais e intervenções médicas que faziam a norma andar por outros caminhos, para se confirmar depois de um procedimento técnico, naquilo que se definia como sendo o sentimento de pertença a um dos dois sexos.

O título dado a uma matéria do dia 4 de fevereiro de 1970, relativa a uma travesti paulistana, é elucidativo da inteligibilidade de gênero que aquelas pessoas submetidas a uma cirurgia de redesignação sexual, receberiam do ponto de vista do regime discursivo binário da imprensa paranaense, ao mesmo tempo em que manifestavam sua compreensão acerca do processo pelo qual passavam e que lhes constituía subjetivamente. “Travesti agora é mulher” lê-se na matéria, em resposta aos sentimentos expressos pela entrevistada. Era uma pequena nota, posta no canto esquerdo da primeira página do *Diário da Tarde*, e trazia um curto relato de Jacqueline, que se considerava a primeira mulher trans do Brasil: “agora sou mulher

mesmo”²⁵⁶. Se havia alguma dúvida em Jacqueline, antes da cirurgia, quando ela era uma travesti, depois da cirurgia as dúvidas terminariam, pois nada mais a diferenciaria de “uma mulher de verdade”. Esta mulher de verdade, dimensão político-discursiva, estava inscrita nos sentidos difusos da imprensa, e era fruto dos quadros de concepção e práticas das camadas mais abastadas.

Jacqueline comentou, que antes de dirigir-se para o Marrocos, esteve nos Estados Unidos, assim como parcela considerável de transexuais que buscavam a cirurgia, entretanto, não suportaria esperar o tempo necessário devido ao número excessivo de pessoas na fila antes de sua vez. Após a cirurgia no Marrocos, Jacqueline retornou ao Brasil e desejava a retificação documental para poder seguir sua vida conforme desejava, como mulher, casando-se com seu companheiro, Antônio Acquaviva, em uma igreja católica. O redator da notícia, a fim de repassar ao leitor a experiência imperativa do olhar que constata e comprova o corpo feminino, observou em apêndice: “ninguém pode negar que seja muito bela com seus 1,76 de altura, e cabelos longos”, de fato, uma mulher, associando beleza e feminilidade como elementos auto evidentes, algo que marca a emergência público-midiática transexual nos *Diários*.

Tanto o caso de Waldirene e o caso de Pedro, quanto o de Jacqueline, faziam parte de um repertório que pode ser definido pela tríplice ontoformativa desejos-tecnologias-corporeidade, que animaram as práticas médicas e as experiências objetivas dos corpos nos anos 1970. Nesta seção serão os relatos de algumas pessoas que vivenciaram esse momento, que nos permitem compreender os trânsitos de sentidos, sentimentos e desejos no encontro com as tecnologias do sexo: Jaqueline Jakquellineer Du Bois e Graziela Sabag Ferreira, que, muito mais do que expressarem o desejo da mudança de sexo no caso desta, e da mudança no caso da primeira, desenvolveram nesse ínterim, em seus relatos capturados nos *Diários*, elementos fundamentais para uma compreensão do gênero como uma “receita” a ser preparada tecnicamente pela medicina, a fim de permitir a saída para o real da mulher que se encontrava “presa” nos corpos transexuais. Por outro lado, para traçar as diferenças nas experiências, a fim de não tornar gerais as concepções de Jaqueline e Graziela, vou confrontar com o que pensavam e faziam, Veruska e Acácio, ainda que compartilhando o mesmo contexto que as primeiras, manifestaram modos diferentes de entender as alterações no corpo ou de se definir em relação a intervenção médica.

A matéria sobre Graziela foi publicada em 1973, no *Diário da Tarde*, e junto ao texto que se discutia sua entrevista, foi publicado um pequeno ensaio fotográfico realizado em seu

²⁵⁶ *Diário da Tarde*, Curitiba, quarta-feira, 4 de fevereiro de 1970, capa.

apartamento no centro de Curitiba. Como título da matéria se lia “Operação vai mudar a vida de Graziela, um “travesti”. A matéria foi a primeira sobre o tema e com fotografias de uma transexual em toda a história do jornal. Graziela contou sobre sua infância e seus anseios presentes.

Reimir Sabag Ferreira é um “travesti” muito conhecido em Curitiba, Santos e até em famosas boates de São Paulo. Seu nome de “guerra” é Graziela. Tem físico e muito charme femininos. Mas Reimir ou Graziela não se conforma com a situação, e agora vai se submeter a uma operação cirúrgica – em que deposita muita confiança – para se transformar realmente em mulher. [...] Reimir diz que não fez ainda a “operação” porque os médicos querem muito dinheiro, mas agora tomou conhecimento de que um especialista em Londrina faz esse tipo de operação por 10 mil cruzeiros. Reimir não quer outra coisa senão “virar” mulher.²⁵⁷

Graziela nascera em Porto Amazonas, interior do Paraná em 1950, desde criança seus pais e a vizinhança notavam que ela era um menino “diferente”. Esse ser “diferente” não se enquadrava nas brincadeiras e amizades esperadas para os meninos, haja vista que se interessava por aquilo que materialmente definia os desejos e os gostos femininos: bonecas, preferir o “sossego do lar”, a calma e a companhia de outras meninas. Segundo a continuação da matéria, seu corpo, além dos seus comportamentos, “denunciavam” que havia uma incompatibilidade entre quem era Reimir, e aquilo que se *percebia* nele. Como é comum em situações desse tipo, tanto no passado quanto no presente, as relações familiares vão se tornando sempre mais tensas, as reações dos sujeitos de fora, se tornam elementos constitutivos da vigilância e controle familiares.

Problemas

Os pais de Reimir ouviam os comentários e ficavam numa tensão de nervos impressionante. Procuravam de todas as formas incutir na cabeça do menino que ele deveria procurar novos caminhos. Até mesmo surras violentas levou o rapaz. No entanto, ele nada podia fazer. Procurava superar os problemas. Começou a fazer amizades com alguns meninos. Foi aí que a situação se tornou mais difícil. A garotada abusava, chamando-o de “mariquinha”. A infância de Reimir foi muito difícil e complicada. Quando sentiu que tinha condições de enfrentar a vida procurou vir para Curitiba e aqui fixar residência.²⁵⁸

²⁵⁷ *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 16 de abril de 1973, página 6.

²⁵⁸ *Ibidem*.

O que esses sujeitos, hoje denominados de *queer*²⁵⁹, reverberam em suas experiências, são os limites daquilo que se convencionou definir como sendo as regras, as normas que regem uma sociedade. O conjunto de expectativas morais, comportamentais e sentimentais que regem os corpos através da diferença sexual, pode ser definido como sendo uma matriz de gênero²⁶⁰, cujo núcleo de enunciação é o regime binário, o qual sustenta as possibilidades sexuais no campo dos discursos e da materialidade dos corpos nos termos do jogo verdadeiro e falso. Configura, todavia, um regime, portanto, não pode ser tomado como único possível e nem como consentido.

Quando me refiro a limites, significa que pessoas como Graziela, em sua infância, se delineavam nas possibilidades do desejo constituído, ou seja, nada de novo em sua conduta, como ficou evidente, ela se aproximava do que se convencionou como feminilidade e “ser menina”, coisas que existiam. A questão estava no corpo em que a feminilidade convencionada se assentou, ou melhor, em qual corpo houve o processo de corporificação do gênero²⁶¹, corpo em que se identificou algo que não correspondia sob o imperativo do olhar, corpo no qual o jogo das relações de gênero evidenciou seu caráter ético-político, e mostrou que a masculinidade enquanto linha de chegada é uma convenção. Lembrando que não existe um corpo que expresse a norma em si, que possa ser definido como correspondente à norma de modo totalizado, o que se pode verificar são corpos, que, em situações diferentes, sob vigências políticas e subjetivas, não são pensados e discursados como “estando fora” da norma que reificam.

O que interessa enfatizar, é a violência que acompanha a constituição do regime binário. Desde o primeiro capítulo, tenho mostrado que a construção moralizada da dualidade sexual, serve para sustentar o dentro e o fora que constituem o regime de reconhecimento do gênero. Essa operação não pode estar desvinculada de formas de violência, seja ela epistêmico-ontológica, como mostrei nos capítulos 1 e 2, ou a violência física, como no caso de Graziela. Compreendo a violência como parte do tornar-se homem, na medida em que espera-se por essa violência, um tipo de resistência que produz efeitos de virilidade, de vigilância, de si sobre si e

²⁵⁹ *Queer* é um termo em inglês que pode ser traduzido para *esquisito, estranho, marginal*. A partir do desenvolvimento de teorias feministas, lésbicas e gays nos anos 1990, o *queer* foi reapropriado como designativo dos sujeitos marginalizados, assim, aquilo que serve para a discriminação, como por exemplo: *viado, mariquinha e sapatão*, passa a ser utilizado como modo de positivação e autodeclaração dos próprios sujeitos visados pelo preconceito. *Queer* são todos os corpos marginalizados, excluídos, dominados que questionam as normas e as regras definidas pelos grupos hegemônicos.

²⁶⁰ LINS, Beatriz A.; MACHADO, Bernardo F.; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

²⁶¹ CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Op. Cit.*

dos demais sobre si. Era isso que os pais de Graziela esperavam com a surra que lhe davam. Pode-se pensar a operação do dispositivo anti-homossexual, uma vez que Graziela, quando Reimir, apresentava “tendências” homossexuais que logo sofreram formas de intervenção a fim de negar aquele comportamento no homem. “Mariquinha” não é somente aquele menino “que quer” se passar por mulher, é o viado, categoria que, socialmente, é tomada como significando a ausência do correspondente da virilidade no menino, portanto, objeto de vergonha e inferioridade, e que devem produzir vergonha, pois a ausência desta é o que atribui inteligibilidade ao viado²⁶², “ele é um sem-vergonha. Sempre anda imitando mulher. Aqui em Porto Amazonas nunca se viu isso”²⁶³.

Nos capítulos anteriores, eu denominei os sujeitos que se levantam na defesa da moral hetero-cristã, de escudos heteroprotetores, esse conceito, no entanto, nomeava aqueles grupos com projeção e autoridade social para discursar sobre a diferença dos sexos, sempre homens. Considero pertinente nominar pelo mesmo termo, as pessoas comuns, afinal, a defesa da ordem natural do regime binário é uma defesa em rede, o que lhe garante certa estabilidade. “Sem-vergonha”, “imitando mulher” e “nunca se viu isso”, são os termos utilizados pelos escudos heteroprotetores que atacavam Graziela em sua infância. Estes termos contornavam o moral e o imoral, do ponto de vista das vivências cotidianas, eram os modos discursivos de pôr ordem na casa, definindo os lados do jogo, o lado da verdade e o lado do erro, do falso, do desvio.

Quem imita o faz por consciência, ou seja, quer fazer se passar por outro; a violência homofóbica e transfóbica parecem se sustentar nessa percepção, na ideia de que aquele corpo decidiu se passar por outro, mas não apenas no espaço do privado, escondido, e sim, sob os olhos dos demais, que, supostamente, constituem em suas experiências a ideia da verdade, uma verdade que não se basta a si, mas se arroga o dever de civi(ri)lizar os sujeitos incultos. A decisão de querer se passar por outro, de imitar, não é um terreno sem leis, algumas formas de representação não são aceitas no comum do dia-a-dia. Um homem que imita uma mulher, tem algum lugar nas artes, como mostrei na seção anterior, mas recebe outras formas de definição, quando o faz sem estar vinculado a alguma encenação que emita tacitamente a mensagem de que aquilo é temporário e com função de entretenimento, ou seja, que aquilo seja, de fato,

²⁶² WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raissa. **Masculinidades**. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2004. (p. 107-128). Com base neste autor, é possível discutir o termo vergonha como significando não apenas o sentimento que “deveria” vir a tona para evitar o *continuum* entre dois homens, mas um sentimento que, necessariamente, deve acompanhar a formação da masculinidade, uma vez que, por meio dele, se evitariam os comportamentos da dinâmica dos prazeres, aqueles que unem corpos com base somente nos prazeres. A vergonha comporia, nessa tela, o tornar-se homem.

²⁶³ *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 16 de abril de 1973, página 6.

imitação. Tornar essa conduta uma psicopatologia, quando verificada fora dos quadros institucionalizados para tal prática, foi uma das inteligibilidades desse “representar não-temporário”.

O imperativo da imitação, recaiu sobre Graziela como um meio de fazê-la “tomar” outra decisão, a do caminho da verdade sexual: no caso dela, o da masculinidade. O poder imitar estando do lado do erro não é considerado válido na perspectiva da moral sexual. Ainda que ele seja possível, não é normal.

Graziela, no entanto, resolveu sair de casa, uma vez que a produção da discriminação seguia um esquema de percepção no interior do qual, ela não teria sua posição respeitada, permanecendo marcada por um não-lugar do qual o sujeito “deveria” sair, pelo constrangimento, principal arma homofóbica utilizada quando o alvo ainda é jovem, ela é conclamada a tomar “posse” de um lugar definido na diferença dos sexos, no entanto, naquele momento, e diante das possibilidades, o lugar a ser ocupado era uma masculinidade com a qual Graziela não se identificava, sendo que sua decisão de sair de casa é não apenas uma consequência da discriminação²⁶⁴, mas, uma resistência em função de um sentido de liberdade, e uma recusa a aceitar as formas de gênero pactuadas pelo conjunto dos sujeitos que a marginalizavam, apontando que outra via era possível.

Quando chegou em Curitiba, com 18 anos de idade, Graziela começou a estabelecer aquilo que se torna fundamental para a sobrevivência nos grandes centros: a amizade.

Diante deste quadro, começou a formar amizades com “travestis” e pessoas que admiram os “representantes” do chamado terceiro sexo. Foi remediando a situação. Com o passar do tempo, possuía bom círculo de amizades na cidade e já era um “travesti” bastante conhecido.²⁶⁵

É perceptível, apesar dos inúmeros casos de violência a que ficavam suscetíveis nas grandes cidades, contra travestis e homossexuais, que a amizade se tornava tanto um catalisador da valoração individual e coletiva da vida, quanto um potencializador das experiências sexuais e afetivas²⁶⁶. A partir da formação de amizades, se tornava possível conhecer os espaços da cidade, encontrar um lugar para morar e compartilhar as situações pelas quais, feliz ou

²⁶⁴ O fundamento principal do termo discriminar é “distinguir”, “discernir”, “separar”, no caso aqui empregado, entendo que o processo de discriminação ou violência contra Graziela se sustentava na noção binário da diferença dos sexos, em que diante de duas opções diferentes, somente uma é válida de acordo com o corpo dito biológico. Discriminar é, pois, separar em dois sexos.

²⁶⁵ *Diário da Tarde. Op. Cit.*

²⁶⁶ SANTOS, Rafael F. G. dos. Experiências trans: amizades, corpos e outros trânsitos. In: NETO, Miguel R. de S.; GOMES, Aguinaldo R **História e teoria queer**. Salvador: Editora Devires, 2018. (p. 207-236)

infelizmente, muitas delas passavam. Na seção anterior, quando discuti a entrevista de Scheila, esta comentou que durante a escuridão da noite preferia ficar em pontos isolados das avenidas, sozinha, para faturar não tendo concorrência e conseguir se esconder com mais facilidade da polícia. Antes disso, porém, ela comentou que durante os primeiros anos de sua vida na capital, dormia com muitas pessoas dividindo a mesma cama e a mesma casa. Isso revela que a vida travesti, nos anos 1970, a partir das amizades, se tornava mais viável.

Suas vidas são sobreposições de experiências e temporalidades, desde sua chegada a cidade grande, os primeiros anos do trabalho, comumente na prostituição, muitas vezes o único que lhes restava, passando, com o tempo, a ter condições de obter dinheiro suficiente que lhe assegurava algum conforto e recursos, o que, entretanto, não significava que se tornavam totalmente isentas das violências ou que fosse uma condição a espera de todas.

Eram, da mesma forma, as amizades que permitiam a circulação das boas novas sobre intervenções no corpo, era através das experiências que outras travestis possuíam ou com as quais entravam em contato, que os fatos sobre a operação de mudança de sexo, os hormônios e silicones chegavam a muitas delas. Como observou Rafael França Gonçalves dos Santos (2018) “o processo de transformação corporal, parte importante das experiências trans, não é um ato solitário e individual”²⁶⁷, acredito que a realidade não foi diferente nos anos 1970. A partir desta rede de sociabilidade, solidariedade e formação, enfrentar a vida numa cidade considerada por elas mesmas, como excessivamente conservadora, era fundamental à sobrevivência.

Selecionando os detalhes do seu passado mencionados acima, Graziela construiu uma inteligibilidade acerca de sua experiência enquanto transexual. Sua entrevista não foi transcrita e sobre ela temos relatos editados pelos jornalistas, diferentemente da entrevista com Scheila. Graziela pontuou elementos de sua infância que atribuíam o sentido de suas escolhas do presente e do objetivo da matéria jornalística: o desejo profundo da mudança de sexo e sua correspondência com a anatomia capturada pela fotografia.

Considero que a presença desses enredos nos jornais, dando às travestis a possibilidade de um passado a ser publicado e lido, sugere dois debates principais. A presença de entrevistas com travestis e transexuais relatando suas trajetórias pessoais era uma prática inédita nos periódicos. As entrevistadas contavam sobre suas vidas passadas, mas, ao mesmo tempo, denunciavam as agruras de suas existências presentes, o que poderíamos retomar sob a ideia de uma humanização pela imprensa, dando a estas pessoas a possibilidade da voz, e da escuta.

²⁶⁷ Ibidem, p. 212.

Desta forma, elas construíam suas dizibilidades, outras versões de histórias antes contadas apenas por sujeitos heteronormativos.

Por outro lado, como anteriormente mencionado, percebem-se que as matérias consolidavam um enquadramento psicopatológico na linha da moralidade desejada, como tenho mostrado, a saber, sobre as causas do desvio sexual, retornando aquilo que a professora Eni Caldeiras apontava, como sendo uma causa do desvio no interior do desajuste familiar, quadro explicativo que confrontei com a notícia sobre Beth e Cristiant, na seção anterior.

Travestis e homossexuais, quando apresentados nestas condições, e por um efeito de generalização da imprensa, terminavam por ter uma vida instável quase por natureza, como se fossem filhos do caos, o que retorna a assumi-los da forma como podem ser encontrados nas colunas de padres e especialistas conservadores e reacionários. O mal que os atinge, desestabilizando suas vidas pelas formas diversas de violências, tem seu lugar de enunciação endereçado nos próprios sujeitos vitimados, como se a condição marginal fosse uma decisão, visto que o desvio poderia sê-lo.

O que pretendo enfatizar com essa questão, é o modo pelo qual estes sujeitos passaram a ocupar as páginas dos jornais, presença esta, num volume superior a de décadas anteriores. Se podemos atribuir essa presença a emergência de sujeitos e corpos sob as novas categorias de gênero e sexualidade, como John Pultz havia observado para o setor das fotografias, ou para a chamada Revolução Sexual que Roselane Neckel e Renata Brandão haviam mencionado para o setor da imprensa nos anos 1960, é preciso, concomitantemente, argumentar no sentido de que essa presença esteve marcada por uma exclusão constitutiva, um modo discursivo de mencionar sujeitos num ato performativo de segregação, através de categorias como desvio, pecado ou crime.

Como eu havia citado, junto a matéria sobre Graziela, foram publicadas três fotografias, uma espécie de mini-ensaio para o jornal. Nas fotografias, as poses pedidas ou feitas por livre decisão de Graziela, buscavam atestar aquilo que o texto da matéria discutia como sendo o tornar-se mulher: a correspondência entre anatomia e feminilidade. Uma das fotografias foi com a roupa de cima, as outras duas apenas com as vestes íntimas, para mostrar pelas suas curvas, em que consistia o feminino que ela reivindicava para si.

Figura 17. Ensaio de Graziela.



Fonte: *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 16 de abril de 1973, página 6.

A relação entre os corpos que se transformavam ou o desejavam e a imprensa, não é uma relação apenas de registro e divulgação, através das lentes das câmeras, os jornais levavam aos olhos dos leitores modos de concepção da constituição visual do sexo, mas não aquele pactuado social e discursivamente e definido pela sua relação com a natureza corporal, se

tratavam de sujeitos em que a chancela do olhar poderia até mesmo confirmar num dos lados da diferença sexual algo que discursivamente era tomado por sem-lugar. Foi através da imprensa que se reforçou, pela emergência de sujeitos transexuais e pelas tecnologias do sexo, a relação natural entre a anatomia visível e o sexo discursivamente construído. As fotografias produziam a sensação de que, de fato é o corpo biológico que dita o pertencimento sexual, e algumas pessoas sofreram, biologicamente, um “erro da natureza” vindo a nascer homem, mas sendo, na verdade mulher.

O ensaio de Graziela foi publicado em 1973, depois disso serão publicadas as colunas que analisei nos capítulos anteriores, e era sobre Graziela que elas falavam, ela era parte do que se dizia à época simbolizar a decadência da civilização, pois, como escreveu o Pe. Emir Calluf, não era possível saber quem era quem, dada a falta de consideração dos jovens pela moral sexual que instituíra a divisão sexual e um sexo para cada corpo, definido desde o nascimento como dom de Deus. Ainda que Graziela atestasse a tal divisão sexual, elegendo para ela um lado, importa enfatizar que rompia-se com a naturalização do sexo enquanto *fim* que enlaça todos os sujeitos sem depender deles individualmente, como previa a moral aplicada ao sexo, Graziela e outras, contribuíam para que a sexualidade se tornasse uma pauta a ser decidida e reivindicada politicamente. A operação de mudança sexual evidenciava este quadro.

Operação

Vivendo praticamente como mulher, Reimir (Graziela) sentiu que tinha condições para tentar uma modificação de sexo, em termos clínicos. Assim é que de uns anos para cá já visitou diversos médicos explicando sua situação. Todos os médicos consultados lhe informaram não haver qualquer impedimento para a realização da operação. “Graziela”, com a afirmativa dos médicos, começou a preparar-se para a operação. Passou por uma série de exames no Hospital das Clínicas de São Paulo, sendo aprovado em todos. Depois, foi orientado a realizar o tratamento psicológico. Este tratamento consiste em seis testes. É apontado como um dos mais importantes pontos do tratamento relacionado à transformação de sexo, quando a pessoa demonstra toda suas reações, “Graziela”, já fez quatro destas consultas. Elas são caríssimas. Faltam duas, que fará muito em breve.²⁶⁸

Note-se, que ao longo dos textos da matéria, podem ser identificados aqueles elementos que caracterizavam o enquadramento criminal: a insistência em nomear pelo masculino, a presença de aspas em termos que possivelmente são enunciados pela entrevistada e a presença de termos no masculino quando designativos dela, todos apontando para o ambíguo ao mesmo

²⁶⁸ *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 16 de abril de 1973, página 6.

tempo que deslegitimando em todo o discurso da entrevistada. Com base nessas presenças, se faz importante observar que além do que aponte anteriormente sobre essas entrevistas atribuírem um passado e citarem os sonhos de sujeitos marginalizados, modos pequenos, mas significativos de humanização, na mesma chave, as matérias montavam as presenças a partir de um enquadramento de diferenciação, hierarquização, reproduzindo a segregação e os elementos principais dos discursos mais difusos de (a)normalização.

Graziela, como evidenciado no trecho acima, reivindicava o tornar-se mulher, desejo depositado na cirurgia de mudança sexual, meio imprescindível para sua realização. E para a cirurgia, eram necessários diversos testes psicológicos, anatômicos e fisiológicos, uma vez que a definição do sexo, ainda que reivindicada pelo sujeito, era buscada na dimensão física do corpo: o nível de hormônios, a conduta da paciente, os sentimentos, as ideias, tudo indicaria o sucesso ou não do pertencimento ao outro sexo. No processo de demanda pela mudança sexual, a reivindicação individual encontrava novamente a norma, da qual, num outro contexto, havia sido vítima, transformada aqui em agente e negociadora.

Segundo Graziela, sua condição se diferenciava da homossexualidade, “não se trata de um homossexual e sim transexual. Por isto, sente-se perfeitamente preparado para todo o trabalho de transformação porque passará em breve”²⁶⁹. Essa separação homossexual/transexual era realizada no interior dos discursos psiquiátricos e médicos desde os anos 1950, notadamente com os trabalhos de John Money e mais tarde com Robert Stoller, os quais dedicaram suas pesquisas a discutir a condição transexual, a partir dos instrumentos teóricos e metodológicos da psicanálise lacaniana, principalmente com a criação pelo primeiro do conceito de gênero, que nomearia o sentimento que Graziela manifestava em ser mulher. Quando aproximam-se alguns dos textos destes autores com os discursos que surgem nos jornais, percebe-se mais uma vez a circulação destas informações e a emergência neste período, de saberes e práticas que ultrapassavam o nível da técnica se tornando processos de subjetivação. Havia uma relação entre o esquema de percepção montado pela psicanálise sobre o gênero e o sexo e os enquadramentos mais dispersos presentes na imprensa. Proponho fazer esse debate de confrontação após a apresentação da história de Jaqueline, como o fiz com Graziela.

A outra entrevistada, Jaqueline Jackquellineer Du Bois, constitui em uma matéria de nuances diferentes desta que analisei, ainda que o tema central seja o mesmo: as concepções sobre a mudança de sexo. Jaqueline não é acionada em momento algum na matéria pelo

²⁶⁹ Ibidem.

masculino, nem mesmo seu nome de registro é apresentado. A diferença entre ela e Graziela é que aquela havia realizado a operação de mudança de sexo. A matéria sobre Jaqueline, foi publicada em 28 de julho de 1974 no *Diário do Paraná*.

Jaqueline era uma artista, e desde o início da década de 1970, era mencionada nas páginas dos jornais. Aquela matéria que mencionei no início da seção sobre uma outra pessoa de nome Jaqueline, naquele caso Jacqueline com “c”, talvez seja sobre a mesma pessoa, mas é difícil afirmar, pois as datas que aparecem sobre a operação de mudança de sexo da entrevistada não correspondem. Na entrevista de 1974, é dito que a cirurgia ocorrera há menos de dois anos, enquanto que a matéria “Travesti agora é mulher” é de 1970.

Foi na entrevista com Jaqueline Du Bois, que surgiu a palavra “receita” para designar o processo de mudança sexual, a matéria foi intitulada “Jaqueline: complicada receita para um homem virar mulher”²⁷⁰. A entrevista da artista foi publicada em um domingo e com mais fotografias que o caso de Graziela. Essa diferença pode ser explicada a partir de vários fatores: se tratavam de jornais diferentes, momentos diferentes do tema, mas pelo fato de que Jaqueline era uma artista e havia “virado” mulher, pois passou pela cirurgia, retirando o símbolo fálico do “ser homem”, que Graziela ainda possuía. A ideia de receita se referia ao elementos arrolados por Jaqueline que compunham o que ela entendia por ser mulher, ingredientes da produção da feminilidade em seu corpo: sensibilidade, leveza, um corpo depilado, voz fina e pele branca etc.

Foi dedicada à entrevista uma página inteira daquela edição, apresentando as concepções sexuais de Jaqueline, assim como uma matéria sobre a história das mudanças de sexo. Curitiba era vista como uma cidade extremamente conservadora, porém, ao mesmo tempo os temas sobre sexualidade e gênero estiveram presentes em várias edições dos *Diários*, permitindo atribuir aos dois jornais analisados, um caráter de “revista de comportamento”, como aquelas que circulavam no eixo Rio-São Paulo. Na ausência destas revistas com foco no Paraná, acredito que os dois periódicos aqui analisados, cumpriram sua função.

Jaqueline atuava no teatro há doze anos, e nos anos 1970 retornou à Curitiba para apresentar-se nas boates e casas noturnas, mas como “mulher de verdade” e não mais travesti. “Em Curitiba desde quinta-feira, está dando um show de canto, dança e “strep-tease” na boate Star Dust, todas as noites, a partir da 1 hora da madrugada”²⁷¹.

Sempre trabalhei em teatro e shows, mas como travesti. Agora, minha vida de mulher é muito mais interessante, posso ser amada pelos homens. Gosto de ser elogiada, ser vista com olhos curiosos. Mas

²⁷⁰ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 28 de julho de 1974, 2º caderno, página 1.

²⁷¹ *Ibidem*.

sempre tem aqueles que me barram na rua para ver de perto se é *verdade*. Não me incomodo, deixo que vejam.²⁷²

Para Jaqueline se produziu uma inflexão quando se tornou mulher e deixou de ser travesti, elencou, inclusive, o poder ser amada pelos homens, uma vez que não há mais diferenças entre ela e uma mulher verdadeira, que consegue despertar o desejo de um homem. A vida artística, a colocava diante de muitos desses homens, e a curiosidade mesclada com o real transformado de seu corpo, era um suplemento em seu show.

Fica evidente em que consiste o tornar-se mulher para Jaqueline e como ser travesti, quando ainda possuía pênis, não correspondia em totalidade seu desejo, pelo contrário, a colocava em situações “embaraçosas” por identificar-se e apresentar-se mulher, mas não “possuir” uma vagina.

Nunca gostei de ser um homem diz Jaqueline. Acho que nunca tive muitas tendências masculinas. Sempre fui amada pelos homens e gostava disso, apesar de me sentir numa situação um pouco embaraçosa em certas ocasiões. Foi então que resolvi fazer uma plástica que me transformasse numa perfeita mulher, meu grande sonho.²⁷³

Jaqueline revelou uma dinâmica da caracterização e dos sentimentos que demarcavam a feminilidade e a masculinidade, ainda que não “gostasse” de ser um homem, ela tinha consciência do “ser homem” e como ele se assentava na geopolítica corporal. É a partir dessa consciência do que se é ou do que não se quer ser, que os elementos arrolados pela entrevistada ganham sentido em seu desejo da mudança de sexo.

É preciso fazer uma relação: a possibilidade da mudança sexual se assentava em determinados elementos, não aleatórios da experiência subjetiva do corpo, que podem ou não satisfazer o sentimento de pertencer a um dos lados da diferença sexual, em vista da perfeita adequação de gênero, e essa correspondência é uma sistematização social, mais ampla e que conforma a estruturação das relações de gênero, portanto, retorna aquilo que discuti no capítulo 2. A diferença aqui, entretanto, é do caráter deste movimento operado desde o sujeito, tanto em Jaqueline quanto em Graziela, pois é um movimento muito mais tático do que estratégico, no sentido de que é ao mesmo tempo uma apropriação e uma operação sobre a norma de gênero²⁷⁴. “Acho que para ser mulher, é preciso certas qualidades, e eu as tinha. Minha voz nunca foi

²⁷² Ibidem. Grifo meu.

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*

grossa e possuía poucos pelos no rosto. Barba é muito áspero de dizer”²⁷⁵. Ao definir, em elementos corporais e subjetivos, em que consiste a feminilidade e o “ser mulher”, Jaqueline promove uma apropriação discursiva da inscrição simbólica destes dados culturais, e ao inscrever esta geopolítica discursiva em seu corpo, ela promove uma operação em que o sujeito da ação não é uma bio-mulher, como definiu Preciado (2008). A operação tática neste caso se refere ao processo de ficcionalidade ético-política do que é ser “mulher” quando percebido e discursado por Jaqueline. Em seu lugar de fala, “ser mulher” assume um caráter representacional na medida em que não é necessariamente preestabelecido pela biologia ou por Deus, como quer fazer crer a estética moral da diferença sexual, está sendo manuseada, aqui, por um sujeito profano e por isso o que ela faz nele é uma operação, pois o desloca de seu caráter divino e/ou natural, mesmo que ela compreenda que o seja assim, como os demais sujeitos.

Nos ditos dos sujeitos, era o imperativo do olhar que atribuía densidade subjetiva a determinados elementos na configuração da diferença sexual. Aqui temos, no entanto, instrumentos semelhantes, operação diferente.

Sobre a operação cirúrgica e as exigências para sua realização, Jaqueline mais uma vez aciona os discursos mais amplos sobre a feminilidade desejada.

É preciso ter bastante preparo emocional para se resolver fazer uma operação neste sentido. As condições físicas também são bastante atuantes, mas, principalmente, para se ver uma mulher não é fácil. Movimentos delicados, sem exagero, hábitos gerais e principalmente uma conduta emocional. É preciso que cada um esteja ciente do que realmente quer. Eu nunca me senti bem como um homem. Apesar do meu físico, eu sempre pensei como uma mulher. Acho que isso era o mais importante.²⁷⁶

As experiências travestis permitem discutir em que consiste a diferenciação dos sexos, bem como a divisão das relações de força entre os sujeitos. Não significa que sejam laboratórios para discussões sobre a produção do gênero como dispositivo regulatório, como se este não sofresse clivagens sociais, de classe e geopolíticas e não se operasse da mesma forma sobre sujeitos não-transexuais. Antes disso, importa mencionar, que a partir destas experiências, notamos, de forma prática, aquilo que caracteriza os sentidos da privação feminina, do seu lugar

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ Ibidem.

nas relações de poder que caracterizam-na frente a masculinidade, bem como os desejos de que poderia ser alvo por ser o horizonte feminino instituído pela vigência política heteronormativa.

Existiria uma condição física do ser mulher, que reforça seu lugar de poder, ou de ausência dele, na estrutura das relações do gênero. O gênero, desta forma, não apenas nomeia enquanto categoria as relações entre homens e mulheres; o gênero é uma das formas de relações entre os sujeitos, uma relação marcada por toda esta estrutura hierárquica que tenho apresentado, quando discutir a invenção do conceito de gênero esta questão poderá se tornar mais compreensível.

A condição física apresentada nas fotografias de Jaqueline objetivavam mostrar o resultado da “complicada receita para homem virar mulher”.

Figura 18. Jaqueline.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 28 de julho de 1974, 2º caderno, página 1.

As fotografias capturaram Jaqueline em várias poses, sob vários ângulos, objetivando mensurar, esquadrihar, medir pelo olhar, da lente e dos leitores, sua (des)construção feminina. O olhar comprobatório mostra aqui sua eficácia, como dizer que Jaqueline não era uma mulher a partir do que se constatava no jornal?

Figura 19. Jaqueline.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 28 de julho de 1974, 2º caderno, página 1.

No caso de Jaqueline, uma das fotografias foi somente com roupas de baixo, com o objetivo de mostrar as curvas do seu corpo, a pele lisa, branca, ausência de marcas que indicassem masculinidade ou mesmo o grotesco, o desnível e a desarmonia. Como dito anteriormente, beleza e feminilidade se tornavam sinônimos no corpo transexual publicado na

imprensa, o ideal do feminino que alimentava a concepção da mulher de verdade, flertava com as concepções mais abastadas do “ser mulher”, aquelas que tinham condições de consumir a beleza, que se produzia nesse momento, a partir da estética branca, uniforme e elitizada, uma construção que se utilizava dos métodos do cuidado estético que a indústria bioquímica inventava: a depilação por eletrólise, as perucas mais volumosas, como a de Jaqueline, cremes, dietas, silicone, ginásticas e arte. Era este crivo, que caracterizava a presença travesti nos jornais: aquilo que indicasse os benefícios do bioheterocapitalismo, ou seja, não eram produtos para todas. Nessa lógica, o transexualismo era tomado como a romantização do feminino.

Graziela, e muitas outras, diferentemente de Jaqueline, ainda esperavam a possibilidade da cirurgia, e um dos principais empecilhos era a questão financeira, as cirurgias custavam entre 15 e 30 mil cruzeiros, e quando custavam menos, giravam em torno de 10 mil, sendo que era preciso bancar as viagens e a estada em outro país, caso não o fizesse no Brasil. Se anteriormente 15 cruzeiros foi considerado um valor alto num baile do Operário, que o fazia ter o apelido de Opera-Rio, certamente, a possibilidade da mudança de sexo era um desafio financeiro significativo, só minorado pelo profundo desejo expresso pelas transexuais, o qual não tinha limite de classe, necessariamente. Como dito, desejo, tecnologia e sexualidade, foram produções subjetivas e subjetivadas fundamentais da/pela indústria farmacopornográfica nos anos 1970. Apresentar os casos de Graziela e Jaqueline nos jornais pode ter influenciado ou mesmo ajudado na circulação e compartilhamento de desejos e experiências subjetivas com o corpo, sem falar que a presença do tema nos *Diários* reflete as necessidades econômicas de ambos os jornais, uma forma de lucrar com a divulgação de assuntos controversos.

Para finalizar, na própria matéria com Jaqueline foi publicada uma fotografia em que ela estava ladeada por amigas que até então, não haviam realizado a cirurgia, mas desejavam, e tendo alguém que a fez, por perto, com certeza a possibilidade se materializava, mesmo sem todo o valor necessário.

Figura 20. Jaqueline ladeada por amigas que desejavam realizar a operação de mudança de sexo



. Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 28 de julho de 1974, 2º caderno, página 1.

As experiências de Graziela e Jaqueline, todavia, não são representativas em generalidade, é possível, a partir de outras vozes nos *Diários*, focar esse período farmacopornográfico com outras concepções e práticas. Mostrei, anteriormente, que não existia um consenso sobre o que é ser travesti, ainda que a sua diferença em relação a homossexualidade masculina seja demarcada. É possível capturar distinções, sempre que estava em questão a emergência de falas dos sujeitos nos jornais. A partir dos usos feitos pelos sujeitos dos avanços industriais verificados no campo da sexualidade e da mudança corporal, é possível perceber mudanças nas definições assumidas pelos que se aventuravam nestas experiências.

Veruska, representa uma concepção interessante acerca dessas definições diversas. Cabeleireira, 23 anos de idade, apareceu em uma matéria do *Diário do Paraná*, de 7 de abril de 1977, referente ao perigo do uso de silicone. De acordo com a matéria, se tratava de uma “droga” que ainda estava em debate entre os cirurgiões plásticos, os quais alertavam para os riscos: desde pequenas inflamações até embolia cerebral e pulmonar.²⁷⁷ No enredo da matéria, Veruska era “um travesti” que não tinha medo dos riscos.

A profissional em cabelos, havia aplicado silicone para construção dos peitos e do rosto, nos quais havia gasto 20 mil cruzeiros, e retornaria à São Paulo para mais aplicações. Na

²⁷⁷ *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 7 de abril de 1977, 1º caderno, página 8.

matéria, as designações em relação à Veruska, alternavam os termos homossexual e travesti, muito comum na época, mas ela se posicionou de modo bastante específico, “não foi para aparecer [que realizou a aplicação do silicone]. Só para me sentir realizada. Agora me sinto muito melhor. Não procuro representar uma mulher, sou apenas Veruska”²⁷⁸. Nem homossexual e nem mulher, segundo este pequeno vestígio de sua fala presente no jornal, era apenas Veruska. Note-se aqui uma vez mais, aquilo que observei anteriormente sobre a reivindicação da sexualidade e do gênero a partir de um horizonte político, mas individual, no fechamento dos anos 1970 é possível perceber a emergência deste processo como discutiu Veras (2017). A partir das condições de possibilidade da era famarcopornográfica, no que se refere a uma experiência subjetiva do corpo, na mesma esteira é o próprio sujeito em questão a ter uma experiência pessoal de seu corpo, reivindicando-o como território sob sua vigência em temas que pareciam ser um *fim* universal, retirado da alçada de quem de fato tem a experiência de si.

Assim como verificado com as outras entrevistadas, com Veruska é realizada uma fotografia.

Figura 21. Veruska.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, quinta-feira, 7 de abril de 1977, 1º caderno, página 8.

A fotografia foi feita com Veruska numa posição que permitisse notar com nitidez seus peitos, na posição de perfil, apresentando detalhes de seu corpo que estavam em processo de produção, pois Veruska pretendia continuar com as aplicações e plásticas. A matéria descreveu em detalhes como a encontrou em seu salão, ela “recebeu a reportagem com um vestido preto

²⁷⁸ Ibidem. Grifos meus.

com um fundo decote, e aberto nas costas. Na cabeça um adorno preto e sapatos prateados”²⁷⁹. Como não foram realizadas outras fotografias, o redator descreveu a apresentação da entrevistada, mais uma vez para atestar os rumos da feminilidade e o esquadramento do corpo transformado. A presença ou não de fotografias e sua quantidade, indicam o teor da matéria e seu interesse do ponto de vista dos leitores, Jaqueline, por exemplo, uma atração da elite curitibana, com um público específico, “meu público, particularmente, possui intelecto bem elevado”²⁸⁰ segundo sua entrevista, recebeu não apenas várias fotografias como foi noticiada em um domingo na primeira página do segundo caderno. Veruska aparece em apenas uma pequena fotografia e a matéria ocupou dois quadrantes do lado esquerdo da página.

O enquadramento de Veruska, na notícia, reverberava um tema controverso, indicando o risco das aplicações e como isso poderia gerar sérias consequências à sua saúde. A matéria de Jaqueline não teve esse clima de negatividade, ainda que a cirurgia de mudança de sexo fosse da mesma forma um tema controverso, causando processos na justiça e expondo pacientes a situações constrangedoras. Jaqueline era aquilo que, ainda que não direta e expressamente, Veruska se opunha, primeiro por não buscar “representar uma mulher”, mas por não aceitar a situação de pessoas nessa condição servirem de atração a outras pessoas, Veruska colocou em questão na sua entrevista, a marginalização de pessoas que estavam numa condição parecida com a sua, “marginalização que para ela não existe no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde os travestis são aceitos nos meios sociais e não são convidados para festas de senhores da sociedade apenas como atrações”²⁸¹.

O objetivo da matéria era a discussão sobre o silicone, mas a certa altura, Veruska relata o outro lado das experiências travestis que ela observava como sendo de profunda marginalização, o que algumas experiências podem não elucidar, como as de Jaqueline. Veruska, que em seu trabalho e sua situação de classe, estava mais próxima das ruas e do mundo vivido por outras como ela, manifestou um olhar diferente, aproveitando a presença da reportagem e o interesse nela para denunciar as contradições que percebia na cidade referentes às travestis, afirmando que a principal origem da violência era a polícia, como discutido na seção anterior.

Para finalizar a apresentação dos relatos, discuto neste momento uma breve notícia de roubo publicada em 25 de abril de 1974 no *Diário da Tarde*. A denúncia foi apresentada pelo Sr. Agostinho, acusando sua empregada de ter “afanado pertences de sua residência”. Após a

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 28 de julho de 1974, 2º caderno, página 1.

²⁸¹ Ibidem.

denúncia, “os agentes Quirino e Festa deitaram mãos em Acácio que foi reconhecido e confirmou o roubo”, após isso foi repassado ao Sr. Agostinho que “sua empregada” não era uma empregada e sim “um empregado”, o homem disse que nunca imaginou ser um travesti o seu empregado”²⁸². Acácio disse à polícia que tinha vontade de fazer uma cirurgia de mudança de sexo, ao que o jornal publicou complementando que, de fato, era um direito que o assistia, pois “tinha tudo para ser mulher e muito desejo de tal”²⁸³, possuía os ingredientes da receita do gênero. Acácio comentou: “tenho vontade de ser mulher, e vou fazer uma operação para mudar de sexo”²⁸⁴. Da matéria podem ser extraídas duas questões principais: a relativa ao crime cometido, mas outra referente a dimensão da identidade de gênero reivindicada por Acácio, cujo nome no feminino seria Acácia, segundo ironizou a notícia. Diferentemente das outras fotografias sobre casos de roubo, nesta a personagem incriminada teve um registro que enquadrou somente seu rosto, sendo realizada a captura fotográfica próximo daquilo que dialogava com o definido como “tinha tudo para ser mulher”.

Figura 22. Acácio.



Fonte: *Diário da Tarde*, Curitiba, quinta-feira, 25 de abril de 1974, 4ª página.

²⁸² *Diário da Tarde*, Curitiba, quinta-feira, 25 de abril de 1974, 4ª página.

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ *Ibidem*.

O título da matéria sobre Acácio tentou, assim como as duas questões que podem ser extraídas, exibir as dimensões do caso: “Ele além de usar roupas de mulher também é um gato”. Ao enquadrar somente seu rosto, o fotógrafo tentou capturar em que consistia sua ambiguidade: um ladrão que se passava por mulher, explicando como foi possível ao seu empregador não reconhecer que se tratava de “um homem”.

Sobre a pequena matéria podem ser retiradas outras duas questões importantes: primeiro, nota-se que algumas experiências travestis não se processavam nas ruas e na prostituição; segundo, algumas pessoas tinham sua identidade de gênero (auto)declarada reconhecida socialmente, vindo a ser a polícia, mais uma vez, a reivindicar o “sexo verdadeiro”, constatando-o na documentação individual e recusando a apresentação pessoal, tornando os possíveis crimes cometidos uma extensão da identificação corporal dos envolvidos. Entretanto, é lícito que se questione da possibilidade de o Sr. Agostinho estar ciente da condição de Acácio, preferindo omitir-se a fim de sobre ele não recair alguma suspeita sexual.

Deste caso, assim como dos outros apresentados, interessa notar a difusão dos desejos, neste período, de concatenação desejo-tecnologia-corporeidade, na promoção da reivindicação individual de governo sobre o corpo, dentro das condições objetivas e subjetivas como apontadas em relação a mudança de sexo, as quais mobilizavam toda uma complexa rede de concepções de gênero e da sexualidade, mas se ancoravam nos desenvolvimentos industriais da época que eram atravessados e saturados por estas concepções, um processo circular que tornava a técnica um ato de cultura.

Diante do exposto, meu propósito é discutir, a partir deste momento, algumas das linhas discursivas que emergiram nos anos 1970 como explicações para o fenômeno transexual e/ou a demanda pela mudança de sexo. A principal ancoragem para compreensão dos quadros de inteligibilidades forjados neste momento, foi a psicanálise de matriz lacaniana, a qual encontrava ressonância em Curitiba, principalmente nos discursos de padres e psicólogos, como apresentados nos capítulos 1 e 2. Entretanto, a principal questão que subjaz a este processo foi a invenção da noção de *identidade de gênero*, a qual possibilitou isolar no psiquismo, a inteligibilidade individual sobre a diferença dos sexos. Discutirei estes desenvolvimentos conceituais, como forma de responder a uma questão importante: como o desejo da mudança de sexo era organizado pela ciência e retornava aos sujeitos sob a forma de um entendimento pessoal acerca de sua condição? Para isto acredito ser necessário apoiar-se em textos de autores que não eram brasileiros e que constituíram a ancoragem científico-técnica do transexualismo.

Como pôde ser verificado na análise dos casos presentes nos *Diários* ou em outros periódicos, desde Waldirene até Acácio, o uso do termo transexualismo nesta seção, indica que não é sobre intersexualismo que os jornais tratavam, assim como não era nesta categoria que a psicologia enquadrava os corpos das entrevistadas. Intersexual, eram pessoas que nasciam com a genitália “ambígua”, apresentando uma formação física que não permitia, ao imperativo visual, incluí-la em um dos lados da diferença sexual respaldado pela verdade de seu sexo na perspectiva do regime binário²⁸⁵. Transexuais eram, por sua vez, pessoas que após o nascimento recebiam uma definição sexual a partir da apresentação anatômica e assim viviam um tempo de suas vidas, vindo a desejar a mudança após a sua identificação de gênero não ser satisfeita pela apresentação anatômica.

Diante desta evidência, a literatura psicanalítica levantada neste trabalho para discutir o tema não versou sobre intersexualismo, e sim sobre transexualismo, cujo principal teórico nos anos 1960 e 1970, foi o psicanalista estado-unidense Dr. Robert Stoller (1924-1991). Ainda que seu trabalho estivesse sendo realizado a uma distância geográfica considerável em relação às pessoas analisadas na presente pesquisa, e as aventuras geopolíticas delas tenham sido feitas em outros espaços, as teorizações de Stoller viajaram e apareciam em matérias da imprensa ou até mesmo sendo lembradas quando discutia-se sobre algum caso específico no Brasil. A exceção, somente, de Jaqueline que esteve nos Estados Unidos, onde os médicos dedicados às cirurgias de mudança de sexo, conheciam de perto as formulações de Stoller e dos autores que o antecederam nestas discussões, como o sexólogo Dr. Harry Benjamin (1885-1986), o psiquiatra e psicanalista Dr. Ralph R. Greenson (1911-1979), eternizado no livro *Captain Newman, M.D.* (1962) de Leo Rosten, e por ter sido o psiquiatra de Marilyn Monroe, e por fim o Dr. John Money (1921-2006), que ficou famoso pela construção do conceito de *gênero* a partir de suas pesquisas sobre intersexualismo e transexualismo.

Elegi, para discussão, algumas formulações de Stoller, devido a presença das mesmas nos esquemas de inteligibilidade mais difusos que deram um determinado tipo de coerência ao corpo e aos sentimentos das pessoas consideradas transexuais, mas, por ser ele uma importante página da história do conceito de gênero anterior à sua emergência nos textos feministas, uma vez que, de acordo com Felipe Figueiredo Lattanzio e Paulo de Carvalho Ribeiro (2018) foi com Gayle Rubin, em 1975, que o termo gênero apareceu como um conteúdo a explicar a dimensão social da constituição das relações de diferenciação entre homens e mulheres, não

²⁸⁵ AMARAL, Daniela Murta. **Os desafios da despatologização da transexualidade:** reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil. (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2011. 107 f.

mais focado somente do ponto de vista do psiquismo ou da clínica. Antes disso, no entanto, o gênero havia percorrido um caminho, que passa por Stoller, mas não somente, o qual me interessa aqui, seguindo as considerações sobre esse momento como anteriormente discutidas em Paul Beatriz Preciado (2008).

As explanações feitas neste trabalho, só possuem sentido quando aproximadas ao que tratei nos dois capítulos anteriores. Estou tentando, neste trabalho, mapear uma rede complexa de discursos sobre o regime da diferença sexual ou aquilo que Butler (2017) definiu como uma história da dualidade sexual, que, em alguns momentos pode vir a parecer desconexa, mas na verdade só são passíveis de compreensão em contexto histórico. Pretendia, com tudo isso, tocar o que chamei, a partir de Ochy Curiel e Adrienne Rich, de instituição política heteronormativa ou regime binário. Foi no interior deste regime de sentido que toda a produção analisada aqui encontrou suas condições de possibilidade, e no caso do Brasil, este regime foi reforçado pela Ditadura Civil-Militar como ideologia do autoritarismo, a partir da violência, que não foi apenas física, mas, e principalmente, discursiva e promovida muito além das margens do exército ou das cúpulas militares.

Como tenho apontado, a circulação das informações, a produção dos desejos e os meios de resolução dos mesmos, estavam em alta nos anos 1970, a cirurgia de mudança sexual integrava este contexto não apenas como “prática médica”, mas, desejo difuso entre pessoas que apresentavam o quadro definido à época como transexual. A teorização que preenche o tema de sentido advinha, principalmente de fora, e o Dr. Robert Stoller, apareceu como uma chave de compreensão do percurso que o assunto assume na passagem dos anos 1960 para os anos 1970.

No Brasil, chegou um texto de Stoller que permite discutir sobre como o psicanalista capturou autores anteriores a ele que trabalharam a questão do corpo, da sexualidade e da psique, a saber, Sigmund Freud, John Money e Ralph Greenson, e como ele promoveu a sua interpretação da relação entre o que chamava de sexo/biológico e gênero/social. O texto foi um capítulo no livro *A inversão sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade* (1973), originalmente publicado em 1965 nos Estados Unidos, e intitulou-se *As personificações e as séries de composições da identidade de “gênero”*.

A primeira nota de rodapé, feita pelo autor, explicava em que consistia o transexualismo.

Um transexual é uma pessoa que procura ativamente uma operação de transformação sexual, ou seja, um processo cirúrgico destinado a trocar características sexuais primárias ou secundárias pela aparência das características do sexo oposto. Um travesti, é uma pessoa que

habitualmente prefere usar roupas do sexo oposto. Todos os transexuais são abertamente travestis; os travestis não são transexuais, exceto por fantasias ocasionais de transformação sexual.²⁸⁶

Com base em um conceito mais descritivo do que explicativo, Stoller conseguiu sintetizar na sua descrição o que caracterizava o movimento operado mundialmente pela demanda das cirurgias de mudança de sexo. A partir da percepção de uma incompatibilidade entre o sexo/biológico e a convicção da identidade de gênero/social, algumas pessoas, nomeadas de transexuais, buscavam remediar sua situação, e a possibilidade, para algumas, da realização da cirurgia de mudança de sexo, se apresentava, nos termos psicanalíticos e médicos, como cura e o sentimento que levava a busca, como sofrimento (LATTANAZIO, RIBEIRO, 2017; 2018; VIEIRA, 2000; BENTO, 2006; MOREL, 2012), a partir dessa compreensão, se tornou mais possível a intervenção médica, uma vez que estava o transexualismo, sendo absorvido como comportamento desviante da norma.

No capítulo de Stoller, o autor objetivou dar uma resposta consistente ao que chamou de impulso à mudança de sexo, ou seja, qual sentimento levava um homem a desejar a emasculação ou a mulher, a neofaloplastia. Como mostrei nas entrevistas, este sentimento estava plasmado numa compreensão de incoerência, numa não-conformidade que as entrevistadas sentiam desde a infância, e que as colocavam como estrangeiras em seu próprio corpo. Este sentimento foi por mim denominado de “erro biológico”, pois o que elas tentavam dizer com suas concepções era mais ou menos o seguinte: sempre foram mulheres, porém, a natureza, por “um erro biológico”, não dispôs o corpo conforme os sentimentos, portanto, somente uma cirurgia alteraria esse quadro. Todo o passado, subjetivamente selecionado, concorria para “comprovar” esse “erro”, mesmo ele sendo comum a homossexuais que jamais mudariam de sexo.

A resposta a que o autor chegou para essa questão pode ser aproximada, em alguma medida, do que as entrevistadas apresentaram: o passado, a saber, a infância, serve como reduto comprobatório da certeza sexual e da história de um corpo “inconformado”, que não obteve do mundo a resposta ao que sentia. No entanto, a resposta de Stoller colocava esse sentimento no campo da psicose. Segundo ele, este desejo de mudança se encontrava no campo do delírio, uma vez que, assim como havia afirmado outrora Jacques Lacan (LACAN *apud* LATTANAZIO,

²⁸⁶ STOLLER, Robert. As personificações e as séries de composições da identidade de “gênero”. In: MARMOR, Judd. **A inversão sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1973. (p. 160-173).

RIBEIRO, 2017), é impossível a um homem tornar-se uma *verdadeira* mulher²⁸⁷, portanto, seu caminho pela cirurgia seria um delírio satisfatório e a nova disposição corporal, um substituto compensatório, a um problema não resolvido em sua primeira infância, o qual se alojava exclusivamente em sua mente. A insistência em acreditar ser mulher, seria o mesmo sentimento que uma “verdadeira e normal” mulher possuía, porém, no caso da transexual, seria um delírio, pois seu corpo não corresponderia a este sentimento, vindo a se tornar apenas uma personificação.

O trabalho com transexuais e travestis revelou um fenômeno raro e dramático: a **personificação**, ou representação de papéis, ou seja, aquela posição muito arriscada em que um indivíduo resolve cruzar uma linha divisória de uma situação claramente atribuída na sociedade para outra situação, a despeito das severas punições que enfrentará se for apanhado. Embora a personificação seja bastante familiar a leigos, sociólogos e psiquiatras, o trabalho sistemático feito sobre elas é surpreendentemente limitado. Quanto mais a examinamos, mais nos damos conta do seu fascínio para as pessoas. Livros, peças e filmes estão cheios de indivíduos que *se fazem passar por outros*.²⁸⁸

Para Stoller, as pessoas transexuais “decidem” cruzar a fronteira do gênero estabelecida socialmente, mesmo sabendo das severas punições por que passarão, vindo, o autor a naturalizar a intolerância para com estas pessoas e institucionalizando-a como prática com caráter de consequência e não constituição. Para Stoller, o transexualismo na vida adulta era o modo de um homem se passar por uma mulher, mesmo sabendo da recepção social, portanto, seu caráter psicótico estaria até mesmo na aceitação de um risco que poderia ser evitado, neste caso, com algum tratamento psicoterápico ou a mudança de sexo.

Anteriormente, na fala de Veruska, apareceu uma noção semelhante de “representar”, “se fazer passar por outro”, na medida em que o corpo se torna um personagem, a identidade de gênero um enredo, os quais, estariam previamente definidos, cobrando ou do ator ou da atriz, corresponder em seus sentimentos e comportamentos aquilo que o papel prevê, por isso Veruska diz não ser mulher, mas somente Veruska, e o fato de colocar peitos era uma forma de realização e não de um tonar-se mulher, pois ela permanecia com outros elementos que caracterizavam o sexo masculino, a colocando, neste caso, num lugar que somente outra designação satisfazia, mas que do ponto de vista clínico seria um caso de travestismo.

²⁸⁷ Uma outra manifestação de Lacan foi capturada pelo psicanalista Felipe F. Lattanzio, quando aquele responde a um paciente que deseja a cirurgia de mudança sexual para tornar-se uma mulher, Lacan, responde que seria impossível, pois lhe faltaria, no fim, um útero (LATTANZIO, RIBEIRO, 2017).

²⁸⁸ STOLLER, Robert. *Op. Cit.*, p. 161. Grifos meus.

Entretanto, a noção de disfarce, que está como fundo no discurso de Stoller, pode ser encontrada em muitos outros espaços discursivos, configurando o que aludi anteriormente a respeito do modo de inteligibilidade do transexualismo pela heteronorma.

O pensamento esboçado por Veruska não era representativo, ainda que ela, assim como as demais, estivesse localizada na tríade desejo-tecnologia-corporeidade, fazendo nesta tríade uma outra operação tática. Graziela e Jaqueline, em suas entrevistas estão, por sua vez, mais próximas das experiências transexuais que, com alguma recorrência apareceram na imprensa e/ou foram discutidas nos textos clínicos.

Como eu havia observado, o conceito apresentado por Stoller sobre o que consistia o transexualismo, parece mais uma descrição de demanda do que resultado de uma interpretação, esse dado, foi anteriormente colocado em questão por recentes psicanalistas. Daniela Murta Amaral (2011), apontou o caráter problemático das definições psicanalíticas criadas nos anos 1960 e 1970, e como elas tentavam reproduzir no campo clínico, um desejo percebido nas pacientes, tornando este desejo uma categoria psicopatológica nominada e estando nisso o real problema, quando as experiências do corpo adquirem, com a ciência, o caráter de desvio.

[A] denominação, que designa a insatisfação decorrente da discordância entre o sexo biológico e a identidade sexual de um indivíduo, trazia a descrição da experiência transexual e apontava como a única possibilidade de tratamento, a realização da cirurgia de conversão sexual e a utilização de hormônios.²⁸⁹

Diante do entendimento clínico sobre o transexualismo, e como era recorrentemente divulgado na imprensa nacional, quando se discutia o tema, era argumentado que somente a cirurgia de redesignação sexual poderia minorar o sofrimento que os sujeitos sentiam acerca da “discordância” verificada em seus corpos. Stoller definiu as condições de possibilidade da tal “discordância” da seguinte forma.

A fim de compreender melhor essa série de composições possíveis, sugere-se que, quanto menos bem estabelecida a identidade de gênero, mais intensos são os impulsos a trocar de gênero. Quanto mais cedo na vida da criança é introduzida essa incerteza a respeito da identidade de gênero, mais intensos serão os impulsos a trocar de gênero. Quando a identidade de gênero essencial de uma pessoa foi invadida, ela pode na verdade não saber corretamente a que sexo e gênero ela pertence. Para resolver este dilema de identidade, essa pessoa pode tentar fazer-se passar por outra.²⁹⁰

²⁸⁹ AMARAL, Daniela Murta. *Op. Cit.*, p. 19.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 169.

Segundo o psicanalista, o contrário do impulso à mudança de sexo seria uma “forte convicção” de pertencimento a um sexo definido no interior da diferença sexual, sendo que aqueles que não o possuem, em algum momento de suas vidas manifestarão o desejo de ser alguma coisa, visto que a incerteza sobre sua *identidade de gênero essencial*, como Stoller denominou a convicção de ser alguém nos termos ou da masculinidade ou da feminilidade, é resultado da criação dos pais, ou melhor, das mães, cuja função principal seria a inculcação dessa convicção ao longo do desenvolvimento do ego infantil, do Eu da criança, conforme a cultura impunha: a partir da “correspondência sexo/gênero”.²⁹¹

Com o esboço desse quadro, acredito que aquilo que discuti no início deste trabalho acerca da dimensão política do papel das mães no cuidado moral dos filhos se torna ainda mais compreensível, pois era uma proposta teórica desenvolvida pela psicanálise e pela medicina, além de ser um elemento do discurso militar no caso da Ditadura brasileira, mas igualmente tentavam reafirmar a normalidade da heteronormatividade e a mãe como lugar de sua geração e regeneração, caso necessária.

A professora Eni Caldeiras, quando alertava os pais sobre o risco de tornar os filhos homossexuais, ou do cuidado devido para que isso não ocorresse, parece ter absorvido isso, em alguma medida, das teorias que circulavam no mundo ocidental acerca do lugar psicossocial relegado a todo comportamento que divergisse da norma de corporificação social do gênero. Mais uma vez é importante repetir, o contexto político-social da Ditadura Civil-Militar brasileira não inventou os conteúdos da segregação binária e hierárquica das relações entre as pessoas, mas ofereceu as condições de possibilidade do seu desenvolvimento e do seu reforço.

A resposta a que chega, por fim, Stoller acerca da motivação do impulso à mudança de sexo, além de demonstrar o caráter psicótico desta demanda, foi atribuir a responsabilidade à educação familiar, que em algum momento deixou de cumprir sua função de reiterar o regime binário e heteronormativo que define um corpo para uma definida identidade de gênero, tornada essencial, caso inculcada na primeira infância.

Acredito fortemente, que a presença de histórias de vida e trajetórias passadas de travestis e transexuais na imprensa, responde, em alguma medida, a este imperativo descritivo da psicanálise, que retornava à infância para explicar as anormalidades da vida adulta. Não é um esquema de compreensão natural, acreditar que a infância explica o comportamento adulto

²⁹¹ STOLLER, 1973; LATTANZIO, 2017; 2018.

ou que nela estão as chaves para a compreensão de problemas presentes, foi, provavelmente, uma invenção psicanalítica que perdurou até os dias de hoje, feliz e infelizmente.

Graziela, Jaqueline e Acácio, seriam casos de transexualismo uma vez que demonstravam a convicção, individual e pública, e aqui é fundamental lembrar que todo esse processo está sendo registrado e reiterado pela imprensa, da pertença ao outro sexo. Jaqueline, na realidade, havia feito sua cirurgia, minorando seu sofrimento e a incompatibilidade que sentia quando se percebeu num corpo que “não era o seu”. Tanto ela quanto Graziela, montaram suas trajetórias individuais que terminavam por situá-las num tipo de relação social e com o corpo que atestavam sua não correspondência: sentiam-se mulher, mas tinham um corpo de homem, padecendo, assim, do “erro biológico”. Graziela, quando da entrevista havia feito os testes psicológicos necessários ao prosseguimento do processo de mudança sexual.

Como analisado nos capítulos anteriores, após a Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento da indústria bio-química, se tornou possível o investimento técnico em áreas de pesquisa totalmente novas: as próteses, o silicone, eletrólise, cirurgias plásticas. Todo esse investimento se colava em um momento em que as pesquisas científicas sobre a sexualidade criavam novos termos para velhas explicações.

Foi nesse contexto, entre os anos 1950, 1960 e 1970, que se forjou e se consolidou o conceito de gênero como esfera psicossocial, o qual permitiu o descolamento definitivo entre a psique e o corpo físico, ao mesmo tempo que performava uma outra operação de colagem/identificação/experiência: assumir que a dimensão psíquica tinha mais peso na definição da identidade de gênero²⁹² (MONEY, 1955; STOLLER, 1973; LATTANZIO, 2017). Essa tese, primeiramente evocada por John Money em 1955, corresponde, ao meu ver, ao movimento de tamanho investimento sobre o corpo pela indústria, pois ao eleger o psiquismo como lugar fidedigno da experiência corporal, tornava móvel, manipulável e possível a intromissão e aderência do bioheterocapitalismo, desde as indústrias fármacopornográficas até os valores das cirurgias.

Das 17 pessoas representadas na tabela II [casos de transexualismo], todas menos 3 se discriminam no papel de gênero totalmente em concordância com a sua criação, mesmo que contradito por suas gônadas. A estrutura gonadal por si nos dá um prognóstico menos fidedigno do papel de gênero de uma pessoa e sua orientação como homem ou mulher; o sexo designado nos dá um prognóstico extremamente fidedigno.²⁹³

²⁹² MONEY, 1955; STOLLER, 1973; LATTANZIO, 2017.

²⁹³ MONEY *apud* LATTANZIO, 2018, p. 413.

Neste ponto, acredito, é possível retornar às autoras que serviram de aporte ao que tenho tentado expor, uma vez que desde Rich passando por Butler e Curiel até chegar em Preciado, notamos que a crítica feminista lésbica das teorizações psicanalíticas e industriais não apenas tentaram desconstruir o conceito de gênero e sua reiteração, mas apontaram para a estruturação mais ampla de um regime em que os sujeitos denominados transgressores correspondiam, mesmo que através de uma resistência, ao interior do próprio regime contra o qual lutavam. Com Preciado (2008) é possível desconstruir a própria construção do desejo da mudança de sexo nos anos 1970, uma vez que a generificação capilarizada de elementos físicos e químicos do corpo, promoviam, performaticamente, um modo cultural de atribuir inteligibilidade a totalidade ou quase totalidade dos sentimentos e do que era sentido.

Ao erigir as partes do corpo como lugares de enunciação, acreditando, por exemplo, que os hormônios causavam o sexo²⁹⁴, ao atribuir agência política a setores da bio, se desenvolveu a possibilidade da manipulação consciente dos mesmos, operando com eles um jogo físico-discursivo e financeiro, aproximando os olhos dos sujeitos, olhos saturados dos significados binários, dos pedaços do corpo vivo, questionando, desta maneira, um grande paradigma da *episteme* moderna: a ideia de que o natural é auto-limitativo, a ideia de que o corpo que se desenvolve naturalmente desde a fecundação é ele mesmo seu fim, ou seja, a formulação normativa na linguagem que atribui a normatividade à natureza, isentando-se do seu caráter social e político, algo parecido com aquilo que Thomas Laqueur discutiu sob a expressão, “a anatomia como destino”²⁹⁵.

Na era fármacorponográfica, a anatomia não só não é o destino, como pôde ser sobre ela reinscrito um outro destino, reforçado na natureza novamente, visto que a partir do que se entendia por identidade de gênero, ela estava condicionada a variabilidade, todavia, como tentei expor, uma variabilidade patológica.

Stoller e sua tentativa de compreender racionalmente, pela psicanálise, a constituição da identidade de gênero pelo que considerava um desvio dela, o transexualismo, chegou a conclusões que reforçaram o caráter normal de alguns corpos. Mesmo que seus trabalhos estejam inseridos num momento de inflexão nas concepções e produções dos corpos em relação à sexualidade, momento concomitante à chamada Revolução Sexual, e como esta, produziu a reestruturação da conjugalidade heterossexual, através da hierarquização sexual com as novas

²⁹⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, domingo, 28 de julho de 1974, 2º caderno, página 1.

²⁹⁵ LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

manifestações de desejo e tecnologia que emergiam pública e midiaticamente em meados do século XX.

No final do texto de Stoller, ele demonstra concretamente seu compromisso com o regime binário que dava sustentação e inteligibilidade a todo seu empreendimento científico.

Até agora, dois fatores determinantes da identidade de gênero foram mencionados: as atitudes paternas (culturais) e os órgãos genitais externos do bebê. *Parece* existir um terceiro, uma “força biológica”, uma corrente *oculta*, a impelir o homem no sentido da masculinidade e a mulher no sentido da feminilidade.²⁹⁶

Stoller promoveu aqui uma verdadeira conjectura, apontando que subsiste no íntimo do gênero, uma “força”, que para ele é “biológica”, a impelir o homem para a masculinidade, ficando, portanto, evidente que a sustentação principal do autor é o próprio regime heteronormativo e binário que possibilitava conferir inteligibilidade psicopatológica ao transexualismo. Mostrou, assim, seu compromisso político com a instituição heteronormativa, uma vez que justamente quando iniciaria uma interpretação da constituição social do sexo, o autor opta pela via simples da atribuição à natureza, a qual, supostamente, como dito acima, seria ela mesma sua norma.

Por fim, outra coisa fundamental que as matérias analisadas operavam, era a relação dicotômica entre o passado de entrevistadas como Graziela e Jaqueline, marcado por tristeza, dor e sofrimento, e o futuro, marcado exclusivamente por uma ideia de felicidade e mudança de vida cujo meio era, necessariamente, a mudança sexual. A cirurgia, nesse contexto, não era somente uma terapêutica para minorar o sofrimento emocional diante da “inconformidade” sexo/gênero, era uma espécie de acerto de contas com o passado, a partir de um outro destino a ser traçado no interior do complexo desejo-tecnologia-corporeidade, o qual não redefinía somente o sexo, mas a própria felicidade das envolvidas. Nisso se configurava a produção cultural e financeira da subjetivação técnica, através das cirurgias de mudança sexual, o sexo a ser designado como biológico era construído clinicamente, uma intervenção que acreditava reproduzir uma anatomia, mas em realidade apontava para a possibilidade de sua manufatura, técnica, moral e financeiramente.

Desejos e orgasmos: dinâmica dos prazeres e homossexualidade

²⁹⁶ STOLLER, Robert. *Op. Cit.*, p. 168.

[...] dize-me qual é teu desejo e te direi quem és, te direi se és doente ou não, te direi se és normal ou não e, em consequência, poderei desqualificar teu prazer ou, ao contrário, requalificá-lo.²⁹⁷

Chego ao final deste trabalho com a discussão de um percurso: entre o campo e a cidade. Este percurso passa pela dinâmica dos prazeres entre meninos no campo e como os mesmos prazeres são negociados e manifestos na cidade, tendo em vista uma rede discursivo-normativa que se altera em determinados pontos caracterizando temporalidades distintas à cada espaço. As fontes levantadas para esta seção, vão além daquelas que privilegiei até aqui, pois, foi necessário, durante a pesquisa, estender o leque de possibilidades para um enquadramento do “cenário homossexual”²⁹⁸ paranaense, ainda que limitado.

Como pontuado, nas considerações iniciais e no início deste capítulo, a presente seção objetiva investigar de que modo os sujeitos, em suas experiências subjetivas e objetivas da sexualidade e do corpo, colocaram ou não em questão os discursos dominantes difusos no estado nos anos 1970, os quais se concretizavam muito além da imprensa, mas encontraram nela um local por excelência de ritualização. De que forma operavam aqueles discursos normativos mais amplos, na vida singular de pessoas capturadas de formas diversas pela vigilância heteronormativa ou que entravam em contato com as formas de poder-saber que estavam sob o manto daquela?

Nos dois periódicos analisados para os capítulos anteriores, assim como para delinear as vozes de travestis e transexuais, foi possível encontrar linhas discursivas múltiplas, ocorrendo, entretanto, o contrário para o caso dos homossexuais. Sobre estes, a partir de si mesmos, não há registros, sua emergência nas páginas da imprensa é enquanto notícias, notas, denúncias ou escárnio de modo sempre confuso, uma vez que apontavam para inúmeros sujeitos, sem considerar suas impressões. Portanto, se tornou importante buscar estas vozes em outros espaços, sendo que recorri às entrevistas orais, para que eles mesmos contassem de si, a partir do que lembravam, acerca dos anos 1970. O objetivo foi o de compreender o que nomeei de *negociação em função de se estar diante da norma*.

Para compreender os modos de negociação social no âmbito da inteligibilidade sexual ou daquilo que Foucault chamou de “colocação do sexo no discurso”, acredito ser necessário

²⁹⁷ FOUCAULT, Michel. O saber gay. Tradução de Eder Amaral e Silva e Heliana de Barros Conde Rodrigues. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 11, jan-abr. 2015, pp. 2-27. (p. 7)

²⁹⁸ Utilizarei em alguns momentos o termo homossexual para me referir categoricamente às práticas de sexo verificadas entre meninos, entretanto, conforme a discussão com as fontes prossiga mostrarei que o termo homossexualismo ou homossexualidade não era comum em alguns lugares do estado, sendo necessário compreender por outros meios o caminho do que chamei de dinâmica dos prazeres entre meninos.

um enfoque direto sobre os momentos em que esteve em questão na vida dos sujeitos, as experiências de prazer e os meios discursivos de atribuição de seus sentidos. Para este fim, nesta seção, são analisadas as seguintes fontes: três entrevistas realizadas com homossexuais masculinos paranaenses e que relataram as experiências de prazer e posterior atribuição de seus sentidos, tanto pela entrevista quanto pelos momentos em que foram colocados diante dos regimes da verdade sexual com base na autoridade de especialistas e da normatividade difusa socialmente; matérias e notícias dos *Diários* serão novamente úteis, uma vez que em ambos o tema foi tratado de forma a consolidar o enquadramento criminal e um outro que poderia ser denominado de patológico; algumas correspondências realizadas por homossexuais paranaenses junto ao jornal *Lampião da Esquina* relatando sobre seus sentimentos diante da sexualidade e do momento em que viviam, cujo dispositivo do assumir-se rondava suas experiências promovendo o receio ao mesmo tempo que a busca de subterfúgios de rompimento do silêncio nos anos de fechamento da década e, por fim, uma entrevista realizada com José Celso Filho, fundador do pioneiro bar gay, o *Celso's bar* em Curitiba, no ano de 1978, entrevista esta, realizada pelos fundadores do GD, publicada em 1995 no jornal *Folha de Parreira*.

Por outro lado, tendo em vista aquilo que Foucault reflete numa de suas entrevistas, intitulada *O saber gay* (2015), ainda que a “colocação do sexo no discurso” seja uma operação histórica e que, mesmo tendo dimensões opressivas, é por ela que se pode produzir uma história da sexualidade, é preciso, todavia, iluminar o termo sexo nesta frase, que aparece como algo externo ao próprio discurso, uma vez que é por ele acionado no campo da linguagem, capturado, nomeado, classificado, tornado um tipo de sexo. Iluminar o sexo significa, nos limites de meus objetivos para esta última seção, compreender que nem toda a realidade é possível de enquadramento, ou como formulou Butler, “questionar a moldura [neste caso, a norma] significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar”²⁹⁹, ou seja, no que tange aos modos de prazer, talvez existam condições de capturar as experiências dos sujeitos em sua potência e difusão, muito além do que as categorias dão conta. Para isso, é mais útil o termo prazer ao termo sexo.

É com base nessas questões, que abro a presente seção. Retornando à epígrafe citada e concordando com Foucault, quando este define a operação básica dos discursos, que objetivam instaurar em que consistem as experiências que os sujeitos tem de si e do mundo. Pensando nisso, começo refletindo as entrevistas realizadas com homossexuais masculinos que vivenciaram suas infâncias nos anos 1970, no caso de dois deles e que guardaram significativas

²⁹⁹ BUTLER, Judith. *Op. Cit.*, p. 24. Grifos meus.

lembranças desse período, notadamente relativas à sexualidade. Um dos entrevistados era adulto nos anos 1970 e considerei sua entrevista, uma vez que, sua juventude se passou em Curitiba naquela década. O movimento operado nestas apresentações segue do campo para a cidade, a fim de mostrar o trânsito da normatividade e as resistências, bem como o que lhes escapa.

As três pessoas entrevistadas nasceram no interior do Paraná, em lugares distintos e que contam histórias de fundação e desenvolvimento político diferentes. Antônio Luiz Martins Harrad Reis, Carlos Antônio e Antônio Carlos³⁰⁰ são personagens que conectam as cidades de Quedas do Iguaçu, Curitiba e Cianorte nos anos 1970. Carlos Antônio não nasceu em Curitiba, mas, é desde suas experiências na capital que o trago para compor as falas.

Antônio Luiz, doravante Toni Reis³⁰¹, nasceu no dia 20 de junho de 1964, em Limeira, distrito de Coronel Vivida, onde morou até o início da adolescência com a mãe e seus irmãos, seu pai havia se suicidado quando Toni tinha um ano de idade³⁰².

Segundo Toni Reis, a vizinhança de seu povoado era majoritariamente católica. É o que pode ser percebido no Censo de 1970, que constatou essa distribuição no Paraná. Toni comentou que havia preconceito com relação a protestantes nos anos 1970.

Ser evangélico naquela época [anos 1970] era uma situação muito complicada, eu lembro que em Coronel Vivida apontavam, olha aquele lá são evangélicos, são pessoas que não é para a gente ter contato com eles, tinha muito preconceito contra as pessoas evangélicas³⁰³.

A religiosidade católica, formava as concepções mais hegemônicas sobre a ordem do mundo, era a partir deste enquadramento que se produziam as referências de estabilidade e instabilidade nos sujeitos. A instituição religiosa tinha proeminência na constituição subjetiva da vida (Ver capítulo 2). Será, da mesma forma, essa hegemonia católica que tornará a experiência de Toni Reis singular e significativa para pensar a operação dos discursos

³⁰⁰ Antonio Luiz Martins Harrad Reis não é um nome fictício, se trata de uma personagem pública, pioneiro na luta pela visibilidade e direitos dos homossexuais no estado do Paraná e um dos fundadores do Grupo Dignidade. Carlos Antônio e Antônio Carlos são nomes fictícios.

³⁰¹ Antônio Luiz Martins Harrad Reis, é conhecido publicamente como Toni Reis e prefere ser assim nomeado, o uso que faço aqui de seu apelido não pretende nenhum constrangimento, serve tão-somente para encurtar a escrita e evitar a repetição de seu nome completo. O mesmo não ocorrera com Antônio Carlos que será sempre assim designado.

³⁰² Antônio Martins Harrad Reis, entrevista concedida à Jeferson Ramos em 12 de setembro de 2018. Toni Reis me recebeu no CEDOC Dr. Luiz Mott no GD, entidade que ele e outros militantes mantém em Curitiba, dedicada desde 1992 à defesa dos direitos de pessoas LGBTQ+. A entrevista foi gravada em meu celular do início ao fim das conversas, mesmo quando não tratávamos do tema específico de meu interesse. Toni Reis escreveu um livro de memórias sobre suas experiências de infância, cópia do qual foi me passada.

³⁰³ Ibidem. Grifos meus.

normativos, e em que medida as instituições atuavam nos sentidos possíveis sobre e dos sujeitos, notadamente no campo da sexualidade.

Atualmente, Toni Reis está casado com seu companheiro, David Harrad Reis, que conheceu em Highgate Station, no norte de Londres, em 1990. Se considera um católico crítico, entendendo que o preconceito e a discriminação com a homossexualidade, não têm relação com a fé, inclusive recomendou que seus três filhos, todos adotivos, tivessem alguma religião, pois “ajuda a superar alguns problemas”³⁰⁴. É perceptível em Toni Reis, que a religiosidade, fomentada por sua mãe nos anos de infância, constituiu o cerne de sua espiritualidade e do modo como enfrentou nos anos de infância a questão da sexualidade e sua abordagem pela igreja que frequentava.

Quando chegou na adolescência, Toni Reis e sua família mudaram-se para Quedas do Iguaçu, cidade do interior do estado, localizada na região oeste. Foi nesta região, quando estava com 14 anos que se percebeu *gay*, termo utilizado por ele na entrevista. Essa percepção se devia ao que ele compreende hoje, ser um sentimento de diferença em relação aos demais meninos. Em seu livro de memórias, publicado em 1996, intitulado *Direito de amar*, ele usou a expressão “o despertar do ser diferente”, como título da seção que tratava de suas experiências de prazer que moviam seu desejo para meninos e não para meninas.

Para caracterizar esse momento, Toni Reis recordou dos “jogos sexuais” que praticava com os demais meninos, e que se constituíam em brincadeiras que colocavam em questão a experiência de prazeres sexuais entre crianças, e complementou dizendo que “no interior, jogos sexuais entre crianças é absolutamente normal”³⁰⁵.

As brincadeiras sexuais de que Toni Reis recordou tinham um repertório variado: “concurso de punheta”, forma de masturbação para saber quem alcançava mais longe com a ejaculação, mas, “tinha dias quando só havia meninos que se conheciam melhor e então dizíamos: - Cada um toca no outro, aí fica melhor”, e todos se masturbavam reciprocamente, a outra forma era saber quem conseguia ejacular mais de três vezes. Modos de provocar prazer e sentir prazer entre meninos. Toni Reis chamou de “sacanagenzinhas de piá”³⁰⁶.

O menino que ganhava a maioria dos concursos era por quem Toni Reis se sentia atraído, um rapaz loiro e forte, “eu gostava de ficar perto dele porque seu “negócio” era maior. Ele

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ REIS, Toni; HARRAD, David. **Direito de amar**: a história de um casal gay. 1ª ed. Curitiba-Pr. (Manuscrito digitalizado s/p). Acervo de Jeferson Ramos.

sempre era um dos ganhadores, parecia uma olimpíada gay”³⁰⁷. Atrações e desejos que contornavam os prazeres de Toni Reis.

Nesse tempo todo, com todas essas brincadeiras, nunca ouvi alguém falar a palavra homossexual ou gay. O que se falava muito era “viado”. Mas “viado” era um nome feio para xingar as outras pessoas. Não tinha uma conotação sexual. Simplesmente fazíamos porque gostávamos. Até minha adolescência não me sentia diferente de ninguém. Fazia tudo por instinto, não conhecia a palavra homossexualidade, muito menos seu significado. “Viado” para mim era apenas uma palavra para ofender a pessoa. Só a partir dos catorze anos comecei a me sentir bastante diferente dos meus colegas. Senti que não pertencia àquela cultura, àquela forma de viver.³⁰⁸

Entre os jogos sexuais que faziam circular os modos de prazer entre os meninos e o campo discursivo, Toni Reis percebeu uma distância. O termo utilizado para desqualificar o outro, sempre menino, na condição de mais fraco, era “viado”, porém, segundo Toni Reis, não tinha necessariamente uma vinculação sexual, pois a palavra viado tinha efeito apenas no seu uso, quando numa situação pública alguém a desferia para ofender o outro. A interpelação pelo termo viado poderia recair sobre qualquer outro sujeito em situações variadas, e não era um sujeito da sexualidade que respondia a esta interpelação necessariamente, assim como o termo homossexual faria nenhum sentido. Os jogos sexuais não estavam nem comprometidos com aquele termo, nem mesmo tocados pelo mesmo, se inscreviam em uma temporalidade que nada tinha a ver com o que os discursos mais amplos chamavam de homossexualismo ou homossexualidade, uma vez que estes termos designavam um complexo psicopatológico ausente de dimensões de prazer (Ver capítulo 1). Além de ser um conceito normativo, era um conceito hegemonicamente urbano.

Entretanto, ainda que não tenha sido pela via do homossexualismo, Toni Reis em dado momento de sua vida, se percebeu diferente.

Aos 14 anos eu me percebi diferente, que não era só uma brincadeira, eu tinha sentimentos, eu me apaixonava pelos meninos, e não era legal, você podia ter relacionamentos, mas não podia ter afeto, e foi aí que eu contei pra minha mãe³⁰⁹.

Quando Toni notou, que as experiências de prazer pelas quais passava produziam efeitos em sua subjetividade, pois permanecia com desejos dentro de si, mesmo com o fim das

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ REIS, Toni; HARRAD, David. *Op. Cit.*

³⁰⁹ Antônio Martins Harrad Reis, entrevista concedido a Jeferson Ramos em 12 de setembro de 2018.

brincadeiras, dentre outras coisas como não apreciar jogar bola com os irmãos, preferência por sua casinha de cacos de vidro, foi o momento em que percebe-se a atuação do que se poderia mencionar como sendo a “colocação do sexo no discurso”, neste caso, a colocação do prazer no discurso, foi o momento em que Toni resolveu contar, revelar para alguém os seus sentimentos, mas naquele momento não mais em forma de uma prática de prazer e sim em uma linguagem de sentido das experiências daquelas práticas.

Nesse momento de sua vida, lembrou na entrevista, que gostava de ler, de estudar e onde conseguia um texto ou imagens lá estava ele degustando-se. Como o acesso à informação e ao conhecimento eram difíceis e raros, os artefatos que estiveram presentes nesse momento nas vivências de Toni Reis, foram a enciclopédia Barsa³¹⁰ e páginas de jornais que eram utilizadas como embalagens para as carnes que sua mãe comprava na venda. Ressaltou que o que chegava em sua casa era o programa a Hora do Brasil, que era ouvido em família, assim como tinha aulas de Organização Social e Política do Brasil, Moral e Cívica, onde aprendeu o valor da ideia e prática da ordem, segundo ele, repassadas hoje aos seus filhos, criticando, no entanto, o nacionalismo exacerbado e a idolatria política.

O gosto pela leitura e pelos estudos, tornaram mais possível a Toni Reis articular seus sentimentos e apresentá-los à sua mãe, algo que não era comum no período, mesmo o dispositivo do “assumir-se”, que estava em outro registro, mas se produzia no fechamento da década de 1970, era muito difícil para os homossexuais de se constituir no âmbito familiar.

Eu me lembro que eu cheguei pra minha mãe e falei... porque vinha da igreja, vinha da escola e vinha do que eu lia, eu falei para minha mãe, mãe eu sou doente, sou pecador e sou, não falei criminoso, sou fora da norma, sou desregrado, eu não tô certo na minha cabeça, eu sou tipo, desregrado [...] você podia fazer tudo, mas tinha que ter um código de silêncio tudo era permitido, mas não podia falar, não podia verbalizar que você fez aquilo, eu via isso entre meus amigos, e não podia falar, e eu falava, e eles diziam, não você não pode falar isso, isso não existe, isso é feio, até os 14 anos foi super bem, minha vida sexual foi bem, tinha a prática, com os amigos inclusive, vários amigos meus até hoje, muitos deles, a maioria não são homossexuais, não são gays, são casados, mas praticavam, os jogos sexuais³¹¹.

Aos catorze anos, em 1978, Toni chega até sua mãe, Dona Maria da Conceição dos Reis, e conta sobre o que se passava em sua mente acerca daqueles sentimentos que não lhe faziam sentido e o colocavam numa situação de diferença em relação aos demais meninos de sua idade.

³¹⁰ Curiosamente, a enciclopédia Barsa, começou a ser publicada no ano de 1964, quando Toni Reis nasceu.

³¹¹ Ibidem.

Observou durante a entrevista, que os enunciados discursivos que colocavam em questão as formas de pecado, doença e anormalidade constituíam os esquemas de percepção que produziam os enquadramentos possíveis acerca do sentido dos sujeitos e de suas experiências, e apelar para o campo discursivo naquele período, era ser interpelado pela norma, na forma como a norma concebia as diferenças, os estranhamentos e os sujeitos confusos. Pepper Schwartz e Philip Blumstein (1980) assim discorreram sobre um contexto em que o sujeito da diferença não possui referências próprias que inscrevam seus sentimentos e prazeres no campo discursivo, “ele ‘rotulará’ esse estado e descreverá seus sentimentos em termos dos conhecimentos de que dispõe”³¹², Schwartz e Blumstein, se referem aos esquemas de concepção construídos socialmente e que operam como sendo a racionalidade disponível sobre tudo o que for colocado diante do discurso.

Ter contado à sua mãe sobre seus sentimentos secretos a tornou naquele momento um escudo heteroprotetor, que levantou-se em favor da reconciliação do filho com a normatividade heterossexual, pois era o comportamento com horizonte ordenador ao qual recorreu, este processo forjado, no entanto, não somente como uma forma explícita de reprodução da violência epistêmica que configura a instituição heteronormativa, mas, da mesma forma, através do ímpeto de receio, de medo e de afeto sentido por Dona Maria em relação ao que constituía discursivamente aqueles sentimentos e desejos que o filho expressava.³¹³

Quando eu falei pra minha mãe que eu era pecador, doente e fora da norma, ela concordou, disse que bom meu filho, vamos te ajudar, e não conte para ninguém, ela pediu para eu falar com a professora, que também não sabia nada, disse que eu precisava procurar um médico, e a minha mãe me levou, com o Dr.º Antônio Freire da Policlínica de Pato Branco. No consultório minha mãe falou pro médico “cure meu filho”. Eu falei pro médico, olha eu tenho atração por outros meninos, eu não sou normal, ele fez uns exames, ele disse fisicamente você está super bem, você pode ser homossexual, e eu sugiro que você vá para uma cidade grande, estude bastante, porque senão você vai sofrer muito, se você ficar no interior você vai sofrer muito, preconceito, discriminação, eu saí dali desesperado, e eu disse então não tem cura isso, o médico disse que a sexualidade é muito ampla, ele não falou você é homossexual, ele falou você pode ser. Ele me aconselhou a procurar um psicólogo, eu procurei, mas não conseguia resolver aquilo, eu não conseguia entender³¹⁴.

³¹² BLUMSTEIN, Pepper; SCHWARTZ, Philip *apud* HITE. *Op. Cit.*, p. 288.

³¹³ A sustentação da instituição heteronormativa não se dá somente através das formas difusas de violência colocando em oposição os sujeitos. Esta instituição é ordenadora do mundo e dele fazem parte o amor, os sentimentos, a afeição e o cuidado, portanto, a projeção afetiva pode reproduzir sistemas de desigualdade e opressão. Não seria possível a esta instituição se reproduzir somente através da exclusão, ela é também sensível.

³¹⁴ *Ibidem*.

A partir da confissão dos sentimentos e desejos à sua mãe, logo esta recorreu às autoridades constituídas da sociedade, as quais dariam respostas, soluções, “a cura” ao infortúnio que acometia Toni. Entretanto, assim como percebe-se a partir de uma visão mais ampla sobre os discursos acerca do homossexualismo nos anos 1970, não se tinha profundos conhecimentos a respeito do mesmo ou de qualquer sentimento confessado e que fugisse ao normal heterossexual, não havia por trás daquele sentimento de repulsa que emergia quando o tema era tocado, uma real reverberação discursiva capaz de satisfazer o ímpeto do estranhamento. Foi com esse sentimento que Toni se debateu ao receber respostas que não lhe traziam algum conforto. Se expressando nos termos da norma, e por conta disso, não havia uma real concatenação discursivo-sensível em Toni, era toda uma subjetividade sobre suas experiências de prazer e desejo a ser construída do início.

O médico, um dos especialistas autorizados a decidir sobre a normalidade ou não das pessoas, respondeu com uma conduta interessante a Toni, diferentemente do discurso médico mais amplo, notadamente no campo da psicanálise, no qual o homossexualismo recebia forte dose de heteronormatividade patologizante, o médico esboçou uma atitude tendente a um enquadramento cultural da sexualidade, o qual, de acordo com as lembranças de Toni, não se manifestou de modo a caracterizar o homossexualismo, diretamente como doença ou apresentando alguma forma de cura, parece, pelo que contou Toni, que o médico chega até mesmo a se solidarizar, apresentando saídas, que não culminavam com o fim do sentimento, mas com uma revolução na vida do paciente, retirando-se do lugar que poderia representar o verdadeiro incômodo.

Curiosamente, alguns anos antes, em 1975, na capital, foi lançado o livro *Homossexualismo tem cura*, em um tom de afirmação, do escritor Arlindo Padilha, que reiterava os discursos que venho discutindo nesta dissertação desde seu início. O lançamento ocorreu no Salão Nobre da Biblioteca Pública do Paraná, no dia 19 de julho³¹⁵. Percebe-se que a circulação de discursos opostos, que não necessariamente concordavam no interior da norma heterossexual, podem ser verificados na década de 1970, ainda que a visão hegemônica referencial fosse a do enquadramento psico-patológico.

Ambos os discursos colocavam em questão o que é ser homossexual, de forma que ambos reinventavam o sujeito da dinâmica dos prazeres para um outro sujeito que naquele momento, capturado pelo discurso qualificador de seu sexo, lhe enquadrava numa categoria, a qual não possui necessariamente um único ponto de ancoragem, sendo que o médico a que Toni

³¹⁵ *Diário do Paraná*, Curitiba, terça-feira, 8 de julho de 1975, 1º caderno, página 4.

Reis recorreu, deu-lhe sugestões de como enfrentar aquilo que Stoller anteriormente, havia definido como normal numa sociedade, o preconceito e a discriminação. Para o médico, era possível contornar as sanções sociais normativas, enquanto para Stoller, não é vislumbrado o mesmo, como se elas fossem gerais e irrestritas, quando não, necessárias.

Antes de Toni Reis ter decidido sair da cidade e mudado para Curitiba, outra instituição o colocou diante da teia de discursos normalizadores: a igreja. Toni, buscou ajuda naquilo que considerava fundamental na sua vida, a religião, inclusive desejava ser padre, vontade que, aos poucos, se opunha ao que sentia aflorar dentro de si. Resolveu, diante da indeterminação e do desassossego sentidos, buscar ajuda espiritual.

[...] quando eu falei pro padre, ele disse você é pecador, você está sujo, isso é uma sujeira da tua mente, você precisa tirar isso. Enquanto você não tirar essa sujeira você não pode ficar com os outros meninos. Você não pode tomar os sacramentos, pra mim aquilo foi muito triste. Até hoje fico pensando, porque o padre falou que era pecado, era uma sujeira, mas disse que poderia ser uma doença, nem o padre que era a pessoa mais inteligente, faça a novena pra Nossa Senhora do Perpétuo Socorro pra se curar, mas se você tiver qualquer lapso, qualquer desvio, você volta aqui no primeiro dia, cheguei, olha padre, assisti a novela, tinha os rapazes bonitos e eu ficava olhando, aí ele pediu pra eu me afastar da igreja, falou que eu não era uma boa companhia, não seria bom³¹⁶.

De todos os espaços que lhe foram hostis, a igreja representou o ápice, primeiro por decidir, ao fim de uma série de tentativas sem êxitos na cura, pela expulsão de Toni e segundo por ser um lugar do conforto e do descanso dos fardos da vida, como ele próprio acredita ser, até os dias de hoje.

A recomendação do padre, para a realização das novenas foi seguida por Toni, revelando que sua busca foi, de fato, para encontrar-se a si mesmo, encontrar-se atrás daquele sentimento que lhe causava repulsa, como se em algum lugar de seu ser, estivesse escondido quem de fato ele era, em outras palavras, buscar a verdade homossexual, a verdade de seu desejo homossexual em algum recôndito de seu complexo psicológico e espiritual. Acredito que a confusão psicológica a que Toni se deparava, foi justamente o confronto entre os prazeres da carne e a ordem discursiva das coisas, na medida em que um conjunto de discursos advindos de diferentes instituições, família, igreja, imprensa, reiteravam uma normativa, em detrimento das realidades vivenciadas na dinâmica dos prazeres mútuos, se tornava extremamente difícil ao sujeito, encontrar suporte para aliviar-se quando passa a colocar em questão seus

³¹⁶ Ibidem.

sentimentos. A confusão psicológica foi, por outro lado, o terreno fértil e necessário onde as instituições plantaram suas diretrizes morais, ausente um contradiscurso capaz de enfrentá-las

A novena recomendada pelo clérigo foi lembrada por Toni em seu livro de memórias. A oração abaixo, para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, conhecida como Nossa Senhora das Causas Perdidas, foi reiteradamente rezada nas novenas realizadas. Em seu conteúdo, percebe-se uma abordagem sutil dos sentimentos confusos que podem facilmente ser a ele associados, ou seja, a oração possui um conteúdo aberto, na medida em que pelos termos *transviados* e *aflitos*, consegue abarcar inúmeros sentimentos, como os de Toni, ainda que, infelizmente, fosse incapaz de repassar algum conforto a pluralidade dos mesmos sentimentos.

Os transviados
E os aflitos
Vindes, vedes
Socorrei.
A nós volver
Nossos filhos protegei
Oh Maria
*Oh Maria...*³¹⁷

Importante lembrar, que o termo *transviados* na oração, está carregado de significação histórica. Conforme observou Lidia Noemia Silva dos Santos (2013), entre os anos 1950 e 1970, emergem no Brasil as apropriações e significações de práticas sociais, principalmente entre a juventude, que buscavam questionar os diversos padrões sociais, notadamente nos campos do corpo e da sexualidade, através de hábitos de vestimenta, sexo e substâncias com potencial alucinógeno. Do ponto de vista da visão hegemônica sobre esses comportamentos, tudo era fruto indiscriminado da modernização que subia à cabeça dos jovens, tratei disso anteriormente. O homossexualismo, ao ser focado na imprensa e em produções midiáticas, com mais ênfase na década de 1970, foi, juntamente aos demais elementos citados, recebido como parte destes modismos de época de uma juventude transviada, agravado por estar se tornando “hábito” permanente e presente constantemente, conforme divulgava a imprensa. Nessas apropriações e significações, Lidia N. S. dos Santos argumentou ser mais um campo da influência cultural norte-americana, confirmando para esta questão, que foi um período de transnacionalização cultural de matriz norte-americana, repercutindo para além de suas fronteiras o dinamismo

³¹⁷ REIS, Toni; HARRAD, David. *Op. Cit.*

cultural que se verificava entre novos grupos sociais que se tornavam frações subculturais de consumo.

A novena foi seguida à risca por Toni, e segundo recomendação do padre, a cada recaída era necessário um recomeço, pois era preciso, pela força de uma reiteração da negação, buscar pelo esquecimento, pelo bloqueio do desejo, do prazer e do sentimento de atração por outros meninos, ao menos publicamente. As “recaídas”, entretanto, aconteceram, e diante do fato de que se tornara uma “causa perdida” até mesmo para a santa milagreira, Toni foi expulso da igreja católica de Quedas do Iguaçu.

O pano de fundo, como percebe-se, foi o ato subversivo em romper com um pacto de silêncio sobre prazeres considerados secretos antes de serem considerados malditos, foi provar que os prazeres mútuos sem divisão de corpo ou gênero não são exceção, tornando-se exceção apenas no campo do público, do político, da heteronormatividade reiterada socialmente como a racionalidade sexual. Toni desfez, em suas práticas, um elo da sociabilidade que reiterava a relação público-privado como oposição, mantida no campo da sexualidade, a fim de se tornar possível a perpetuação de prazeres, que por serem possíveis e demonstrarem a mutualidade constitutiva de orgasmos sem nome, são negados e omitidos pelos próprios sujeitos que os executam, quando se encontram na arena pública, diante da norma, um silêncio constitutivo que sustentava por um lado a heterossexualidade masculina e por outro a dinâmica dos prazeres entre meninos.

O pacto de silêncio era, portanto, uma encruzilhada, um ponto de cruzamento de uma outra ordem social. Na medida em que reiterava a possibilidade dos prazeres, era, ele mesmo, efeito da heteronormatividade. Uma encruzilhada que longe de ser paradoxal, na realidade unia sujeitos e corpos através de apropriações e ressignificações sociais. Uma mesma prática adquiria outros sentidos em lugares diferentes, podendo ser apropriada conforme a situação e a densidade subjetiva dos objetivos.³¹⁸

De Quedas do Iguaçu passo para Cianorte, através dos relatos de outro entrevistado, construindo o caminho que liga estas duas cidades, com os prazeres experimentados e contados por dois meninos do interior.

Antônio Carlos nasceu no meio rural de Cianorte, noroeste do estado do Paraná, em 8 de junho de 1970, “nasci e vivi no campo até os 19 anos de idade”³¹⁹ em uma pequena xácara,

³¹⁸ SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana*, 3(1), 1997. (pp. 41-73). (2 partes)

³¹⁹ Antônio Carlos, entrevista concedida a Jeferson Ramos pelo aplicativo *whatsapp* em 20 de fevereiro de 2019. Entrei em contato com Antônio Carlos no mês de setembro de 2018, quando ele se organizava para uma viagem à Itália, não permitindo dar atenção necessária a entrevista, somente com o retorno ao Brasil foi possível conversar

arrendada do avô paterno, onde trabalhou desde criança ajudando sua família nos cultivos que mantinham. Quando contatei Antônio Carlos para a entrevista, ele respondeu que poderia não lembrar-se de muita coisa vivenciada nos anos 1970, pois foi o período de sua primeira infância, cujas experiências são mais difíceis de serem acessadas, uma vez que muitas não foram processadas em forma de memória. Entretanto, considerei que poderíamos conversar mesmo sobre recortes que a um primeiro momento parecessem estanques, vindo a serem posteriormente melhor alocados conforme eu construísse seu relato em forma de relato historiográfico.

Antônio era o irmão mais velho entre três, Jean e Andrea. Como irmão mais velho, a relação com o trabalho lhe capturou primeiro, uma vez que vivia em “um contexto familiar de pequena propriedade com valores muito fortes de dignidade, de luta, de existência, de resistência, de valores relativos ao trabalho”³²⁰. Assim como a família de Toni, a de Antônio Carlos era católica fervorosa, seu pai e sua mãe, eram pessoas “de dentro da igreja”, participando dos festejos locais, contribuindo na organização das quermesses e das missas, o que aproximou Antônio da igreja, constituindo suas primeiras experiências com a religiosidade, da qual viria a se afastar na juventude, “vivi esse catolicismo desde a infância até os 18, 19 anos”³²¹.

As atividades religiosas eram comumente realizadas no mesmo espaço que outras atividades, como a escola, esse cenário foi motivado, principalmente, pelos poucos investimentos do governo, bem como, por um estado que ainda passaria por um processo de modernização durante a Ditadura Civil-Militar.

No interior do Paraná, nos anos 1970, a realidade infraestrutural era precária, enquanto a cidade de Curitiba passava por investimentos nesse setor, bem como as regiões de grandes lavouras, como as do norte, a agricultura familiar do interior oeste e sul não recebia a mesma atenção. A industrialização do estado foi profundamente vertical, valorizando a agroexportação, em detrimento da cultura e das necessidades da população que não atuava junto ao mercado da

com tempo. Quando de seu retorno, eu fiquei impossibilitado de viajar até sua cidade atual para entrevistá-lo pessoalmente, pois meu pai estava na cadeira de rodas e dependente de minha total ajuda para fazer as coisas do seu cotidiano. Para dificultar esse quadro meu pai entrou em um quadro de síndrome intestinal sem poder evacuar e sem conseguir se alimentar. Como sou o único filho que vive hoje com ele, se tornou impossível qualquer deslocamento, portanto, diante do cenário, resolvi junto ao entrevistado conversar pelo aplicativo *whatsapp*. As conversas estão gravadas e guardadas em meu acervo pessoal. O benefício desse suporte é a contínua conexão com o entrevistado, sempre que surge alguma dúvida é possível obter uma resposta no mesmo instante, mas a desvantagem é não poder capturar as expressões faciais, trejeitos, silêncios ou falas corporais que uma conversa presencial possibilita.

³²⁰ Ibidem.

³²¹ Ibidem.

exportação, diretamente. Ao serem consultadas as agendas de investimento do governo Canet Jr., mandato 1974-1978, nota-se que a prioridade era a infraestrutura, que, em realidade, se traduzia em favorecimento aos grandes latifundiários (origem social do próprio Canet Jr.) e da indústria urbana, a partir da construção de estradas e de uma preocupação não apenas governamental, mas pessoal com o setor³²². Uma das faces desta precariedade, era o acesso à educação, que ocorria, no caso de regiões como as de Toni e Antônio, desde que se dispusesse de um espaço para tal fim. No caso de Antônio, as atividades da escola eram realizadas no mesmo espaço em que eram desenvolvidas as atividades da igreja, e as salas de aula, eram multisseriadas devido à falta de espaço e de professores.

O cotidiano desse campo invisibilizado, por outro lado, promovia a solidariedade entre os vizinhos, principalmente a partir das constantes visitas, momentos em que se tornavam possíveis as amizades de infância, com as quais se experimentavam modos de prazer e as primeiras sensibilidades da intimidade.

A primeira experiência nomeada de homossexual por Antônio, foi na 5ª série, quando se sentiu completamente apaixonado por um colega de sala, “adorava ficar com ele, adorava a companhia dele, achava ele bonito e simplesmente queria estar perto dele, sentia uma coisa estranha e que eu já me senti estranho porque sentia uma vontade enorme de ficar com ele, de ficar perto, de senti-lo perto, com 10, 11 anos já sofria esse desejo assim, de ficar perto dele”³²³. Assim como em Toni, aqueles sentimentos, hoje enunciados sob a categoria da homossexualidade, à época eram apenas sensações de diferença e estranhamento de si mesmo frente aos demais. Esse sentimento, provavelmente, era uma operação da hegemonia heteronormativa.

Antônio relatou, assim como Toni, que nas suas experiências de infância ocorriam as situações de brincadeiras sexuais, principalmente com toques corporais e masturbação.

Então, havia brincadeiras com coleguinhas, mas de ver pipi, nada de ficar peladinho e fica brincando assim com os meninos, [...] tinha um primo meu que de vez em quando a gente ele batia punheta pra mim e eu ficava constrangido com aquilo, mas achava aquilo tesão, mas não... era muito travado, aquilo para mim era uma coisa muito travada. Ele batia punheta pra eu assisti, eu chegava em casa e batia punheta sozinho, na verdade aquilo era muito forte pra mim.

³²² CASTOR, Belmiro Valverde Jobim; SÁ JR., Adherbal Fortes de; FREITAS, Antonio Luiz. **No tempo do Canet**: a história do Paraná na década de 1970. Curitiba: Underwater Books, 2015. HERSEN, Amarildo; LIMA, Jandir Ferreira de; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Industrialização paranaense**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2013.

³²³ Antônio Carlos, entrevista concedida à Jeferson Ramos pelo aplicativo *whatsapp* e, 20 de fevereiro de 2019.

As brincadeiras em que Antônio se envolvia, não eram do mesmo teor daquelas relatadas por Toni, porém, assim como aquelas, envolviam modos de prazer entre meninos. Ainda que ele afirme, que não havia momentos em que ficava pelado com outros meninos, finalizou contando que com seu primo, mantinha momentos de masturbação e que estimulavam-no a praticar sozinho. Desta forma, contornava sua sexualidade, a partir de formas de prazer sentidas com outros meninos, socializando sensações que aos poucos construía-se em forma de sentidos, principalmente pelo constrangimento.

Outras experiências, colocavam-no diante da construção social da masculinidade, na qual ele não se identificava, principalmente nos momentos em que era preciso jogar bola com os outros meninos na escola, algo que ele detestava, “eu odiava jogar bola, não gostava de jogar bola”³²⁴. Durante o Ensino Médio, nos anos 1980, ele relatou, que era obrigado a jogar pelo professor de Educação Física, sendo nesses momentos, que ele mais se sentia constrangido e mal com a situação toda, sentimento que era, uma forma de expressão de uma subjetividade dissidente num contexto ainda fortemente marcado pela vigilância e hegemonia heteronormativa, “sentia vergonha dos meus colegas porque tiravam sarro porque eu não fazia isso”. Um menino que não faz o que os outros meninos fazem é posicionado no campo do feminino, num sentido misógino desse feminino, se não gosta do que homens gostam, então, gosta do que mulheres gostam, e para um homem isso “deveria” ser vergonhoso³²⁵.

Todas essas situações, assim como os sentimentos de desejo que sentia, faziam pouco ou nenhum sentido para ele, o que tornava as coisas ainda mais complicadas, pois sem modos de entendimento, pouco tinha para reagir, mesmo que para não se envergonhar ou se constranger, “era uma coisa de não se entender mesmo o que estava acontecendo”. Diferentemente de Toni, Antônio não reagiu da mesma forma com relação ao que sentia, foi somente depois de adulto que conseguiu contar à família, depois de 25 anos, quando havia começado a namorar e o momento histórico era outro, no caso, nos anos 1990. Na infância era algo impossível de nomear, mesmo porque não havia informações sobre sexualidade ou que o ajudassem a expressar-se, tendo em vista, que tudo à sua volta não convergia ou traduzia seus sentimentos.

Olha, na infância e na juventude, nos primeiros anos, no meu tempo ainda rural, não havia informação sobre sexualidade, eu só me lembro de duas situações muito incômodas, em que isso me causava grande perturbação, quando a gente ia visitar os avós em Curitiba, e a rua que

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ WELZER-LANG, Daniel. *Op. Cit.*

minha vó morava havia muitos travestis, e eu me lembro de um contexto familiar muito opressivo, que desdenhava, ria muito das transexuais, das travestis de rua, aquilo me incomodava muito, não sabia muito bem o que era aquilo, mas aquilo me incomodava muito, da maneira como ria-se, se fazia chacota das transexuais e dos travestis, isso me incomodava³²⁶.

Mesmo sem entender aquilo que sentia, Antônio relatou que se incomodava com o modo como as travestis da rua onde sua avó morava, eram tratadas pelos moradores do centro. Como discuti nas seções anteriores, as travestis consideravam a capital uma cidade preconceituosa e que se mostrava excessivamente hostil. No caso de Antônio, nota-se, do ponto de vista dos moradores, como isso era uma realidade que transcendia apenas os moradores de longa data do centro, sendo percebido em quem vinha do interior. Isso mostra, que o incômodo sentido não era apenas em relação a presença física daquelas pessoas, mas sua existência simbólica era igualmente campo de uma exclusão, algo que os chamados viados sofriam no contexto do campo sob formas distintas. Antônio, por outro lado, revelou que eram práticas que o incomodavam, mas não explicou de forma detalhada o que era esse incômodo, entendido apenas como mais uma não identificação em relação às condutas à sua volta, que praticavam o escárnio com as travestis.

Quando perguntado sobre os momentos em que sofrera preconceito, Antônio promove uma separação temporal, pois, relatou que passou a sofrer formas de discriminação, depois dos 18 anos, quando entendia-se como homossexual. Esse entendimento foi concomitante à sua entrada na universidade, nos anos 1980, quando saiu do interior e foi para a cidade, mudando-se do Paraná para Minas Gerais. As situações de constrangimento da infância, não configuravam preconceito nos termos com os quais se compreende a homofobia, uma vez que não estavam sob o manto da identificação com uma categoria da sexualidade. As formas de resposta, mudam quando o sujeito se assume do ponto de vista da positividade de seu desejo, como ele passou a experimentar depois da politização sexual na vida adulta, vindo, nos anos 1990 a se “assumir” para a família.

Uma pessoa que ajudou Antônio na fase de seu “aceitar-se” e posterior “assumir-se” foi seu tio Carlos Antônio, que era mais velho e manteve por muito tempo em segredo sua própria sexualidade. Carlos é de uma geração anterior à Antônio, nasceu em 1956, em Japurá, cidade do interior noroeste do estado, fundada em 1964. A família de Carlos presenciou a ocupação e fundação da cidade.

³²⁶ Ibidem.

Quando chegou à capital, nos anos 1970, Carlos contou, na entrevista, que logo começou a trabalhar, “vim com a família, logo consegui trabalho, a vantagem de que quem vinha, no interior era trabalhador, então, foi fácil de conseguir trabalho”³²⁷, sua impressão da capital não foi diferente daquela sobre sua cidade natal, “era igual minha cidade pequena, Curitiba na época era também muito conservadora, até hoje as pessoas são muito preconceituosas. O curitibano é muito fechado, frio, não gosta muito de falar, ainda mais sobre homossexualismo”³²⁸.

Interessante notar que a operação do preconceito nem sempre é explícita, pois resta perguntar como se operava aquelas primeiras repreensões de si mesmos, acerca dos sentimentos quando os entrevistados se percebiam diferente, e como se estrutura, se não nas relações sociais, este perceber-se diferente. Como integrantes de uma sociedade, e esta sendo uma comunidade de sentido, se perceber diferente pode ter origem na percepção da ausência de condutas, uma vez que as mesmas se estruturam forcluídas do que se constitui a norma, no caso, aquilo que era visível e presente. Forcluídas no sentido de existentes pela ausência, ou seja, inseridas fora, privadas da discursividade pública e da presença pública, o que não significa que não existiam, como o caso dos prazeres entre meninos, mas que são explicadas pela ausência de termos, pela indeterminação, ou nem sequer mencionadas, sendo capturadas apenas pela negatividade da ofensa e da violência. Como apresentei nos dois casos anteriores, o constrangimento e a vergonha, partes do perceber-se diferente, se deviam a uma permanência pública do que não poderia se mostrar, mas para sustentar isso, se processa algo próximo ao que Foucault percebeu para o caso do sexo no século XIX, a sua valorização pública como algo próprio do privado, do segredo, e existir no privado é uma não-existência. No caso dos prazeres entre os meninos, seu tratamento público se dá pelo silêncio, pelo pacto de silêncio.

Acredito, que é este processo que permite à dinâmica dos prazeres serem malditas, pois essa condição silenciada é reiterada performaticamente no campo público. Ditar o segredo de algumas práticas, escondê-las, é produzi-las como segredo, e dessa atividade fazem parte os sujeitos que destoam tanto de uma quanto de outra regra, daquela que perfaz condutas masculinizadas no espaço público e daquela que produz a abjeção discursiva do que delas distancia-se. Portanto, considerar um lugar preconceituoso era sempre uma sensibilidade de quem percebe uma ausência e nela a si mesmo. Defendo que nisso se funda o contexto de incompreensão sobre si das primeiras manifestações de sentimentos dos entrevistados.

³²⁷ Carlos Antônio, entrevista concedida à Jeferson Ramos pelo aplicativo *whatsapp* no dia 02 de março de 2019.

³²⁸ *Ibidem*.

Sentindo a cidade tão preconceituosa quanto aquela da qual viera, Carlos continuou mantendo sua sexualidade em segredo, assim como fazia na antiga cidade, para contornar a situação, tratava de arrumar um relacionamento heterossexual, de fachada, pois com um homem a família jamais aceitaria, e “nem desconfiava, pegava as meninas da cidade, namorava, porque precisava ser assim”³²⁹. Em Curitiba buscou manter-se distante de travestis, segundo contou, a fim de se preservar, uma vez que ser visto com travestis e/ou reproduzindo seu estilo de vida poderia resultar em vergonha e constrangimento perante a família, algo que Carlos não estava preparando e nem mesmo emergia tal situação em seu horizonte. Estar junto de sujeitos dissidentes seria uma confissão de dissidência. As travestis das quais Carlos buscava não se aproximar, eram as mesmas cujo tratamento incomodava seu sobrinho Antônio quando o visitava.

As experiências de Carlos, apontam para uma configuração diferente daquela que sujeitos nascidos em gerações posteriores, como seu sobrinho Antônio, experimentaram. Carlos, escondia a todo custo, não passava em mente contar ou comentar com alguém, um encontro com outro homem era quase impossível, o desejo se delineava muito mais no que se sentia e na visualidade. Percebe-se, que não há uma diferença entre campo e cidade no tocante às experiências homossexuais, o preconceito ultrapassava estas fronteiras, borrava-as. A cidade de Curitiba, se tornaria parcialmente mais tranquila para sujeitos LGBTQ+ após a década de 1990, quando dos trabalhos do Grupo Dignidade, organização que fazia o tema assumir uma identidade pública passando pelo enfrentamento ostensivo às formas de discriminação. Entretanto, é fundamental perceber que esse quadro, foi possível somente após a construção da homossexualidade como uma identidade assumida e positivada pelos sujeitos, processo que se inicia com mais corpo nos anos 1990, no Paraná e era resultado desse contexto histórico de silenciamento que reproduzia o sofrimento de vários sujeitos.

Com Carlos, o processo de “assumir-se” gay se deu somente em meados dos anos 1980, depois de conseguir socializar com outros homossexuais em uma viagem que teve para Joinville, litoral norte de Santa Catarina. Entretanto, o ato da confissão não foi voluntário, “um dia minha irmã me pegou beijando meu namorado escondido e contou pra minha mãe [...] eu tinha 30 anos”, após o episódio sua mãe o chamou para uma conversa e perguntou se ele era gay, “muito tenso, nervoso, respondi que sim. Ela teve uma atitude que nunca vou esquecer.

³²⁹ Ibidem.

Me abraçou, beijou na testa e disse: eu te amo meu filho, você é igual a seus outros dois irmãos heteros”³³⁰.

O contexto urbano e o período dos anos 1980, traziam o debate da sexualidade com maior presença, um processo subjetivo que contribuiu na emergência de sujeitos, diferentemente dos anos 1960, quando Carlos ainda morava no campo³³¹. Esse cenário, não significa que o campo é sinal de preconceito, e sim que os meios e as formas de vivenciar a sexualidade são diferentes, os meios de discursividade são acionados por modos e em tempos diferentes, muitas vezes nunca acionados. Prova disso, são os raros trabalhos sobre a homossexualidade em contexto campesino, são experiências, que pela sua natureza ser associada ao privado, tanto a hetero quanto as demais, não deixam documentos, sendo que os vestígios devem ser buscados nas vozes de seus autores, quando estes se dispõem a falar sobre estas questões.

A partir de cartas, enviadas ao jornal alternativo *Lampião da Esquina*³³², por outros homens de Curitiba, percebe-se, além de outras coisas, que o silêncio sobre a sexualidade, no meio urbano, não era uma prática restrita a quem vinha do campo, em realidade era um regime de invisibilidade promovido diretamente pela vigência política heteronormativa, e que atingia a muitas pessoas, principalmente homens de classe média do centro.

No total, foram quatro cartas enviadas do estado do Paraná, para aquele jornal, ainda no fechamento da década de 1970. A primeira carta, foi publicada na edição de 25 de julho a 25 de agosto de 1978, e o missivista não foi identificado, sendo apenas nomeado pela sigla S.V.L. Sua cidade era Rolândia, localizada no norte do estado. Apenas uma curta parte de sua carta foi publicada, na qual S.V.L. apontou que “as coisas aqui nos confins do Paraná andam péssimas, é uma região bastante conturbada, muitos posseiros, grileiros, uma loucura”³³³. Sem ter muitos detalhes dessa condição péssima, além dos elementos citados ligados à luta pela terra, o

³³⁰ Ibidem.

³³¹ VERAS, Elias F. *Op. Cit.*

³³² Este jornal começou a ser impresso no Rio de Janeiro em abril de 1978. O formato do periódico foi o tabloide, contando, aproximadamente com vinte páginas em cada edição, as quais eram mensais, era ilustrado com muitas fotografias, desenhos e caricaturas. No início a tiragem alcançou os dez mil exemplares, logo passando para quinze mil exemplares vendidos. Segundo contou Aguinaldo Silva no documentário *Lampião da Esquina* (2016), em vários momentos da vida do mensário foi preciso com que os próprios editores pagassem as despesas por conta própria. Porém, ao longo de sua existência, contou com a ajuda coletiva de muitos homossexuais, segundo Durval Muniz de Albuquerque (2004) cerca de doze mil pessoas de todo o Brasil financiaram o alternativo para que ele pudesse estar disponível todos os meses. Os editores do jornal eram os jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, João Antônio Mascarenhas, o pintor Darci Penteado, o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, o escritor e cineasta João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry. O último número veio a público em junho de 1981 (ALBUQUERQUE Jr.; CEBALLOS, 2004).

³³³ S.V.L. Cartas na mesa. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, 25 de julho a 25 de agosto de 1978, ano 1, nº3, página 15.

missivista terminou seu relato, lamentando a ausência de melhores representações no campo cultural no estado, pois os que existiam não representavam a sujeitos emergentes ou temas relacionados, “o resultado é que a gente acaba produzindo coisas como esse escritor Domingos Pellegrini Jr., que seria muito bom se não fizesse o gênero machão-paca”³³⁴. O que S.V.L parece cobrar na seção *Cartas na Mesa* daquele jornal, é o que hoje denomina-se representatividade. Nesse sentido, nas outras cartas poderá se notar o valor que os sujeitos atribuem a existência do *Lampião*, de fato, uma luz nas noites escuras do silêncio e do preconceito.

Outro missivista, A.D.R. de Curitiba, em uma carta publicada na edição de dezembro de 1978, comentou sua satisfação em poder ler e acessar um material como o *Lampião*, que apontava não apenas à uma luz na vida dos homossexuais, mas reverberava mudanças no que chamou de “meio homossexual”.

Queridos redatores. Que arrepio me dá no final do “rücken” (virgem!), ao ver por estas publicações do LAMPIÃO que nosso “meio” se afirma em bases sólidas para uma futura ascensão dentro do contexto social do país. É dignificante saber que não somos mais tão marginalizados como éramos antes (tão desagradável), é muito bom ter o apoio que vocês nos dão através deste maravilhoso conteúdo que o jornal possui. Gostei! Gostei muito de sentir que não estamos mais tão enrustidos dentro de uma fachada falsa. Somente a nossa união trará a vitória.³³⁵

Do ponto de vista do missivista, a existência do jornal, assinalava o início do fim de uma vida enclausurada numa “fachada falsa”, aquela que cobrava um comportamento e um modo de ser dos homossexuais, “reconciliados” com a masculinidade heteronormativa. O missivista, chegou a ser bastante otimista em relação ao horizonte alimentado pelo jornal, uma vez que a inscrição positivada da homossexualidade no campo da dizibilidade, do regime de discurso, foi tomado como um importante passo na resistência à vigência política heteronormativa, ainda que nesses primeiros momentos, essa positivação, não tivesse total força de inscrição no público, uma vez que existiam obstáculos concretos a serem ultrapassados, e o próprio missivista apontou um deles ao final da carta, “obs.: só peço uma coisa para vocês, por favor não publiquem meu endereço”³³⁶.

Entretanto, é preciso considerar que não apenas o missivista antevia a vitória pela união dos homossexuais, a partir da inflexão promovida pelo jornal, mas, como apontou Albuquerque Jr. (2004), o surgimento do *Lampião*, continuou até o século XXI, sendo considerado um marco

³³⁴ Ibidem.

³³⁵ A.D.R. Cartas na mesa. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, dezembro de 1978, ano 1, nº 7, página 14.

³³⁶ Ibidem.

na transformação do regime de visibilidade homossexual no país, uma vez que se inseria num momento de tomada política dos corpos historicamente subjugados aos discursos heteroandrodominantes.

Os estudos consagrados a movimentos sociais específicos – movimento negro, feminista e homossexual – tomaram esse momento como marco de uma nova era, como o momento de construção ou de reconstrução, ou, em todo caso, de conquista de visibilidade nacional. A luta em torno da constituição de um movimento unificado ganhou então fôlego, requerendo, portanto, o debate político sobre a identidade étnica, feminina e homossexual no país. A nova presença de tais movimentos explica o aparecimento de órgãos de comunicação alternativos. Estes buscavam construir uma nova “dizibilidade” e uma nova visibilidade para sujeitos até então ausentes do debate público.³³⁷

Sujeitos ausentes do debate público enquanto si mesmos, mas presentes enquanto imagens construídas pelos discursos normalizadores que tentavam lhes dizer o que em verdade eram. *Lampião da Esquina*, nesse contexto não representou apenas o que pode ser discutido em termos materiais e de seu conteúdo, mas vale pensar a inflexão causada no campo simbólico, no contexto mais amplo, acerca do regime de dizibilidade e visibilidade que constituía a presença das menções a homossexuais, travestis e transexuais nos periódicos comuns. Ao trazer outras leituras, críticas, contra-discursos, possibilitou a subjetivação de pessoas que, em muitos casos, jamais poderiam imaginar que seus sentimentos e seus desejos pudessem ocupar, de forma representativa, as páginas de um jornal. Por mais que fosse lido e utilizado no íntimo, formava uma rede de solidariedade e sociabilidade que se abria com outros sujeitos cujas experiências e medos se assemelhavam, foi o primeiro meio de constituição do dispositivo do “assumir-se” para vários homossexuais do interior, um assumir-se para um público anônimo, mas, que em grande medida, preparava o terreno para outros, como a família.

Pode-se afirmar, que havia a constituição de uma rede de sociabilidade, tendo em vista, as respostas que alguns missivistas recebiam de outros, cuja localização poderia ser muito próxima, como foi o caso de Carlos N. e C.C, ambos moradores da capital.

Carlos N., assim como muitos outros, expressou sua satisfação diante da existência do jornal, e aproveitou para relatar um pouco sobre como é ser um homossexual “não-assumido” em Curitiba.

³³⁷ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de.; CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SCHPUN, Mônica Raisa. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004. (pp. 129-150)

LAMPIÃO, cordiais saudações. Escrevo-lhe para expressar minha satisfação em ter descoberto a existência deste jornal. Não o conhecia. Fiquei muito feliz pelas reportagens do nº 13 – junho de 1979. Agora, o que eu não sei é se o jornal é exclusivamente para os viados e para as lésbicas. Fiquei feliz pela reportagem, porque sou guei.³³⁸

Carlos, de pronto, se assume e ainda se questiona do público do jornal, tendo em vista, a variedade de temas tratados, que não somente atendiam à questões homossexuais e da sexualidade, visto que eram publicadas matérias sobre a questão racial, ambiental e feminista, dentre outras. O jornal foi testemunha do processo de constituição do dispositivo do “assumir-se”, seja colaborando com o mesmo, tendo em vista a resposta que Carlos recebeu da redação do jornal, mas por outro lado em relação àqueles sujeitos que se (auto)declaravam e confirmavam isso nas páginas do jornal. Inclusive o público do jornal, um público anônimo por excelência, foi para quem, primeiramente, muitos se assumiram, como foi o caso de Carlos.

O assumir-se textual de Carlos N., deve ser aqui compreendido como uma forma de identificação junto aos iguais, que eram pessoas anônimas, no caso a redação do jornal e os assinantes ou sujeitos que compravam o jornal nas bancas, mesmo assim, todos eram, a princípio, anônimos. Na sociabilidade concreta de Carlos, sua relação com a sexualidade se processava de outra forma, pois não havia assumido que era gay.

Só não posso assinar o jornal porque ainda não assumi. Isso, porque correria o risco de vir a ser descoberto pelas pessoas aqui de casa, que são muito preconceituosas e cheias de tabus. E ainda por cima, pertenço a uma congregação religiosa, daí minha situação crítica. Sou muito tímido, por isso não tenho muitos amigos. Os poucos que tenho não sabem que sou viado. E se souberem, a amizade morre, pois Curitiba, é uma cidade provinciana.³³⁹

Assumir-se na vida social era um passo bastante difícil, como pode ser sentido pelo que expressou Carlos, implicaria enfrentar a família e o peso da recepção do assunto numa cidade marcada pelo preconceito. Não estava em jogo apenas a liberdade sexual, talvez esta tenha um peso pequeno perto das outras implicações, que assim como no caso do entrevistado Carlos Antônio, não permitiam qualquer forma de comunicação sobre isso com a família. É até mesmo forçoso acreditar que é apenas em função da liberdade sexual e de “se ser o que se é”, que todos os homossexuais buscavam a proclamada emancipação: não possuir uma casa própria, dependência financeira, emocional, laços familiares e outros laços afetivos, uma vida que tinha

³³⁸ Carlos N. Cartas na mesa – Longe de Curitiba. *Lampião da esquina*, Rio de Janeiro, agosto de 1979, ano 2, nº 15, página 18.

³³⁹ *Ibidem*.

um determinado equilíbrio social e pessoal, tudo isso estava na balança, e ao mesmo tempo, compunha os temores sentidos diante da própria sexualidade.

Carlos N. não assinava o jornal, de modo que seu acesso se dava, segundo contou, comprando-o em bancas, o que era uma forma de confissão ou assumir-se, tendo em vista o conteúdo específico do jornal e sua recepção social. Por outro lado, mostra que comprá-lo na banca poderia ser menos implicante do que recebê-lo em casa, quando outra pessoa da família poderia pegá-lo. Como apontei, nesse contexto, ser visto como gay por anônimos era mais fácil que pela família, a qual era responsável pela carga material e afetiva que equilibrava a vida de cada um.

Na carta, Carlos N. pediu que o jornal lhe repassasse endereços de homossexuais, “ativos ou passivos”, com quem ele pudesse se abrir, ou seja, mais uma vez preferindo o conforto do anonimato e da distância familiar, “se souber do endereço por carta de algumas pessoas daqui de Curitiba e me enviar, muito grato ficarei”.

No final da carta, Carlos N., revelou que há muito tempo não mantinha relações sexuais e afetivas com outro homem, sendo que suas últimas experiências foram durante a adolescência. Contou que por medo e repressão nunca mais conseguiu chegar em alguém para uma relação, sem, no entanto, comentar se depois disso teve algum relacionamento com mulheres.

Estou com 30 anos. A última relação que tive foi quando tinha 15 ou 16 anos. Depois, por medo e por estar num ambiente repressivo nunca mais fui capaz de chegar até um cara e pedir a ele que me tomasse, e assim sou até agora. Por isso, tais endereços muito poderiam me ajudar. Ah, sim! Ia me esquecendo... se pudesse enviar-me uma ou algumas fotos ou posteres de homens nu, ficarei muito grato. Poderia ser pelo reembolso, se não for perigoso cair em mãos estranhas.³⁴⁰

Os editores responderam a Carlos N., que as suas ideias estavam todas “ao contrário”, principalmente seu último pedido, “claro que Curitiba é uma cidade repressiva, mas tem muita gente aí remando contra isso, e tentando transar numa boa”. para os redatores, Carlos N. poderia sair e se divertir a vontade, pois outros como ele estavam “a mil, todas querendo se comunicar”, ele estaria perdendo tempo.

Se você acha que Curitiba é tua prisão, que aí você não tem saída, então trate de fugir daí, FUJA! Mas vá viver sua vida, menino! Ter um membro guei nunca foi uma tragédia fatal para as famílias: elas fazem caras e bocas, mas no fim aceitam; e as congregações religiosas... vou

³⁴⁰ Ibidem.

te contar! Você deve ser míope ou coisa parecida. E essa história de posters ou fotos de homens nus, isso não tá com nada. Quanto a endereços a gente não fornece, porque o LAMPIÃO quer que todo mundo vá à luta. Vá à sua, meu filho. E desculpe a dureza da resposta, mas é que você, a julgar pela sua carta, tá mesmo precisando de umas boas palmadas nesse bumbum reprimido. No mais, muito amor nosso (e, esperamos, da gente boa de Curitiba) para você, tá?³⁴¹

A resposta do jornal tentou animar Carlos N., ironizando toda a repressão que ele revelava em sua carta, pois, para os redatores, boa parte dos sentimentos de Carlos N. era falta de proatividade social, em função de sua liberdade sexual. Para os lampiônicos, como ficaram conhecidos os redatores do jornal, os pedidos de Carlos N., continuariam mantendo-o, na inércia que ele mesmo denunciava ser sua prisão, e diante disso, uma solução! “FUJA”! O recado era que ele fosse à luta, buscasse outras pessoas em meio a lugares que ele frequentava, pois como rapaz tímido, talvez não conseguisse perceber como as coisas estavam diferentes.

Em contrapartida, na edição de outubro daquele ano, um outro missivista, de Curitiba, discutiria mais sobre a carta de Carlos N., questionando a resposta dada pelos redatores, tendo em vista a sua experiência na cidade. C.C. não se identificou em sua carta com algum nome, somente sigla, e argumentou que Curitiba, apesar de alguns avanços, permanecia conservadora. Sua carta, assim como as outras que analisei, iniciou pela satisfação da existência do jornal, “é realmente o jornal de que estávamos precisando”³⁴². Logo em seguida iniciou o que de fato o fez entrar em contato com o *Lampião*.

O motivo principal que me leva a escrever é que no exemplar de agosto eu li a carta enviada por um rapaz daqui, que se subscreve Carlos N., e que prendeu minha atenção. O que ele diz é verdade, embora Curitiba já seja uma metrópole ainda há muito preconceito, principalmente por parte das pessoas mais velhas. A gente enfrenta uma barra pesada e por isso é difícil assumir numa boa. É repressão pelos familiares, no emprego e nos meios que a gente frequenta.³⁴³

Para C.C., Curitiba ainda era hostil às questões homossexuais, sua satisfação em escrever que o *Lampião* era o jornal de que precisavam apontava nessa direção, pois os demais artefatos da imprensa ou não tratavam da questão, ou quando tratavam era da forma negativa e patologizante. A carta de Carlos N., não seria, nessa perspectiva, apenas relato de uma

³⁴¹ Ibidem.

³⁴² C.C. Cartas na mesa – Curitiba, alone. *Lampião da esquina*, Rio de Janeiro, outubro de 1979, ano 2, nº 17, página 19.

³⁴³ Ibidem.

autorrepressão, era a denúncia de uma existência que encontrava poucos meios e forças para resistir, ainda mais sozinha.

Como observei anteriormente, não estava em questão apenas a liberdade sexual, as implicações de um “assumir-se” tocavam em condições de sobrevivência material e emocional e no equilíbrio psicológico. Assumir-se poderia recrudescer os transtornos que muitos sentiam ao se perceber diferente. Não era necessariamente uma saída ou uma solução, como um campo aberto à escolha. E ainda que fosse, não era de um conselho como aquele dado pelos redatores, de que precisava pessoas como Carlos N.

Vocês responderam ao rapaz que as pessoas aqui estão a mil e que ele vá a luta e que se não der, ele fuja daqui. Porém, pensem bem, como ele diz que é tímido, será muito difícil seguir a sugestão. E fugir para onde? De nada adiantaria, a sua situação será a mesma de agora.³⁴⁴

Como protagonista de uma mesma realidade, aquela vivenciada por Carlos N., C.C. compreendia que não bastava o conselho libertário de alguns poucos jornalistas financeiramente independentes e pertencentes a uma elite assegurada socialmente, para que se rompam os impeditivos morais e materiais da repressão. Em qualquer outro lugar, os obstáculos seriam os mesmos, tendo em vista que se tratava de um sujeito constituído no interior de um tipo específico de sociedade, que não se limitava às suas fronteiras de cidade ou estado. A solução apontada por C.C. era, em realidade, mais estrutural do que conjuntural, algo que somente os anos vindouros poderiam oferecer com alguma chance de sucesso, bem como a partir de uma aliança entre os sujeitos.

C.C. buscou, por meio do jornal, entrar em contato com Carlos N., a fim de ajudar desde perto, desde experiências que se conectavam de alguma forma a partir de experiências que se fazem próximas.

Eu gostaria de entrar em contato com esse rapaz já que moramos na mesma cidade, mas como não sei o seu endereço, tomo a liberdade de solicitar a vocês que remetam a ele a carta anexa e que já vai devidamente selada. Se vocês me prestarem este favor, agradeço desde já.³⁴⁵

A partir de uma aliança entre corpos reprimidos³⁴⁶, C.C. buscou responder ao que Carlos N. havia pedido em sua carta, alguém “para que eu possa ter com quem me abrir”, e que pudesse

³⁴⁴ Ibidem.

³⁴⁵ Ibidem.

³⁴⁶ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

entende-lo sem julgar. Ainda que esse comportamento, soasse fechado e reprodutor da inércia e da clausura, que os lampiônicos tentavam combater nas páginas do jornal, em realidade, era uma manifestação dos modos e tempos diferentes a que estavam sujeitos os homossexuais, negociações com as estruturas mais amplas das relações de classe, gênero e sexo, que se faziam à luz das condições conjunturais e mais próximas e que, portanto, faziam sentido e poderiam responder ao que se necessitava de imediato. Assumir-se e agir em função da liberdade sexual eram, não apenas repertório de uma temporalidade, mas temporalidades de determinados espaços e para determinados sujeitos em situações de classe específicas.

Corroborando ainda mais os argumentos dos missivistas, uma curiosa pesquisa realizada pelo *Diário do Paraná*, no ano de 1977, permite mapear para além das impressões dos sujeitos mencionados, os modos como as pessoas comuns tornavam inteligível o tema do homossexualismo.

Sob a pergunta “*O que a adolescente de nossos dias, que representará a mãe de amanhã, acha do casamento? Da vida em comum?*” entrevistadores do *Diário do Paraná*, cercaram algumas jovens na saída do colégio Estadual do Paraná, na Rua das Flores, no bairro Portão, e nos bairros não-centrais, denominados pelo jornal de “favelas periféricas”. Uma das questões da pesquisa versou sobre o que as moças pensavam acerca do homossexualismo. Na tabela abaixo, reproduzo os resultados da pesquisa para a questão específica.

Tabela 3. O que as adolescentes pensam sobre o homossexualismo?

Você considera o homossexualismo:	%
Falha na educação	40%
Doença	36%
Desvio de personalidade	26%
Vício	11%
Não sabem	1%

Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, sábado, 28 de maio de 1977, anexo.

Complementando os dados da pesquisa, o jornal observou que “a afirmação de que o homossexualismo é um vício é mais comum nas entrevistadas da Rua das Flores”, portanto, jovens da classe média e alta da cidade. “O homossexualismo visto como doença é mais citado entre as jovens pobres 45% do que entre as jovens ricas 33%. Estas, inversamente, apontam mais os problemas da personalidade 33% do que as pobres 14%”³⁴⁷.

³⁴⁷ *Diário do Paraná*, Curitiba, sábado, 28 de maio de 1977, anexo.

Segundo a pesquisa, as jovens pobres tenderiam a ver o homossexualismo como um problema que não se limitava a personalidade, portanto, dependente de ajuda médica, uma vez que se manifestava enquanto doença. Sobre a pesquisa, é preciso considerar a inexistência de argumentos que assumissem o homossexualismo como um comportamento normal, ou que não o vissem como os demais elementos da pesquisa caracterizam-no, pois, ainda que sejam modos diferentes de pensá-lo, todos convergem para um enquadramento patologizante e hierárquico.

A pesquisa resumiu, de modo interessante, os pressupostos argumentativos que estavam explícitos nos dois periódicos aqui analisados acerca do homossexualismo, sendo que é difícil saber como cada entrevistada definiria o termo, uma vez que estava ausente, nesse momento um consenso sobre estas categorias.

Até mesmo em crônicas escritas nos jornais notamos como se delineava a ausência de consensos sobre as categorias utilizadas. Na seção Coisas da vida do *Diário do Paraná*, publicada em 7 de novembro de 1978, o escritor Carlos Estevan Ricardo, escreveu sobre a frequência dos homossexuais nas praças em Curitiba, a personagem principal é Luiza, que precisava convencer sua mãe de que era uma mulher, pois a mesma insistia em chamá-lo Luiz. A crônica intitulou-se *A Praça*, nome sugestivo da associação feita pelos moradores do uso público feito por aqueles grupos.

- Pensando bem, dona Maria Lúcia, a sra. tem razão. O Luiz não é mais aquele, virou moça. Estava com 19 anos quando resolveu começar a namorar os rapazes. Principalmente os milicos, os maiores frequentadores da praça.³⁴⁸

O cronista, não fez distinção entre travestis e homossexuais, o que, em realidade não importava muito aos jornais tradicionais, pois ambos os termos serviam para algum tipo de depreciação conforme o conteúdo em que apareciam. A crônica seguiu apresentando as dificuldades da mãe que não sabia como comunicar-se com seu filho.

Dona Maria Lúcia não sabe se apresentar com o Luiz como Luiz ou como Luiza.
E Luiz insiste.
Luiza! Luiza! Grita com fúria, quando se enganam com ele.

O próprio cronista se colocou do lado da mãe de Luiz, e chamava seu personagem pela definição masculina que o mesmo não aceitava. Uma metáfora produtiva para percebermos os

³⁴⁸ *Diário do Paraná*, Curitiba, terça-feira, 7 de novembro de 1978, 1º caderno, página 10.

meandros das resistências simbólicas que estes sujeitos perfaziam, alguns publicamente, como Luiza, ou intimamente, como os leitores de *Lampião*. A resistência de Luiza, mesmo enquanto personagem fictícia, é uma metáfora da resistência real que causava o espanto da sociedade. Pelo nome, estas personagens, inventadas ou reais, nesses casos ambas se confundem, buscavam uma inscrição pública que lhes designasse conforme se sentiam e não como eram afirmados pelo que ditava a biologia ou a convenção biológica do sexo. E não era somente isso que a personagem Luiza afirmava.

Dona Maria Lúcia disse que quando viu [Luiza na praça] não acreditou.
- Luiz não mamãe.
- Faça o favor. Luiza ou Luizinha para os mais íntimos.
Luiz estava de peruca loira, base, batom, cílios postiços, sombra. Toda a maquiagem possível. E como era novo e a barba ainda era rala, parecia mulher.

Pela vestimenta, Luiza se afirmava publicamente o que seu nome identificava, uma mulher. Todos os adereços utilizados por Luiza, se combinavam, segundo a crônica, ao seu corpo, “como era novo e a barba ainda era rala, parecia mulher”, o cronista considerou que um corpo masculino pode se passar por feminino em algum estágio de seu desenvolvimento, tendo em vista que o corpo feminino é aqui pensando como oposto ao corpo masculino desenvolvido, ao menos naquilo que ambos possuem de visível. O cronista ainda toca no assunto do “assumir-se”.

- Dona Maria Lúcia, seu filho está?
- Sim. Luiz, tem visita prá você!
- O que é mãe, eu disse sou Luiza.
Era a Sandrinha, colega de aula que queria falar com o Luiz.
- Luiz, você vai fazer o papel de bicha em alguma peça?
- Não, queridinha. Resolvi me assumir e ninguém me tira da cabeça a ideia. Um dia ainda vou ser avó.

Diferentemente do que se percebe sobre o “assumir-se”, com sujeitos de carne e osso, a crônica responde, não sem ironia e chacota, à emergência do tema suscitado com o surgimento, naquele ano, tanto de um jornal gay, ou como se dizia, de minorias, quanto de um grupo de mobilização da causa, o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, ambos no eixo Rio-São Paulo. Trabalhando de forma simplista e irônica com uma experiência dolorosa para muitas pessoas, pela crônica o jornal mais uma vez estampou sua agenda sobre o tema, que pode ser percebida pela estruturação da crônica em questão.

Luiza, não apareceu com um pai, o qual, segundo as apropriações psicanalíticas feitas nos *Diários*, poderia ser um horizonte ordenador, uma vez que, no caso de desvios verificados em meninos, associava-se a ausência do pai, figura de masculinidade e ordem dentro de casa. Sua mãe, apareceu como uma senhora que não sabia lidar com os problemas que Luiza apresentava, pois teve uma outra educação e, portanto, não conseguia acompanhar essas alterações, pois se colocavam como desvios operados por modernismos/modismos da época.

Sandrinha, a colega de Luiza, tocou num ponto crucial da dissidência operada por esta última, “Luiz, você vai fazer o papel de bicha em alguma peça?”, para a jovem a apresentação de Luiza à sua frente era uma montagem, semelhante àquela de atores diante de uma peça teatral, algo superficial, que se faz por cima do corpo real. O corpo, biologicamente homem ou mulher, nesse contexto, permaneceria denunciando o que de fato a pessoa era. E entregava algo mais, pois, não era uma peça que Luiza faria, portanto, seu ato estaria numa outra territorialidade, a da bicha, do homossexual, da travesti, que eram concebidas como ilusões de gênero, fantasias, conforme descrição de Robert Stoller. Porém esta ilusão não era para os demais e sim para ela mesma, nisso se sustentaram as teorizações do psicólogo.

Luiza, por sua vez, parece não ver ilusão alguma nisso tudo, “não, queridinha. Resolvi me assumir e ninguém me tira da cabeça a ideia. Um dia ainda vou ser avó”. A feminilidade que era consumida através de produtos de beleza por qualquer outra mulher, o era por Luiza, e nisto se firmava sua certeza feminina, a não ser pelo fato de esta ter sido assinalada como homem desde o nascimento. Conforme explicou Butler (2017), em seu livro *Problemas de gênero*, a estruturação simbólico-discursiva do gênero fez que o corpo denunciasse o que ele era em termos de sexo, mas, o que se processaria, era que o discurso sempre ditou o que o corpo era. Para sustentar esse discurso, existe uma não tão simples estrutura cultural, histórica, social e científica que inventou a natureza como fixa e imutável a ditar as regras do bem viver e do habitar os corpos, como se estivesse fora do controle humano, como dizia a moral cristã-militar, era um fim que enlaçava a todos sem depender de cada um individualmente. Luiza queria esse controle para ela novamente. É possível que outras mudanças no cenário propriamente curitibano, além de o ano de 1978 ter assistido ao surgimento do jornal *Lampião da Esquina* e do pioneiro *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, ambos no eixo Rio – São Paulo, estivessem por trás da crônica publicada no *Diário do Paraná*. Em 1978, alguns espaços de lazer dedicados a homossexuais e travestis do centro da capital, começavam a aparecer, e essas presenças, logo ocupariam as páginas dos jornais tradicionais como alvos da sanha autoritária e punitiva da elite central.

Em 1995, José Celso Filho, ator, bailarino e artista plástico, concedeu uma entrevista ao Grupo Dignidade, organização que naquele ano contava seu segundo aniversário de existência, a entrevista foi intitulada de *Ousadia* e publicada na primeira edição do jornal *Folha de Parreira*, publicação do GD em Curitiba. Naquele ano, Celso completava 80 anos e o GD aproveitou para fazer dele um marco na liberação homossexual no estado, e um marco da conquista de espaços e direitos pelo segmento.

José Celso Filho, foi responsável pela abertura do Celsu's bar, no centro de Curitiba, em 1978, um espaço pioneiro dedicado ao lazer e diversão de homossexuais, lésbicas e travestis da capital, principalmente daqueles que moravam no centro e/ou tinham ligações com as artes e a cultura, assim como, condições financeiras para experimentar aquele novo nicho comercial que se abria e que simbolizava ares de emancipação.

Desde uma visão panorâmica lançado dos anos 1990, a trajetória de Celso mostrava os diferentes momentos da questão homossexual na capital.

Aos oitenta anos Celso Filho conserva o mesmo espírito jovem e empreendedor que marcou toda sua vida de ator, bailarino e artista plástico. Vivendo em Curitiba há mais de vinte anos Celso Filho foi perseguido nos anos 70 e homenageado nos anos 90. Em 1990 recebeu uma medalha do Teatro Guiara por sua vida artística e em 1992, o Título de Cidadão Honorário da cidade de Curitiba, concedido pela Câmara de Vereadores.³⁴⁹

Em três décadas, a situação da homossexualidade, em Curitiba, assistiu a mudanças significativas, o que, certamente, não concorreu para uma total libertação das amarras do preconceito, a trajetória do Grupo Dignidade mostrará isso nos anos 1990, entretanto, verificou-se uma dinâmica no modo como o tema passou a ser encarado, bem como as formas mais concretas disponíveis aos sujeitos para a resistência e a liberdade. Ainda que as mudanças verificadas na experiência de Celso Filho, digam respeito ao seu lugar de classe, se faz importante lembrar que era a este mesmo lugar social que os jornais tradicionais dos anos 1970 acusavam de modo criminalizador e patológico o homossexualismo. Alguma mudança no registro da homossexualidade de classe média, terminava por ser geral, tendo em vista que o termo abarcava inúmeras experiências.

Na entrevista, Celso Filho enfatizou o caráter pioneiro de seus empreendimentos, para a liberação homossexual na capital, “eu bato no peito com orgulho, fui pioneiro aqui”, sem esquecer, todavia, que o primeiro bar do segmento gay e lésbico tenha sido uma proeza

³⁴⁹ *Folha de Parreira*, Curitiba, ano III, nº 17, setembro de 1995, página 4.

feminina, da Baixa, sua amiga, “é bom que se diga que na realidade o primeiro bar com finalidade gay de Curitiba, foi o Marrakesh. Era de uma amiga minha, a Baixa, mas funcionava numa área residencial e as famílias fizeram um abaixo assinado e fechou”³⁵⁰. Assim como as travestis que trabalhavam nas noites e nas ruas de Curitiba, outros homossexuais mais assegurados socialmente, passavam a desenvolver conhecimentos especializados sobre a cidade, alguns lugares eram mais propensos ao preconceito e a resistência dos moradores. Nestes lugares, dificilmente seria possível um empreendimento dedicado ao grupo, prosperar, tendo em vista que a polícia seguia o mantra das “reclamações de moradores”, a fim de impedir qualquer ocupação e alteração do espaço, que tivesse um marcador homossexual, o que não impediu, todavia, as tentativas.

Celso Filho, chegou em Curitiba em 1974, “com um grupo de teatro, me apaixonei e acabei ficando”. Seus trabalhos nas artes, o projetavam de forma bem distinta nos espaços sociais, é preciso pontuar esta questão para não essencializar o fato de que conquistaria respeito e reconhecimento na cidade. Sua vinda ao Brasil em 1965, foi a convite do Itamaraty, a fim de que ele expusesse a arte africana, uma vez que, tendo vivido em Moçambique, angariou muito prestígio, tanto com seu outro bar, o Favela, quanto com sua profissão. Após a vinda em 1965, não mais saiu daqui.

Quando em Curitiba, notou que a cidade tinha um ar fechado, diferente daquele que encontrara na Europa, onde viveu por quinze anos. Celso, registrou sua impressão da cidade, considerando-a preconceituosa e violenta.

Na cidade que agredia uma mulher que saísse à rua com roupa decotada, e que se escandalizava com seus dois únicos gays assumidos, o figurinista Nei Sousa e o cabeleireiro Feliciano, Celso Filho abriu sua primeira casa noturna: o Celsu’s, na Alameda Cabral.³⁵¹

Os dois homossexuais assumidos de que comentou Celso, eram conhecidos das camadas centrais e da elite da capital. Apareciam em eventos de luxo e chegaram a ser fotografados pelo *Diário da Tarde* ainda em 1974, quando frequentavam espetáculos no Clube Curitibano, aquele que anteriormente chamei atenção para o título atribuído pelos *Diários* durante o carnaval, considerado uma “gafieira da elite” (Cf. pág. 143).

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ Ibidem.

Figura 23. Feliciano e Ney Sousa



. Fonte: *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 20 de maio de 1974, 6ª página.

A presença de ambos no cenário curitibano, despertava respeito até mesmo pela imprensa que acusava o homossexualismo de ser um desvio, na matéria em que os mesmos aparecem, é feita uma distinção entre o Teatro Guíara que teria recebido a presença de travestis desordeiros e o Clube Curitibano, com “outros, bem apresentáveis, desfilando elegância e mostrando que podem comparecer a acontecimentos de alto gabarito”³⁵², homossexuais respeitáveis que obtiveram a licença heterossexual para o seu ir e vir públicos, não por coincidência, esses eram aqueles que detinham condições financeiras e alguma segurança social.

Retornando à entrevista de Celso, e pensando ainda a questão do preconceito, ele ressaltou que “o intuito não era exatamente abrir um bar gay”, devido ao clima preconceituoso,

³⁵² *Diário da Tarde*, Curitiba, segunda-feira, 20 de maio de 1974, 6ª página.

e por consequência, poderia ser que não obtivesse sucesso no empreendimento, apesar da inexistência de espaços de sociabilidade gay, o que fazia com que as pessoas se escondessem. Mesmo assim, arriscando-se, Celso concluiu o empreendimento, e “o sucesso da casa foi tanto, que virou notícia nacional. A revista *Veja* publicou uma nota, “Curitiba, uma cidade tão conservadora, tem seu primeiro bar gay, o Celsu’s”³⁵³.

Foi no Celsu’s que os redatores do *Lampião da Esquina* lançaram o jornal na capital, e depois disso o bar teve mensalmente uma propaganda no periódico, abaixo um registro da propaganda no mês de novembro de 1978. Nela, nenhuma menção explícita a questão homossexual, ainda que o *slogan* apontasse para o que faltava aos gays da capital, um lugar de encontro.

Figura 24. Propaganda do Celsu’s bar no *Lampião da Esquina*.



Fonte: *Lampião da esquina*, Rio de Janeiro, novembro de 1978, ano 1, nº 6, página 14.

O endereço da propaganda era onde o bar passou a operar como uma extensão, sinal de seu sucesso, pois o antigo endereço, à Alameda Cabral, se tornara pequeno para abrigar os frequentadores que aumentavam. Em contrapartida, nos dois jornais que analisei anteriormente, não aparecem menções ao bar, possivelmente para evitar a propaganda.

Celso Filho era mais conhecido por Tia Ciça, uma de suas personagens no teatro, e “visitar a Tia Ciça, encontrar-se na casa da Ciça, virou senha para entendidos e entendidas. Ali não era preciso fingir, cada um era o que queria ser”, escreveram os redatores do *Folha de Parreira*, Toni Reis e David Harrad, seu companheiro. Os termos entendidos e entendidas, eram mais comuns nos anos 1990, quando a matéria sobre Celso Filho foi lançada, inclusive aparecem no primeiro nome que o Grupo Dignidade recebeu, quando surgiu, em 1992, GEPP – Grupo de Entendidas e Entendidos do Paraná. Ainda que o termo se aproximasse do que

³⁵³ *Folha de Parreira, op. Cit.*, p. 5.

significava ser assumido, no final dos anos 1970, “ser o que se queria ser” estava em construção e não correspondia ao tempo de todos. O espaço aberto pela Tia Ciça, todavia, contribui fundamentalmente para essa construção, sendo ao mesmo tempo um espaço de sociabilidade e solidariedade, elementos da subjetivação homossexual no Paraná.

Nas cartas enviadas ao *Lampião*, algumas datadas no mesmo período de funcionamento do Celsu’s, como a de Carlos N. e C.C., não foi comentada a existência do bar, que poderia ser visto como uma possibilidade de abertura ou mesmo o que os redatores apontavam sobre alguns homossexuais estarem “a mil” na cidade. Ainda que o bar simbolizasse otimismo para determinados sujeitos, não foi da mesma forma para muitos outros.

A polícia, por sua vez, não deu sossego aos frequentadores do bar, “fazia o maior escândalo, invadia, com revólveres, encostava os frequentadores na parede, como bandidos”³⁵⁴, o que não impediu que o lugar conquistasse seu espaço e tivesse sucesso, mas mostrava a dificuldade da conquista de algum sentido de liberdade aos frequentadores.

Quando, em 1979, Celso abriu seu segundo empreendimento, o Rainbow Club, na avenida Marechal Floriano, no centro, a resistência social e da imprensa foi mais ostensiva.

Foram sete meses de shows, música e luta para manter aberto um café-concerto, onde se podia dançar e namorar. A vizinhança que tolerava o Hotel Carioca [segundo Celso, um lugar de encontros sexuais e festas noturnas] pressionou a prefeitura para cancelar o alvará do Rainbow, com o argumento de que os frequentadores perturbavam a ordem, que ali existia “um antro de homossexuais e se estimulava a imoralidade”.³⁵⁵

Em sua defesa, Celso alegou que o Hotel Carioca perturbava tanto quanto ou mais que sua casa, e ainda assim era tolerado pela polícia e pela comunidade. Lembrou, ainda, que naquele ano de 1995, quando da entrevista, ainda estava em funcionamento, enquanto seu espaço foi obrigado a fechar. No dia 19 de março de 1979, o jornal *Diário da Tarde* publicou uma fotografia e uma denúncia ao Rainbow, citando-o apenas como café-concerto para evitar espalhar seu nome.

COMEÇA A INCOMODAR O ANTRO DE HOMOSSEXUAIS

Café concerto é o nome pomposo de uma nova discoteca que está funcionando na cidade. Só que não segue os moldes comuns das demais até hoje espalhadas pelo centro e até na periferia da Capital. Essa é toda especial. Uma discoteca que reúne os pederastas curitibanos no maior fuzuê que se possa imaginar. Acha-se instalada na Rua Marechal

³⁵⁴ *Folha de Parreira*, op. Cit., p. 5.

³⁵⁵ *Ibidem*.

Florianópolis, bem perto do Hotel Carioca – que mudou de nome mas continua sendo conhecido pelo antigo. Dizem os curiosos que por lá andaram, que o que acontece todas as noites é de deixar pedra com o cabelo em pé. Na fachada existe até um toldo todo incrementado para a proteção dos “habitues” nas noites de chuva ou garoa. Agora, indica-se, está sendo projetado um palco especial, com iluminação, que servirá para os números de “strip-tease” dos “travestis” mais bem dotados da “boca”.³⁵⁶

Mesclando denúncia e fascínio, a notícia descreveu com alguma riqueza de detalhes, a impressionante estrutura da casa, cujo objetivo era o lazer e a diversão de grupos alijados destas possibilidades. Como discuti na primeira seção, em Curitiba, diferentemente de outras cidades, havia apenas o Clube Operário para as apresentações de travestis e para o lazer destas. Foi somente no final da década, que surgiram estes outros espaços, mas que precisaram lutar para manter-se abertos. A matéria, ainda trouxe uma fotografia do espaço e apresentou o endereço do lugar, que favorecia, no caso dos interessados, a uma apropriação positivada e interessada até mesmo pela notícia preconceituosa.

Figura 25. Café concerto Rainbow.



Fonte: *Diário do Paraná*, Curitiba, 19 de março de 1979, 2ª página.

Enquanto o bioheterocapitalismo permitia o funcionamento do Operário, administrado por um homem heterossexual e que correspondia ao interesse de outros grupos consolidados socialmente, quando os espaços diziam respeito à autonomia administrativa homossexual, a situação mudava de sentido, passavam a ser condenados moralmente, uma vez que sua existência se tornava uma espécie de motivação ao desvio e a imoralidade de que eram veículo

³⁵⁶ *Diário do Paraná*, Curitiba, 19 de março de 1979, 2ª página.

seus fundadores, ausente o controle hetero-protetor, representado pela polícia ou pela imagem de um elemento heterossexual, os espaços foram frequentemente assediados.

Como tudo está nos “eixos” quanto à legalização, a polícia não pode fazer nada. Porém, pode, desde que dê ouvidos à vizinhança que já começa a se preocupar com as andanças dos “distraídos” pelas imediações. A maior preocupação das famílias, naturalmente, é com seus filhos menores. Os jovens, por exemplo, mesmo que ainda sejam de menor idade, levados pela curiosidade e burlando a vigilância do juizado – coisa comum – começarão a frequentar um ambiente nada sadio para sua formação moral. Se as famosas “casas de mulheres” já são ambientes que podem desencaminhá-los, imagine-se os resultados que poderão lhes trazer uma discoteca de homossexuais.³⁵⁷

Em um ataque direto, a própria possibilidade do ir e vir públicos de homossexuais, o jornal destilou um microfascismo que rejeitava a presença pública de sujeitos considerados pervertidos e anormais. Toda essa preocupação, era alimentada pela concepção de que poderia facilmente ser contagioso aquele conjunto de comportamentos, percebemos aqui, uma das razões de toda a paranoia anti-homossexual. Isso relembra, novamente, as palavras de uma das correspondentes de Shere Hite para seu relatório, “o lesbianismo (e a homossexualidade) faz parte da natureza e é exatamente por isso que provoca vigorosas regras sociais e legais contra ele”³⁵⁸. Seria, devido a dinâmica dos prazeres, que não tem necessariamente gênero e classificação sexual, que o medo do tornar-se aquilo algo ainda mais comum do que era, encontrava chão, e no caso da cidade, assim como no campo, o essencial era esconder, mas aqui não mais por um pacto de silêncio, e sim pela invisibilidade pública destes sujeitos, que além de corromperem o sexo, subvertiam a cidade.

Os fatos que dificultavam os empreendimentos de Celso e as micro-liberdades de homossexuais, lésbicas e travestis, não o impediram de continuar tentando as noites curitibanas, em 1980 abriu outra casa noturna, a 2020, na Avenida República Argentina, e em 1981, em uma associação com o empresário José Carneiro, abriu a Belle Époque, outro empreendimento luxuoso e que pretendia atender a clientela gay mais abastada, assim como os demais espaços. “Depois abri o Clube 2, na Marechal Deodoro, que tinha um movimento fantástico. A casa foi fechada pela polícia sob a alegação de que eu não podia fazer shows. Fui preso por causa disso, porque desobedecei a lei, fiquei dois dias na delegacia de Ordem Política e Social”³⁵⁹. Na ocasião, Celso contava com setenta anos, e, segundo a lei, não poderia ser preso, no máximo

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ HITE, Shere. *Op. Cit.*, 1980.

³⁵⁹ *Folha de Parreira, op. Cit.*, p. 5

ter sua casa fechada, entretanto, a sua condição de homossexual foi colocada como agravante, como outra causa do crime, endossando sua periculosidade.

Diante dos acontecimentos e da idade, Celso, no início dos anos 1980, decidiu por sair das noites, encerrando sua jornada, depois de seu pioneirismo e de Baixa, com os primeiros espaços de lazer pelos quais muito batalhou, em sua retrospectiva, observou, que aos poucos, “[...] a polícia foi se acostumando, a sociedade se liberalizando e hoje [em 1995] os tempos são outros, embora não dispensem a conquista cotidiana dos espaços”³⁶⁰. Para Celso, o Grupo Dignidade chegara num bom momento, erguendo uma bandeira de organização coletiva, algo essencial a uma cidade que ainda contabilizava graves índices de violência homofóbica.

Para o futuro, Celso esperava “[...] um tempo em que essa discriminação acabará e que poderemos assumir nossa condição de peito aberto. Mas tudo isso passa pela coragem de todos os que sabem ousar”³⁶¹, e essa coragem e ousadia, foram os princípios assumidos em 1992 pelo Grupo Dignidade, na sua organização e luta, pela emancipação homossexual no Paraná, mas esta é uma outra história.

³⁶⁰ Ibidem. Grifo meu.

³⁶¹ Ibidem.

Considerações finais

Comecei este trabalho, pelo lugar ocupado pelo homossexualismo nos discursos da imprensa, articulando para isso a noção de moral, não apenas em que constituía seu conteúdo, mas a partir da própria definição léxica da mesma. O lugar da articulação do homossexualismo era o lugar da norma, portanto, seu conteúdo foi preenchido pelas articulações éticas e políticas da medicina e da religião, os principais locutores acerca da questão nos periódicos. E pode-se pensar esta articulação como moral, na medida em que a estética heterossexual estava inscrita como fim último sobre cada sujeito, independentemente de sua vontade.

Vários outros trabalhos, desde os anos 1980, se dedicaram a pensar a relação entre o que se discutia nos anos 1970, anos de Ditadura, em termos de moralidade, pois, a fórmula “moral e bons costumes”, era uma senha para se defender o que os homens heterossexuais públicos, entendiam ser o correto para toda a sociedade.

Em meu trabalho, retomo o problema da moral, porém, pensando o que era a *moral*, seu sentido relativo, para os anos 1970, para depois pensar o que era entendido como sendo conforme a moral ou o que era contra a mesma. Com a noção de moral atrelada a um destino, que no caso de meu trabalho, foi focado sobre o destino sexual, o edifício social foi cimentado pelo desejo da heteronormatividade.

A heteronormatividade, não era apenas a projeção política da heterossexualidade, era o efeito de um trabalho conjunto entre sujeitos, considerados aqui escudos heteroprotetores, e os meios culturais da representação social, bem como as instituições sociais da medicina e da igreja. Para perceber essa trama, assumi a imprensa como sendo um artefato, um produto político com agência social, a qual possui interesses que estão sendo disputados no terreno do público e daquilo que pode se inscrever neste espaço.

Pensar o homossexualismo como produto dessa moral, cujo desejo estava fincado na heteronorma, é confirmar o que inúmeros estudos observaram anteriormente: ser contra os corpos e as práticas estava inscrito no que poderia ou não ter uma existência digna e pública, e aqueles sujeitos definidos e identificados pelo termo homossexualismo, eram profundamente negados pelo conjunto discursivo, e por consequência na prática pela sociedade.

A moral era o resultado dos desejos dos homens públicos e financeiramente assegurados, daqueles que poderiam estar frente à sociedade e dizer-lhes como as coisas são, dentre eles estavam padres e freis, porta-vozes oficiais da igreja, uma vez que as mulheres desta

instituição, dificilmente tinham repercussão discursiva pública, sendo sempre os homens a falarem por elas. Existindo, especialistas das mais diversas áreas, principalmente dos campos da educação e das áreas psicológicas. Eram estas, as autoridades que ditavam regras e sentidos acerca da constituição das relações sociais e dos próprios sujeitos. Estes homens, em sua maioria, além de suas áreas específicas de atuação, eram convidados pela imprensa para falarem sobre temas que se tornavam polêmicos e controversos no campo nacional e internacional. Conforme constatei, o ancoradouro dos discursos sempre dialogava com a religiosidade de maioria da população. Reforçavam as bases discriminatórias e psicopatológicas de todos os corpos e comportamentos considerados emergentes no período.

Defendo, que o fundo principal de toda essa trama ético-política e que enlaça os documentos utilizados no trabalho, foi o problema da diferença sexual, assegurada pela instituição heteronormativa que sustentava os discursos que debatiam o problema sexual. A diferença sexual era um tema recorrente no campo psicológico, reforçado pela psicanálise no bojo da heterossexualidade, esta como sentido profundo das relações entre sujeitos e destes com seus corpos, e a moral pública dos anos 1970, retomou esse aparato consolidado como visão hegemônica.

Nos anos 1970, padres e cientistas conservadores, se utilizaram da imprensa para exagerar suas impressões sobre os rumos da sociedade frente ao que entendiam ser a decadência da sociedade. E neste caso, não era apenas o homossexualismo que parecia ocupar, “indevidamente”, mais espaço diziam, as mulheres, através do feminismo, incomodavam da mesma forma. A decadência da civilização estaria marcada pelo movimento de sujeitos que por tanto tempo estiveram em silêncio no campo político, ou eram excluídos do mesmo. E esses movimentos, certamente, fariam aqueles que estavam no público, sentir-se tocados. O que apreendi das fontes, foi, em certa medida, as respostas dos homens ao movimento de mulheres e homossexuais.

Sobre os homossexuais, no entanto, é preciso pontuar que não havia um movimento, no início da década, nem mesmo ao seu final no estado do Paraná, mas a sociedade sentia as inflexões de uma transformação, que se realizava no campo de um regime de visibilidade que se alterava. A emergência do tema e dos sujeitos nas páginas da imprensa foi inédita e sem precedentes. E essa emergência, fez com que outros setores reforçassem suas posturas sobre a questão do homossexualismo, mas do travestismo e da transexualidade, que em alguma medida, eram questões conhecidas, havendo, portanto, um reforço discursivo do que se sabia, mas, que criava novas explicações como consequência da presença e atividade daquele segmento.

Reforçou-se, portanto, a partir da diferença sexual, o binarismo sexual, considerado fundamento da existência de homens e de mulheres. Pelo enquadramento da diferença sexual, o homossexualismo e as transformações realizadas por alguns sujeitos, deste instituto normativo, não havia possibilidade da regra normalizadora assumi-los como seres passíveis de dignidade. O reforço à norma pela imprensa funcionava como forma de manter a ordem e recriá-la sobre as bases de corpos binários e heterossexuais.

O reforço da norma, no entanto, fez acender as questões relativas ao gênero e à sexualidade, tanto que todo debate sobre moralidade aparecia junto a manifestações de imoralidade, ao ponto de essa coexistência contribuir na pulverização de ambas as questões e tornar a década de 1970 um tempo de constantes debates sobre sexo, sexualidade e gênero, mesmo naqueles espaços dedicados à norma.

Foi nos anos 1970 que, pela primeira vez na imprensa curitibana, apareceram fotografias e entrevistas com transexuais e travestis, que ao mesmo tempo que criminalizadas e retratadas em colunas, a partir de enquadramentos patológicos, despertavam a atenção de jornalistas e fotógrafos, bem como dos leitores. A demanda pela mudança de sexo, por exemplo, fez emergir nas páginas dos jornais não apenas sujeitos considerados desviantes, mas pessoas, como quaisquer outras, com sonhos, desafios e necessidades, e que buscavam as soluções no mesmo mundo que os demais.

Em várias matérias pôde-se perceber, os esforços de travestis que pretendiam vencer os concursos do Operário, gastando não pouco dinheiro, em roupas e adereços que lhes poderiam garantir o primeiro lugar e a atenção positiva do público.

Se nas páginas dos jornais buscou-se lutar contra a transgressão, para fazer isso, precisou-se trazê-la para a imprensa, mostrar o que ela era, para poder falar dela. Nesse movimento, descortinaram-se vidas comuns, de pessoas que queriam sobreviver numa cidade grande, como Curitiba, e/ou que saíam do interior em busca de uma vida melhor. Junto aos discursos normativos, se apresentaram corpos que desejam apenas o prazer de mostrar ser o que se desejavam ser, da atenção pública, do sexo rápido na rua ou em algum carro como forma de obter uma renda.

No Paraná, a década de 1970, foi de luta, neste caso, não através de um coletivo, mas do empreendedorismo comercial, cujo foco foi atender a demanda homossexual por diversão no centro da cidade. Ao criar seus bares, José Celso Filho, criou lugares para a subjetivação homossexual, ainda que frequentá-lo não estivesse no horizonte de homossexuais que sofriam

as dores de seu desejo em função do preconceito e da discriminação, que de maneira diferente, atingia travestis pobres e homossexuais ricos, causando igualmente dor e sofrimento.

Celso, apesar de tudo, pode ser alguma luz de liberdade em meio à dificuldade enfrentada por existências que não ousavam dizer seu nome. Mais tarde, quando entrevistado por militantes do nascente movimento homossexual paranaense, ficou registrado seu feito pioneiro em ajudar inúmeros sujeitos a saírem do armário e possibilitar um lugar para exercerem seus prazeres.

Como afirmou Veruska, em sua entrevista, todos eram filhos de Deus, e gostariam, apenas, de ser tratados desta forma.

Documentos/Arquivos/Acervos/Entrevistas/Sitografia

Imprensa:

Diário da Tarde (1899 – 1983) – Período consultado: 1969 até 1983.

Diário do Paraná (1953 – 1983) – Período consultado: 1955 até 1983.

Jornal Folha de Parreira (1992 – 1998) – Edição consultada: setembro de 1995.

Jornal Lampião da Esquina (1978 – 1981) – Período consultado: 1978 – 1980.

Playboy (1975 - ...) – Edição consultada: nº 056 de março de 1980.

Revista Manchete (1952 – 2000) – Período consultado: 1970 até 1980.

Revista Planeta (1963 (França), 1972 (Brasil) - ...) – Edição consultada: Fevereiro de 1973, número 6.

Processos jurídico-policiais:

BR PRAPR.PB004.PT2163.238. Documentação presente no arquivo do DOPS no Departamento de Arquivo Público do Paraná. Paraná, Curitiba – Rua dos Funcionários, nº 366, Cabral.

FRAGOSO, Heleno Claudio. Transexualismo – cirurgia. Lesão Corporal. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 25, ed. Forense, 1979.

Livros:

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim; SÁ JR., Adherbal Fortes de; FREITAS, Antonio Luiz. **No tempo do Canet**: a história do Paraná na década de 1970. Curitiba: Underwater Books, 2015.

CÔRTEZ, Carlos Danilo Costa. **O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaense**. Curitiba: Fotolito, 2000.

FONSECA, Gondin da. **Senhor deus dos desgraçados**. São Paulo: Fulgor, 1958.

GRUPO DIGNIDADE. *Uma história de dignidade*. Grupo Dignidade – contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.

HITE, Shere. **Relatório Hite**: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

JÚNIOR, Pimentel. **A doutrina social da Igreja**. São Paulo: Dominus Editora, 1962.

REIS, Toni; HARRAD, David. **Direito de amar**: a história de um casal gay. 1ª ed. Curitiba-Pr. (Manuscrito digitalizado s/p). Cortesia de Toni Reis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Fundação Nacional de Material Escolar –FENAME, Brasil, 1972.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO. **Contribuição para o desenvolvimento de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil nos currículos de 1º e 2º graus**. Rio de Janeiro, 1984.

PILOTTO, Osvaldo. **100 anos de imprensa no Paraná** (1854-1954). Estante Paranista, ano 1, n. 1, 1976.

STOLLER, Robert. As personificações e as séries de composições da identidade de “gênero”. In: MARMOR, Judd. **A inversão sexual**: as múltiplas raízes da homossexualidade. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1973. (p. 160-173).

Arquivos:

Departamento de Arquivo Público do Paraná (DAPP)

Hemeroteca da Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

Acervos:

Centro de Documentação Dr.º Luiz Mott (CEDOC – GD)

Entrevistas:

Antônio Luiz Martins Harrad Reis – entrevista concedida à Jeferson Ramos em 12 de setembro de 2018.

Antônio Carlos – entrevista concedida à Jeferson Ramos Ramos pelo aplicativo *whatsapp*, em 20 de fevereiro de 2019.

Carlos Antônio – entrevista concedida à Jeferson Ramos pelo aplicativo *whatsapp*, em 02 de março de 2019.

Sitografia

Biblioteca Nacional Digital – Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br>>. Acesso entre os meses de julho de 2016 à abril de 2019.

ESCALANTE, Alyson. Repensando o feminismo lésbico. Tradutores proletários, publicado em 17 de maio de 2018. Disponível em:<https://tradutoresproletarios.wordpress.com/2019/03/08/repensando-o-feminismo-lesbico/?fbclid=IwAR3p-KI72ItNdn5D8mYMLzLoKd4kQ8QM_d2fXSg2AhRITPc1CuwQ0WbO9Q>. Acesso em 18 de abril de 2019.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução Vinícius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de.; CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SCHPUN, Mônica Raisa. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004. (pp. 129-150)

_____. Amores que não tem tempo. **Revista Aulas**, Campinas, nº 7, 2010. (pp. 41-58).

ALVES, Ricardo Pedrosa. “é esse discurso”. In: _____. **Barato**. Curitiba: Medusa, 2011. (p. 74-75)

ALMEIDA, Angela Mendes de. Sexualidade e casamento na colonização portuguesa no Brasil. **Análise Social**, vol. XXII, (92-93), 1986. (p. 697-705)

AMARAL, Daniela Murta. **Os desafios da despatologização da transexualidade**: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil. (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2011. 107 f.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário**. São Paulo: Edusc, 1999.

ATWOOD, Margareth. **O conto da Aia**. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a história. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 1. v. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERQUÓ, Thirzá Amaral. Diotima de Manteneia: mulher e filosofia na Atenas Clássica II. In: _____. **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. (p. 44-63).

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

- BOEHRINGER, Sandra. A sexualidade tem um passado? Do êros grego à sexualidade contemporânea: questionamentos modernos ao mundo antigo. *Revista Bagoas*, n. 15, 2016. (p. 13-32)
- BRANDÃO, Renata Rodrigues. Revolução sexual e sexualidades “ex-cêntricas”: análises das práticas discursivas sobre “identidades sexuais” em revistas brasileiras (1969-1979). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, 2016.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marque da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CABRAL, Jaqueline Ribeiro. Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil. *Revista Periodicus*, Bahia, n. 4, v. 1, nov. 2015/abr. 2016.
- CAMPOS, Raquel Discini. A educação do corpo feminino no *Correio da Manhã* (1901-1974): magreza, bom gosto e envelhecimento. *Cadernos Pagu*, 45, jul./dez. 2015.(457-478)
- CARDOSO, Elizabeth da P. Imprensa feminista brasileira pós-1974. (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, 2004.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. “O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo”. **XIV Congresso de Ciências da Comunicação** na Região Sudeste, 2009.
- CECCARELLI, Paulo R. A invenção da homossexualidade. *Bagoas*, Rio Grande do Norte, n. 02, 2008. (p. 71-93)
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991. (p. 173-191).
- _____. “Escutar os mortos com os olhos”. *Estudos Avançados*, 24(69), 2010. (pp. 7-30)
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007. (p. 253-270)
- COLLING, Ana; WESCHENFELDER, Gelson W. História em quadrinhos de super-heroínas: do movimento feminista às questões de gênero. *Revista Interdisciplinar Intertesés*, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan./jul. 2011. (p. 200-218)
- CONNEL, Raweyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHIMDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, 21 (1), jan./abr. 2013. (p. 241-282)

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da virilidade**. 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. 3. As mutações do olhar. Séculos XX. Tradução de Ephraim Ferreira Alveso. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COWAN, Benjamin. “Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

CUNHA, Manuela C. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CURIEL, Ochy. **La nación heterossexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha lésbica y *en la frontera*. 2013.

DESPENTES, Virgínie. **Teoría King Kong**. Traducción de Beatriz Preciado. Madri: Melusina, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, n. 2, 1994. (p. 373-382)

DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena (Orgs.). **As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira**. 1964-1985. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista da Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

EUGÊNIO, Jéssica Daminelli. **Elas fazem HQ**: mulheres brasileiras no campo das histórias em quadrinhos independentes. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. 144 f.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos sexuados**. Traducción Ambrósio García Leal. Madri: Melusina, 2006.

_____. Dualismos em duelo. Tradução de Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº. 17, v. 18, 2001/1. (pp. 9-79).

FOUCAULT, Michel. O saber gay. Tradução de Eder Amaral e Silva e Heliana de Barros Conde Rodrigues. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 11, jan-abr. 2015, pp. 2-27.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Coleção Leituras Filosóficas)

_____. “O cuidado com a verdade”. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. (Ditos e escritos V). Tradução Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FREITAS, Camila B. Acolher sentimentos, produzir sentidos: arquivos *queer* como espaço de resistência e construção de memória. **XIV Encontro Estadual de História – ANPUH RS**, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 18 à 21 de julho 2018.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GELBCKE, Vanessa R. A educação, imprensa e intelectuais: um estudo dos periódicos *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde* (1910-1930). **X Congresso Nacional de Educação – Educere**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Tradução de José Luis Rodríguez. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas: Siglo XXI, 2006.

GREEN, James N. *Homossexualidades e a história*: recuperando o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, 2012. (p. 65-76)

_____; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

_____. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. **Revista Topoi**, v. 4, n. 7, jul./dez. 2003. (pp. 201-221)

_____. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HERSEN, Amarildo; LIMA, Jandir Ferreira de; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Industrialização paranaense**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2013.

HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. PRECIADO, Beatriz. **Terror anal**. Madrid: Editora Melusina, 2009.

KATS, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Tradução de Carla Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LATTANZIO, Felipe F.; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2017.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução VeraWhately. Rio de Janeiro: Relumê dumará, 2001.

LAURENT, Ruy. “Homossexualismo e classificação internacional de doenças”. **Revista Saúde Pública**, v. 18, n. 5, São Paulo, out. 1984. (p. 344-345).

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa B. De (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (p. 206-242).

LINS, Beatriz A.; MACHADO, Bernardo F.; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: ___PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. (p. 111-154)

MARQUES, Teresa Cristina de N. MELO, Hildete P. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade*: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Unicamp, 1990.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: MELLO e SOUZA, Laura de. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (p. 155-220)

_____. **Bahia**: inquisição e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. **Sexo proibido**: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição. Campinas Editora Papyrus, 1988.

NICHNIG, Claudia R. “Rompendo o laço: embates e debates em torno da Lei do Divórcio no Brasil. In: DUARTE, Ana R. F., Lucas, Meize R. de L. (orgs.). **As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**: um escrito polêmico. Tradução de Paulo Cesar Souza. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Humano, demasiado humano**. Tradução Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NECKEL, Roselane. **Pública vida íntima**: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008. (p. 305-332)

OLIVEIRA, Megg Rayara de. O que não tem nome não existe: feminismo negro e o percurso histórico do conceito de interseccionalidade. In: OLIVEIRA, Ligia Ziggioni de; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos; CUNHA, Josafá Moreira da (orgs.). **Educação e interseccionalidades**. 1ª ed. Curitiba: Ed. NEAB-UFPR, 2018. (p. 19-48)

PARKER, Richard. *Abaixo do equador*: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PESSOA, Alberto R. **Quadrinhos na educação**: uma proposta didática na educação básica (Dissertação de mestrado). São Paulo, UNESP, 2006. 185 f.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. (p. 77-98)

_____. Imagens femininas na formação da elite de Desterro. In: _____. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: EDUFSC, 1998. (p. 17-50)

_____; SOIHET, Raquel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. (p. 282-300)

PINSKY, Carla B. Estudos de gênero e história social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan./abr. 2009. (p. 159-189)

POZZO, Aníbal Orué; FALABELLA, Florença; FOGEL, Ramón. **Género y dictadura em Paraguai**: los primeros años del stronismo: el caso de los 108. Asunción-paraguay: Editorial Arandurã, 2016.

PULTZ, John. **La fotografía y el cuerpo**. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

PRECIADO, Paul B. **Testo yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. Florianópolis, **Revista Estudos Feministas**, 19 (1), jan./abr. 2011. (p. 11-20)

QUINALHA, Rena H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 329 f. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017.

RAPOSO, Sérgio. Hormônio: perder para ganhar?. **Carta insumos**, ano 12, edição 132, maio de 2017. (p. 1-3).

REICH, Wilhelm. **O combate sexual da juventude**. Tradução Jorge Silvano. São Paulo: Epopeia, 1986.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. Rio Grande do Norte, **Bagoas**, n. 05, 2010. (p. 17-44)

RIOS, Valesca G.; ALVES, Raquel da S. Modos de educação: a disciplina moral e cívica em seu currículo e na formação docente. In: DUARTE, Ana Rita F.; LUCAS, Meize R. de L. **As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. (pp. 53-80)

RODRIGUES, Karla C.; ALVES, Raquel da S.; SILVA, Thiago de S. As mobilizações do gênero nos livros de educação moral e cívica na Ditadura Militar. In: DUARTE, Ana Rita F.; LUCAS, Meize R. de L. **As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. (pp. 31-52)

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SALUM, Maria J. L.; MATTOS, Leda Ulson; SHIMA, Hisako. Estudo do valor protéico de alguns produtos comerciais da cozinha macrobiótica. **Rev. Esc. Enf., USP**, 10 (1), 1976. (p. 163-174)

SANTOS, Rafael F. G. dos. Experiências trans: amigades, corpos e outros trânsitos. In: NETO, Miguel R. de S.; GOMES, Aguinaldo R. **História e teoria queer**. Salvador: Editora Devires, 2018. (p. 207-236)

SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Campinas, **Cadernos Pagu**, (16), 2001. (p. 31-48)

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana**, 3(1), 1997. (pp. 41-73)

SCHPUN, Mônica Raisal. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editora, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. (p. 65-98)

_____. “La querelle des femmes”: no final do século XX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, 2º semestre, 2001. (p. 367-388).

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul./dez. 1990.

SCHVARZMAN, Sheila. Filmando a mulher no cinema mudo brasileiro. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 159-168, jul./dez. 2013.

SENA, Tito. **Sexualidade, estatísticas e normalidades: a persona numerabilis nos relatórios: Kinsey, Masters e Johnson e hite**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

SENETT, Richard. “Nudez – o corpo do cidadão na Atenas de Péricles”. In: _____. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. (pp. 29-69)

SILVA, Ana Lúcia da. **Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o regime militar**. (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2001, 182 f.

SILVA, Edlene Oliveira; COSTA e BRITO, Alexandre Magno Maciel. Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981). **Revista Dimensões**, Vitória, v. 38, jan./jun. 2017. (p. 214-239).

SILVA, Hélio. **Os governos militares: 1969-1974**. São Paulo: Editora Três, 2004.

SOIHET, Raquel. O corpo feminino como lugar de violência. **Porjeto História**, São Paulo, 25, dez. 2002. (p. 269-289)

SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2004.

SOUZA, Nelson Rosário. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, jun. 2001.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos do pecado**. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: MELLO e SOUZA, Laura de. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (p. 221-273)

VÁRIOS AUTORES. *Mesa-redonda Somos – Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois*. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003. (p. 47-75)

VERAS, Elias Ferreira. *Ilca* ou a escrita como prática de liberdade em tempos de interdições. In: _____. DUARTE, Ana Rita F.; LUCAS, Meize R. de. **Mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Expressão Gráfica e Editora, 2014. (p. 155-170).

_____; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidades das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, 2014. (p. 90-109).

_____. **Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE) no tempo dos hormônios/farmacopornográficos**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raissa. **Masculinidades**. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2004.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem contestada**: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde. (1912-1916). Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2015.